

CASTILHOS GOYCOCHÊA

FRONTEIRAS
E
FRONTEIROS

Serie 5.ª BRASILIANA Vol. 230
Biblioteca Pedagógica Brasileira

FRONTEIRAS
E
FRONTEIROS

Série 3.^a ★ BRASILIANA ★ Vol. 230
BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

Castilhos Goycochêa

FRONTEIRAS
E
FRONTEIROS



1943

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
São Paulo - Rio de Janeiro - Belo Horizonte - Recife - Bahia - Porto Alegre

OBRAS DO AUCTOR

Mosaico
O Testamento Sentimental de Lysandro de Sant'Iago
Volta á Natureza
No Circo da Vida
O Super-Humanismo de Vicente Licinio
O Gaúcho na Vida Política Brasileira
A Alma Heroica das Coxilhas
Symbolos da Realidade Brasileira
Guerra dos Farrapos
Singularidades
O Espirito Militar na Questão Acreana
Placido de Castro — O Derradeiro Bandeirante —
Assis Brasil e Victor Russomano
Homens e Idéias
Ideário
Gumercindo Saraiva na Guerra dos Maragatos
Fronteras e Fronteiros

INDICE

	PAGS.
I — Fronteiras e Fronteiros	7
·II — Amapá e Pirára	22
III — Territorio de Palmas	48
IV — Acre	71
V — Chiquitos e Otuquis	88
VI — O Mappa da Linha Verde	104
VII — Os Demarcadores da Fronteira do Brasil	124
VIII — O Fronteiro-Mór do Imperio	138
IX — O Massacre da Expedição Soares Pinto-Paz Sórdan	180
X — Almirante Barão de Ladario † Official de Honra	190
XI — Javary — O Rio Martyrizante	212
XII — O Almirante Barão de Teffé e as Nascentes do rio Javary	227
XIII — Placido de Castro — O Pae do Acre	244
XIV — A “Descoberta” do Barão do Rio Branco	260
XV — A Occupação da Ilha da Trindade pela Inglaterra	269
XVI — Notas Subsidiarias	279
Bibliographia e Documentação	285
Indice dos Nomes	293

I

FRONTEIRAS E FRONTEIROS

(Á guisa de prefacio)

A fronteira é fonte permanente de suggestão, quer seja simples linha divisoria entre soberanias, quer se trate de região em que viva um povo em contacto e em attricto com outro povo.

Quando raia de limites politicos faz evocar o processo, laborioso em regra, seguido até sua fixação, e com isso a *via crucis* dos exploradores e dos demarcadores.

Zona limitrophe á zona estrangeira, não pode deixar de lembrar que as suas populações vivem existencia menos tranquilla do que as mediterraneas, porque sempre em alerta, seja no resguardo das proprias características, seja no apuro em que sóem manter-se para mostra aos vizinhos do que são e do que valem.

É franja a tocar noutra franja sem se embaraçar nella.

É o debrum de uma patria a se ajustar ao de outra de maneira a não roça-la, porque ambas carregadas de electricidade.

É a periphèria de um corpo social onde se localisam os extremos de todas as sensibilidades desse corpo.

Com o fronteiro ocorre o mesmo. É individuo com qualidades excepcionaes aprimoradas cada vez mais no commercio de todo genero com o homem de além raia, não apenas quando vizinho na zona de contacto de sua

nação com outra, mas igualmente quando diplomata versado em ajustes territoriaes, explorador ou demarcador dos lindes fronteiriços de dominio ou soldado veterano nas guarnições onde termina um Estado e começa outro.

Guardas avançados que são do patrimonio espiritual (cultura, idioma, religião, tradição historica, peculiaridades localistas) e do patrimonio material (territorio, riqueza organizada ou em potencia, acervo artistico e bibliographico) da nação a que pertençam ou a qual sirvam, não podem ter attitudes inexpressivas e nem tomar posições que não sejam meridianamente claras, impositivas, a mór das vezes chocantes para quem não possua o habito de *lucta ás deveras*.

Louis Bertrand, na sua *Historia da Espanha*, estudando a figura de D. Rodrigo Diaz de Bivar, cognominado de Cid, el Campeador, assignala o seguinte, a proposito:

“A l'époque du Cid, Bivar était aussi un pays frontiere, limitrophe de la Navarre, souvent en guerre avec la Castille et traversé par les armées ennemies et les bandes de partisans. Cette circonstance ne fut peut-être pas indifférente à la formation d'un futur chef qui devait faire la guerre toute sa vie et qui, dans le souvenir des Espagnols, allait rester l'homme de la frontiere, celui qui défend les marches du royaume contre l'éternel envahisseur africain”.

Ainda ha pouco, tratando dos estadistas que procuram transformar o Mundo, John Günther referia tambem a circumstancia de serem homens de fronteira Hitler e Stalin, Mustaphá Kemal Ataturk e Pilsudski, Schuschnigg e Goëring, entre outros. Si não se houvera cingido em sua obra — *“Les Pilotes de l'Europe”* — aos politicos do velho Continente em evidencia na actualidade, teria por certo referido outros grandes homens do passado em França, na Allemanha, Austria, Polonia e Russia, de fronteiros que influiram decisivamente nos destinos das respectivas patrias nos momentos criticos mais accentuados.

Tudo faz crêr, aliás, que no raiano haja um instinto especial de percepção, ou sinão o desenvolvimento desmesurado de todos os sentidos, o que lhe dá capacidade para enxergar mais longe que os outros homens, para ouvir e farejar antes que os mais o façam, e para sentir qualquer alteração no ambiente do povo que lhe demore em frente ou com o qual esteja em relação de qualquer especie.

Nisso, talvez, a explicação para o rumo pratico da acção de determinados estadistas, de hontem e de hoje, daqui mesmo e de algures, desconcertantes em regra porque aparentemente sem lógica, mas que acabam por se justificar por si-mesmos ante o bom exito de suas iniciativas e medidas.

* * *

Quando nenhuma procedencia haja na these de serem os fronteiros homens com instinto peculiar e de serem as fronteiras zonas de differenciação especialissima, resta a suggestão innegavel que uns e outras exercem sobre a nossa phantasia.

Fronteira! Moldura em que se enquadra a Patria; zona onde se esbatem as vibrações que veem de fóra e onde as ondas da trepidação interna se exaltam; região da qual partem as vanguardas dos exercitos e na qual as primeiras patrulhas do inimigo encontram resistencia; linha de baluartes vivos que impedem a infiltração das ideologias exoticas, de crédos que nos não pertençam, de expressões carentes de significado nos nossos sentimentos.

E' na fronteira que tomba a primeira sentinella e é na fronteira que se ouve o derradeiro tiro de uma guerra. Nella a paz é armada; a vigilia permanente; o repouso precario; a estabilidade condicional. São os motivos principaes das negociações entre os estadistas e embaixadores; dos estudos nos Estados Maiores; das cogitações nas

Assembléas; onde os sociologos aferem as resistencias dos agglomerados humanos e os philosophos procuram comprehender as diversidades do pensamento gerado em ambientes nevralgicos.

Desentendem-se as Chancellarias e o dissidio reperçute na fronteira. O tratado chegou a bom termo. Os negociadores felicitam-se com effusão. E' o signal para o começo da lucta entre os demarcadores. Lucta com a Natureza; lucta com os demarcadores da banda opposta; lucta consigo mesmo, sopitando anseios, estrangulando éstos, domando impulsos.

Alteram-se os factores economicos de um paiz e a mudança vai ter célere á fronteira, interrompendo-se ou accelerando-se transacções de um intercambio que pode ser defeso em face da lei mas que não é possivel estancar porque é resultante da propria necessidade.

A fronteira é assim, em toda a parte, na Europa disciplinadissima, na America em preparo de uma civilisação, nas largas extensões da Asia e da Africa, na Oceania ainda imprecisada. E' natural como a propria Natureza. Nasceu e ha de morrer com o Homem, não obstante todas as utopias humanistas, embalde todos os sonhos de entendimento universal.

A primeira divisa foi riscada no terreno pelo primeiro sêr que comprehendeu sua posição em face do semelhante mais proximo. Dahi por vante nunca mais estancou o seu aperfeiçoamento. Da propriedade individual passou á soberania collectiva, isto é, da casa á cidade, da cidade á provincia e desta ao paiz. Tudo tem limites, raias, lindes, cêrcas, muros ou designação outra que vise as characteristics das posses materiaes de alguém, homem ou entidade social.

Fronteiro! Homem de pról, aquelle a quem o Destino confiou arremetida ou resguardo, lucta ou espera de lucta, e esqueceu marcar epocha para descanso. Elle nasce olhando o provavel contendor e morre sem haver

conhecido tregua confortadora. Prepara-se para a guerra para não ter que se preparar em vista de uma guerra. Os melindres, porisso, tem-nos á flôr da pelle, eriçados sempre, sempre alertados, prompts para o despique que se fizer preciso, ao revide que se impuzer.

Os symbolos da Patria, porque os vê ou ouve, vendo bandeira que não é a sua e hymno que não lhe fala ao coração, merecem-lhe culto reverentissimo, tão reverente que parece excessivo ao homem do centro. Euclýdes da Cunha — homem do centro — quando se viu feito fronteiro, commissionedo para explorar as nascentes do Purús, é que comprehendeu a significação importante que as côres do pavilhão nacional exercem sobre a creatura. E' conhecida, porque contada por elle mesmo, a scena do banquete que lhe offereceram em plena floresta amazonica e no qual não collocaram a bandeira brasileira ao lado da bandeira peruana que pannejava ovante no centro da mêsa. Exaltaram-se-lhe os brios patrioticos ante o que lhe pareceu offensa. Noutro qualquer sitio, que não na fronteira, não teria attentado para a falta, propositada ou não.

E' que na fronteira, toda a gente, homem ou mulher, adolescente ou ancião, é esculca ou sentinella, guarda avançado ou serra-fila, não importando o qualificativo do posto desde que exerça funcção na ante-mural humana que formam todos os fronteiros.

Dahi a suggestão que despertam suas personalidades, em regra desbordantes da craveira que serve aos mediterraneos. Forma-as o "meio"; desenvolve-as a necessidade de sobreviverem.

* * *

A fronteira do Brasil, em qualquer latitude ou longitude, não foge á suggestão das dos outros paizes do Occidente. Ha nella qualquer coisa de romance. Sua propria evolução no cursó de seculos é motivo de encantamento e de orgulho.

A primeira, imaginada antes mesmo da descoberta official do Continente Colombiano, foi uma virtual, meridiano traçado na carta de onde está Belém, do Pará, até Laguna, em Santa Catharina. Nunca vigorou, de facto. Os homens das descobertas atinham-se á orla arenosa das praias do Oceano, como si fossem carangueijos, segundo a imagem literaria de chronista antigo.

Foi a "linha de marcação" de Alexandre VI, aquelle pápa Rodrigo Borgia, de tão famigerada memoria, substituida pelo Tratado de Tordezillas, em que entram João II, de Portugal, e os reis Fernando e Isabel, de Espanha.

Dahi, até que no Seculo XVIII, porque em 1750, pactuou-se o Tratado de Madrid, obra já de um brasileiro — Alexandre de Gusmão — a raia divisoria foi theorica. Existia no papel dos mappas geographicos e no pergaminho dos actos internacionaes. Os homens das duas bandas, principalmente os desta, penetravam a fundo no territorio alheio. Haviam deixado de ser carangueijos para se fazerem batedores de sertão.

No inicio são os missionarios jesuitas que violam o deserto, varam os rios, rompem o intrincado das mattas.

Seguem-se os "bandeirantes" em busca de ouro e de escravos.

Os criadores de gado, em seguida, plantam seus curraes nas margens do São Francisco.

A expansão, todavia, não é apenas no rumo do Oeste, mas tambem rumo do Sul, visando o estuario do Prata, onde a fundação da Colonia do Santissimo Sacramento marca o começo do contacto entre o elemento humano das duas soberanias. Surgem, então, a Provincia de Montevideo e a Capitania d'El Rey que viriam a ser a Republica Oriental do Uruguay e o Estado do Rio Grande do Sul.

Era a fronteira que principiava a existir.

Mais para diante vem o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, que de pouco altera a raia convencionada em 1750.

As duas Corôas, porém, não conseguem passar do regimen especulativo para o terreno pratico: a demarcação lindeira.

O que havia de verdadeiro na materia era obra dos pioneiros de ambas origens.

* * *

E' com a independencia dos povos sul-americanos, aos respectivos reis, que começa realmente a existencia da fronteira e como resultado della a dos fronteiros.

No extremo meridional é que teem lugar as luctas mais longas e mais violentas. A linha divisoria que havia sido deslocada de Laguna para Colonia, no sentido nortesul, estende-se pelo curso do rio Uruguay acima. Mais para diante fixa-se no arroio Chuy e seguindo pelo Jaguarão vai ter ao rio Pardo. Do rio Pardo volta novamente para as barrancas do Uruguay, conservando o ponto austral do Chuy. Assim se estabeleceram os lindes da Republica Oriental do Uruguay com o Brasil, que immortalisarão gerações de guerreiros e de estadistas. Aquelles 1.003,071 kilometros pelos quaes se estende a linha de limites, desde o Chuy ao Quarahy, de facto, foi riscada com sangue, balisada por feitos homéricos, pontilhada de soffreres sem conta. E' a chamada *fronteira-viva*, onde só os marcos de pedra estabelecem distincção, e mais do que os plinthos os homens das duas raças que se defrontam sem se confundirem.

Mais para o Norte é a Republica Argentina, vizinha desde o Quarahy até o Iguassú, num alongamento de 1.262,910 kilometros. Com ella a chamada erroneamente Questão das Missões, quando se tratou de terras no districto de Palmas — o contestado entre os Estados de Paraná e de Santa Catharina —: 25 mil kilometros quadrados. Submettida a arbitramento foi decidida pelo laudo

do Presidente Glover Cleveland, dos Estados Unidos, datado de 5 de Fevereiro de 1895.

Em seguida é o Paraguay com quem ha 1.339,057 kilometros de fronteira, desde o rio Iguassú até a bahia Negra. Nunca houve, a bem dizer, questões de limites entre os dois Estados. Discutiram-se pretensões, examinaram-se reclamações, suggeriram-se modificações, mas sempre no puro regimen do debate elevado. Vencedor na guerra de 1865/1870, poderia o Brasil ter imposto a fronteira que melhor lhe conviesse. Não o fez, porém. Continuou, finda a lucta armada, a discussão em nivel de egualdade com o vencido. O Tratado de 9 de Janeiro de 1872 é prova eloquente disso: “da foz do Iguassú, pelo alveo do Paraná até o salto grande das Sete Quédas; dahi pela serra de Maracajú até o seu fim, proseguindo em linha recta até a serra de Amambahy; por essa mesma serra até ás nascentes do rio Apa, baixando por elle até sua foz no Paraguay”. Esse tratado e o, que lhe deu complemento, datado de 21 de Maio de 1927, constituem o termo médio das pretensões dos dois paizes, segundo Fonseca Hermes.

A' fronteira com o Paraguay segue-se aquella com a Bolivia, estirando-se por 3.125,951 kilometros, da Bahia Negra á foz do Iaverija, no rio Acre. Depois da fronteira com o Uruguay foi a com a Bolivia a de mais difficil combinação, dando ensanchas para graves questões. O ról dessas questões começa lógo depois da Independencia para só findar nos dias que correm. Primeiro é a invasão da provincia boliviana de Chiquitos, em 1824, por forças brasileiras mandadas pelo commandante das armas de Matto-Grosso; mais tarde, em 1833, é a *criação* da Provincia de Otuquis, com limites dentro do territorio de Matto-Grosso, escondendo o fim de obter a Bolivia um porto de sahida pelo rio Paraguay; mais tarde, afinal, o Acre, onde brasileiros, sob a direcção de Placido de Castro, levam a guerra até ao interior daquelle paiz, pouco faltando para aprisionarem o proprio Presidente de Re-

publica, General Juan Manuel Pando, cujo exercito sitiava em Puerto Rico, no Tahuamanu.

O Perú succede á Bolivia no flanco brasileiro, do sul para o norte. E' a mais extensa fronteira — 2.995,272 kilometros — começando na foz do Iaverija, no rio Acre, e terminando no Solimões, proximo de Tabatinga, na foz do Santo Antonio. Parte dessa divisa corre pelo curso do Javary — o rio martyrizante — cuja exploração desafiou as vontades mais fortes, dando causa a ingentes sacrificios humanos do Brasil, do Perú e da Bolivia. Quando da revolução do Acre, e mesmo depois della, houve encontros armados entre fronteiros do Brasil e do Perú, no rio Breu. O litigio territorial entre o Perú e a Bolivia, versando sobre a mais vasta area jámais discutida entre Estados — 720.000 kilometros quadrados —, tambem envolveu o Brasil, uma vez que parte das pretensões peruanas era em terras do Amazonas. O laudo arbitral do Presidente da Argentina solucionou a questão definitivamente.

Depois é a Colombia com 1.664,180 kilometros na fronteira do Brasil, a partir do Solimões e a entroncar na pedra de Cucuhy, no rio Negro, seguindo por zonas pouco habitadas quer de um e quer de outro lado da divisoria. Nenhum litigio entre os dois Estados. Mesmo no curso das questões da Colombia com o Perú e o Equador, ambas em razão de terras limitrophes ao Brasil, este se manteve alheio ás divergencias numa discreção exemplar.

Fronteira com a Venezuela: 2.199,267 kilometros. Inicio na pedra de Cucuhy, no rio Negro; fim no monte Roraima. Idem quanto á Colombia: nenhum litigio com importancia a deslindar.

A divisa com a Guyana Ingleza começa no monte Roraima, onde termina a fronteira com a Venezuela, e segue até a serra Tumuc-Humac onde tem inicio a raia com a Guyana Hollandeza ou Suriname (1.605,800 kilometros). Esse um dos trechos de mais difficil deslinda-

mento na fronteira do Brasil. A questão suscitada em 1835, sob o pretexto de protecção aos selvagens que viviam nos campos do Pirára e nas margens do lago Amacú, criou uma area contestada de 32.200 kilometros quadrados, que o laudo arbitral do rei da Italia, dado em 6 de Junho de 1904, dividiu em duas partes, sentença que não foi do typo da do rei Salomão porque attribuiu á Grã-Bretanha 19.630 kilometros e ao Brasil 13.570, quando o territorio litigioso era da soberania brasileira, como antes fôra de Portugal.

Outro trecho que nenhum trabalho deu ao Brasil foi o com a colônia neerlandeza na America do Sul (Guyana Hollandeza ou Suriname), já por ser a de menor extensão (593.040 kilometros), já por ser a zona menos habitada da fronteira geral, já por haver uma divisão natural na serra Tumuc-Humac. O marco inicial implantado na trijunção das divisas Brasil-Inglaterra-Suriname está na posição de $1^{\circ} 56' 58'',2$ latitude norte e $55^{\circ} 28' 24'',5$ longitude oeste de Greenwich, na altura de 463 metros sobre o nivel do mar; o marco ultimo, na trijunção das divisas Brasil-Suriname-França foi chumbado a $2^{\circ} 20' 15'',2$ de latitude norte e $54^{\circ} 36' 04'',4$ longitude oeste de Greenwich, a 393 metros de altitude.

Por fim é a fronteira com a Guyana Franceza que vai da serra Tumuc-Humac á foz do rio Oyapoc no Oceano Atlantico, havendo entre esses dois pontos 655,000 kilometros. Foi outra fonte de luctas esse trecho divisorio. Entendeu a França que o rio que no Tratado de Utrecht, de 1713, figura com o nome de Japoc ou Vicente Pinzon, era o Araguay e não o Oyapoc. Para melhor intelligencia copia-se as posições astronomicas dos dois cursos da agua ao se pôrem no mar: Oyapoc $4^{\circ} 20' 46'', 03$; Araguay $1^{\circ} 14' 34'', 01$. A differença seria incorporada á Guyana. No curso da contenda, iniciada quando no Pará campeava a "cabanagem" e noutros pontos do paiz tambem se combatia por ideologias politicas (1835), ante os protestos do

Brasil, surgiram novos rios que não o Araguay, como sendo o Japoc: Conani a 2° 49' 08'', Calsoene a 2° 32' 41'', 8, Amapá grande ou D'Or a 2° 9' 58'', 4, Maiacaré a 2° 23' 16'', 8, Cassiporé ou Cachipour a 3° 52' 45'', 05, e até o Amazonas... Submettido o deslinde a arbitramento do Presidente da Confederação Helvetica, cujo nome é necessario não deixar cahir no esquecimento — Hauser —, decidiu em favor do Brasil pelo laudo de 1.º de Dezembro de 1900. Essa a celebre questão do Amapá, conhecida tambem como Republica de Cunani, que com a do Pirára, de Palmas e Acre, sem referir as do extremo sul, foram as mais graves que teve o Brasil a sustentar na obra gigantesca de construir as suas fronteiras politicas.

* * *

Não seria facil, a ninguem, alinhar todos os nomes de fronteiras que se assignalaram na “construcção da moldura onde se enquadra o Brasil”, já de estadistas, já como diplomatas, como exploradores ou demarcadores, guerreiros quando se fez preciso recorrer á força das armas ou elementos constitutivos da barreira que no percurso dos 16.413,549 kilometros, que tantos vão da foz do arroio Chuy á foz do rio Oyapoc, tem resistido ás investidas de fóra, quer materiaes, quer espirituaes.

Na Colonia é Alexandre de Gusmão o paradigma dessa pleiade. Elle é o primeiro a comprehender a realidade que se criou na America Meridional. Não só, porém, a comprehendeu como fê-la comprehendida. O Tratado de Madrid, de 1750, contem-lhe o espirito embora não lhe traga a assignatura.

No curso do Imperio, desde a fundação até quasi ao occaso, ha Duarte da Ponte Ribeiro. Não é estadista e talvez nem diplomata, embora houvesse percorrido todos os postos da carreira, de Consul Geral a Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario. Houvera sido Em-

baixador se ao tempo existisse o cargo. E' que lhe faltava plasticidade, não conhecia o maneirismo, nem sabia transigir, como deu provas em Chuquisaca, na Bolivia, em 1841, quando tentou obter tratado de limites com esse paiz, e quando, por occasião do bloqueio de Montevidéo pela Confederação Argentina, não trepidou em entestar com o governo do Dictador Juan Manuel Rosas, isso em 1843, quando no Paço de São Christovão procurava-se evitar lucta a todo transe. Foi, todavia, o assessor dos estadistas que dirigiram a politica exterior no Continente e foi o mestre dos diplomatas enviados a concertar tratados de limites. A sua paixão era a fronteira. Conhecia-a toda, de ponta a ponta. Sobre todas as regiões meditou profundamente, estudou e riscou, planejou e escreveu. Serventuario algum ao serviço diplomatico do Brasil incarnou melhormente do que elle o *self made man* para as questões territoriaes. O acervo de sua obra ainda é o mais solido apoio para qualquer estudo que diga com a orla do territorio do paiz.

Depois é Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, a quem a America deve a incorporação do principio romano do *uti possidetis ita possideatis* ao Direito Internacional a vigorar nas relações continentaes. Já em 1857 assignava na cidade de Paraná, da Argentina, a celebre Memoria preconizando esse principio tornado americano.

Na Republica surgem ao mesmo tempo duas emi-nencias: Joaquim Nabuco e Rio Branco 2º. Cada qual maior. Nabuco é mais culto; Rio Branco mais erudito. A vantagem de Rio Branco foi ter encontrado para juizes nas questões do Amapá e de Palmas homens da envergadura moral e da sabedoria do Presidente Cleveland e do Presidente Hauser; na questão do Acre só teve que arrematar o que já havia feito Placido de Castro. Nabuco, pelo contrario, encontrou para a questão do Pirára um juiz da estatura do rei Vitorio Emanuel III, cuja

sentença, só para citar estrangeiros, foi acerbamente qualificada por Fauchille, Politis e Huijer. De qualquer forma, porém, foram homens que desvaneceriam a nação mais culta em possuí-los. Souberam ser fronteiros na hora precisa.

Ha Joaquim Caetano da Silva, auctor da obra que Rio Branco incorporou ás suas Memorias ao Presidente da Suissa: "*L'Amazone et L'Oyapoc*"; Araujo Ribeiro, Visconde de Rio Grande, entestando galhardamente com os estadistas do *Quai d'Orsay* na questão do Amapá e com os de *St. James* na questão do Pirára; Marques Lisbôa, em Londres, conseguindo junto de Palmerston a neutralização da zona do Pirára, isto é, obtendo que fosse a mesma evacuada até o remate do dissidio possessorio; Souza Corrêa contractando o arbitramento com a Grã-Bretanha, que seria assignado por Nabuco, em Londres, a 6 de Novembro de 1901.

Ha Carneiro Leão, futuro Marquez de Paraná, e Limpo de Abreu, futuro Visconde de Abaeté, Francisco Octaviano e Cotegipe, tambem grandes fronteiros que se podem emparelhar aos mais.

Depois dos trabalhos dos diplomatas e dos estadistas veem os dos demarcadores numa sequencia impressionante de valôres reaes: Soares d'Andréa, Carneiro de Campos, Bellegarde, Costa Azevedo, von Hoonholtz, Sóido, Enéas Galvão, Lopes de Araujo, Guilherme Schüch, Dionysio de Cerqueira, Jourdan, Guillobel, Botafogo, entre outros. A monarchia os premiava com o baronato quando devera faze-lo com o marquezado, que é o titulo que cabe ao fronteiro — homem que fixa marcos divisorios —. Sahem das classes armadas — marinha e exercito — e das profissões civis. Não se descobre superioridade entre elles porque se consignificam no mérito.

Mas não é só tratando e dando realidade aos tratados que o fronteiro excelle. Ha a grande e illustre galeria dos campeadores, em cujo primeiro plano figuram Raphael

Pinto Bandeira e o 1.º Manoel Marques de Souza, José Borges do Canto e Manoel dos Santos Pedroso. Aos dois primeiros deve o Brasil os Campos Neutraes, região que ia da villa do Rio Grande para o sul; aos segundos todo o territorio de Missões, do Jacuhy ao Uruguay.

José de Abreu, Barão de Serro Largo; Francisco Pedro de Abreu, Barão de Jacuhy; Bento Gonçalves da Silva e Bento Manoel Ribeiro; David Canabarro; João Antonio da Silveira; os dois Silva Tavares, um delles Barão de Itaquy, o outro Visconde de Serro Alegre; Osorio, Marquez de Herval; o 2.º Manoel Marques de Souza; o Conde de Porto Alegre, todos generaes do Brasil, todos homens da fronteira meridional, aquella que mais custou a ser fixada, aquella que por quasi duzentos annos viveu ao sabôr das circumstancias de momento, ora descendo até ao Prata, ora subindo até Santa Catharina.

Mais para o norte ha aquelle magnifico Antonio João, fronteiro como ninguem o foi mais ou melhor. Elle só é um symbolo.

Subindo ainda mais na carta ha o Acre, episodio fronteiro dos nossos dias. Não era uma fronteira que figurasse nos convenios internacionaes mas foi criada pela propria necessidade. Houve, portanto, que mante-la a qualquer preço e os raianos a mantiveram. Placido de Castro, Gentil Norberto, Orlando Corrêa Lopes, Rodrigo de Carvalho, Joaquim Victor da Silva, Assis Memoria, José Carvalho, José Maria dos Santos, Ephigenio de Salles e tantos outros de natureza identica, com egual valimento, são os fautores desse limite.

Nos Campos do Pirára não ha lucta armada, mas ha protesto energico. Os capitães Pedro Joaquim Ayres e Barros Leal, juntamente com Frei José dos Santos Inocentes, sabem se conservar a prumo em face dos canhões inglezes do Tenente-Coronel Robert Schombourgh e do Tenente Edward Bingham.

Para não quebrar a regra brasileira de que onde ha invasão, ou ameaça, ha reacção, tem que ser lembrado, por fim, o nome de Veiga Cabral, que á frente de 14 companheiros, no Amapá, escorou por 3 1/2 horas o contingente francez forte de mais de 100 homens, do Capitão Lunier, que pagou com a vida a sua audaciosa empreza de forçar a fronteira do Brasil.

* * *

Este livro foi composto com estudos sobre algumas das principaes questões de fronteiras mencionadas atrás, com as biographias de fronteiros, que se notabilizaram nesses questões, e com episodio interessante occorrido durante a exploração do rio Javary.

Nesses trabalhos — alguns dos quaes já divulgados no “Jornal do Commercio” — não ha defesa de qualquer principio ou doutrina ou crêdo e nem a preocupação de investir quem quer que seja, homens ou nações de homens; mas, apenas, o animo de fazer conhecidos, em minucias, certos factos expressivos da Historia do Brasil e com isso resguardar os nomes de individualidades que se agigantaram na obra portentosa de delimitar as raias politicas do paiz.

Conhecendo esses factos e esses homens, melhor se explicará nosso orgulho pela grandeza da patria construida por nossos maiores e por nós proprios conservada.

II

AMAPÁ E PIRÁRA

(Investidas imperialistas á fronteira)

A independencia da America Meridional ainda não foi completada. Aquellas colonias europeas, no extremo norte, banhadas pelas aguas do Oceano Atlantico, são tres manchas na carta geographica do Continente, não apenas porque impedem que se diga que todas as terras sul-americanas são livres, como porque fazem lembrar que ainda ha povos que no Novo Mundo vivem sob regimen colonial, no opprobrio de sujeição a povos chamados de *élite*, trabalhando para senhores feudaes, dirigidas por feitores e contra-mestres, na semi-escravidão em que vivem os *fellahs* do Egypto e os párias da India e do Cabo.

Essa situação, vigorante nas Guyanas, quebra a unanimidade na autonomia reinante desde ha mais de cem annos na America do Sul, onde se formou concepção altamente humana para a vida individual e altamente nobre para a existencia em sociedade, e com isso mantendo em homens nascidos ao grande ar dessas terras a mentalidade imperialista gerada na Europa pequenissima e densamente povoada, em a qual para subsistir é preciso fazer recurso a meios e methodos que repugnam aos descendentes dos iberos.

Si é verdade que os paizes sul-americanos, na sua maioria, não podem sentir o incommodo dessa vizinhança,

porque distanciados de qualquer das colonias européas, o Brasil e a Venezuela, principalmente o Brasil que limita com as tres, teem razões de sobra para não esquecer a proximidade e arreceiar o attricto que não pode deixar de haver entre confinantes.

Na historia da formação territorial do Brasil, aliás, as mais serias investidas que soffreu sua linha de fronteira, partiram de duas das tres Guyanas: a franceza e a ingleza. Aquella invadindo o Amapá e esta o Pirára. Ambas visando estender dominio até á margem septentrional do rio Amazonas.

Com a Venezuela a avançada foi apenas da Grã-Bretanha rumo da margem direita do Orinoco.

Pretenderiam — quem sabe? — agglutinar toda a região limitada a nordeste e leste pelo Atlantico, ao sul pelo Amazonas e Negro, ao oeste pelo Casiquiare e Orinoco. Vastissima mesopotamia com mais de dois milhões de kilometros quadrados de area!

No que disse com a investida franceza sobre o Amapá foi possivel fazer voltar á razão os estadistas do *Quai d'Orsay*, induzindo-os a submeter a arbitramento a questão que elles mesmo suscitaram.

Tambem a habilidade dos diplomatas brasileiros conseguiu que os estadistas inglezes submettessem o deslinde a juizo arbitral.

E' que não temiamos a discussão dos nossos direitos diante de tribunal em que o Brasil ficasse em papel de igualdade com qualquer potencia.

De qualquer fórma vale recordar as duas graves questões, solucionadas ambas no começo do seculo em meio, não para discuti-las, o que seria bysantinismo, mas para não deixa-las esquecer, o que é salutar.

Foram investidas do imperialismo europeu á fronteira do Brasil, a qual não se rompeu mas teve de vergar em dois pontos, num delles voltando á posição normal, noutra formando um seio que não havia antes.

A M A P Á

A região chamada do Amapá, pretendida pela França, não é somente constituída pelas terras nas margens dos rios Amapá grande e Amapá pequeno, que desagüam no Oceano, ao norte da ilha de Maracá, no paralelo de 2º de latitude septentrional, como poderia parecer pela designação generalizada, mas toda a extensão que vai do rio Oyapoc ao rio Araguay, havendo mesmo quem defendesse a fronteira entre o Brasil e a Guyana Franceza pelo proprio rio Amazonas, isso no sentido norte-sul.

E' verdade, porém, que a maioria dos estudiosos do lado de lá argumentava com o rio Carapaporis, que desagua proximo ao cabo Norte.

Todos os cursos dagua ao sul do Oyapoc, aliás, serviriam e foram suggeridos como a servirem de limite entre as duas soberanias: Cassiporé, Counani, Calçoene, Mayacaré e até o "furo" do Araguay, cuja foz, estando ao sul da ilha do Bailique — no estuario do Amazonas — devia pertencer á França...

O que era preciso era fazer baixar a linha divisoria o mais possivel, o que importa em dizer, em penetrar o mais fundamente possivel em territorio do Brasil, uma vez que essa linha, pelo Tratado em vigôr, correria pelo *thatweg* do Oyapoc até a serra Tumuc-Humac, e por ella, pela sua cumiada, até á fronteira com a Guyana Hollandeza.

As aguas do Oyapoc e as grimpas da Tumuc-Humac...

O artigo VIII do Tratado de Utrecht, de 11 de Abril de 1713, entre João V, de Portugal, e Luiz XIV, de França, assim o reza:

"Afim de prevenir toda occasião de discordia, que poderia haver, entre os vassallos da Corôa de França e os da Corôa de Portugal, S. M. Christia-

nissima desistirá para sempre, como presentemente desiste, por este Tratado, pelos termos mais fortes e mais authenticos e com todas as clausulas que se requerem, como si ellas aqui fossem declaradas, assim em seu nome como no de seus descendentes, successores e herdeiros, de todo e qualquer direito e pretensão que pode ou poderá ter sobre a propriedade das terras chamadas do *Cabo Norte*, e situadas entre o Rio das Amazonas e o Rio Japoc, ou de Vicente Pinzão, sem conservar ou reter porção alguma das ditas terras, para que ellas sejam possuidas daqui em diante por S. M. Portugueza, seus descendentes, successores e herdeiros, com todos os direitos de soberania, poder absoluto e inteiro dominio, como parte de seus Estados, e lhe fiquem perpetuamente, sem que S. M. Portugueza, seus descendentes, successores e herdeiros, possam jamais ser perturbados na dita posse por S. M. Christianissima, seus descendentes, successores e herdeiros.”

Nada mais claro; nada mais eloquente.

Todas as convenções posteriores renovaram e confirmaram a disposição transcripta, em a qual o Oyapoc figura, sinão com todas as letras com que é graphado hoje, com outras que não permitem duvida sobre sua identidade: Japoc.

Assim foi no Tratado entre a França e a Grã-Bretanha (art. 24), da mesma data; no Tratado de Pariz, de 10 de Fevereiro de 1763 (art. 2.º); na Convenção de Pariz, de 28 de Agosto de 1817 (art. 1.º).

Não obstante tudo, porém, a França entendeu confundir, quando lhe aprouve, o rio Japoc ou Oyapoc, com o rio Araguay.

Informa Pandiá Calogeras, em “Da Regencia á Quêda de Rozas”, que um membro do Instituto de França

e da Societé de Geographie, irlandez, Warden, aproveitando um erro de impressão de Barreto, e intercalando uma latitude falsa na Corographia Brazilica, de Ayres de Casal, afirmou que era de $1^{\circ} 30'$ Norte a latitude do rio-fronteira de Utrecht. Seria, pois, o Araguay...

Em 4 de Abril de 1834, foi lido na Societé de Geographie o relatório de Leprieur. Fez epocha, e chamou a atenção de um funcionario superior do ministerio da marinha e das colonias, scientista de alto valor, cujo nome se celebrizou no pleito, d'Avezac...

Warden, em Novembro do mesmo anno, em novo livro, afirmou terem os francezes demonstrado que os limites, em 1713, eram o rio Iapoc, ou Vicente Pinzon, a N. O. do cabo Norte, o Araguay, e uma parallela ao Amazonas, mas que a posição vantajosa se apresentaria traçando a divisa pelo meio do Amazonas, o Negro, o Branco e o Tacutú...

E a 31 de Março de 1835, o Journal de la Marine publicava uma carta da Guyana, dando o nome de Yapoc ou Vicente Pinzon a um riacho a N. O. do cabo Norte...

Isso quer dizer, noutras palavras, que somente na costa do Atlantico haveria uma deslocação da fronteira superior a 200 kilometros, no sentido Norte-Sul, porque baixaria de $4^{\circ} 10'$ para $1^{\circ} 2'$ de latitude norte.

A divisa pelo interior seria riscada dessa posição de $1^{\circ} 2'$ pelo curso do Araguay até suas nascentes na serra Tumuc-Humac, de onde desceria para sudoeste até encontrar a confluencia dos rios Negro e Branco, na extensão linear de 1.200 kilometros, enquadrando as Guyanas hollandeza e ingleza em toda a extensão dos respectivos limites meridionaes. Era quasi o desaparecimento da Guyana Brasileira, antiga Guyana Portugueza, a vasta região ao norte do rio Amazonas. Nada menos de 260.000 kilometros quadrados de terras que seriam incorporadas á França e riscadas da carta dos dominios do Brasil.

Para diante surgiria a hypothese de outra divisa, mais meridional do que a precedente, porque correndo pelo meio do Amazonas, do Negro, do Branco e Tacutú.

* * *

A fixação dos francezes no extremo norte teve lugar no começo do Seculo XVII, quando foram expulsos da Capitania do Maranhão, que haviam chrisnado pomposamente de França Equinocial.

A região estava a bem dizer em completo abandono, desde a foz do Orinoco até á foz do Amazonas. Espanhoes e portuguezes, hollandezes e inglezes, haviam-na palmilhado, construindo feitorias e fortins, mas tudo abandonando dentro de curto prazo.

Assim foi que os francezes, para fundação de Cayenna, na parte mais oriental da região, não encontraram impelchios de qualquer genero. Nem para a fundação e nem para seu desenvolvimento no curso do Seculo XVII.

Já no começo da centuria seguinte "era Cayenna o principal centro da invasão franceza na bacia do Amazonas".

Quando o futuro João VI mandou invadir a Guyana, em 1809, por Manoel Marques D'Elvas Portugal e James Jeo, contava ella com organização completa, quer administrativa, quer militar.

E' com sua devolução á França, em 1817, que se tornam difficeis as negociações entre os dois Estados com relação aos limites que passariam a vigorar. Grã-Bretanha intervem na contenda sustentando os direitos de Portugal. Na Convenção firmada a 28 de Agosto desse anno, só ratificada por Luiz XVIII e João VI em 1818, ficou estipulado que a entrega seria feita até o rio Oyapoc, cuja embocadura está situada entre 4º e 5º de latitude septentrional. . .

Foi depois da Independencia, em 1822, que a investida franceza se operou, aproveitando a situação de incerteza criada na Provincia do Pará com as luctas politicas entre os partidarios de Vinagre e de Malcher, a tristemente celebre "cabanagem" que durou de 1834 a 1836. Quem se não queria envolver na revolução, emigrava para Cayenna. Os que temiam por seus crimes, tambem rumavam para o norte, em direcção ao Araguay, ao Amapá, ao Calçoene, ao proprio Oyapoc. Em pouco a zona ficou povoada de retirantes paraenses.

A' direcção da Guyana não passou despercebido o movimento migratorio e se aproveitou d'elle como pretexto para a invasão do territorio nacional.

O *Constitutionnel*, de Pariz, de 25 de Setembro de 1835, annunciava que o governo francez havia deferido a solicitação que lhe fôra endereçada pelo Conselho Colonial de Cayenna para a delimitação da Guyana com o Brasil, mandando occupar pelo Almirante Duperré o terreno litigioso...

Ao pedido de explicação do Ministro brasileiro, Luiz Moutinho de Lima Alvares da Silva, respondeu o Duque de Broglie tratar-se de estabelecimento provisorio de um posto de protecção a interesses francezes na margem direita do Oyapoc...

A 9 de Março do anno seguinte o Ministro do Commercio do gabinete Thiers declarava expressamente, de publico, que a occupação, antes provisorio, passara a definitiva, e que não mais seria no Oyapoc, mas no Araguay, que não se tratava de um posto, mas dos que fossem necessarios...

Em Agosto, o governador da Guyana communica a occupação ao Presidente do Pará, General Soares d'Andréa, futuro Barão de Caçapava, invocando o Tratado de Amiens, e terminando por dizer com mal velada ironia que esperava dahi proviessem maior approximação e mais intimidade nas relações dos dois povos.

A resposta que lhe dá Soares d'Andréa, em Outubro, é admiravel. Discute com conhecimento da causa que defende; argumenta impressionantemente; não chega á ameaça porque sabe que seria máo caminho. Intima, apenas, a retirada das tropas que se acham ao sul do Oyapoc, deixando aos respectivos governos a decisão amigavel da importante questão.

Bella e digna pagina de patriotismo do brasileiro adoptivo, diz Calogeras.

* * *

E' nos fins de 1837 que o governo brasileiro comprehende que o seu Ministro em Pariz, Luiz Moutinho, está compromettendo as negociações, substituindo-o por Araujo Ribeiro, futuro Visconde de Rio Grande.

A lucta do plenipotenciario com o governo francez, ou melhor, com os varios gabinetes que se succederam no poder, foi perigosa a mais não ser. Não poderia assumir qualquer attitude da qual não pudesse voltar atraz com dignidade. A França era uma potencia militar de primeira ordem, enquanto o Brasil era um paiz que se organizava com difficuldades de todo genero, quer internas, quer externas.

Não obstante tudo, porém, o diplomata mantem em nivel dignissimo as negociações, desde o começo até que em 1840, no mez de Janeiro, conseguiu que o Conselho de Ministros de França decidisse o abandono do posto militar no Amapá. Apenas o no Amapá. O outro, o no Maracá, proximo ao Oyapoc, foi esquecido pelo dito Conselho.

O impasse, nessas condições, continuou. O Brasil não poderia mandar proceder á demarcação da fronteira numa zona occupada. Araujo Ribeiro, então, preseguiu nas negociações.

A população do Rio de Janeiro, á vista da situação que se creara, sahe em auxilio do governo, *boycotando* as

mercadorias de origem franceza. Nunca uma collaboração foi mais efficaz e pertinente. Dentro em pouco os commerciantes dessa origem, estabelecidos na cidade, e eram muitos, começaram a sentir os effeitos da politica imperialista de Pariz, appellando para o Barão de Rouen, Ministro no Brasil, para que tomasse em consideração os clamores brasileiros sobre o territorio invadido.

Depois de 1840, até 1844, quando Araujo Ribeiro procede com Guizot, Ministro dos Estrangeiros, a troca das ratificações da Convenção assignada no Rio de Janeiro a 21 de Novembro de 1843, nada foi conseguido de aproveitavel. O forte Maracá, ao sul do Oyapoc, cujo nome mudaram para Malouet, continuaria occupado e em efficiencia bellica.

Emquanto isso a discussão nos meios scientificos continuava sobre qual o rio que seria o Japoc do Tratado de Utrecht: o Carapaporis, o Araguay, o Amazonas. O Oyapoc, affirmavam todos, não seria absolutamente.

O Brasil, entretanto, mantinha-se inflexivel no seu ponto de vista: o Japoc era o Oyapoc; a fronteira era por elle, da foz á nascente, e dahi pelo alto da serra Tumuc-Humac até á vista com a Guyana Hollandeza.

* * *

O factó é que com a transferencia de Araujo Ribeiro para Londres, afim de attender junto ao governo de St. James a questão suscitada pela invasão dos Campos do Pirára pela Inglaterra, os negocios sobre o Amapá cahiram no esquecimento, permanecendo occupado o forte Malouet.

No Brasil, á longa e grave crise interna succederam as luctas no Sul, com o Uruguay, Confederação Argentina e Paraguay. Aproveitando qualquer tregua ou oportunidade propicia, envidava-se esforços no sentido de deslindar a questão, como foi feito em 1854, quando o Senador Visconde de Uruguay (Paulino José Soares de Souza)

foi enviado a Pariz com esse fim, sem que houvesse lo-grado bom exito na missão.

Na França, onde a monarchia de Luiz Philippe es-boroara-se a 24 de Fevereiro de 1844, cedendo lugar á segunda Republica, não havia bastante vagar para o exame a fundo da questão dos limites na America Meridional.

Dahi o facto de ter o Brasil chegado ao regimen republicano, em 1889, tendo em aberto a Questão do Amapá com a França.

* * *

A situação na vasta zona que vai do Araguay ao Oyapoc manteve-se incerta até que, a 27 de Dezembro de 1894, um brasileiro, Veiga Cabral, á frente de pequeno grupo de partidarios de sua idéa, proclama a independencia da região á França, instituindo nella a Republica do Cunani.

O governador Chervain, da Guyana, informado do acontecimento, envia uma força de 130 homens, ao mando do Capitão Lunier, com o fim de restabelecer o dominio de seu pavilhão. Veiga Cabral resiste. Ha duro combate por 3 1/2 horas, embalde a desproporção dos effectivos: brasileiros 14 e mais o commandante; francezes 130. Os invasores tiveram 6 mortos e 20 feridos, enquanto os defensores do sólo patrio perderam 1 homem e tiveram 4 feridos a tratar.

O incidente teve o mérito de reavivar a questão, obrigando o governo brasileiro ás medidas que se impunham para o final deslindamento. Em 10 de Abril de 1897, no Rio de Janeiro, era assignado o Tratado submettendo o caso ao arbitramento do Presidente da Confederação Helvetica.

Ao arbitro foi commettido decidir, por forma inapel-lavel, qual o rio-limite entre a Guyana Franceza e o Brasil, e bem assim a raia interior que deveria prevalecer.

Para advogar os interesses do Brasil junto ao Presidente Hauser, foi nomeado o Barão do Rio Branco, por decreto de 22 de Novembro de 1898. Seu trabalho foi monumental. Exgotou o assumpto sob todas as formas, levando a convicção do direito brasileiro ao espirito do arbitro suiso.

O laudo, datado de 1.º de Dezembro de 1900, porisso, nos foi totalmente favoravel:

1.º) Porque, no sentido do Artigo VIII do Tratado de Utrecht, de 1713, o rio Japoc ou Vicente Pinzon, é o Oyapoc, cuja foz no Oceano Atlantico é a Oeste do cabo Orange, na latitude norte de 4º 0' 10";

2.º) Porque, a fronteira interna corre pelo *thalweg* do dito Oyapoc até sua nascente principal na serra Tumuc-Humac e pelas cumiadas dessa serra até encontrar a fronteira com a Guyana Hollandeza.

Isso importou em reconhecer que da area de 260.000 kilometros quadrados, pretendida pela França, só lhe couberam, como informa Oliveira Lima, 5.000 kilometros. Os restantes 255.000 ficaram com o Brasil.

Tudo, pois, como sustentaram invariavelmente os estadistas e diplomatas de Portugal e do Brasil.

Os da França, nos dois regimens politicos em que foi debatida a questão, tambem estariam convencidos disso, mas guiava-lhes os actos o appetite imperialista e não o desejo de justiça, de verdade, de respeito ao direito alheio.

Essa, em linhas geraes, a investida sobre a fronteira do Brasil, sempre chamada de Questão do Amapá e algumas vezes lembrada como a da Republica do Cunani.

* * *

Não será demais que se lembre ser a fronteira do Brasil com a Guyana Franceza a unica que não está ainda

demarcada no terreno, não por culpa do Brasil, mas por negligencia, ou que outro nome tenha, da França.

Informa Pandiá Calogeras, entretanto, que em 1840, quando se tratou de neutralizar a zona em litigio, para levar a effeito a demarcação das raias de limites, o Brasil nomeou seus commissarios ao Tenente-General Manoel da Costa Pinto, ao Contra-Almirante Roque de Senna Pereira, e ao Doutor Bernardo de Souza Franco, mas que "nunca se nomearam os funcionarios correspondentes por parte da França".

Consta do trabalho sobre a vida e obra do Almirante Barão de Ladario, publicado pelo Ministerio da Marinha, em opusculo, que esse inclyto fronteiro, em 1858, "foi nomeado e seguiu para a Amazonia a tratar dos limites com a colonia franceza na America do Sul, onde permaneceu até 1861, sem que se apresentasse para os trabalhos a serem feitos em commum o commissario francez Carpentier". E mais, que nesse periodo, enquanto esperava, explorou o Oyapoc e o Maçá, o Cassiporé ou Cachipour, o Conani, o Calçoene ou Carsewene, o Maiacaré, o sangradouro do Amapá e o Amapá grande ou d'Or, a costa do Atlantico desde a bahia do Oyapoc até ao estuario do Maracá (4.º 21' a 2.º 10' de latitude norte), ainda encontrando tempo para rectificar as coordenadas geograficas de Belém e de Cayenna.

Em 1895 e 1896 o Capitão Felinto Braga tambem explora a região.

De parte de França só ha noticia das explorações em 1831 a 1835, antes da invasão, portanto, de Leprieur no Oyapoc e no Uaçá, de Adam de la Bauve no Jary e outros affluentes do Amazonas; no Amazonas até o Trombetas; neste até 200 kilometros acima de sua foz; no Negro; no Branco até o forte brasileiro de São Joaquim, na fronteira com a Guyana Ingleza; no Uraricoera e no Parima; reconhecendo a serra de Pacaraima e as terras entre o Tacutú e o Rupununi.

Depois dessa epocha até a actualidade, nada se fez no sentido de dar forma concreta ao laudo arbitral do Presidente Hauser, em 1900.

PIRÁRA

A questão de limites do Brasil com a Guyana Ingleza é a menos conhecida, apesar de ter sido das mais melindrosas e das mais expressivas do desejo de expansão do Imperio Britannico na America do Sul.

A questão acreana foi dissidio entre Estados confiantes embora com a interferencia subrepticia de imperialismo de outras bandas.

Idem no que se refere ao chamado Territorio de Missões (Palmas), menos a intervenção de quem quer que fosse, que não houve, suscitada por questões de limites entre a Argentina e o Brasil, e que foi dirimida por arbitramento acatado pelos litigantes.

A do Amapá e a do Pirára é que se não justificaram por nenhuma forma. Tanto uma quanto outra deixaram claro o alvo que tiveram em mira os dois imperios europeus — França e Grã-Bretanha —: “a conquista da margem septentrional do Amazonas, ou, pelo menos, de parte della”.

A do Amapá, como já foi exposto, teve como pretexto a confusão na maneira de se escrever o nome de um rio, o Oyapoc, que no Tratado de Utrecht figura como o Japoc. O mais que ocorreu foi accessorio, secundario, carente de importancia.

No que diz com a Questão do Pirára, o pretexto foi outro e muito mais eloquente do que aquelle que serviu para a do Amapá: proteger os selvicolas da região que eram mantidos em escravidão pelos brasileiros... Nada mais e nada menos. O resto decorreria dessa preliminar tão expressiva.

Preliminarmente vale ser conhecida a região disputada. Joaquim Nabuco, nas suas Memórias ao árbitro, traçou-lhe os contornos: “entre o curso do Tacutú e o do Cotingo, a Oeste, e uma linha tirada da nascente do Cotingo para Leste, no sentido do divisor de águas, até um ponto visinho do monte Ayancanna, contiundo desse ponto para o Sudeste, sempre na direcção do mesmo divisor de águas, até o monte Annai, dahi pelo seu tributario mais proximo até o Rupununi, subindo este rio até á nascente e indo encontrar a do Tacutú”. (Artigo 2.º do Tratado de Arbitramento, citado na Exposição Final (Vol. IV — Tomo 20).

A area contida nessa linha mede 32.200 kilometros quadrados, a parte maior na bacia Amazonica e a menor na bacia do Essequibo.

Retenha-se a circumstancia de ser a maior parte do territorio pretendido na bacia do rio Amazonas, uma vez que nenhum direito, nunca, assistiu á Grã-Bretanha, e antes á Hollanda, nas vertentes meridionaes das serras Parima e Pacaraima, divisores das águas dos systemas fluviaes do Orinoco e do Essequibo, das do Branco, do systema amazonico.

Todos os ajustes internacionaes, desde o Tratado de Madrid, de 1750, invariavelmente reconheceram o dominio de Portugal sobre “todas as vertentes que cahirem para o rio das Amazonas ou Marañon”, da mesma forma que reconheceram como de outros dominios “todas as vertentes que cahirem para o Orinoco...”

A Inglaterra, aliás, sempre teve em respeito a divisão pactuada como que obedecendo á divisão feita pela propria Natureza. A partir da primeira occupação das terras que viriam a constituir sua colonia, em 1781, até a que o fez em character definitivo, em 1804, resultante da derrota da França, assim o foi.

Si é verdade que antes da occupação definitiva não sobrou tempo para a penetração a fundo, da data dessa

em diante succederam-se as viagens scientificas, religiosas e militares partidas do Atlantico, rumo Sul, pelo Esse- quibo, até o Rupununi, reconhecido e assinalado em 1811 como o limite das duas soberanias, a ingleza e a luzitana.

Em 1827, o governador da Guyana, elle mesmo, em documento bastante claro ao Foreign Office, descreveu a fronteira pela serra do Parima.

De quasi ás vesperras da invasão *manu militari*, em 1838, de terras brasileiras, porque antes indiscutivelmente portuguezas, aliás, o grande Joaquim Nabuco, no seu trabalho de advogado dos nossos direitos, alinhou provas inequivocas de que a Grã-Bretanha, sempre, havia acatado a soberania do Brasil sobre a região genericamente chamada do Pirára.

* * *

Feita a explicação, em synthese, do territorio sobre o qual versou o litigio entre o Brasil e a Inglaterra, co- meçado em 1838 e só liquidado em 1904, deve ser histo- riado, tambem em linhas geraes, como teve inicio a questão, qual o pretexto invocado, e como, alfim, teve remate.

E' necessario advertir, porém, que o trabalho nesse sentido é simples exame destinado á vulgarização, nada que faça esperar estudo profundo do caso, com argumen- tos novos que não hajam occorrido, com referencia a documentos que porventura houvessem surgido depois que o rei Vitorio Emanuele III dictou sua sentença em 6 de Junho de 1904.

Não é de crêr, aliás, que Joaquim Nabuco tivesse deixado qualquer coisa por dizer ou qualquer documento por apresentar ao arbitro. Da mesma forma que Rio Branco nas questões de Palmas e de Amapá, elle exgottou o assumpto referente ao Pirára. A accusação unica que recebeu, lembrada por Pandiá Calogeras, foi "de exag- gero nos meios de evidenciar a evidencia". Não logrou

victória completa, mas soube corresponder á confiança que se lhe outorgou. E' que o juiz do feito não era do molde do Presidente Hauser, da Suissa, e nem do Presidente Cleveland, dos Estados Unidos, que sentenciaram nos casos em os quaes o segundo Rio Branco funcionou como patrono da causa brasileira.

Além, portanto, do que escreveram Rio Branco e Joaquim Nabuco, sobre as tres questões mais graves que tivemos a sustentar em defesa do patrimonio territorial herdado de Portugal, nada ha a dizer, sinão apenas que repetir com outras palavras, visando resumir qualquer dos dissídios para da-los a conhecer. Assim fez Pandiá Calogeras em "A Politica Exterior do Imperio" e terão feito outros; assim é feito agora, apenas no afan de não deixar esquecer as investidas imperialistas á fronteira do paiz.

Proseguindo no relato passageiramente interrompido deve ser dicto que começaram em 1811 as visitas inglezas á linha divisoria da Guyana, succedendo-se dahi em diante com certa constancia. Nesse anno houve a missão integrada por van Sirtema, Hancock e Simon, enviada pelo governador de Demerara e Essequibo para visitar os índios da região. No anno seguinte é o sabio Charles Waterton que se aproxima do forte portuguez de São Joaquim, procurando recolher *curare*. Em 1828 é o Tenente Gullifer e o geographo Smith, ambos inglezes, que ultrapassam a raia e chegam ao forte São Joaquim, então já brasileiro em virtude da independencia politica do paiz.

E' em 1835 que surge na região o geographo Robert Schomburgh, allemão de nascimento, mas naturalizado inglez, como representante da Royal Geographic Society, de Londres. Ia determinar a geographia physica e astronomica do interior da Guyana, principalmente da cadeia de montanhas "que despeja os affluentes no Demerara e no Essequibo e outros rios dessa Colonia ou immediatamente contiguos. . ."

Rastreemos-lhe os passos: a 21 de Setembro parte de Georgetown, sobe o Cuyuni e o Essequibo, penetra o Rupununi até a foz no Annai; volta ao Rupununi que percorre até o lago Amacú. Antes de regressar esteve no forte São Joaquim, cujo comandante o agasalha.

Em 1837 volta Schomburgh á região, já com passaporte visado na Legação brasileira em Londres, uma vez que sua missão, agora, era official e não mais scientifica. Incumbira-lhe o governo de S. M. Britannica “de proceder ao exame da serra que forma a divisão das aguas das bacias do Amazonas e do Essequibo, divisa entre os dominios britannicos e brasileiros na America do Sul”.

Não veio só, porém, o geographo. Acompanhava-o o missionario protestante Youd, que já em Maio desse anno estabeleceu-se nos campos do Pirára, entre o gentio, predicando sua fé, e, possivelmente, as conveniencias do regimen colonial inglez sobre o regimen monarchico do Brasil.

“O territorio estava inteiramente na raia de dominio do Forte São Joaquim — distante delle 140 kilometros em linha recta — dominio que tambem exercia nas duas margens do Tacutú, no Mahú e até no Cotingo e no Rupununi, porque até ahi iam suas patrulhas constantemente, e desses rios iam os chefes indigenas ao Forte e á villa de São Felippe que lhe é dependencia, tão proxima se acha”.

Em Junho, Schomburgh e Youd, tangidos pelas chuvas reinantes na região nessa epocha, procuram abrigo no Forte, cujo comandante esmera-se em bem trata-los, fornecendo-lhes as duas melhores casas existentes nas paragens, providenciando sobre tudo que lhes fosse mistér, franqueando-lhes entrada onde quizessem e quando lhes aprouvesse.

Era ingenuamente bom o Capitão Pedro Ayres, hospitaleiro, amavel, isento de má fé, honesto á candura. Não

apenas suppria o que necessitavam os dois emissarios da Inglaterra, mas conversava-os e deixava que outros os conversassem, contando casos, referindo proezas, construindo projectos.

Foi assim que no curso da intimidade que se estabeleceu entre os brasileiros e seus hospedes, vieram estes a saber que certa gente submettia os indios a crueldades sob o pretexto de recrutar soldados para o exercito brasileiro...

Dahi o germen da idéa expansionista em Schomburgh e em Youd, logo depois adoptada pelo governo da Guyana e mais tarde pelo Gabinete inglez.

O inquerito sobre o local das pretensas crueldades, informa Nabuco, começou no mesmo instante: "si tinham sido em territorio inglez ou em territorio brasileiro; si aquem ou além do Rupununi".

O factó é que da data em diante a idéa de agglutinar a região em a qual os Macuxis eram tão cruelmente tratados não parou de crescer. Em Novembro, numa carta ao comandante do Forte, Pedro Ayres, já o pastor da Church Missionary Society, suscitava duvida sobre o dominio da região.

Informado, em Belém do Pará, do acontecimento, o general Soares d'Andréa, não obstante assoberbado pela invasão franceza no Amapá e pela revolta cruenta dos cabanos, envia o Capitão Barros Leal ao Forte São Joaquim para proceder inquerito e intimar a retirada de Youd e de Schomburgh do territorio brasileiro.

A noticia lhe havia chegado por intermedio do comandante da força aquartelada em Santarém, no Amazonas, Tenente-Coronel José Luiz de Souza, que a tinha recebido do Capitão Pedro Ayres.

Sabedor tambem do que occorria no Pirára, o governador Henry Light, da Guyana Britannica, dirige-se á metropole suggerindo a conveniencia de se apurar quanto antes a quem pertencia a região.

Emquanto isso, Schomburgh alinhava dados scientificos para demonstrar o direito inglez. Em relatorio de 15 de Julho de 1839 propunha a divisoria “pela serra, desde a nascente do Correntyne até o Tacutú, por este rio até sua confluencia com o Xuruma, dahi á nascente do Cotingo, pelo paralelo sul de 5° 9' 30”, na vertente septentrional dos montes Roraima...”

Isso vale em dizer que a região do Pirára passaria da soberania brasileira para a soberania ingleza e que os selvagens nella fixados não mais seriam recrutados com crueldade.

* * *

Foi datada de 28 de Novembro de 1840 a nota do governo inglez ao brasileiro participando a nova nomeação de Mr. Robert H. Schomburgh para levantar a carta da fronteira entre os dois dominios e para demarcála na occasião, terminando por advertir que o governo da Guyana havia recebido instrucções para não permittir qualquer usurpação (*empiètement*) no Pirára ou nos territorios visinhos da fronteira até agora occupados por tribus independentes...

De Palmerston — um dos grandes artifices na construcção do Imperio Britannico — o documento tão expressivo.

Logo em Fevereiro do anno seguinte, 1841, officiaes inglezes intimavam ao commandante do Forte de São Joaquim o seu abandono pelo destacamento que o guarnecia, isso á vista da expulsão do missionario Youd e por ordem do governo de S. M. Britannica. Concederam-lhe para isso o prazo de quatro mezes.

Era, não ha duvida, a imposição da doutrina do *res nullius*, de ninguem, sem posse de qualquer Estado. O forte alli instalado havia muito, a presença de officiaes e soldados brasileiros, de cathechistas tambem brasileiros,

de estabelecimentos de proprietarios da mesma origem, da ligação continuada com as auctoridades de Santarém e de Belém, nada valiam; como tambem não valiam os argumentos da posse immemorial por gente portugueza; os velhos tratados entre Portugal e Espanha em os quaes a região figurou sempre como daquelle reino não tinham importancia; os levantamentos topographicos levados a effeito por astrónomos luzitanos não seriam de molde a assegurar direitos ao Brasil.

As razões invocadas eram de lobo faminto a cordeiro indefeso.

Ao Brasil, no transe, só poderia valer a força moral dos seus direitos e a intelligencia dos seus estadistas, todos a braços com a falta de ordem interna, do extremo sul ao extremo norte, do oeste longinquo á orla do Atlantico.

Na hora mesma em que a jovem Nação procurava se comprehender, para tomar organização, o patrimonio territorial que lhe havia deixado a Corôa peninsular, soffria investidas pujantes, porque da França imperial e do Imperio Inglez.

Os homens de Estado, porém, estiveram á altura na circumstancia gravissima. José Marques Lisboa, Montezuma e Araujo Ribeiro, em Londres, junto ao Foreign Office, esmeram-se a mais não ser possivel para acalmar os appetites do conquistador inveterado.

No Rio de Janeiro é Aureliano Coutinho, na pasta do Exterior, quem chefia a lucta desigual na primeira phase, recommendando que se evite qualquer choque entre os brasileiros e os invasores.

Exgottam-se, afinal, os quatro mezes de prazo e o governo da Guyana, fiel á ameaça, envia ao Pirára duas expedições, uma scientifica, sob o commando de Robert Schomburgh, elevado ao posto de Tenente-Coronel, outra militar, composta por 2 officiaes, 40 soldados e 5 canhões,

A victoria não teria sido difficil, porque a guarnição brasileira ao forte São Joaquim era de um sargento e dez praças.

Não houve, porém, opposição armada. Ao Capitão Barros Leal só restou protestar, como protestou, contra a invasão.

Tambem ao governador do Pará só restou protestar, como protestou, junto ao governador da Guyana.

O Ministro do Exterior, no Rio, não apenas protestou junto ao representante da Grã-Bretanha, *Sir Hamilton Hamilton*, como pediu explicações que foram promettidas.

Emquanto isso, Schomburgh ia balisando a fronteira como queria e por onde lhe appetecia.

Deve-se, não ha duvida, á energia do diplomata Marques Lisbôa, irmão dignissimo de Tamandaré, tratando directamente do caso com o *premier* inglez, *Lord Aberdeen*, a declaração deste de que a missão confiada a Schomburgh era somente scientifica e que os marcos plantados por elle nenhuma significação outra teriam no futuro.

No relatorio do Governo Imperial, de 1843, está a declaração de que se havia chegado a accordo provisorio, com a neutralização do territorio ambicionado pela Grã-Bretanha. São desse documento as seguintes palavras de satisfação e de esperança:

“O destacamento de forças britannicas, que havia occupado o terreno contestado no lugar denominado Pirára, aquem da serra Pacaraima, foi mandado retirar, concordando os dois Governos em que o mesmo terreno seja considerado neutro, até que depois das necessarias explorações e exames, se ajuste definitivamente, pelas vias diplomaticas, o verdadeiro limite; e os marcos levantados, sem audiencia do Governo Imperial,

pelo Commissario explorador Britannico Mr. Schomburgh, foram mandados arrancar pelo Governo de S. M. a Rainha, segundo informou, ha pouco, o Ministro do Brasil em Londres”.

Não era tudo, mas era alguma coisa a neutralização.

* * *

Depois de Marques Lisbôa entrou em scena junto ao Foreign Office outro diplomata extraordinario: Araujo Ribeiro, que viria a ser o Visconde de Rio Grande. Levou para Londres a experiencia das negociações em Paris, sobre o Amapá. Homem de fronteira, porque sulriograndense, parecia fadado a ser immiscuido nas questões de limites do extremo septentrional.

A proposito vale que se lembre não ser Araujo Ribeiro o unico gaúcho chamado a dirimir luctas raianas no Norte. Além d'elle houve Marques Lisbôa, que obteve a neutralização da zona do Pirára; o sabio Joaquim Caetano da Silva, auctor da obra em a qual Rio Branco assentou seu trabalho de advogado na questão do Amapá: “L'Oyapoc et l'Amazone”; Plácido de Castro, Gentil Norberto, Orlando Corrêa Lopes e Assis Brasil na questão acreana, os primeiros fazendo prova á Bolivia, pelas armas, da impossibilidade em que estava de exercer dominio sobre a região e impedindo que ella passasse aos agentes do imperialismo norte-americano, o ultimo tornando inexistente o Tratado Aramayo, da Bolivia com o Bolivian-Syndicate, e collaborando com Rio Branco no Tratado de Petropolis.

Voltando a Araujo Ribeiro, removido de França para a Inglaterra, por decreto de 27 de Abril de 1843, para em missão especial e como Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario tratar da questão em aberto, deve ser dito que sua acção foi intelligente, tenaz e digna.

Pela frente encontrou Aberdeen, paradigma da tenacidade de sua raça. Em Outubro propõe-lhe os seguintes limites:

“Começa a fronteira a Oeste da serra Pacaraima, segue por esta, para Este até ás nascentes do rio Mahú; dahi, pelo *divortium aquarum* entre as bacias do Amazonas e do Atlantico, indo em rumo do Rupununi até á margem esquerda delle, no ponto mais proximo ao monte Annay, approximadamente a 4º de latitude Norte do Equador; subirá as aguas do Rupununi até 2º de latitude Norte, onde por esse paralelo seguirá para Este, até onde terminarem as possessões de S. M. Britannica”.

O inglez não aceitou. Era uma questão moral e uma questão territorial. A Grã-Bretanha havia promettido protecção aos Macuxis do Pirará e tinha que dá-la a qualquer preço...

Não obstante tudo, até fins de Novembro o plenipotenciario brasileiro procurou entendimento suasorio com o governo da rainha Victoria. Tudo, porém, em vão. A determinação de fazer baixar até o rio Branco, e possivelmente até o rio Amazonas, a zona de dominação britannica, era muito forte para ceder aos argumentos historicos e juridicos invocados por Marques Lisbôa e repetidos por Araujo Ribeiro. Com effeito, a 23 desse mez, o Foreign Office, em nota levada á Legação do Brasil, rompia sem prazo as negociações. A Araujo Ribeiro, pois, só restou fazer o que fez: pedir os passaportes.

* * *

Dahi em diante a questão permaneceu a bem dizer paralyzada. A Grã-Bretanha não cedia; o Brasil tambem

não capitulava. De quando em vez, como para interromper a prescrição compulsoria, apparecia uma reclamação, ora de um colitigante, ora do outro, sempre a proposito da fronteira, sem que nenhuma das partes provocasse a explicação definitiva.

O governo inglez, mais preocupado com o combate ao trafico africano, que prejudicava sua producção assu-careira de Demerara, não dispunha de vagareş. Havia, além disso, a questão do Prata a distrahir a attenção dos estadistas de Londres e dos diplomatas britannicos em todas as capitaeas da America do Sul, inclusive no Rio de Janeiro.

O Brasil, por sua vez, continuava ás voltas com a instabilidade interna e com as ameaças que lhe vinham de fóra, principalmente do Sul, não podendo dess'arte preocupar-se demasiado com aquellas longes terras do extremo Norte, pouco ou quasi nada habitadas, e que se conservavam neutralizadas.

Os trabalhos sobre a verdadeira linha divisoria entre os dois dominios, feitos na epocha por Duarte da Ponte Ribeiro, e que seriam confirmados pela Comissão exploradora da chefia do Tenente-Coronel Frederico Carneiro de Campos, tinham apenas character historico e scientifico, nada alterando no *stato quo*.

O mesmo em relação ao novo exame da questão, em todos os seus elementos, levado a termo, em conjuncto, por Paulino José Soares de Souza, Lopes Gama e Miguel Calmon.

Para uns e outros a divisa seria, em ultima analyse, aquella que o futuro Barão da Ponte Ribeiro havia descripto, com pequenas variantes suggeridas pelos exploradores:

“A serra Pacaraima até o monte Annay, por 3.º 55' 6” de latitude Norte, e 59.º de longitude Oeste de Greenwich; dahi ao Rupununi, aguas

acima até 2.º 8' de latitude Norte e 58.º 10' de longitude Oeste. . .”

A republica, em 1889, herdou a questão em aberto. Coisa alguma havia sido adiantada desde que Araujo Ribeiro, em 1843, conseguira a retirada das tropas inglezas de occupação ao Pirára.

E' o Ministro Souza Corrêa, em Londres, junto a Salisbury, nos ultimos annos do seculo passado, quem reenceta as negociações sobre os limites do Brasil com a Guyana Ingleza, negociações que seriam continuadas em 1901 por Joaquim Nabuco. De fato, o Tratado de Arbitramento para o definitivo deslindamento da questão, datado de 6 de Novembro daquelle anno, trouxe sua assignatura ao lado da do Marquez de Landsdowne.

O arbitro escolhido foi o rei da Italia, Vitorio Emanuele III.

A raia em a qual assentou o advogado do Brasil as suas razões foi a mesma já referida e que se pode synthetizar em poucas palavras: o *divortium aquarum* na serra Pacaraima e dahi á serra do Acaray.

As Memorias de Joaquim Nabuco succedem-se, umas ás outras, cada qual mais erudita, cada uma mais convincente do que a outra, mais forte de verdade e de convicção pelo direito brasileiro.

A primeira foi entregue a 27 de Fevereiro, a segunda a 26 de Setembro, ambas de 1903; a terceira e ultima datou-a de 25 de Fevereiro de 1904.

Leu-as o arbitro ou seu assessor?

Ninguém sabe e jámais virá a sabe-lo. O que não ha duvida é que o laudo arbitral, subscripto na Cidade Eterna a 6 de Junho de 1904, e entregue no Palacio do Quirinal ao Embaixador Joaquim Nabuco, do Brasil, e ao Embaixador Francis Bertie, da Grã-Bretanha, dividiu o territorio litigioso em duas partes, não eguaes uma á outra, mas differentes: a primeira, a maior, para o Im-

perio Britannico; a segunda, a menor, para a Republica dos Estados Unidos do Brasil.

As cifras indicativas da extensão de cada parte dizem melhor da sentença: Grã-Bretanha 19.630 kilometros quadrados; Brasil 13.570 kilometros quadrados.

Não foi tudo, entretanto, porque a Inglaterra ganhou o direito de acesso ao rio Amazonas por via dos rios Tacutú e Mahú.

* * *

Toda gente, commentando a sentença do rei da Italia, assignala a circumstancia de que foi a da Pirára a unica questão de limites que o Brasil não ganhou.

Tenho para mim, entretanto, que constituiu victoria, e bem grande, tê-la visto dirimida com tão exiguo prejuizo. Aquelles 20.000 kilometros quadrados de terras perdidas foram um nada diante do que poderia ter sido o agglutinamento britannico se Robert Schomburgh e o pastor Youd, em 1835, não encontrando o Capitão Pedro Ayres, do forte São Joaquim, e em 1838 o Capitão Barros Leal, ambos nos Campos do Pirára e no lago Amacú, houvessem podido descer pelo rio Branco e pelo rio Negro até o rio das Amazonas, nas respectivas missões *scientifica* e *evangelizadora*...

III

TERRITORIO DE PALMAS

Questão com a Republica Argentina

A' parte o territorio que se estende do sul de Santa Catharina ao estuario do rio da Prata, no sentido nortesul, e do Oceano Atlantico ao rio Uruguay, no sentido leste-oeste, onde se constituiram a Republica Oriental do Uruguay e o Rio Grande do Sul, disputado entre Portugal e Espanha, primeiro, e entre o Brasil e a Argentina depois, aquella tornada independente por força do desejo de seu povo e este tambem por desejo de seus homens incorporado ao Brasil, as questões importantes suscitadas com este, por posses territoriaes, resumem-se nas seguintes:

Amapá com a França ;
Pirára com a Grã-Bretanha ;
Acre com a Bolivia e com o Perú ;
Palmas com a Argentina.

Os litigios com a França, com a Grã-Bretanha e com a Bolivia e Perú foram objectos de capitulos especiais deste trabalho.

Referente á questão com a Republica Argentina é que será este estudo, no molde dos outros, visando apenas faze-lo conhecido de toda gente, ou melhor, dos que se preoccupam com o passado patrio.

Em primeiro lugar deve ser sabido que a designação de "Missões", dada pelos argentinos ao territorio que disputou ao Brasil, é totalmente destituída de procedencia. Rio Branco, advogado nosso junto ao arbitro, condemnou-a por inadequada. Em verdade, a região das antigas Missões Jesuíticas do Uruguay não comprehende as terras ao norte do rio Uruguay, da foz do Pepery-guassú para Leste. As reduções fundadas pelos padres da Companhia de Jesus, segundo o mappa do Coronel Jonathas da Costa Rego Monteiro (Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul — 1.º Trimestre de 1939), mostra-se inteiramente abaixo do rio Uruguay, onde suas aguas dividem o Rio Grande do Sul de Santa Catharina: São Joaquim, na margem direita do rio Pardo; Jesus-Maria, tambem na margem direita do rio Pardo; idem com a de San Christoval; a de Sant'Anna, na margem esquerda do Jacuhy; Santa Tereza, nas pontas do mesmo rio; Natividade, nas vertentes do Ivahy, nas fraldas da serra de S. Martinho; São Cosmé e São Damião á margem direita do Ibicuhy; São Miguel, occupava posição identica mais ao norte; São Carlos de Caapi, ao norte do Ijuhy grande; Apostolos de Caaçapaguassú, entre o Ijuhy grande e o Ijuhy mirim; San Joseph, entre o Toropy e o Jaguary, na encosta da coxilha de São Xavier; São Thomé, á margem direita do Jacuhyzinho, afluente do Jaguary; Martyres do Caaró, entre o Piratiny e o Ijuhy; Candelaria ou Caçapamini, entre os mesmos rios, perto da coxilha do Pirapó; Assumpção, situada ao norte do Ijuhy grande, na fralda da serra; São Joanes, na margem esquerda do Ijuhy; São Nicolau, na margem sul do Piratiny; São Xavier, á margem esquerda do Camaquã. Todas ellas destruidas pelos "bandeirantes".

Quanto ás posteriores, fundadas entre 1687 e 1707, algumas sobre as ruinas que escaparam á sanha dos mamelucos, são tambem todas em territorio sul-riogran-

dense, isto é, ao sul do rio Uruguay, quando este inflecte para Leste: São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Borja, São Lourenço, São João e Santo Angelo, conforme informa Capistrano de Abreu *in* "Capitulos da Historia Colonial" (1.º volume).

O territorio pretendido pela Argentina, porque limitado ao norte pelo rio Iguassú, a leste pelos rios Jangada-Chapecó ou Chopim-Chapecó, a oeste pelos rios Pepiry-guassú e Santo Antonio, e ao sul pelo Uruguay, é o de Palmas, no oeste catharinense. Quasi tudo ahi, de facto, tem o nome de Palmas: campos, villa principal ao tempo, morro e etc. E', de resto, a maior parte do contestado entre os Estados brasileiros de Santa Catharina e Paraná.

Mais de 25.000 kilometros quadrados!

* * *

O litigio possessorio foi suscitado pela confusão sobre quais seriam os rios referidos no artigo 5.º do Tratado de Madrid, de 13 de Janeiro de 1750, que descreveu os limites accordados entre S. M. Fidelissima e S. M. Catholica, respectivamente Fernando VI, de Espanha, e João V, de Portugal, nas suas conquistas na America Meridional.

Reza o artigo citado que a fronteira: "subirá desde a bocca do Ibicuhy pelo alveo do Uruguay, até encontrar o do rio Pepiry ou Pequiri, que desagua na margem Occidental do Uruguay; e continuará pelo alveo do Pepiri acima, até á sua margem principal; desde a qual proseguirá pelo mais alto do terreno até á cabeceira principal do rio vizinho, que desemboque no Rio Grande de Curitiba, por outro nome chamado Iguaçú. Pelo alveo do dito rio mais vizinho da Origem do Pepiri, e depois pelo do Iguaçú, ao Rio Grande de Curitiba, continuará a Raya até onde o mesmo Iguaçú desemboca na margem

Oriental do Paraná; e desde esta bocca proseguirá pelo alveo do Paraná acima, até onde se lhe ajuntar o Rio Igurey pela sua margem Occidental”.

Assignado na capital do reino espanhol o Tratado em que foi lançada a base da politica americanista e pelo qual foi derogado para todo o sempre o Tratado de Tordesillas, pactuado quando a America era apenas uma hypothese empolgante, tratou-se das instrucções para as demarcações a serem feitas por duas commissões, a da zona norte e a da zona sul.

A commissão do sul teve como chefe portuguez Gomes Freire de Andrade, que a dividiu em tres partidas, correspondendo ao mesmo numero de sectores: 1.^a) do Castilhos Grande ao Ibicuhy; 2.^a) do Ibicuhy ao Igurey; 3.^a) do Igurey ao Jaurú, onde findava a zona sul e começava a zona norte.

No caso, portanto, a que interessa é a segunda partida, que teve como chefe o Coronel José Fernandes Pinto de Alpoym, por astrónomo o Capitão Antonio da Veiga Andrade e como geographo o Alferes Manoel Pacheco de Christo, isso da banda luzitana. Por parte de Espanha era chefe D. Francisco de Arguedas, geographo o Alferes D. Francisco Milhau y Moraval e como astrónomo o Alferes de Navio D. Juan Norberto Marron.

Iniciadas as operações no terreno a 1.^o de Fevereiro de 1759 — segundo informa Leopoldo Nery da Fonseca Junior em “Fronteiras do Sector Sul”, repositório precioso para o estudo da questão — no começo de Maio foi desprendida uma turma mixta de espanhoes e portuguezes, commandada e dirigida pelo Sargento Antonio Barreto, com a incumbencia de explorar a nascente do Pepiry.

A 26 de Setembro a turma expediçionaria regressava ao acampamento do Salto de Iguassú sem haver identificado a nascente procurada, — “porquanto deram numa região onde esta se defronta com a do Santo Antonio e

a do Uruga-hy, affluente do Paraná, que julgaram ser o Pepiry.”

Nesse engano do Sargento Barreto assentou, como principal, a razão do litigio que só viria a ser dirimido nos nossos dias, porque em 5 de Fevereiro de 1895, com o laudo do Presidente Glover Cleveland, dos Estados Unidos.

O engano secundario ou accessorio occorreria em seguida, quando o geographo espanhol Francisco Milhau y Moraval, tambem despachado a procurar a nascente do Pepiry-guassú, mandou informar aos chefes já haver transposto uma serra, dando numa vertente que corria para o Sul e que seria o Pepiry. . .

Estava-se em fins de Novembro, no dia 26, quando a estação que se approximava não mais permittiria os trabalhos de campo. Ficou resolvido, então, regressar a São Nicolau, no territorio de Missões, acceitando-se a descoberta do geographo castelhano como si fôra, de facto, o rio procurado — Pepiry-guassú — quando era o Uruga-hy, affluente do Paraná.

Milhau confirmara o erro de Barreto.

* * *

Depois vem o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, onde já as posses portuguezas vieram diminuidas, principalmente no extremo sul, onde se lhe tirou o direito á margem do rio Uruguay, desde a foz até o Pepiry-guassú, quando aquelle inflecte em direcção a Leste. Apesar de tudo, porém, lá está no artigo VIII, na integra repetido, o artigo V do Tratado de Madrid, de 1750: “. o Pepiri-guaçu até sua origem principal; e desde esta pelo mais alto do terreno, debaixo das regras dadas no artigo VI, continuará a encontrar as correntes do Rio Santo Antonio, que desemboca no Grande de Curitiba, por outro nome chamado Iguaçu. . .”

As instruções para os trabalhos, datadas de 1779, deixaram expresso que os rios a demarcar eram os mesmos de 1759, "individuos por suas latitudes nas embocaduras respectivas, e pelo numero ordinal da do Santo Antonio em relação a um marco natural indiscutivel e indiscutido, o Salto Grande do Iguassú..."

Era simples e era claro.

Os demarcadores, procurando seguir os traços dos predecessores, consignados nas instruções, entraram pelo Trigoty, hoje rio da Varzea, e chegaram mais de meio gráo a Leste da barra do verdadeiro Uruguay-puitã, da qual distaria 2 1/2 leguas a bocca do Pepiri-guassú...

Os commissarios de uma e outra banda, José de Saldanha e Joachin Gundin, na procura então empreendida, chegaram ao rio Apitereby, hoje das Antas, que tomaram pelo Pepiri-guassú.

Essas as informações, quasi com as mesmas palavras, que Rio Branco ministrou ao arbitro, aggregando a ellas o esclarecimento de que só com o apparecimento de um *Diario da Demarcação de 1759*, é que os commissarios comprehenderam o erro praticado, voltando honradamente a procurar o rio Pepiri-guassú, encontrando-o Saldanha em 28 de Julho e Gundin chegando a elle a 13 de Agosto de 1788.

No anno seguinte, entretanto, um dos de Espanha, de nome Varella, em cujas mãos fôra encontrado o *Diario de 1759*, declarou que o resultado da primeira expedição (Apitereby), e não da segunda (Pepiri-guassú), é que estava certo.

Dahi em diante não houve como os de Portugal fizessem voltar atraz os de Castella. Aferraram-se ao erro e o mantiveram com afinco, como o manteriam os herdeiros e successores até o remate do dissidio.

Outras tentativas de accordo foram feitas por outros demarcadores: Chagas Santos por parte de Portugal; Oyárvide por parte de Espanha.

A situação, todavia, permaneceu porque cada partida com sua opinião. A Castelhana teimava em que o Pepiri-guassú era o Chapecó e em que o Chopim era o Santo Antonio referidos nos dois tratados de limites.

Por essas e outras razões foram suspensas as demarcações para dar cumprimento ao Tratado de Santo Ildefonso, de 1777.

* * *

Em 1801, Portugal e Espanha empenharam-se em nova guerra, dando expansão ao velho odio que sempre separou as gentes das duas patrias, o qual, como sempre, repercutiria na America.

E' nesse anno, de facto, que José Borges do Canto e Manoel dos Santos Pedroso, aquelle com 15 companheiros e este com 20, sahindo de Rio Pardo avançaram sobre o verdadeiro territorio de Missões do Uruguay, levando de vencida as tropas espanholas, tomando os fortes levantados desde as nascentes do Jacuhy até ao Uruguay, deslocando assim a fronteira novamente para junto do grande curso dagua. Não apenas deslocaram-na como a mantiveram a despeito das multiplas investidas do lado opposto, partidas de Buenos-Aires.

A noticia da assignatura da paz, em Badajóz, no dia 6 de Junho de 1801, só chegou ao Rio Grande do Sul em Dezembro, quando a fronteira já estava no Ibicuhy e no Uruguay, desabusadas as hostes castelhanas.

Apezar desse Tratado não cogitar dos limites nas possessões americanas, o que faria presupôr a volta ao regimen do Tratado de Santo Ildefonso, Borges do Canto e Santos Pedroso, então já apoiados por elementos officiais, permaneceriam no resguardo de suas conquistas.

“Ficava, alfim, de novo annexada a provincia do Rio Grande aos dominios portuguezes, por feito da glo-

riosa audacia de homens de valôr pouco commum”, commenta Fernando Nobre em “As Fronteiras do Sul.”

Esse capitulo da Historia do Brasil, diga-se de passagem, ainda está á espera do cantor que a deva universalizar.

Voltando ao assumpto deve ser dito que a invasão ingleza do rio da Prata, por Whitelock, em 5 de Julho de 1807, e as luctas pela independencia, iniciadas em 1810, relegaram a um segundo plano bem distante a questão suscitada na demarcação do pequeno trecho que vai do Pepiri-guassú ao Iguassú. Era uma insignificancia, em verdade, ao lado da magnitude das demais questões em equação, inclusive a occupação da Banda Oriental do Uruguay pelo Brasil.

Não obstante tudo, entretanto, em 30 de Janeiro de 1819, o general Barão de Laguna accitou a proposta que lhe foi apresentada para a divisa convencional entre o Brásil e a Banda Oriental até que os respectivos governos ajustassem outros limites: “começava no Oceano, junto ao forte de Santa Tereza, seguia terras a dentro até o forte de São Miguel, arroio São Luiz, margem occidental da lagôa Mirim, rios Jaguarão, Jaguarão-Chico, Negro e das nascentes do Arapehy pelo seu curso até o Uruguay”.

Dois anos passados, porque em 1821, o Arapehy era substituido pelo Quarahim.

Era o que haveria de prevalecer como fronteira meridional, dahi por diante, até a completa organização da Republica do Uruguay, da Republica Argentina e do Imperio do Brasil.

* * *

A primeira metade do Seculo XIX é de agitação na America do Sul, quer de ordem interna, nos paizes que se formaram nas antigas possessões espanholas e por-

tuguezas, quer de ordem internacional, resultante de des-intelligências entre uns e outros dos novos Estados e de alguns desses com potencias de outros Continentes.

No Sul, no lado do Atlantico, essa agitação assume proporções maiores. Rio Grande do Sul, Banda Oriental e Confederação Argentina são centros de effervescencia politica e de melindres com os vizinhos. Como para aggravar a atmospheria sempre carregada, as esquadras ingleza e franceza rondam sem cessar o estuario do rio da Prata, penetrando-o quando lhes apraz, intervindo nas contendias domesticas sob qualquer pretexto. Surgem, então, mercê do ambiente, figuras grandiosas de chefes locais: Rosas e Quiroga, na Argentina; Artigas e Rivera, no Uruguay; Bento Gonçalves e David Canabarro, no Rio Grande do Sul; Francia no Paraguay. São expressões dos respectivos povos na ansia de se explicarem a si mesmos e de se fazerem entendidos uns pelos outros. O tempo, desbastando-lhes os angulos, deixou que se os visse na plenitude das respectivas personalidades traduzindo cada uma dellas a influencia da Terra moça.

O Uruguay é o pomo de discordia entre o Imperio do Brasil e a Confederação Argentina, como antes fôra a Colonia do Sacramento entre Espanha e Portugal.

O povo oriental debate-se arduamente entre os dois gigantes que o cercam, procurando manter-se livre de um e de outro.

O Paraguay é o Dr. Francia — "*José Gaspar Rodriguez de Francia, teólogo y jurista, de pasiones concentradas, voluntad inflexible e imperiosa, incorruptible e inexorable, astuto, dissimulado y calculador, adusto, desamorado y cruel*" — que enxerga o que se passa com o Uruguay e procura evitar o mesmo para sua patria. Não admite sequer a hypothese da incorporação do Paraguay á Argentina como pretende Rosas,

No extremo sul brasileiro repercutiam as vibrações de além raias e as que se formavam no centro e norte do Imperio. Seria o algodão entre cristaes da imagem tornada universal, si não o habitasse um povo que se havia formado e desenvolvido com armas na mão, nas avançadas rumo do rio Uruguay e nos recuos sangrentos quando a linha divisoria das soberanias era deslocada para o norte e para leste. Não era, de conseguinte, corpo social indifferente ás vibrações externas. Vibrava tambem. Dahi, em ultima analyse, a Guerra dos Farrapos.

A fronteira entre o Uruguay e o Brasil ficou praticamente definida em consequencia da guerra terminada na Batalha do Passo do Rosario, em Fevereiro de 1827.

A com a Argentina estava definida desde a foz do Quarahim no Uruguay até onde esse rio muda a direcção do curso para o oriente, em frente ao Pepiri-guassú. Faltava apenas o trecho que vai desse ultimo ponto até o rio Iguassú. Era minucia de que os tempos não permittiam cogitar a sério. Ao depois, a região era quasi inhabitada.

E' em 1857, aos 14 de Dezembro, depois da pacificação geral, que José Maria da Silva Paranhos, como Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Missão Especial do Brasil junto ao Governo da Confederação Argentina, assigna na cidade de Paraná, com os Ministros do Interior, e das Relações Exteriores desse paiz, D. Santiago Derqui e D. Bernabé Lopez, respectivamente, o primeiro Tratado de Limites entre os dois Estados.

Nenhuma novidade no ajuste. A fronteira era o rio Uruguay desde o Quarahim ao Pepiri-guassú; correndo pelo Pepiri-guassú até suas nascentes; dahi pelo mais alto do terreno, a encontrar a cabeceira principal do Santo Antonio até sua entrada no Iguassú ou Rio Grande de Curitiba, e por este até á sua confluencia com o

Paraná... Tal qual como nos tratados de Madrid e de Santo Ildefonso.

Por seguro, entretanto, fazem consignar no artigo 2.º do Tratado que os rios Pepiri-guassú e Santo Antonio referidos no artigo 1.º, “são os que foram reconhecidos em 1759...”

Dizem os historiadores argentinos que essa clausula foi introduzida pelo Plenipotenciario brasileiro, o que não é crível, uma vez que elle deveria saber como ninguem que o Pepiri-guassú e o Santo Antonio da exploração de 1759 não eram os verdadeiros, porque mais ao oriente do que estes.

A imprensa local, apesar de tudo, alarma a população, atacando o Tratado, fazendo crêr, principalmente, que se tratava da perda do *Territorio de Missões*.

No Congresso Argentino houve quem propuzesse a modificação seguinte ao artigo 2.º do Tratado:

“Fica entendido que os rios Pepiri-guassú e Santo Antonio, que se designam como limites, são os que se acham mais ao Oriente como esses nomes, segundo consta da operação citada...”

Isso quer dizer, noutras palavras, que se reconhecia, em primeiro lugar, a existencia de dois Pepiri-guassú e de dois Santo Antonio, e em segundo, que os que convinham eram “os que se acham mais ao Oriente”, isto é, aquelles rios que o Sargento Barreto e o geographo Milhau, em 1759, acreditaram erradamente que eram os referidos no Tratado de Madrid.

Falou-se e escreveu-se, então, que se despojava a Nação Argentina de 4.500 leguas quadradas de territorio.

A verdade verdadeira, porém, ninguem soube na occasião, ou si soube não quiz referir francamente, e que é ter ficado a homologação do Tratado do Paraná dependente do auxilio do Brasil a Urquiza para poder este

dominar a Provincia de Buenos Aires que se tinha rebellado contra sua politica.

O facto é que por não ter querido o governo brasileiro annuir aos desejos de Urquiza, o Tratado não logrou approvação, continuando as coisas como estavam.

* * *

Depois do episodio do Tratado de Paraná, de 1857, somente em 1886 é que se volta a cogitar dos limites com a Republica Argentina. Entre essas datas tinha havido a Campanha do Uruguay (1864) e a Guerra do Paraguay (1865/1870), que relegaram as divisas a plano secundario.

De facto, depois do malogrado ajuste firmado pelo futuro Visconde de Rio Branco e pelos Ministros argentinos Derqui e Lopez, segue-se o Tratado de 28 de Setembro de 1885, assignado em Buenos-Aires pelo Plenipotenciario Leonel de Alencar e o Chanceller argentino Francisco Ortiz, "para reconhecimento dos rios Pepiri-guassú e Santo Antonio, Chapecó ou Pequiri-guassú e Chopim ou Santo Antonio-guassú, e do territorio que os separa e está em litigio entre o Brasil e a Republica Argentina".

Ia-se começar certo desta vez, porque pelo reconhecimento dos rios que a negligencia dos demarcadores dos Tratados de 1750 e 1777 haviam confundido tão lamentavelmente.

A simples menção desses cursos dagua, no Tratado, deixa patente a confusão que permanecia: Pepiri-guassú, correspondendo de sul para norte (contravertendo) com o Santo Antonio; Chapecó ou Pequiri-guassú contravertendo com o Chopim ou Santo Antonio-guassú.

Eram dois grupos de dois rios cada grupo.

O exame de qualquer carta mostra que os rios do primeiro grupo — Pepiri-guassú e Santo Antonio —

sucedem-se, um ao outro, no sentido sul-norte, que foi sempre o sentido da fronteira entre os domínios de Portugal como Espanha; ao passo que os do segundo grupo — Chapecó e Chopim — não teem successão entre si, uma vez que ambos sahindo de Leste rumam para Oeste, formando angulo agudo. Nada que lembre o meridiano a prevalecer.

No curso dos trabalhos de reconhecimento, não apenas dos rios mencionados, mas do territorio comprehendido entre os dois grupos de rios, surge — naturalmente com origem argentina — um novo rio a substituir aquelle que davam como sendo o Santo Antonio-guassú, e que era o Chopim: o rio Jangada. É excusado lembrar que esse Jangada que passou a substituir o Chopim nas pretensões argentinas está bastante mais para o Oriente do que o outro (quasi dois grãos de latitude). A area em litigio, dess'arte, agrandou-se.

E'ahi que occorre a idéa de ser submettida a questão ao arbitramento do Presidente dos Estados Unidos da America do Norte. O Tratado para isso foi assignado em Buenos Aires, a 7 de Setembro de 1889 e promulgado no Rio de Janeiro a 5 de Novembro do mesmo anno, o que vem a ser nas vespéras da proclamação da Republica.

Vale dizer, todavia, que o arbitramento, pela letra do Tratado, só teria lugar si no prazo de 90 dias, contados da data da conclusão do reconhecimento do terreno entre os rios Chapecó ou Pequiri-guassú e Jangada ou Santo Antonio-guassú, não chegassem a accordo os plenipotenciarios das duas bandas.

A Republica encontrou em aberto a questão de limites com a nação vizinha e pretendeu dirimi-la de golpe, como para attestar os sentimentos de fraternidade continental com que surgiu. Pôz de parte o Tratado de Arbitramento que Pedro II havia promulgado a 5 de Novembro de 1889 e nomeou Quintino Bocayuva, Mi-

nistro das Relações Exteriores do Governo Provisorio, e o Barão de Alencar, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Republica Argentina, para em Buenos Aires, junto com Estanisláu Zeballos, Ministro do Exterior e Henrique Moreno, Ministro Plenipotenciario no Brasil, concertarem tratado que puzesse fim ao litigio territorial assáz velho.

A melhor forma que encontraram para isso os contractantes foi o de *dividirem* o territorio entre os collitigantes!

A fronteira, nos precisos termos do Tratado assignado em Montevidéo, a 25 de Janeiro de 1890, “começa da foz e na margem direita do Chapecó ou Pequiri-guassú, sobre o Uruguay, atravessa o divisor das aguas do Iguassú e do Uruguay entre o Campo Erê e o Campo Sant’Anna, no ponto médio da distancia entre a Casa Coelho no primeiro Campo e a ponte do Passo do Rio Sant’Anna no caminho para a serra da Fartura...”

Em materia de simplismo nada se assemelha a esse Tratado que por certo attenderia ao prestigio da Republica mas que prejudicaria o Brasil. Levantou uma onda de protestos. Quem sabia do assumpto sahiu a publico para debate-lo, condemnando-o. O Almirante Barão de Ladario, demarcador emerito, logo que conheceu a letra do Tratado poz-se a publicar artigos nos jornaes diarios ferreteando-o com adjectivos candentes. Dionysio de Cerqueira, que havia sido chefe da commissão de reconhecimento do territorio litigioso, secundou-o por todas as formas e meios. A Camara dos Deputados, afinal, na sessão de 6 de Agosto de 1891, desferiu-lhe o golpe de morte, negando-lhe sancção, de accordo com a opinião do relator da commissão especial, o proprio general Dionysio de Cerqueira.

Voltou-se, nessas condições, ao regimen do Tratado de Arbitramento.

Ao Barão Aguiar de Andrade, diplomata que viera do antigo regimen e que conhecia a questão impropriamente appellada de Missões, porque envolvido nella quando Ministro na Argentina, em 1875, para ver si conseguia a troca das ratificações do Tratado do Paraná, de 1857, tentativa serodia ordenada por Cotegipe, coube a nomeação para defender os direitos do Brasil junto ao Presidente dos Estados Unidos. Era o 1.º Plenipotenciario. O 2.º seria o general Dionysio de Cerqueira, antigo commissario para as operações de reconhecimento e que como deputado á Camara havia redigido o parecer da commissão que negou approvação ao Tratado Quintino Bocayuva-Estanisláu Zeballos.

Os dois plenipotenciarios apresentam suas credenciaes ao Presidente Harrison, em Washington, no dia 18 de Janeiro de 1893.

Em Março, com o falecimento do Barão Aguiar de Andrade, no dia 28, Dionysio de Cerqueira assume interinamente a chefia da Missão Especial em que se conserva até 24 de Maio.

José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco só foi lembrado para a Missão Especial depois da morte de Aguiar de Andrade. Até á data "era muito mais conhecido no nosso paiz pelo reflexo do nome paterno do que pelo que elle mesmo já tinha feito", escreveu Joaquim Nabuco. Consul geral em Liverpool e Superintendente geral do serviço de emigração para o Brasil na Europa, ao ser nomeado Ministro Plenipotenciario e Enviado Extraordinario, a 5 de Abril de 1893, nem sequer era diplomata de carreira, uma vez que ao tempo o quadro consular era inteiramente distincto do outro.

O tempo em que serviu como secretario da Missão Especial no Prata, no começo da Guerra do Paraguay, quando muito jovem ainda, foi antes serviço prestado ao pai, chefe da Missão, do que á carreira de que viria a ser o paradigma na Republica.

O facto é que Paranhos Junior não era diplomata e nem conhecido maiormente fóra do Instituto Historico, embalde a somma inestimavel de serviços que ha 17 annos vinha prestando ao Brasil, na Europa, como historiador, á margem portanto das suas actividades consulares.

Vale, nesta altura, exhumar do esquecimento o notavel estudo que sobre a personalidade e os trabalhos do Barão do Rio Branco, antes de ser nomeado para a chefia da missão em Washington, prestou um dos seus mais devotados amigos — Dr. Graciano A. de Azambuja — publicado no “Anuario da Provincia do Rio Grande do Sul”, de 1896, cujo conhecimento devo ao grande historiador que é Souza Docca. O valôr desse depoimento é tanto maior quanto se sabe que Graciano Azambuja foi collega de turma de Paranhos Junior nos quatro primeiros annos do curso juridico na Academia de Direito de São Paulo (1862/1865) e que até se haverem novamente encontrado, 28 annos depois, porque em 1893, nos Estados Unidos, sempre estiveram em assidua correspondencia epistolar. E mais, que Graciano Azambuja terá sido o primeiro a manifestar a Floriano Peixoto, então Presidente da Republica, a extranhesa pela nomeação de Aguiar de Andrade, ao envez do Barão do Rio Branco, para advogar os interesses brasileiros na questão de Palmas.

Passo-lhe gostosamente a palavra:

“Depois da proclamação da Republica no
“Brasil ninguem ignora o que ocorreu sobre o ter-
“ritorio contestado das Missões. O tratado feito
“pelo Sr. Bocayuva em 1890 foi regeitado pelo
“congresso brasileiro, e assim teve de ser subuet-
“tida a questão ao laudo arbitral do Presidente dos
“Estados Unidos da America do Norte. O Ba-
“rão Aguiar de Andrade, nosso ministro em

“Washington foi designado para a missão especial
“que devia sustentar e defender os direitos do
“Brasil ao territorio litigioso. Sabendo que o Sr.
“Aguiar de Andrade, comquanto brasileiro distin-
“cto e illustrado, que prestou ao seu paiz nume-
“rosos serviços, nunca se assignalara por estudos
“especiais sobre o assumpto, e conhecendo de per-
“to Rio Branco, sempre extranhei que o nome des-
“te não tivesse sido lembrado para chefe da Mis-
“são Especial que então foi constituida. Nin-
“quem melhor do que elle poderia representar-
“nos quer por sua capacidade e conhecimento da
“materia, quer por seu amôr e dedicação ao Bra-
“sil. Em Fevereiro de 1893, estando eu um dia
“com o Sr. Marechal Floriano Peixoto na Esco-
“la de Bellas Artes no Rio de Janeiro, a propo-
“sito de algumas imagens dos templos das antigas
“missões jesuitas no Rio Grande do Sul, — que
“haviã sido mandadas para a Exposição de
“Chicago e que S. Ex. vira no antigo edificio do
“Museu Nacional (onde se fez a exposição pre-
“paratoria) — aconteceu conversarmos um pou-
“co sobre a *questão das Missões*, a discussão que
“respeito della houve na imprensa do Rio, e so-
“bre o Sr. Barão Aguiar de Andrade. Tive de-
“sejos de perguntar ao Sr. Marechal: Porque
“não foi aproveitado o Barão de Rio Branco para
“chefe da Missão Especial? Mas como não tinha
“intimidade com S. Excellencia, com quem fa-
“lava pela segunda ou terceira vez, entendi que a
“minha interpeção seria inconveniente e limitei-
“me a dizer-lhe: Admiro como não foi aprovei-
“tado neste negocio o Barão de Rio Branco que
“a meu vêr é o brasileiro mais competente para
“discutir e tratar o assumpto, em vista dos estu-
“dos especiais a que tem consagrado todo o seu

“tempo e actividade. Nesse ponto fomos interrompidos por alguém que chegou para falar ao Marechal, que pouco depois retirou-se...”

Deve ser lembrado que ao ser escripto o trabalho de que foi extractado esse trecho, em 1895, Floriano Peixoto estava vivo, e Rio Branco já victorioso pelo laudo do Presidente Cleveland, havia retornado ás suas funções no “cargo modesto e obscuro”, de Consul em Liverpool, como assignala o proprio Graciano Azambuja, censurando o esquecimento que se prenunciava para o amigo.

Quando, portanto, depois da morte do Barão Aguiar de Andrade, Serzedello Correia suggeriu ao Presidente da Republica o nome de quem o haveria de substituir na Missão Especial, Floriano Peixoto oppôz ao candidato do Ministerio do Exterior o seu proprio candidato: Rio Branco.

* * *

Graciano de Azambuja lembrando o nome de Rio Branco ao Marechal Floriano não o fez, absolutamente, pelo collega e amigo dilecto, mas só e apenas pelo Brasil.

A correspondencia que nunca se havia interrompido nos annos da separação, mantinha o advogado gaúcho perfeitamente ao par das actividades e cogitações do Consul em Liverpool, uma vez que versava em regra sobre episodios nas guerras do Prata e sobre homens do passado heroico da antiga provincia do Rio Grande do Sul de São Pedro, com os quaes Paranhos vivia em intimidade, historiando aquelles, biographando estes.

“Para o Rio Grande do Sul — escreveu elle — os serviços prestados pelo Barão de Rio Branco e os que elle pretende prestar ainda são inestimaveis. As glorias militares que elle quer celebrar escrevendo a historia das

nossas guerras no Prata são em sua maioria glorias do Rio Grande do Sul.”

Elle sabia tambem, com segurança, que aquelle B. Mossé, official da Instrucção Publica, que assignou o livro celebre: “*D. Pedro II, Empereur du Brésil*”, era quasi um pseudonymo de Rio Branco. Existira B. Mossé, assignara a obra, mas... o trabalho havia sido de Paranhos.

Acompanhara-lhe os esforços empregados na traducção e nas annotações valiosas á obra allemã de L. Schneider, por elle publicada: “*A Guerra da Triplice Aliança contra o Governo da Republica do Paraguay*”.

Conhecia-lhe a obra publicada em francez e traduzida em russo: “*Le Brésil à la Exposition Internationale de St. Petersbourgh*”, da qual se tiraram tres edições; a collaboração graciosa, porque sem remuneração, á *Encyclopedie*, de E. Levasseur, onde todos os artigos biographicos, historicos e geographicos sobre o Brasil e brasileiros, são de sua lavra, identificados apenas pelas iniciais R. B.; e o *Résumé de l'histoire du Brésil depuis la découverte jusqu'au 13 Mai 1888*, editado pelo Syndicato da Exposição de Pariz, de 1889.

Mais do que tudo o mais, porém, conhecia o homem “que herdou de seu pai o patriotismo, o merecimento e a pobreza”.

Na correspondencia com o companheiro dos tempos academicos, o instincto apuradissimo de fronteiro que possuia Graciano de Azambuja, verificara sempre que Rio Branco não se havia deixado deformar pela profissão, antes, soubera se aproveitar dos lazeres que ella proporciona, para se fazer cada vez mais brasileiro, procurando esclarecer todos os pontos poucos claros daquelles seculos de lucta armada nas raias meridionaes. Certa feita escreve-lhe da Inglaterra pedindo um retrato de D. Diogo de Souza, que commandara a invasão do Uruguay

em 1816 e fôra Capitão-General do Rio Grande de São Pedro do Sul; em todas as mais oportunidades pedia notas informativas, certidões e o que mais fosse relacionado com os vultos gigantescos do passado.

E' que vivia no estrangeiro mas com o cerebro e o coração no Brasil.

* * *

Quando Graciano de Azambuja chegou a New-York, em Abril de 1893, o Barão Aguiar de Andrade tinha morrido fazia poucos dias.

Nos meios brasileiros da cidade reinava o mais completo pessimismo sobre o resultado da questão, não pela falta de Aguiar de Andrade certamente, em quem ninguém vira qualquer indício de victoria, mas pelo facto de ter Estanisláu Zeballos contractado os serviços de notavel advogado americano que desfructava de grande prestigio junto ao Presidente Cleveland. Esse advogado, veio a se saber mais tarde, era Josiah Quincy, que resignou as funcções de sub-Secretario de Estado para entrar ao serviço da Argentina.

“Foi, pois, com verdadeiro jubilo — depôz Graciano de Azambuja — que recebi em Chicago a noticia da nomeação do Barão de Rio Branco para chefe da missão especial. Tive sempre confiança nos direitos do Brasil e confiava tambem muito no presidente Cleveland, cuja vida eu acompanhara desde a sua primeira presidencia e cujo espirito de justiça e honestidade era bem conhecido. Tive occasião de manifestar-me neste sentido ao proprio Sr. Glover Cleveland, quando elle, no dia da abertura da exposição de Chicago (1.Maio.1893) cumprimentou os commissarios das nações estrangeiras na avenida principal do palacio das manufacturas e artes liberaes”.

Esqueceu de consignar, porém, que esse seu jubilo era em grande parte por vêr que Floriano Peixoto não

havia esquecido o retrato que havia elle feito de Paranhos.

Nomeado por decreto datado de 5 de Abril, o Barão de Rio Branco a 25 de Maio chegava a New-York, no dia seguinte a Washington e a 8 de Junho fazia entrega das credenciais ao arbitro.

Dahi por vante não mais se permite qualquer repouso ou distração alguma. Trabalha febrilmente, noite e dia, na espaçosa sala do predio que alugou em New-York, na rua 32, sem attentar para as horas, cercado de livros velhos, mappas e documentos. Mais tarde confessa ao Professor Pinheiro Guimarães, que á condição de medico alliava a qualidade de amigo, que entrou moço para a Questão de Palmas e que della sahiu velho...

Iniciou a batalha em meados de Junho. De 25 de Setembro é a primeira carta que escreve a Graciano de Azambuja, alli perto, em Chicago: "Ha muito desejava escrever-te, mas não tenho tido descanço. Basta dizer-te que estou neste paiz desde 26 de Maio e só ha cinco dias escrevi pela primeira vez a meus filhos. Ás 4 ou 5 da manhã estou de pé (hoje levantei-me ás 3 ½) e estou em constante trabalho. Durante os mezes de Julho e Agosto apenas sahi á rua umas quatro vezes... Não sei quando poderei visitar Chicago. É provavel que só possa ir até lá depois de 15 de Outubro, destinando a essa cidade e á Exposição dous dias apenas, porque é muito o que ha a fazer para que possamos estar promptos dentro do novo prazo... Fico em New-York. É aqui que estão sendo gravados os mappas e que serão impressos os documentos e o memorandum. Entretanto sempre que é preciso vou a Washington e lá estive ultimamente alguns dias... Hoje escrevo a E. Levasseur que está em Chicago, residindo na Universidade. Escrevo para pedir-lhe que me indique algum geographo que passe pelo mais competente aqui. Quero mostrar-lhe uns mappas e encarregal-o de certos trabalhos..."

Graciano de Azambuja lembrando a visita que o amigo fez a Chicago, durante os dois dias promettidos, notou-o "abstracto, alheio e estranho a tudo o que tínhamos deante dos olhos. Pouco falava, e quando rompia o seu silencio era para dizer-me: *De quem ouviste que perderíamos a questão por causa do advogado que tomaram os argentinos?...* Ou então: *Estou com vontade de escrever uma carta ao conselheiro Diana, inquirindo-o a respeito de incidentes que precederam o tratado feito, quando ministro dos negocios estrangeiros...*

E' da mesma origem respeitavel as informações de que Rio Branco, logo que assumiu a chefia da Missão Especial, dispensou advogado americano que Aguiar de Andrade havia contractado para auxilia-lo na redacção da Memoria, e de que se recusou peremptoriamente, sob ameaça de abandonar o cargo, a apresentar ao arbitro um *memorandum* que lhe foi ou seria remettido prompto, feito na Secretaria das Relações Exteriores.

Isso demonstra a fé absoluta que nutria pelos direitos do Brasil e na propria capacidade.

"Para perdermos a causa — dizia e repetia ao amigo e confidente — será necessario que não presida espirito de justiça ao julgamento. E' tão claro o nosso direito sobre o territorio contestado que, estou convencido, o Imperador consentiu no arbitramento por não ter duvidas sobre nossa victoria, querendo talvez assim que o mundo civilizado ficasse bem persuadido dos bons fundamentos com que sempre consideramos brasileiros o territorio litigioso..."

O producto desse magnifico esforço e dessa sincera convicção é constituido pelos elementos de prova que apresenta ao Presidente Cleveland e que dão a este a certeza para proferir o laudo que subscreveu a 5 de Fevereiro de 1895, mandando respeitar integralmente os direitos do Brasil.

A divisoria reconhecida no trecho duvidoso era a que sempre reclamaram os estadistas portuguezes e brasileiros: o Pepiry-guassú, da foz no Uruguay até á nascente; dahi, pelo terreno mais alto á cabeceira do Santo Antonio; pelo *thalweg* do Santo Antonio até sua foz no Iguassú. Pepiry-guassú e Santo Antonio verdadeiros; não aquelles rios que a fertilidade castelhana chrismara com esses mesmos nomes e que sempre foram o Chopim, o Jangada e o Chapecó.

Haviam sido necessarios cento e trinta e cinco annos de debates para corrigir-se o engano do Sargento Barreto e o erro do Geographo Milhau!

* * *

O Tratado de Limites entre o Brasil e a Argentina, firmado no Rio de Janeiro a 6 de Outubro de 1898, pelo Ministro do Exterior Dionysio de Cerqueira e pelo Plenipotenciario Epifanio Portella, consagrando a fronteira determinada pelo arbitramento do Presidente Gloyer Cleveland, pôz termo definitivo á questão.

IV

A C R E

A questão chamada do Acre foi suscitada por phenomeno sem semelhança alguma com qualquer outro na America e mesmo na Europa, porque o da radicação insciente de um povo em terras de outra soberania.

Foi isso, em synthese, o que occorreu e de onde resultaram as luctas armadas que se prolongaram de 1897 a 1903, nas longes terras amazonicas, na fronteira do Brasil com o Perú e com a Bolivia, e nas quaes luctas o capitalismo internacional encontrou ensanchar para intervir no proprio proveito.

Nada, pois, que lembre as investidas imperialistas da França e da Inglaterra no Amapá e no Pirára, nem as pretenções argentinas sobre o territorio de Palmas, menos a phantasista criação da Provincia de Otuquis e a occupação extemporanea da provincia boliviana de Chiquitos por auctoridades administrativas de Matto Grosso.

Coisa alguma, tambem, que recorde o processo cruelto seguido para a fixação da linha divisoria entre os dominios de Portugal e de Espanha no extremo sul.

Uma singularidade, portanto, digna do maior conhecimento possivel, não certamente por isso, mas pela sua relevancia quanto á area das terras que foram incorporadas ao Brasil, ao numero das nações envolvidas no dissidio possessorio, aos factores occultos que agitaram os hozi-

zontes continentaes a seu proposito e em consideração aos elementos humanos que se envolveram no deslinde, levaram-no por diante e afinal lhe deram remate lógico.

* * *

E' preciso se saber, de inicio, que o territorio sobre o qual versou a questão entre o Brasil, Bolivia e Perú, até 1852 era absolutamente desconhecido por quem quer que fosse. Foi nesse anno que o brasileiro Manoel Urbano da Encarnação, sahido de Manáos, subiu o Purús e descobriu o Aquiry ou Acre. João Rodrigues Cametá e João da Cunha Corrêa, tambem brasileiros, nos annos de 1857 e 1861, respectivamente, penetram outras vezes o rio descoberto pelo pioneiro de 1852, navegando-o quasi até sua nascente.

Será excusado dizer que as terras marginaes a esse curso dagua, e aos outros muitos do systema hydrographico, só eram habitadas por selvagens.

A nenhum dos exploradores, por certo, occorreu pensar sobre a soberania politica das terras desertas que iam enxergando de bordo de suas embarcações.

Ninguém, de resto, poderia saber com segurança onde terminava o Brasil e começava o dominio estrangeiro. O Tratado de Madrid, de 1750, o primeiro ajustado sobre os limites de Portugal e de Espanha na America Meridional, fôra revogado pelo de Santo Ildefonso, de 1777, sem que as divisas combinadas em qualquer dos dois houvessem sido demarcadas no terreno. Tambem não havia ainda sido balisada a fronteira ajustada com o Perú, em 1851. Com a Bolivia não havia tratado algum, porque nenhuma das tentativas nesse sentido, realizadas pela Bolivia no Rio de Janeiro e pelo Brasil em Chuquisaca, lograra bom exito.

Emquanto isso as penetrações no rio Acre se iam succedendo umas ás outras, todas partidas no Brasil, cada qual avançando mais que a precedente.

Deve ser dito, nesta altura, que apezar de não haver fronteira demarcada com a Bolivia, ou talvez por isso mesmo, as cizanias entre as gentes de uma e outra banda amiudavam-se cada vez mais, todas por invasões ou pretensas invasões nas terras em frente a Matto Grosso: 1825, 1833, 1837, 1844, 1845, 1846, 1850, 1853 e 1858.

O general Mariano Armaza, no Rio de Janeiro, em 1834, havia tentado concertar tratado que delimitasse os dois territorios.

Em 1841 e em 1863, falham eguaes tentativas do Brasil por intermedio de Rego Monteiro e do Conselheiro Ponte Ribeiro.

E' em 1867 que, afinal, em La Paz, o Ministro Lopes Netto e o Chanceller Mariano Muñoz chegam a accordo, assignando o tratado de limites que passou a vigorar.

A demarcação viria depois, a seu tempo, quando fosse possivel.

A divisão do terreno, portanto, ficou como estava, num *stato-quo* sem prazo. As populações permaneceriam egualmente onde estavam, na data do tratado que recebeu o nome de Ayacucho, isso onde havia populações e só as havia na zona dos rios Paraguay, Guaporé e Mamoré. Mais para o norte era o deserto.

* * *

Consta da chronologia acreana que foi a 3 de Abril de 1877 que chegaram ás terras que viriam a constituir o Territorio do Acre os primeiros povoadores, todos cearenses. Formavam pequeno grupo chefiado por Alexandre Oliveira Lima, mais tarde appellidado "Barão da Bocca do Acre". Tinham viajado na lancha "Anájaz",

do pratico Simplicio Gonçalves. Estabeleceram-se onde lhes pareceu melhor, á vontade, porque ninguem havia no local para lhes tomar contas.

Mais para diante outro grupo chega e se enterreira tambem onde quiz.

Era a occupação que se fazia em terras de *res nullius*; era o apossamento do que não tinha dono ou senhor; era o preparo do *uti-possidetis* que haveria de ser invocado mais tarde justificando os direitos brasileiros.

Não deve ser esquecido que esses homens, e os mais que os seguiriam depois, eram aventureiros puros, agindo segundo o proprio alvedrio, de accordo com os interesses de momento. Entre elles não havia um unico elemento official, qualquer agente do Estado.

Chegados, começam a trabalhar com afinco. O trabalho era recolher o leite das seringueiras que as havia em quantidade phantastica e da melhor qualidade.

Na epocha, aliás, o emprego da borracha ganha dia a dia maior incremento nos paizes industriaes da Europa e na America do Norte.

Coincide com as noticias que ao Ceará chegam, e ás demais provincias do Nordeste, do bom exito que vão tendo no Acre os pioneiros, as sêccas famosas de 1877 e annos seguintes. Estabelece-se, então, a migração nordestina para a Amazonia. Cada vapôr conduz nova leva de "retirantes" que não param em Belém ou Manãos, seguindo em frente, para mais longe e para mais fundo das florestas.

As estatisticas da exportação assignalam o crescimento do volume e do valôr da gomma elastica provinda do Acre ou Aquiry, Purús, Gregorio, Juruá, Tarahuacá, Yáco e mais rios proximos, na proporção do augmento das penetrações nordestinas.

E com isso a vida nas capitaes do Amazonas e do Pará assume proporções vertiginosas, mercê do ouro que

chegava a ellas da Grã-Bretanha e Estados Unidos, carregando atraz de si tudo o que a civilização havia criado até á epocha, o ultimo quartel do Seculo XIX.

Não haverá exaggero em dizer, á vista das chronicas coevas, que em nenhuma parte do Brasil, em tempo algum — nem mesmo por occasião do fastigio da mineração nas Minas Geraes, do assucar em Pernambuco e na Bahia, e do café no Rio de Janeiro e em São Paulo — correu tanto dinheiro e foi tão malbaratado.

A Amazonia transformou-se no El-Dorado, não aquelle dos reis incas, mas dos extractores da *hevea brasiliense* e seus caudatarios, dos quaes uma Edade como as que tiveram o ouro, a canna, a *coffea* e o couro.

* * *

Emquanto se processava esse surto febril de vida na Amazonia, o governo do Rio de Janeiro, assoberbado pelas questões territoriaes com a França e Inglaterra ao Norte, com a Republica Argentina ao Sul, e com os negocios politicos internos que culminaram com a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul e a revolta da esquadra no Rio de Janeiro, não se podia occupar maiormente com a demarcação da fronteira do Oeste, com a Bolivia.

Os limites que haviam sido convencionados em La Paz de Ayacucho, em 1867, poderiam esperar melhores tempos.

E' em 1895, a 19 de Fevereiro, que na capital da Republica, o Ministro do Exterior Carlos de Carvalho e o Plenipotenciario Frederico Diez de Medina, assignam o Protocollo para a demarcação da raia divisoria entre as duas soberanias. Dois artigos apenas. No primeiro delles tratou dos commissarios; no segundo referiu a accitação, para todos os effeitos, da fixação da nascente principal do Javary (7° 1' 17''5 de latitude sul e 74° 8'

27",00 de longitude oeste de Greenwich) praticada em 1874 pela comissão mixta brasileiro-peruana da chefia do então Capitão de Fragata Antonio Luiz von Hoonholtz e Capitão de Fragata Guillermo Blake, para dar realidade ao Tratado de 1851 entre o Brasil e o Perú.

E' que nessa nascente principal do Javary entroncaria a linha geodesica a ser tirada da confluencia do Beni com o Mamoré, onde se forma o Madeira, no paralelo sul de 10°20', o limite entre o Brasil e Bolivia, consoante o artigo 2.º do Tratado de 1867.

Bolivia nomeia seus commissarios ao Coronel Juan Manoel Pando e ao Engenheiro Carlos Satchell.

Brasil designa o Tenente-Coronel Gregorio Thaumaturgo de Azevedo e o Capitão-Tenente Augusto da Cunha Gomes.

Em 29 de Setembro do mesmo anno de 1895 os demarcadores encontram-se em Caquetá, povoação á margem direita do rio Acre, por onde, proximamente, passaria a tal linha do Madeira ao Javary.

Não foi difficil a Thaumaturgo de Azevedo e a Cunha Gomes comprehenderem a situação, vendo que não obstante alli terminar o territorio brasileiro, numerosa população brasileira estava radicada ao sul da divisoria, até o paralelo de 11º, numa area que se estendia entre os dois rios balisas.

Aquillo que para os emissarios do Brasil foi motivo de profunda mortificação, terá sido razão para intenso jubilo dos seus collegas bolivianos.

A Thaumaturgo de Azevedo, no transe angustioso, occorre a possibilidade de ter havido engano na demarcação da nascente do Javary, que se tornou o *pivot* da questão que ia ser suscitada, denunciando-a ao Ministro do Exterior. Toda sua ardente actividade, dahi em diante, foi empregada em provar o erro de von Hoonholtz e de Blake naquella demarcação. Citou opiniões, referiu

testemunhos, alinhou dados, tudo no sentido de resguardar do dominio estrangeiro a população brasileira estabelecida abaixo da linha Madeira-Javary.

A esse tempo já era Ministro do Exterior o general Dionysio de Cerqueira, que se havia notabilisado como fronteiro, em demarcações no Norte e no Sul. Repelle, de inicio, a denuncia de Thaumaturgo. Como este insistisse, com vehemencia crescente, já apoiado pela imprensa e sociedades sabias do Rio de Janeiro, mandou que o Commandante Cunha Gomes procedesse a re-exploração do rio malsinado.

Em 11 de Janeiro de 1898, Cunha Gomes apresenta em relatorio o resultado de sua viagem ao berço do Javary: $7^{\circ} 11' 48''$, 10 de latitude sul e $73^{\circ} 47' 44''$, 5 de longitude oeste de Greenwich. Uma decepção! Quando toda gente ansiava que o manadoiro do rio em equação estivesse a $10^{\circ} 20'$, isto é, no paralelo do rio Madeira, de acordo com um celebre Mappa da Linha Verde, sempre citado na contenda, tinha havido apenas uma diferença de dez minutos ($10'$) nas observações do então já Almirante Barão de Teffé, isso na hypothese de tambem não ter errado o proprio Cunha Gomes.

A inclinação da linha divisoria, tomando por base a posição encontrada na re-exploração, quasi nada influiria na situação do territorio que lhe demora ao sul.

À vista disso acirram-se as paixões patrioticas, no mesmo Acre, no Amazonas, no Pará, no Nordeste, na Capital Federal. Cada qual entende intervir no debate; são incontaveis os que alvitram medidas de todo genero.

* * *

Bolivia, que até receber as informações de Juan Manoel Pando, desconhecia completa e absolutamente o que fossem e o que valessem as terras acreanas, as quaes, nos

seus mappas, sempre haviam figurado como “*no descubiertas*”, como ha, ainda, naquella região, resolve fazer valer os seus direitos sobre essas terras.

No dia 2 de Janeiro de 1899, o Ministro boliviano José Paravicini, acreditado junto ao governo do Brasil, ido de Belém, onde fretou um navio brasileiro, o “Rio Tapajóz”, fundou *Puerto Alonso*, 4 1/2 milhas ao sul de Caquetá, ahi estabelecendo alfandega e séde do governo local.

Thaumaturgo de Azevedo tinha suscitado a questão denunciando a exploração do Javary.

José Paravicini, com sua attitude, acendeu o rastilho de polvora que ia deflagrar a lucta armada entre seu paiz e a gente acreana, que duraria até Abril de 1903, isto é, por 4 annos.

Os acreanos, de facto, não se submettem ás auctoridades bolivianas e não pensam numa possivel migração, especie de exodo em massa á moda das que a Bíblia refere. Nada disso! Haviam descoberto, desbravado e industrializado aquellas terras abandonadas e não iriam, agora, abrir mão dellas, em obediencia a combinações que se faziam nas chancellarias, entre theoreticos.

E’ a José Carvalho, jornalista cearense que se tinha estabelecido em Caquetá com banca de advogado, a quem cabe a gloria de iniciar as represalias, lógo que o Ministro Paravicini se foi rumo do Rio de Janeiro, por via de Manáos e de Belém. Em Abril depõe e expulsa do territorio o Delegado Nacional da Bolivia.

Depois é o proprio governador do Amazonas, Ramalho Junior, quem chefia a revolução, nomeando seu agente a um aventureiro espanhol — Luiz Aurias — que proclama a independencia do Acre, instituindo-o como Estado sob fórmula republicana.

O plenipotenciario boliviano no Rio de Janeiro, porém, obtem do governo que mande uma esquadilha de navios de guerra pôr cobro á situação.

Nesse comenos havia sido tentado um novo apossamento boliviano que foi repellido pelos acreanos.

Com a intervenção brasileira a seu favor, por intermedio das canhoneiras commandadas pelo Capitão de Mar e Guerra Ramos da Fonseca, Bolivia consegue estabelecer novamente um governo seu no territorio, guardando-o com força numerosa.

* * *

Emquanto isso, uma nova exploração do Javary era levada a effeito por Luiz Cruls, director do Observatorio Nacional. O resultado della, conhecido em 1901, foi outra decepção para as esperanças patrioticas. O rio não nasce na posição que lhe assinalara Teffé em 1874 ($7^{\circ} 1' 17''$), nem na que lhe apontou Cunha Gomes em 1897 ($7^{\circ} 11' 48''$), menos nas que calcularam outros e que Thaumaturgo relacionou (8° , $8^{\circ}30'$, 9° e até $9^{\circ}30'$), mas a $7^{\circ} 6' 55''$. A inclinação da fronteira a ser demarcada do Madeira ao Javary, portanto, era quasi a mesma que teria si riscada de $10^{\circ} 20'$ á latitude encontrada pela Commissão Mixta Brasileiro-Peruana.

O remedio, pois, não estava alli. Deveria ser encontrado alhures.

A revolta, todavia, continuára sem treguas. No proprio Acre é Gentil Norberto, engenheiro gaúcho, quem a chefia, utilizando os recursos que lhe fornecem os seringalistas e os seringueiros. Numa sortida feliz consegue aprisionar o Vice-Presidente da Republica da Bolivia e o Ministro da Guerra que vinham á frente de forte columna para reforçar a guarnição que já estava entrin-

cheirada em Puerto Alonso, em Xapury, Empreza e mais povoações.

Em Manãos, sob as vistas complacentes do governador Silverio Nery, organiza-se phalange libertadora cuja direcção cabe a um outro engenheiro gaúcho, Orlando Corrêa Lopes. Integram-na os elementos mais selectos da sociedade da capital do Amazonas. Engenheiros, medicos, advogados, jornalistas, oradores, poetas, escriptores, antigo official do Exercito, ex-alumnos das escolas militares, alguns veteranos da Campanha de Canudos. Commanda o navio que os conduz, official reformado da Marinha de Guerra: Pery Delamare. A reboque do navio vai uma lancha armada em guerra, pejada de armamento moderno, mandada buscar pela Bolivia na Allemanha e que José Maria dos Santos, Orlando Corrêa Lopes e Ephigenio de Salles tinham apprehendido audaciosamente no porto de Manãos.

Tanto a gente que obedece a Gentil Norberto, quanto aos que seguem a Orlando Corrêa Lopes, combatem ás deveras, mas... são vencidos. E' que tudo conspirava contra os acreanos e a favor dos bolivianos.

Na gerencia dos negocios exteriores do Brasil está Olyntho de Magalhães, que, como os antecessores, se mantem fiel ao Tratado de Ayacucho. O problema humano da questão não o interessa; o problema economico, não o comprehende.

A situação, nessas condições, apresenta-se ineluctavel: o Acre é da Bolivia.

* * *

Apezar de todos os factores que lhe são favoraveis, entretanto, o governo de La Paz comprehende que se não poderá manter no Acre apenas com os proprios meios. O que havia conseguido accumular em recursos militares

era pouco, uma vez que a revolta continuava latente, visível aos olhos menos experientes. Occorre-lhe, então, a transferencia da soberania sobre a região a syndicato de capitaes estrangeiros, especie daquellas companhias que se organizam nos paizes colonizadores da Europa para a exploração das terras da Africa e da Asia e que nos tempos dantanho tambem se aperceberam com o mesmo fim na America do Sul. O seu Plenipotenciario em Londres, Felix Aramayo, não encontrou difficuldade alguma para incorporar o *The Bolivian Syndicate of New-York City in North America*, com capitaes americanos e inglezes. Do respectivo contracto constava que até força armada poderia manter para a defesa do territorio arrendado...

A presidencia do Bolivian Syndicate coube ao filho do presidente dos Estados Unidos, Coronel Theodoré Roosevelt.

E'ahi que surge no scenario amazonico a figura extraordinaria de Placido de Castro, posto alli perto como de proposito para liquidar a questão. Collocara-se na encruzilhada da Gloria, no momento justo, nem antes, que seria prematuro, e nem depois, que seria tarde. Guerreiro por instincto, havia aprimorado a educação nas escolas militares de Rio Pardo e de Porto Alegre, e ganho experiencia nos tres annos da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Ademais tudo não era elemento official, porque ganhando a vida como agrimensor na demarcação de propriedades.

Comprehende a situação com rapidez e resolve transmuda-la completamente. Viu que não havia mais a discutir à posição da nascente do rio Javary, nem continuar sophismando os termos do Tratado de Ayacucho, mas fazer prova á Bolivia da impossibilidade em que estava de exercer dominio sobre o territorio, por si propria ou por intermedio do Bolivian Syndicate. Essa prova era a guerra. Guerra *irredentista*, da população acreana ao

Estado boliviano nos seus agentes civis e militares. O Brasil nada tinha a vêr com a lucta que planejou e levou de vencida.

O conhecimento que teve, a 23 de Junho de 1902, do arrendamento do Acre, marcou o inicio de sua acção. Começa depondo as auctoridades de Xapury e vence todas as guarnições existentes no territorio e até as que havia proximo á fronteira, em zona indiscutivelmente boliviana. A 24 de Janeiro do anno seguinte tinha concluido sua obra, expulsando todos os bolivianos, militares ou não.

* * *

O Barão de Rio Branco havia assumido o cargo de Ministro do Exterior em 2 de Dezembro de 1902. Vencedor que tinha sido nos arbitramentos das questões de Palmas e do Ampá, não desadorou, por certo, a nova oportunidade para fazer mostra dos seus talentos politicos. Ter-lhe-á parecido impossivel que o governo de que era parte permanecesse alheio á situação dos acreanos, brasileiros que eram e que queriam ser, ameaçados de represalias crueis pelo governo de La Paz.

Não desconheceria, como historiador que era, as condições prementes em que fôra assignado o Tratado de 1867, quando o Brasil a braços com o Paraguay soffrera o revez de Curupaity e sentia a hostilidade de toda America espanhola.

Avaliou, além disso, o esforço espantoso de Placido de Castro e de sua gente.

Dahi sua intervenção franca e efficaz, primeiro tornando litigioso o territorio até o parallelo de 10º 20', que mandou desde logo occupar, depois reconhecendo o governo de Placido de Castro sobre a zona abaixo desse parallelo até onde houvessem estabelecimentos brasileiros.

Advertiu também o governo do general Juan Manoel Pando (o demarcador de 1896 já era Presidente da Republica) que não admittiria vinganças sobre os acreanos.

E propoz-se a examinar a questão com a chancellaria boliviana, isso em todos os aspectos que apresentasse, inclusive o humano que lhe parecia o mais importante de todos. Enquanto isso se fizesse a posição dos tres elementos permaneceria immutavel: o Brasil exercendo dominio desde a chamada linha Cunha Gomes (do Madeira ao Javary) até ao parallelo de 10º 20'; a Bolivia até ao rio Tahuamanu; Placido de Castro sobre o que ficava entre um e outro, isto é, do parallelo de 10º 20' até o rio Tahuamanu.

De Janeiro a Novembro de 1903 trabalhou-se afanosamente no Rio de Janeiro e em La Paz para encontrar formula de accordo definitivo. Rio Branco, o que é o mesmo que dizer o Brasil, não desejava prejudicar a Bolivia, mas não admittia a hypothese de sacrificar os acreanos nos seus direitos.

O Tratado de Petropolis, de 17 de Novembro de 1903, deu forma concreta aos entendimentos havidos, tendo em vista particular o principio do *uti-possidetis*, valendo conhecer os limites na região:

“Da confluencia do Beni e do Mamoré descerá a fronteira pelo rio Madeira até a bocca do Abunan, seu affluente da margem esquerda, e subirá pelo Abunan até a latitude de 10º 20', para Léste até o rio Rapirran e subirá por elle até a sua nascente principal. Da nascente principal do Rapirran irá, pelo parallelo da nascente, encontrar a Oéste o rio Iquiry e subirá por este até a sua origem, donde seguirá até o igarapé Bahia pelos mais pronunciados accidentes do terreno ou por uma linha recta, como

aos Commissarios demarcadores dos dois paizes parecer mais conveniente. Da nascente do igarapé Bahia seguirá, descendo por este, até a sua confluencia na margem direita do rio Acre ou Aquiry e subirá por este até a nascente, se não estiver esta em longitude mais occidental do que a de 69° Oéste de Greenwich”.

“.....

“.....

“.....

e depois por elle até a fronteira com o Perú.

Não seriam precisamente os limites que Placido de Castro estabelecera por Decreto, ao proclamar a independencia do territorio, instituindo-o como Estado, mas não lhe estariam longe.

O balanço final da transação contida no Tratado pode ser assim expresso em numeros:

a) Da Bolivia ao Brasil 190.900 kilometros quadrados, sendo que 142.800 era a area em litigio, e 48.100 de terras bolivianas occupadas por brasileiros;

b) do Brasil á Bolivia 3.019 kilometros quadrados de terras brasileiras occupadas por bolivianos, entre os rios Abunan e Madeira, e na margem direita do Paraguay; parte das lagôas Caceres, Mandioré, Gaiba e Uberaba, que lhe deu communicação com o rio Paraguay; indemnisação de dois milhões de libras esterlinas e as despesas feitas para a rescisão do contracto com o Bolivian Syndicate; o compromisso do Brasil construir a estrada de ferro ligando Santo Antonio do Madeira á Villa Bella, de forma a dar escoamento aos productos do norte boliviano pelo rio Amazonas.

O Tratado de Petropolis, todavia, não liquidou totalmente a questão da incorporação do Territorio do Acre ao Brasil. Em razão d'elle surge na arena internacional um outro co-litigante para reclamar-lhe a posse: a Republica do Perú. Verdade é que quando foi assinado o Tratado de Ayacucho, de 1867, entre a Bolivia e o Brasil, o Perú havia protestado, allegando que tinha sido feita a cessão de territorios *que pueden ser de la propiedad del Perú!*... Mais tarde, positivando a reclamação, avaliou esses territorios em 251.000 kilometros quadrados, ao norte da linha obliqua Madeira-Javary.

Em 1903, em virtude de haver a Bolivia cedido 190.900 kilometros quadrados de terras ao Brasil, pelo Tratado de Petropolis, elevou a cifra de suas reclamações a um total de 441.900 kilometros quadrados.

Ajuntada essa cifra á que reclamava da Bolivia, na mesma zona, obtem-se a area de 720.000 kilometros quadrados, que Euclýdes da Cunha calculou ser maior que os Estados de Minas Geraes, Rio de Janeiro e Espirito Santo reunidos; que a França, adicionada de um terço da Espanha; maior tres vezes que o Uruguay e correspondendo a 25 Belgicas; capaz de receber uma população de 180.000.000 de habitantes...

Limitaria essa area uma linha de contorno que partindo do rio Javary buscasse o Madeira; baixando pelo Mamoré alcançasse o Ucayale, passando pelo Mididi até novamente encontrar o rio Javary.

A maior superficie territorial que já foi discutida entre Estados!

O litigio entre Perú e Bolivia foi submettido ao arbitramento do Presidente da Republica Argentina (Tratado de 30 de Dezembro de 1902), cujo laudo, datado em Buenos Aires a 9 de Julho de 1909, solucionou a velha pendencia.

O conhecimento desse laudo, em La Paz, deu motivo a manifestações populares violentas contra o governo argentino. O Ministro dessa Republica, apesar de garantido pelas auctoridades bolivianas e pessoalmente pelo general Juan Manoel Pando, antigo Presidente, teve de se retirar ás pressas do paiz. Julgou-se parcial a sentença ditada e assignada pelo Presidente Figueirôa Alcorta.

O governo boliviano, porém, desde o inicio, pareceu conformado com a solução do caso arbitrado.

De qualquer forma somente a 18 de Setembro (o laudo foi de 9 de Julho), graças á bôa vontade do plenipotenciario peruano em La Paz, Solón Polo, e das diligencias do chanceller boliviano Carlos Sanchez Bustamante, foi accordada a acceitação e cumprimento do laudo argentino, com modificações visando beneficiar territorialmente a Bolivia.

* * *

O Brasil, comquanto nada tivesse com a questão entre Bolivia e Perú, como reiteradas vezes declarara o Barão do Rio Branco, nunca deixou de procurar entendimentos com o governo de Lima para dar solução ao caso que criára com suas reclamações.

Foi assim que mesmo antes de chegarem ao accordo de 18 de Setembro as duas nações do Pacifico, a chancellaria brasileira já havia encontrado formula que foi aceita pelo representante peruano no Rio de Janeiro, Hernán Velarde, e do qual resultou o Tratado de Limites de 8 de Setembro de 1909. Para isso foi tomado por base das negociações o principio do *uti-possidetis* e o conseqüente abandono pelo Perú do que havia sido combinado em 1777, entre Espanha e Portugal, consubstanciado no Tratado de Santo Ildefonso.

O Perú, nessas condições, reconheceu o soberania do Brasil sobre as zonas habitadas por brasileiros, e o Brasil, por sua vez, reconheceu o direito do Perú sobre a região habitada por seus nacionaes no alto rio Purús, no Juruá e entre o paralelo de Catay e o rio Santa Rosa. Noutras palavras: a pretensão peruana sobre 442.000 kilometros quadrados foi attendida em 39.000. Os restantes 403.000 ficaram com o Brasil.

O Tratado de 8 de Setembro de 1909, com o Perú, foi a bem dizer o complemento do Tratado de 17 de Novembro de 1903, com a Bolivia, porque ambos para dirimirem a questão do Acre.

A diplomacia brasileira, dirigida pelo Barão do Rio Branco, havia sancionado o que haviam feito os pioneiros do Brasil, inscientemente, estabelecendo-se e enriquecendo terras sem dono certo, desconhecidas, sem soberania. Terras virgens do homem tido como civilizado; terras que em coisa alguma eram uteis á Humanidade.

V

CHIQUITOS E OTUQUIS

Duas curiosidades historicas

CHIQUITOS

A incorporação da provincia boliviana de Chiquitos á provincia brasileira de Matto-Grosso, em 1825, careceu de importancia politica ou de significação social, só sendo lembrada a titulo de curiosidade historica.

De facto, méra occupação planejada e levada a effeito por elementos visinhos de um e outro lado da fronteira do Brasil com a Bolivia, não obedeceu a qualquer plano que pudesse ter tido o governo do Rio de Janeiro e nem sequer foi consequente á consulta que pudesse ter havido aos responsaveis pela direcção dos negocios exteriores do nascente Imperio. Antes, lógo que informados do que occorrera, Pedro I e seus ministros “reprovaram energicamente a deliberação tomada, ordenando que voltassem atraz os invasores do territorio boliviano”.

A incorporação, aliás, foi levada a cabo temporariamente, *emquanto a America Espanhola e Reino do Perú, sob o poder revolucionario commandado pelos sediciosos Simon Bolivar e Antonio José de Sucre, seja reconquistada pelas armas de Sua Majestade Catholica e reclamadas pelo dito Soberano*”, segundo os precisos termos do appello do governador de Chiquitos, D. Sebastian Ramos,

por intermedio de seu ajudante de ordens, Capitan José Maria de Velasco, ao commandante das armas de Matto-Grosso, Manoel Velloso Rabello de Vasconcellos.

A acta da reunião em que tomaram parte os membros do governo provisório de Matto-Grosso, vereadores do Senado da Camara, auctoridades civis e militares, clero e mais nobreza, para discutir-se a proposta do governador de Chiquitos, realizada a 13 de Abril de 1825, consigna que não houve harmonia de vistas na acceitação da mesma. Verifica-se della que a grande maioria dos presentes á reunião votou pela incorporação, inclusive o commandante das armas e os mais membros do governo provisório, capitães José Paes de Azevedo e Manoel Bento de Lima, mas que o ouvidor da Comarca, Dr. Manoel Antonio Galvão, o Sargento Mór Bernardo Lopes da Cunha e o Capitão José Francisco da Cruz votaram contra, lembrando na occasião os inconvenientes da medida e suggerindo que se aguardassem instrucções do governo imperial.

E' sabido, de resto, que a expressiva maioria de votos favoraveis — dos officiaes, padres e funcionarios publicos — foi obtida pelo commandante das armas da Provincia, amigo intimo que era do governador de Chiquitos, que se mantinha fiel ao Vice-Rei La Serna e portanto contrario á independencia.

Pode-se dizer, nessas condições, que o episodio fronteiriço foi resultado da lucta que ainda estava sendo travada em terras bolivianas e peruanas entre os libertadores e os que se conservavam fieis á Corôa espanhola. Repercutiu no Brasil como poderia ter repercutido no Paraguay, no Chile, na Argentina ou alhures.

De qualquer forma vale lembrar o que dizem historiadores bolivianos a proposito, repetindo as datas insertas nos seus trabalhos, para cotejo com aquella da reunião na capital mattogrossense (13 de Abril). Segundo eles, a

incorporação terá sido proclamada a 28 de Março; a 26 de Abril é que occorreu a occupação, e foram datadas a intimação ao chefe das armas de Santa Cruz de la Sierra para que reconhecesse o acto, e o officio ao general Sucre ameaçando-o com a guerra; de 11 de Maio a resposta de Sucre ameaçando os invasores e ao proprio governo do Brasil; e de 21 de Maio o abandono de Chiquitos pelos invasores brasileiros que voltaram a Matto-Grosso. E ainda: de 5 e 13 de Agosto, tudo de 1825, a reprovação do governo imperial aos actos de suas auctoridades.

A serem certas essas datas, a occupação da provincia boliviana de Chiquitos por brasileiros, durou de 26 de Abril a 21 de Maio. Menos de um mez!

* * *

E' verdade, entretanto, que no anno anterior, isto é, em 1824, o presidente de Matto-Grosso, Dr. Carvalho e Mello, havia endereçado convite aos governadores das provincias bolivianas de Chiquitos, Santa Cruz de la Sierra e Moxos, justamente as que divisam com o Brasil, para se annexarem ao Imperio.

Calogeras, depois de taxar de infeliz a iniciativa de Carvalho e Mello, informa que ella lhe foi propria, sem qualquer interferencia do governo do Rio de Janeiro.

O exame, hoje, da politica seguida no Imperio, não deixa a menor duvida sobre a origem do convite, feito á revelia de toda gente com responsabilidade, visando aproveitar-se da confusão reinante na outra banda para talvez estadear serviços.

Não é possivel, pois, filiar a invasão de Abril de 1825 ao convite de Julho de 1824. Independenderam um do outro. Foram episodios distinctos, sem connexão entre si. Aquelle que se tornou realidade, embóra curta, foi o recurso ex-

tremo de que lançaram mão os realistas já em desespero de causa, derrotados que haviam sido nos campos de Ayacucho, a 9 de Dezembro de 1824, “onde teve lugar o mais famoso e transcendental feito d’armas que decidiu da liberdade da America”, a batalha dos generaes, como a qualificou Bartolomé Mitre, lembrando a batalha dos soberanos da Europa. *Catorce generales españoles, con todos sus jefes y oficiales, rindieron en ese día sus espadas ante la soberania de un mundo republicano.*

Do exercito realista de La Serna, 1.400 homens ficaram mortos, 700 feridos, enquanto os libertadores de Sucre perderam 300 mortos e tiveram 600 feridos.

A quarta parte dos combatentes succumbiu ou foi invalidada.

Fôra representado o ultimo acto do drama da Independencia, mas nem toda gente fiel a Fernando VII comprehendeu isso ou se conformou que o pano descesse. Capitulara o Vice-Rei espanhol mas ficara o general Olañeta que ao saber da derrota em Ayacucho, avança e toma La Paz, ameaçando Puno com as suas avançadas.

Sucre, para evitar effusão de sangue, faz-lhe propostas que são recusadas.

Somente vacilla o derradeiro abencerragem quando começam as defecções em massa, de officiaes e de corpos de tropas. O ultimo batalhão a bandear-se para os victoriosos é o “Chicas”, aquartelado em Tumusla, sob o commando do Coronel Carlos Medinaceli, isso a 30 de Março.

Informado em Vitichi do que occorria, Olañeta corre a tentar ainda que o “Chicas” recue nos seus propositos de juntar-se ás tropas de Sucre, já chrisnado de Marechal de Ayacucho. Pagou, porém, com a vida, a tentativa galharda, dando seu sangue para que, afinal, cessasse a lucta que durara 16 annos.

A morte de Olañeta teve lugar a 2 de Abril de 1825, em Tumusla, no alto da Cordilheira dos Andes.

O appêllo do governador de Chiquitos ao commandante das armas de Matto-Grosso foi submettido á junta governativa no dia 13 do mesmo mez.

Não será forçado concluir, conhecendo as duas datas, que o appêllo haja sido dictado depois do recebimento daquella noticia. D. Sebastian Ramos, realista convicto, conforme declarou na correspondencia de que foi portador seu proprio ajudante de ordens, pretendeu apenas furta a provincia de que era guarda ao dominio dos revolucionarios de Bolivar e de Sucre, que já tinham em mãos o resto todo da America Espanhola e o Reino do Perú...

Nada que lembrasse incorporação definitiva, de vez que até fixou como condição para se collocar sob a protecção do imperador do Brasil a autonomia administrativa de Chiquitos...

O governo do Rio de Janeiro não attendeu ao appêllo e desautorizou as providencias militares da junta governativa de Matto-Grosso. Si tivesse procedido por forma diversa teria praticado erro imperdoavel. Bastava a Cisplatina, nessa epocha occupada, fonte permanente de dissabores de todo genero a se reflectirem na situação interna e nas relações externas. Rivadavia, grande procer argentino, havia assignalado em Maio de 1823, que a emancipação do Brasil havia completado a independencia do Continente; mas as idéas que parecem dominar no governo do Rio de Janeiro com relação á provincia de Montevideo, põem obstaculos á bôa e cordeal amizade que devera existir entre nações que, sendo visinhas, estão empenhadas igualmente na causa de sua independencia...

Sentir-se-ia que era impossivel o agglutinamento de qualquer territorio habitado pelos descendentes dos espanhoes, da mesma sorte que o seria por estes de qualquer porção occupada pelos descendentes dos luzos,

Estabelecera-se harmonia nos idaes de emancipação politica, mas viviam latentes os antagonismos entre cada um dos povos sul-americanos, quer dos brasileiros com os de origem castelhana, quer desses mesmos entre si. Não seria apenas o idioma a distanciar uns dos outros, mas outros particularismos naturaes, effeitos de causas remotas desenvolvidas no meio cosmico, resultado do attricto de interesses por mais de dous seculos, producto até das characteristics dos caudilhos de cada um dos agglomerados humanos.

A melhor prova disso está na evolução dos sonhos de Bolivar. O primeiro que o empolga é o da unificação da America Meridional, ou melhor, da America Latina, porque do Mexico á Argentina, formando o Imperio Colombiano. Dahi passou a viver o projecto de Confederação das Nações Sul Americanas com base em liga politica e militar, regida por assembléia de plenipotenciarios. Por fim empregou-se em tentativas para evitar a fragmentação, ao menos dos povos do Norte (Venezuela, Colombia, Equador). Tudo inutil. Tudo phantasia. Tudo sonho.

A propria revolução libertadora, embora desencadeada quasi simultaneamente no norte e no sul, em 1809 e 1810, dentro de pouco estava dividida por antagonismos profundos, intransponiveis.

Houvera sido loucura, á vista de tudo isso que não se ignorava na côrte do Rio de Janeiro, pretender a incorporação de uma simples provincia de importancia secundaria como era em 1825, e continua sendo, a de Chiquitos.

O facto de sua incorporação, aliás, não teve nenhuma consequencia e nem mereceu maior attenção, méro episodio fronteiro que foi.

A PROVINCIA DE OTUQUIS

Quem, por qualquer fórma, esteja familiarizado com a geographia politica da Bolivia, hade achar estranho que se faça referencia á Provincia de Otuquis, como integrante desse paiz.

Em verdade, ao menos officialmente, não constou, nunca, essa divisão do territorio daquelle Republica, a qual, de resto, não figura nas cartas geographicas e nem nos compendios de Historia.

Com o nome de Otuquis só ha um rio, ao sul, na Provincia de Chiquitos, pertencente á bacia do Paraguay. E', pode-se dizer, continuação do rio Agua Caliente, que por sua vez começa onde termina o San Rafael. Sua fóz está nos alagadiços da Bahía Negra. Tem como affluente, pela margem esquerda, o Lateriquique.

Não obstante isso, entretanto, a Provincia de Otuquis existiu, e, como tal, foi objecto de negociações diplomaticas em que tomaram parte a propria Bolivia, o Brasil, o Paraguay e a Argentina.

Nos archivos dos Ministerios das Relações Exteriores da Inglaterra, Allemanha e França, tambem devem existir documentos do seculo passado que lhe façam referencias.

No que diz com o Brasil, a quem particularmente interessou a Provincia *sui-generis*, ha uma Memoria do Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, apresentada á Secretaria de Estado, em 11 de Maio de 1842, referida no catalogo dos trabalhos legados á Patria por esse inclito Fronteiro, e uma outra, da auctoria do Dr. João Carlos Pereira Pinto, datada de 30 de Maio de 1861, publicada na revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Segundo se infere dessas duas obras, o Congresso boliviano, em 1832 ou 1833, quando era Presidente da Na-

ção o General Santacruz, fez doação a Don Manuel Luis Oliden, de naturalidade argentina, antigo Major do Exército Libertador, como retribuição a serviços extraordinarios, de terrenos baldios na Provincia de Chiquitos (25 leguas em todas as direcções, partindo de um dado ponto), completando a dadiva com as clausulas de "isenção de todo genero de impostos pelo espaço de 50 anos, e o direito á livre nomeação das auctoridades locaes".

A esses terrenos, que se estenderiam por dois grãos de latitude (18.º a 20.º) e dois grãos de longitude (60.º a 62.º), o donatario chrismou pomposamente de Provincia de Otuquis, estabelecendo sua capital nas ruinas da antiga Missão do Sagrado Coração, á margem do rio Otuquis, na posição de 18.º 55' latitude sul e 61.º 8' de longitude oeste, baptisando-a com o proprio nome: Oliden.

Ninguém teria nada com a doação e nem com as medidas do donatario para administrar suas posses, si não fôra a circumstancia symptomatica de haver o Major Oliden, de parceria com seu secretario, o subdito allemão Mauricio Bach, construido o mappa das terras da Provincia, incluindo no mesmo largos e importantes trechos de Matto-Grosso, na margem direita do rio Paraguay, em os quaes trechos se acham o forte de Coimbra e as então villas de Albuquerque e Corumbá. E ainda mais: feito figurar na sobredita carta o rio Otuquis como tributario do rio Paraguay, quando na realidade tal curso de aguas termina na Bahia Negra.

O exame desse mappa, que seria apenas phantasista si não fôra capcioso, revela que o limite da Provincia de Otuquis com o Imperio do Brasil, seria traçado dentro de Matto Grosso, desde a lagôa Gaiba, no paralelo sul de 18.º, até a Bahia Negra, no paralelo sul de 20.º, ou seja uma extensão de 264 kilometros.

No que se refere á penetração em territorio brasileiro, não haverá exaggero em calcular, á vista da carta,

como sendo de cerca de 200 kilometros. De facto: da antiga Missão de Albuquerque para o norte a divisa seguiria pelo leste do rio Paraguay até onde chegam as aguas por ocasião das grandes inundações...

Vale, aliás, alongar a analyse da carta geographica curiosissima, assinalando-lhe as incongruencias mais gritantes: ao norte não apparece o curso do Paraguay, nem a serra do Aguapehy, tão pouco os morros da Boavista e dos Quatro Irmãos; no sul o lapis do cartographo collocou Albuquerque na foz do Mondego; entre a lagôa Mandioré e Albuquerque está marcado um vasto campo cultivavel que não existe; o Paraguay-mirim foi omittido, bem como a Missão da Misericordia; a grande curva que descreve o Paraguay desde a serra do Rabicho até o sangradouro da lagôa de Caceres, diminuiu de tal maneira a semelhar uma virtual.

Tudo isso, entanto, careceria de maior valôr, podendo ser levado á conta da incapacidade technica dos seus auctores.

O que haveria de importante no caso que se preparava, porém, era fazer reconhecido o direito da Bolivia ao rio Paraguay, tornando-a ribeirinha egualmente como a Republica do Paraguay e o Imperio do Brasil.

Na epocha da doação ao Major Oliden, das terras extremenhas, territorio baldio que seria, já os estadistas bolivianos previam a situação em que ficaria mais tarde o paiz, de absoluto insulamento. A sahida para o mar que lhe deu Sucre, no deserto de Atacama — Puerto La Mar —, talvez já fosse cobiçada por soberanias mais fortes. Impunha-se, de conseguinte, provêr para o futuro...

* * *

O mappa da Provincia de Otuquis traz a data de 2 de Janeiro de 1842, apposta em Oliden — capital da Pro-

vincia — e ostenta a assignatura de seu auctor, o allemão Mauricio Bach.

A Memoria que o acompanhou, escripta pelo Major Manuel Luis Oliden, tem a mesma data e revela identica origem. Nella foi consignada a Lei que outorgou as terras e as vantagens correlatas; estão transcriptos os Autos de posse, como os sellos da legalidade, e o da criação da capital com assignaturas que o authenticam; contem a descripção minuciosa dos limites; enumera as aldêas e as missões existentes; suggere os productos agricolas a serem cultivados nas diversas zonas, cujas terras são classificadas com laivos de proficiencia. E ainda, como digno de especial referencia, transcreve, *ipsis-litteris*, o Decreto do governo boliviano instituindo premios de 15 a 20 mil pesos e de 5 a 10 mil, para quem levasse *Barcos de Vapor* até qualquer parte do territorio nacional, sendo os primeiros para os que chegassem pelos rios do Norte e os ultimos pelos rios do Sul, isto é, que entrassem, respectivamente pelo Amazonas-Madeira e Paraná-Paraguay.

Este ultimo decreto, pela data (1834), é um complemento indubitavel ao da concessão das terras a Manuel Luis Oliden (1832 ou 1833).

Habilitado com taes documentos o donatario da Provincia de Otuquis viajou de sua capital para a Côrte do Imperio, por via de Matto-Grosso. Aquí chegado pôz-se em contacto com o Ministro argentino, General Guido, para que o credenciasse junto ao Ministro inglez, *Sir* Hamilton Hamilton, a quem pretendia vender sua Provincia, por 80 contos de réis, a elle directamente ou á empreza com capitaes inglezes.

O General Guido, ao que parece, não só negou apoio á transacção, como della advertiu os governos do Brasil e da Argentina, dando-lhes conhecimento da Memoria e do Mappa referentes á Provincia de Otuquis.

Emquanto o governo brasileiro interpellava o da Bolivia sobre as actividades de Oliden, o então Governador de Buenos-Aires, Don Juan Manuel Rosas, determinava ao seu representante no Rio de Janeiro que lhe remettesse o Major Oliden com seus planos...

Ponte Ribeiro, que desde o apparecimento de Oliden no Brasil soube-lhe dos passos, informou ao governo que elle, de facto, seguiu para Buenos-Aires, onde permaneceu até á quêda de Rosas, sem mais fazer falar dos seus projectos.

As informações de Pereira Pinto, talvez porque abrangendo maior periodo do que as do futuro Barão da Ponte Ribeiro, completam-as, dizendo que Oliden, em Buenos Aires, no anno de 1850, percebendo as difficuldades da politica interna, logrou interessar um outro allemão — Luiz Vernet — nos negocios da Provincia de Otuquis.

Esse Luiz Vernet, homem de grandes e arrojados empreendimentos, de posse da procuração que lhe deu Oliden, seguiu para a Europa a dar realidade ao projecto de venda das terras bolivianas. Em Hamburgo chegou a incorporar Companhia com esse fim, frustrando-se a transacção em virtude de ter estalado a chamada Guerra do Oriente.

Depois é em Pariz que age Luiz Vernet, sempre no sentido de alliciar capitaes necessarios á empreza audaciosa de Oliden.

Da mesma fonte respeitavel é a noticia de que nessa epocha, na capital da Argentina, certo negociante inglez de nome Guilherme Brash, procurou entabolar relações com o Vice-Consul boliviano em Buenos-Aires, afim de obter garantias para os favores promettidos, pois pretendia fazer um vapôr subir até Bahia Negra até chegar ao rio Otuquis...

A Provincia de Otuquis, pelo visto, existiu, sinão oficialmente, officiosamente. Foi um capitulo a accrescentar na historia das tentativas da Republica da Bolivia para se fazer caminho para o Mundo, enclausurada que nasceu e enclausurada que já se sentia nesses tempos recuados de uma centuria.

Sobre o Oceano Pacifico perdeu o direito que lhe deu seu Libertador, o Grande Marechal de Ayacucho.

Sobre o Oceano Atlantico não conseguiu formar um direito qualquer, por mingoado que fosse.

O Destino, em verdade, parece ter condemnado a antiga Audiencia de Charcas a viver emparedada, em resguardo, porque perpetuamente cobiçada. Primeiramente o Perú, e depois o Chile, barraram-lhe as portas de sahida pelo Oeste, portas essas proximas ao centro de sua civilização; ao sul é o Paraguay que não transige. Apenas o Brasil, depois do Tratado de Petropolis, de 1903, condescendeu em lhe abrir passagem ao Norte, por via do Madeira e do Amazonas.

De qualquer forma, porém, Bolivia é o mais mediterraneo dos paizes da America Meridional. Nem mesmo com o Paraguay, que lhe vem em seguida, na escala, sua posição tem equivalência.

Dahi sua historia ser o diagramma que é para abrir uma estrada em direitura ao mar appetecido por todas as nações, a vastissima arena onde cabem todos os anseios e se decidem todos os destinos.

Puerto La Mar, a antiga Cobija dos tempos coloniaes, presente de Sucre, em 1825, pouca duração tem porque já em 1835 era destruido pelos canhões peruanos da "Liberdad" e da "Limeña".

Arica foi um favôr do Perú e um negocio para o Perú; como hoje são favores do Chile e negocios do Chile, a mesma Arica e Antafogasta.

Mollendo, outro porto do Pacifico, de entrada e sahida para a Bolivia, é da soberania peruana.

Tarapacá foi uma illusão que nunca tomou forma concreta. Viveu apenas no Tratado Confederal de Tacna, de 1837.

Isso no que diz com o Oceano de que Bolivia é tributaria por força da propria posição geographica, por imposição ineluctavel de sua mesma riqueza mineral em Potosi.

A sahida para o Atlantico, ao norte, é aleatoria, porque só servirá com vantagem ás regiões do Madre de Dios e do Beni, productoras de borracha; enquanto que ao sul é tambem aleatoria uma vez que só aproveitaria ás provincias de Santa Cruz de la Sierra, Chiquitos e Moxos, zonas pastoris.

Essa variante de direcção, aliás, é artificial, insensata, absurda mesmo, quer pelo norte, onde sua borracha iria encontrar a borracha da Amazonia brasileira, quer pelo sul onde seus gados leves iriam encontrar a concurrencia dos gados seleccionados da Argentina e do Uruguay.

Bolivia, de resto, é Pacifico e não Atlantico.

A nação andina, não obstante essas sahidias, considera-se justamente asphyxiada, oprimida, esmagada.

De qualquer modo isso explica e justifica até certo ponto a criação artificial da Provincia de Otuquis, em 1833, como um remedio que se preparava antecipadamente para a situação que seria estabelecida em consequencia da Guerra do Pacifico, em 1879/1883.

* * *

O tratamento dispensado á Bolivia, pelos vizinhos da mesma raça, obrigando-a a uzar meios subrepticios no sentido de derrocar as barreiras que lhe constringiam e

onstringem os movimentos, leva a meditar sobre as causas remotas da fragmentação das antigas possessões espanholas na America, emquanto as portuguezas conservaram a unidade territorial e moral.

Antes da independencia tudo induziria a crêr que apenas dois grandes paizes resultariam da emancipação ao jugo europeu: Brasil e Perú. Previsão pessimista poderia ter augmentado esse numero para tres: Brasil, Perú e Rio da Prata. Cada qual com suas provincias ou estados; cada um com as divisões internas que melhor condissessem com a indole dos respectivos habitantes ou com as necessidades da administração da coisa publica. Assim, entanto, não occorreu. Si na banda luzitana foi possível evitar a secessão, no lado castelhano falharam todas as tentativas nesse sentido, até mesmo aquella de Bolivar para a Confederação dos povos constituintes do Vice-Reinado de Lima e mais a Audiencia de Charcas que era parte do Vice-Reinado do Prata. Seria a Confederação Bolivariana. em molde da Confederação Norte-Americana.

O vinculo racial, porém, nada poude ante á repulsa que velhos odios tinham gerado entre as diferentes populações, embalde todas provindas da *Madre España*.

De facto, ainda não estava finda a campanha libertadora, e já Santander em Nueva Granada, e Paez em Venezuela, colligavam-se contra Simon Bolivar para impedir-lhe a execução do seu generoso plano confederal.

A simples união do Perú com Bolivia, sonhada e realizada por Santacruz, em 1837, terminaria lamentavelmente dois annos depois, não apenas pela inadaptabilidade de umas ás outras gentes (nordperuanas — sudperuanas — bolivianas), como pela opposição do Chile e Argentina que enxergaram no accordo um desejo de hegemonia continental.

No futuro, de resto, haveria novas e bem eloquentes provas da impossibilidade de harmonizar caracteres que

tanto se haviam distanciado, uns dos outros, no curso de pouco mais de duzentos annos. Relacionar essas provas seria escrever, de novo, a Historia das Americas do Sul e do Centro; seria lembrar o processo laborioso de formação de cada uma das jovens nacionalidades americanas; seria, quiçá, reacender chammas que estão momentaneamente apagadas.

Fonseca Hermes, o diplomata que na actualidade talvez melhor allie o conhecimento historico-geographico do Continente, com um profundo senso sociologico, assignalou, faz pouco, em conferencia estampada na revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro (Tomo LXVI), o absurdo de se haver chrisnado a America como o Continente da Paz, declarando que "nem todas as questões de limites estão definitivamente resolvidas, sendo que as divisorias politicas que separam a maior parte das soberanias americanas foram traçadas pela ponta da espada, pela violencia das armas, pela prepotencia da victoria militar..."

O primeiro seculo de vida autonoma, em verdade, transcorreu em luctas por vezes temerosas, sempre, ou quasi sempre, por questões lindeiras injustificaveis si examinadas com criterio superior.

Um simples e rapido relancear sobre qualquer carta geographica do Continente Colombiano torna irrefragavel o asserto, porque nessa carta se exhibem aos olhos mais myopes ou cansados, vastas zonas inhabitadas ainda na actualidade, muitas apenas exploradas ás pressas, algumas que se conservam virgens de pés civilizados ou que como tal se consideram seus donos.

Vêncedores, uns; vencidos, outros; todos foram victimas nessas luctas por melhores fronteiras.

Á Bolivia, entre todos, vencedores e vencidos, coube a maior dose de sacrificio, uma vez que além de mutilada,

fecharam-lhe as portas de sahida para o mar, o mar que é de todos e a ninguem pertence.

Sua lucta começou, a bem dizer, no dia 9 de Julho de 1824, na justa occasião em que o General Don Antonio José de Sucre, em Ayacucho, vencendo as tropas realistas do Vice-Rei La Serna, assegurou definitivamente a independencia da America Meridional ao dominio da corôa de Castella, e continuou até ha pouco, no Chaco Boreal, com as tropas paraguayas do General Estigarribia.

A Provincia de Otuquis, do Major Manuel Luis Olliden, foi um capitulo incruento dessa lucta para subsistir. dessa já secular porfia para romper as correntes que prendem a Nação Boliviana no cimo da Cordilheira dos Andes, olhando o Mar sem poder attingi-lo, adivinhando o Mundo sem poder sentir-lhe as palpitações.

VI

O MAPPA DA LINHA VERDE

“Nessa grande controversia todos alludiam á famigerada linha verde, sem que ninguem lhe houvesse posto os olhos, fallavam todos no mappa onde se ella imaginava estar, sem que alguem o exhibisse”.

RUY BARBOSA in O DIREITO
DO AMAZONAS.

A questão acreana foi um prélio de gigantes. Desde que foi suscitada até que foi dirimida, deu ensanchas para a manifestação de valores humanos incommuns. Estadistas, diplomatas, geographos e astronomicos, internacionalistas e politicos, historiadores e guerreiros, tiveram oportunidades vastas para se fazerem ouvir, depondo ou opinando, suggerindo ou agindo. Ella tem inicio no governo de Prudente de Moraes, em 1897, e finaliza na presidencia Rodrigues Alves, em 1903. Carlos de Carvalho, Dyonisio de Cerqueira, Olyntho de Magalhães e Rio Branco são os Ministros de Estado das Relações Exteriores do Brasil que por força do cargo procuram dar-lhe solução, só o conseguindo o ultimo. Ruy Barbosa e Lopes Gonçalves interveem na controversia como eminencias em Direito Internacional. Assis Brasil, Ministro diplomatico em Washington, e Eduardo Lisbôa, representante brasileiro em La Paz, além de outros, esmeram-se nas

negociações attinentes ao caso. Lauro Müller, Lauro Sodré, Alcindo Guanabara, Paulo de Frontin, Serzedello Corrêa, Bernardo de Mendonça, Paula Freitas e João Lucio d'Azevedo, parlamentares uns, outros cientistas, outros ainda, publicistas, alongam-se no alinhar de razões de toda ordem. Dyonisio de Cerqueira, Thaumaturgo de Azevedo, Costa Azevedo (Barão de Ladario), von Hoonholtz (Barão de Teffé), Cunha Gomes e Luiz Cruls opinam como demarcadores. Na propria região em litigio os acreanos luctam com armas na mão, ora sob a chefia de José Carvalho e Joaquim Victor da Silva, ora ás ordens de Gentil Norberto e Rodrigo de Carvalho, mais para diante conduzidos por Orlando Corrêa Lopes e Assis Marinho, e, finalmente, organizados e dirigidos por Placido de Castro, que os leva á victoria decisiva sobre as tropas bolivianas de occupação.

A questão, em ultima analyse, foi em torno á posse de terras que dizem na bacia amazonica, cortadas pelos rios Acré, Purús e Yáco, e que haviam permanecido em abandono até 1877, quando a ellas chegaram os primeiros povoadores, todos brasileiros, tangidos pelas seccas nas provincias do Nordeste.

A descoberta dessas terras, aliás, tivera lugar em 1852, por um brasileiro — Manoel Urbano da Encarnação — cuja viagem foi seguida, em 1857, por João Rodrigues Cameté, e em 1861 por João da Cunha Corrêa.

Guiados somente pelo instincto de aventura ou pela necessidade immediata de ganho, não cogitaram os pioneiros sobre a soberania da região, si brasileira, si boliviana ou peruana. Os *bandeirantes* e os *adelantados* tambem nunca tiveram em conta a letra dos ajustes politicos referentes ás terras que perlongavam e se apossavam.

O facto é que com rapidez incrível, mercê da riqueza da região em florestas de seringueiras, foi povoada uma area que não será demais calcular em 200.000 kilometros

quadrados, porque se estendendo do rio Madeira á serra de Contamana, da foz do Pauhiny, no Purús, ás nascentes do Tahuamanu, afluente do Orthon.

O governo do Brasil, oficialmente, não conhecia até onde tinham chegado suas avançadas rumo Sudoeste.

O governo boliviano nem oficialmente nem officiosamente tivera conhecimento da penetração brasileira na região que em suas cartas é assignalada como Departamento do Madre de Dios. A melhor prova disso reside na declaração feita pelo Ministro boliviano, D. Francisco Vellarde, em 28 de Julho de 1886, por occasião de conferencia que pronunciou na Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, em presença de Pedro II, de que o rio Aquiry ou Acre ainda não havia sido descoberto, mas que o seria em breve...

Quanto ao Brasil basta consultar a carta do Amazonas contida no ATLAS DO IMPERIO DO BRASIL, de Candido Mendes de Almeida, impresso em 1868, em a qual carta não figuram o rio Acre e os mais do systema.

Tem-se nessas condições, que a região começada a povoar pelos nordestinos brasileiros em 1877 estivera até então total e absolutamente desconhecida e só seria habitada por selvicolas.

O abandono em que estava, todavia, não poderia prevalecer para seu agglutinação por um Estado qualquer, fosse o Brasil ou fosse a Bolivia, si houvesse uma delimitação das respectivas soberanias.

Essa delimitação, entretanto, nunca pudera ser feita, embora as tentativas que se haviam succedido, umas ás outras, a partir de 1834, quando o general boliviano D. Mariano Armaza, no Rio de Janeiro, procurou entendimentos nesse sentido. Falhou essa tentativa e falharam outras, ora na capital brasileira, ora em Sucre e em La Paz. Em 1841 frustra-se a missão confiada ao então Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, como, mais para

diante, porque em 1863, também não consegue bom exito a embaixada da chefia do Ministro Rego Monteiro.

É em 1867, no dia 27 de Março, que o Plenipotenciario Lopes Netto e o Chanceller boliviano D. Mariano Muñoz, em La Paz de Ayacucho, assignam o primeiro tratado de limites entre o Imperio do Brasil e a Republica da Bolivia.

Por esse ajuste, na parte referente á zona da borraça, isto é, do rio Madeira para oeste, a linha divisoria seria, *mutatis-mutandis*, a mesma que havia sido pactuada entre Portugal e Espanha em 1750 e em 1777. É, pelo menos, o que dizem os textos respectivos.

No artigo VII do Tratado de Madrid foi estipulado que:

“Baixará (a fronteira) pelo alveo desses dous rios, já unidos, até a paragem situada em igual distancia do dito rio das Amazonas, ou Marañon, e da bocca do dito Mamoré; e desde aquella paragem continuará por uma linha Leste-Oeste até encontrar a margem Oriental do Javary que entra no das Amazonas pela sua margem Austral...”

O artigo XI do Tratado de Santo Ildefonso consigna o seguinte:

“Baixará a linha pelas aguas desses rios Guaporé e Mamoré, já unidos com o nome de Madeira, até á paragem situada em igual distancia do Rio Marañon ou Amazonas e da bocca do dito Mamoré; e desde aquella paragem continuará por uma linha leste-oeste até encontrar com a margem oriental do Rio Javary...”

No artigo II do Tratado de Ayacucho, está mais explicita a divisa, em razão do conhecimento que já havia do Madeira para o sul:

“... baixará por este rio (Verde) até a sua confluencia com o Guaporé e pelo meio deste e do Mamoré até ao Beni, onde principia o Madeira. *Deste rio para o oeste, seguirá a fronteira por uma parallela, tirada da sua margem esquerda na latitude sul de 10° 20', a encontrar o Javary*”.

Retenha-se a circumstancia de no ultimo dos textos transcriptos já haver referencia á posição astronomica do local (margem esquerda do rio Madeira) de onde partiria a linha leste-oeste a encontrar o Javary: 10° 20' de latitude sul.

A esse dispositivo, porém, os contractantes ajuntaram uma condicional que, por curiosa, vale ser conhecida:

“Se o Javary tiver as suas nascentes ao norte d'aquella linha leste-oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude (10° 20') por uma recta, a buscar a origem principal do dito Javary”.

Ninguém sabia, entretanto, na data do Tratado (1867), onde nascia o Javary. Os demarcadores portugueses e espanhoes, encarregados de dar realidade ás raias convencionadas em 1750 e 1777, não haviam devassado esse rio sinão até á altura de 5° 30' (latitude sul) tendo partido de sua foz no Solimões, cuja posição é 4° 21' 09". A expedição Soares Pinto-Paz Soldán, composta por elementos da Commissão Mixta Brasileo-Peruana, chefiada respectivamente por Costa Azevedo e Francisco

Carrasco, em 1866, o que vem a ser um anno antes do Tratado com a Bolivia, fôra obrigada a abandonar os trabalhos na posição de 6° 50' (estimativa do geographo Paz Soldán depois da morte do Commandante brasileiro Soares Pinto).

Deve ser dito, além do mais, que nem os geographos portuguezes de 1787 e nem os expedicionarios brasileiros e peruanos de 1866, fizeram o levantamento do rio até onde estiveram, isso porque, uns e outros, estavam apenas encarregados da simples exploração no sentido tecnico.

É digna de attenção, pois, a circumstancia de no Tratado de 1867 ter sido feita menção a *uma parallela, tirada da margem esquerda do Madeira, na latitude sul de 10° 20' a encontrar o Javary*.

Isso quer dizer, noutras palavras, que se considerava o Javary como nascendo na mesma latitude do Madeira; do contrario não haveria lugar para qualificar a linha a ser tirada de um para outro rio como *parallela*.

A condicional completiva ao artigo 2.º — Se o Javary tiver as suas nascentes ao norte daquella linha leste-oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude (10° 20'), por uma recta, a buscar a origem principal do dito Javary — não tem grande força, figura como uma hypothese, occorreu como recurso a qualquer dos contractantes e foi acceito pelo outro. Seria, ao tempo, apenas uma nuga.

A verdade, todavia, é que o Tratado de 1867 entrou em vigôr immediatamente. A fronteira seria aquella que foi ajustada entre Felipe Lopes Netto e Mariano Muñoz. A demarcação, no terreno, viria mais tarde.

Dez annos depois da vigencia do Tratado, aliás, é que começou a penetração brasileira justamente nas terras comprehendidas entre as linhas das duas hypotheses, isto

é, entre 10° 20' e até onde fosse o Javary. Pura e simples obra da fatalidade.

* * *

Em trabalhos anteriores, sobre as demarcações da fronteira do Brasil com os paizes limitrophes, assignalei o facto de não terem os emissarios de Espanha e de Portugal conseguido marcar, no terreno, as divisas combinadas pelos Tratados de Madrid e de Santo Ildefonso, em 1750 e 1777 respectivamente.

De facto, só depois da Independencia é que se cogitou, a valer, na *construcção da moldura que enquadra o paiz*, primeiro contractando as raias com cada um dos Estados que se formaram na America do Sul, e depois demarcando-a.

José da Costa Azevedo, futuro Barão de Ladario, na epocha Capitão-Tenente, é nomeado em 1861 para estabelecer os lindes com a Republica do Perú, convencionadas em 1851. Nas instrucções que lhe foram dadas figurava a exploração do rio Javary, desde sua foz no Solimões até suas nascentes, onde estivessem ellas, porque constituia o curso daquelle rio a divisa da Republica com o Imperio.

Motivos que não veem ao caso, agora, impediram-no de levar a effeito essa exploração nos primeiros annos de sua estada na Amazonia (1861 a 1864).

Em 1865, quando novamente nomeado Commissario do Brasil para a mesma fronteira, foram-lhe reiteradas as instrucções que continham a obrigação de fazer conhecido o Javary.

Vale informar, nesta altura, que da correspondencia trocada entre a Secretaria de Estado e o Commissario Costa Azevedo, se infere que alli se imaginava nascer o rio na latitude sul de 10° 20'...

Quando, em 1866, no mez de Outubro, a partida organizada com elementos das commissões brasileira e peruana para devassar o Javary, chegou á altura de $6^{\circ} 50'$, foi atacada e massacrada pelos Mayorunas.

Continuou, dess'arte, a ignorancia sobre as nascentes do rio.

Em 1867, não obstante esse desconhecimento, foi assignado o Tratado de Limites com a Republica da Bolivia, em o qual tambem o Javary (principalmente as suas nascentes) representaria papel decisivo.

Não se tratava mais, portanto, apenas do Brasil e do Perú, mas egualmente do Brasil e da Bolivia.

O rio ganhara importancia. Nas suas nascentes terminaria o dominio soberano de Perú e começaria o da Bolivia. O do Brasil se exerceria sobre as terras que comesçassem na margem direita d'elle e sobre o territorio ao norte da linha geodesica a ser tirada do seu manadoiro de aguas até ao começo do Madeira.

Qual, porém, a posição astronomica desse principio do Javary?

Ninguem sabia; ninguem poderia saber. Os portuguezes só tinham attingido á latitude de $5^{\circ} 30'$ e os brasileiros e peruanos a $6^{\circ} 50'$.

E' em 1874 que Antonio Luiz von Hoonholtz, Capitão de Fragata, futuro Barão de Teffé, nomeado Commissario do Brasil em substituição a Costa Azevedo, intenta novamente a exploração do curso d'agua que se ia fazendo famoso. Intenta e leva-a a effeito numa penetração ousada, sempre hostilizado pelos selvagens e sempre castigado por vicissitudes de todo genero.

O resultado de seu trabalho, porém, constituiu uma formidavel decepção para os theoricos. A fonte principal do rio elle a encontrou na altura de $7^{\circ} 1' 17''$ de latitude meridional e $74^{\circ} 8' 27''$ de longitude oeste de Greenwich.

No que disse com a fronteira com o Perú a importancia era relativa.

O facto, porém, é que já estava em vigôr o Tratado com a Bolivia, e essa posição da nascente principal junto ao paralelo de 7º, era grave, gravissima mesmo.

Ninguem, todavia, parece ter comprehendido essa gravidade immediatamente.

* * *

Em 1896, Thaumaturgo de Azevedo e Juan Manuel Pando, aquelle Commissario do Brasil e este da Bolivia, encontram-se em Caquetá, localidade do Estado do Amazonas, no rio Acre, para effectuarem a demarcação da linha de limites entre os dois dominios politicos.

Fazia 20 annos que começara o povoamento brasileiro das terras marginaes ao rio Acre, rio Purús, rio Tarauacá, Juruá, Chandless, e Yáco e de uma infinidade de outros cursos d'agua com menor importancia.

Com o povoamento da região crescera a exportação da gomme elastica pelos portos de Manáos e de Belém.

Era um novo mundo que defrontava os dois demarcadores. Pando, certamente, exultou, porque esse mundo inimaginado estava ao sul da linha divisoria, pertencendo portanto á Bolivia.

Os sentimentos de Thaumaturgo foram diversos, comprehendendo, como compreendeu, que os brasileiros haviam desbravado e industrializado um territorio de outra soberania.

Emquanto o boliviano annuncia para La Paz a *trouvaille* magnifica, verdadeiro presente dos Deuses, o brasileiro padecia mortificações crueis e escogitava nos meios para transformar a realidade com que se defrontava.

Tudo estava preso á posição onde nascia o Javary — 7º 1' 17" — tanto a alegria do boliviano como a magoa

do brasileiro. A linha geodesica, de facto, que fosse traçada entre os dois extremos conhecidos ($10^{\circ} 20'$ no Madeira e $7^{\circ} 1' 17''$ no Javary), deixaria ao sul, isto é, com a Republica da Bolivia, uma area calculada por Thaumaturgo de Azevedo em 5.870 leguas quadradas. Essa area era o territorio já conhecido como o ACRE, onde não havia um só boliviano e estavam enraizados profundamente cerca de 30.000 brasileiros.

Em Março de 1897 o Commissario brasileiro, depois de se informar bastante, denunciou como errada a localização da nascente do Javary pelo Barão de Teffé e pelo Capitan de Fragata D. Guillermo Blake. Lembrou, ainda, uma melhor interpretação do artigo 2.º do Tratado de 1867. Citou as opiniões de Paz Soldán, geographo peruano, de Juan Manuel Pando, demarcador boliviano e de Costa Azevedo, demarcador brasileiro, todos accorçes em que o rio brotava mais ao sul, sinão aos $10^{\circ} 20'$ (paralelo do Madeira) mas talvez a 8° ou $8^{\circ} 30'$, a 9° ou $9^{\circ} 30'$...

Qualquer posição mais meridional *melhoraria* a inclinação da linha de limites.

Chegou ao extremo de citar informações dos moradores do Javary.

O seu grito de protesto marcou o inicio da questão, "a mais grave de todas que tivemos a sustentar", na opinião de Oliveira Lima.

* * *

A denuncia de Thaumaturgo de Azevedo fez comprehender a situação que a muitos pareceu ineluctavel.

E' ahi que se começa a examinar melhormente o Tratado de 1867 e que vem á baila o Mappa da Linha Verde, comquanto no referido ajuste não houvesse menção a esse ou a qualquer outro documentographico.

Serzedello Corrêa sugere como interpretação á letra do Tratado (Artigo 2.º) que a fronteira seguisse pelo paralelo de 10º 20' (do rio Madeira) e dessa latitude seguisse, por uma recta, até encontrar a cabeceira principal do Javary...

Toda a gente, aliás, opina na questão que engravece sempre. Os exegetas procuram interpretar o Tratado; os mathematicos alinham cifras; os diplomatas exhumam velhas cartas e velhos documentos.

No meio da grita generalizada ouve-se e lê-se continuamente referencias á *linha verde* de um celebre mappa, a qual linha verde seria a fronteira a ser traçada de accordo com o Tratado, isso porque nesse mappa o Javary desceria até ao paralelo de 10º 20'.

Ninguém, entretanto, exhibe essa carta ou declara tê-la visto com os proprios olhos.

Emquanto isso a questão vai se processando violenta e perigosamente até á solução que lhe deu o Barão do Rio Branco, em 1903, com o Tratado de Petropolis, sem que, todavia, o mappa apparecesse para elucidar ou explicar o Tratado de Ayacucho, uma vez que se dizia e escrevia haver elle servido ao diplomata Lopes Netto para o ajuste de 1867.

Ainda em 1910, defendendo os direitos do Estado do Amazonas sobre o Territorio do Acre, na sua maior obra de advogado, Ruy Barbosa escreveu a proposito:

“Mas nem uns nem outras contam de parte alguma; a não ser que se queira elevar á altura de prevalecer a tudo o que existia e a todos os que haviam creado tradição no assumpto a lenda fugáz da *linha verde*, que, desmoralizada, hoje, totalmente com as revelações do Barão do Rio Branco, se dissipou no seu mysterio, sem jamais ter sido vista por ninguém”.

E mais :

“Allega-se que, nas instrucções do ministro de estrangeiros Cansanção de Sinimbú, em 1860, ao nosso ministro residente em La Paz, João da Costa Rego Monteiro, acompanhavam o projecto de tratado cartas explicativas, na terceira das quaes se tirara do Madeira ao Javary uma linha verde, a qual, dizia Ponte Ribeiro, “é a que regulará por ultimo, se as nascentes do Javary não alcançarem até á linha encarnada ou alguma das intermediarias”. “Mas onde se acha esse mappa? Que signaes de authenticidade nos certificam a existencia desse documento? Se realmente existiu, que laço de relação juridica o incorpora no tratado de 1867 como o seu complemento elucidativo? Está elle no corpo da convenção? Se não está, encontrar-se-á, sequer, no archivo da nossa chancellaria?”

Rio Branco, aliás, justificando o Tratado de Petropolis perante o Congresso, afim de obter sua approvação, assim se manifesta sobre o mappa mysterioso :

“Tenho lido que durante as negociações em La Paz, nos primeiros mezes de 1867, o nosso plenipotenciario, Lopes Netto, apresentava mappaes desenhados sob a direcção de Duarte da Ponte Ribeiro, nos quaes já figurava a linha obliqua; mas disso não achei vestigio algum na correspondencia official”.

Nos dias que correm é Arthur Cezar Ferreira Reis, em A QUESTÃO DO ACRE, quem faz menção ao mappa da linha verde, isso num tom de duvida sobre sua

existencia: “mappa que dizia existir no Archivo do Ministerio do Exterior... mappa que teria servido ao nosso plenipotenciario em La Paz para o Tratado de 1867...”

O Mappa da Linha Verde, entretanto, apesar de todas as negativas e duvidas, existe e sempre existiu. Rio Branco não o encontrou porque não quiz encontra-lo; Ruy Barbosa não o viu porque não lh'o quizeram mostrar. Os que se referiam a elle é que estavam certos, certissimos. Elle é o ultimo de uma serie de tres cartas organizadas em 1860 pelo Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro e pelo Major graduado do Estado Maior da 1.^a classe Isaltino José Mendonça de Carvalho.

O primeiro da serie projecta a fronteira com a Bolivia desde a Bahia Negra até a ponta da Serra dos Limites; o de numero dois, indica a linha a seguir desde a ponta da Serra dos Limites até á foz do rio Paraguá; o terceiro alcança da foz do Paraguá, no Guaporé, até á bocca do Javary, no Solimões.

Este ultimo, que é o que interessa por ser o da linha verde, mede 0,640 x 0,560. A legenda consigna o seguinte: “Mappa de huma parte da fronteira do Brasil com a Republica da Bolivia — Organizado pelo Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro e Isaltino José Mendonça de Carvalho — Janeiro de 1860 — Escala de Latitude de 20 leguas o gráo — Escala de Longitude de 20 leguas o gráo”. Ostenta, ao demais, os *fac simile* das assignaturas dos dois organizadores.

Demonstra seu exame, como traçado principal, o curso do rio Amazonas, desde o sitio em que recebe as aguas do Madeira até que com o nome de Solimões recebe o Ucayale, em frente á Villa de Nauta. Mais para o norte vê-se o Japurá, desde a foz do Apaporis até o desague no Solimões, junto á povoação de Ega. O Javary, riscado a tinta carmin, desce desde Tabatinga, na altura approximada de 4° 8' 30" de latitude sul e 308° 5' de longitude, até 10°

20' de latitude sul e 305° 40' de longitude. Na primeira parte do curso do rio, até á altura de 5° 30' ha esta indicação: "Fronteira conhecida do Imperio com a Republica do Perú".

Verifica-se, ainda, tiradas da margem esquerda do rio Madeira, na confluencia do Mamoré com o Beni (10° 20'), quatro rectas que encontram o Javary; a mais ao norte, *em tinta verde*, na latitude 5° 30'; a seguinte, do norte para o sul, na latitude de 7° 5', em tinta amarella; a terceira, igualmente em tinta amarella, na latitude de 8° 40'; a quarta, finalmente, na latitude de 10° 20'. Esta ultima, em tinta vermelha, traz a indicação: "Linha de Fronteira".

Os rios Jutahy, Juruá, Teffé, Coari e Purús, afluentes do Amazonas pela margem direita, exhibem-se como traços accessorios, mal definidos, linhas hesitantes que o Major Isaltino de Carvalho colocou sem nenhuma convicção quer quanto á posição, quer quanto ao volume.

Somente o Madeira, o Guaporé e o Mamoré teem seus cursos demonstrados com segurança, assignalados os tributarios em ambas as margens de cada qual, apontadas as localidades que balisam uns e outros.

No que diz com o relevo do sólo, apenas a Serra Geral de Parecis, vinda do leste, no parallelo de 12°, que toma para o nordeste até o parallelo de 8° 10', de onde desce á perpendicular buscando o parallelo de 9°, quando termina inconsequente, absurda, porque *ex-abrupto*.

O mais que existe na carta em exame, digno de menção, é a linha Apaporis-Tabatinga, em vermelho, como a demonstrar o limite com o Perú.

Esse o famigerado MAPPA DA LINHA VERDE, descripto nas suas características principaes.

Conhecida a existencia do mappa tido como uma phantasia dos patriotas exaltados pela Questão Acreana, processada entre 1897 e 1903, vale examinar o pensamento de um dos seus auctores, o futuro Barão da Ponte Ribeiro, na epocha Conselheiro de Estado, figura das mais dignas da nossa historia diplomatica, conhecedor como poucos dos negocios politicos internacionaes.

O mappa, aliás, de coisa alguma valeria sem a explicação para aquellas linhas verde, amarella e vermelha, tiradas do Madeira ao Javary, formando como que um leque de pennas coloridas.

Ponte Ribeiro, porém, nô-las explica á saciedade, com clareza e com franqueza. Ouçamo-lo:

“A Fronteira (do Imperio com a Bolivia) continua pelo meio deste rio (Guaporé) e do Mamoré até a confluencia deste com o Beni, atravessa o Madeira no Parallelo 10º 20', pouco mais ou menos, e corre por elle para Oeste a encontrar o Rio Javary: Raia que vai indicada com linha encarnada.

“A faxa (*sic*) Verde que se vê neste mappa tirada desde o Madeira ao Javary, mostra a direcção que deverá ter a Fronteira, se este ultimo rio não vier mais ao Sul, porque até esse lugar foi elle examinado pela Comissão de Limites em 1787, como consta dos Diarios e Planos que levantarão em grande escala para dar a conhecer o seu curso.”

A explicação de Duarte da Ponte Ribeiro faz prova:

- 1.º) Que os demarcadores de 1787 exploraram o Javary só até o parallelo sul 5º 30' ;
- 2.º) Que já em 1860 (data da confecção do mappa) havia sido aventada a hypothese da

fronteira correr da confluencia do Beni com o Mamoré, onde começa o Madeira (10° 20') por uma recta a buscar a nascente principal do Javary, onde se achasse ella, caso não descesse até 10° 20' ;

3.º) Que a fronteira pelo paralelo de 10° 20', desde a confluencia do Beni com o Mamoré, até ao Javary, na mesma altura (10° 20'), era outra hypothese.

O que se não comprehende é que no mappa haja sido riscado o paralelo de 10° 20' como sendo a fronteira entre as duas soberanias.

Para isso era necessario que alguém, geographo ou piloto, tivesse penetrado o Javary até essa posição geodesica, quando, é o proprio Duarte da Ponte Ribeiro quem informa, os portuguezes, em 1787, não ultrapassaram o paralelo de 5° 30'.

O mappa, nessas condições, ao menos no que se refere ao curso do Javary, foi organizado segundo uma hypothese, méra hypothese.

Verdade é, todavia, que elle foi destinado a servir de elemento subsidiario ás negociações encetadas em 1860 pelo diplomata Rego Monteiro, então acreditado junto ao governo boliviano.

Fracassadas essas negociações, em 1863, não será absurdo conjecturar que tanto o mappa em estudo, como as instruções de que era subsidio, tivessem vigorado para as negociações de 1867, levadas a bom termo por Felipe Lopes Netto.

Isso, naturalmente, explica a condicional completiva ao artigo 2.º do Tratado de Ayacucho: "Se o Javary tiver as suas nascentes ao norte d'aquella linha leste-oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude (10 20'), por uma recta, a buscar a origem principal do dito Javary..."

Essa condicional, quasi com as mesmas palavras, foi suggerida por Duarte da Ponte Ribeiro nas instruções dadas de 22 de Março de 1860: “A faixa verde que se vê neste mappa tirada desde o Madeira ao Javary, mostra a direcção que deverá ter a Fronteira, se este ultimo rio não vier mais ao Sul, porque até esse lugar (5° 30’) foi elle examinado pela Comissão de Limites em 1787...”

E’ tambem verdade, porém, que o mesmo Duarte da Ponte Ribeiro, noutros papeis, escriptos depois da confecção do Mappa da Linha Verde, declarou que o Javary haveria de brotar umas 40 leguas abaixo do lugar onde estiveram os demarcadores luzos (5° 30’). Isso importou em dizer que estimava as nascentes do rio fadado a tamanha notoriedade, na latitude de 7° 30’ sul. Sabido, hoje, que esse manadoiro dagua está a 7° 6’ 55”, não se pode deixar de assignalar a circumstancia como demonstração inequivoca da grande acuidade que exornava a personalidade do vulto respeitabilissimo de nosso passado.

Si a simples descripção do mappa da linha verde e a referencia á letra das instruções redigidas por Duarte da Ponte Ribeiro, não bastassem para afastar qualquer idéa de que o mappa houvesse sido engendrado para aposar-se o Brasil de terras que lhe não pertenciam, haveria a citar um outro trecho das explicações para a intelligencia das tres cartas geographicas de 1860:

“Na coordenação deste mappa buscou-se assignalar a fronteira pelos pontos a que o Brasil pôde mostrar direito consignado em tratados ou em virtude de posses adquiridas, abandonando-se como insustentaveis as antigas pretensões de estendê-la...”

Temos, dess'arte, que o Mappa da Linha Verde, embalde o Barão do Rio Branco não tê-lo encontrado no archivo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, e o Conselheiro Ruy Barbosa não ter conseguido prova de sua existencia, existe, porque sempre existiu depois de 1860, quando foi organizado por Duarte da Ponte Ribeiro e Isaltino José Mendonça de Carvalho, destinado a ilustrar as instruções ao Ministro brasileiro na capital boliviana, João da Costa Rego Monteiro.

Bem examinadas as coisas, porém, chega-se á conclusão de que esse mappa, e os mais da série, não possuia nenhum valor probante, porque só encerrava hypotheses nas suas linhas imprecisas. Simples debuxo para as negociações a serem encetadas. A região nelle retraçada, estava, a bem dizer, virgem do homem civilizado ou tido como tal, visto que só pelos cursos de alguns rios do sul tinham viajado exploradores.

Nenhum mal haveria, portanto, que fosse elle estado aos olhos de toda a gente, como o terá sido aos olhos dos contractantes do Tratado de Ayacucho, de 1867.

Deante delle não se modificariam os dados do problema da posse daquellas longes terras do Septentrião, tão distantes do Brasil como da Bolivia, uma vez que esse problema não era de geographia, porque era essencialmente politico.

A incompreensão disso é que gerou a chamada Questão Acreana.

Procurava-se resolver dentro de rigorismo scientifico o que devera encontrar solução em interpretação humana de phenomenos sociaes, qual o da emigração dos nordes-tinos para terras sem dono ou senhor.

Restabeleça-se os termos da equação e não se chegará a outro resultado.

Ao ter lugar a independência dos povos sul-americanos aos reis europeus, caducaram automaticamente todos os tratados, convenções ou ajustes entre os mesmos soberanos, sobre terras do Continente, mormente porque, á parte o Brasil, todos os outros povos se constituíram em nações independentes umas das outras, criando novos paizes.

Outro principio director, pois, haveria de surgir, como surgiu, para a divisão do territorio.

Era o *uti-possidetis: ita-possideatis* do direito Romano que se prenunciava, isto é, a posse pelo occupante de facto.

Quando se sabe que o Acre Septentrional, desde 1852, havia sido descoberto por brasileiros, e que seu povoamento, tambem por brasileiros, começara em 1877, não havendo nelle um só boliviano que fosse, não seria admissivel que outro Estado, sinão o Brasil, o incorporasse á sua soberania.

“Desde que o Brasil o começou a possuir, ninguém mais o possuiu. Antes que o Brasil começasse a possuí-lo, não o possuiu ninguém.”

Occorreu, no transe, segundo Ruy Barbosa, um caso de apropriação *jure occupantis*, uma vez que o Brasil reunia ás condições “de explorador, colonizador, organizador, administrador, os tres elementos da occupação: o descobrimento, o uso e o estabelecimento.”

A presença do Mappa da Linha Verde, ou de qualquer outro, na occasião, seria superflua, desnecessaria, elemento gracioso, inoperante em face da realidade nua e crua do facto consumado.

Aquellas terras, de resto, como accentuaria o Barão do Rio Branco, eram dependencia geographica do Brasil...

O MAPPA DA LINHA VERDE, á vista do que foi exposto, não possuia, como não possui, nenhum valor. E', hoje, apenas, uma curiosidade historica, como foi, ao tempo em que se debateu a questão de limites do Brasil com a Bolivia, um phantasma que todos queriam vêr, de quem toda gente falava, mas cuja presença se temia.

Não obstante elle, Placido de Castro e Rio Branco reivindicaram o Territorio do Acre para o Brasil.

Apezar delle, Duarte da Ponte Ribeiro, seu auctor intellectual, continua no pedestal de grandeza como geographo e como diplomata, porque grande patriota brasileiro, embalde portuguez de nascimento.

VII

OS DEMARCADORES DA FRONTEIRA DO BRASIL

A contemplação do retrato physico do Brasil por quem possua o senso da realidade é motivo do mais completo desvanecimento. Não apenas pela mostra da grandeza do territorio que se estende desde a latitude norte de $5^{\circ} 16' 19''$, 60, na serra do Caburai, nas divisas com a Guyana Ingleza, até ao paralelo sul de $33^{\circ} 45' 10''$, na embocadura do arroio Chuy (4.319,200 kilometros), alargando-se, ao centro, desde o divisor das aguas do Ucayali com as do Juruá, na serra do Contamana ($73^{\circ} 59' 32''$,45 de longitude Oeste de Greenwich) até Ponta de Pedras, no Estado de Pernambuco, cuja posição astronomica é representada pelo valôr de $34^{\circ} 48' 06''$,00 (4.327,600 kilometros); mas, principalmente, por se saber que as fronteiras com as terras das dez soberanias que enquadram o paiz estão solidamente estabelecidas em tratados com bôa fórmula, e, mais do que isso, já foram, na quasi totalidade, demarcadas no terreno firme ou convencioneadas quando correndo a divisa pelos *thalwegs* dos grandes cursos d'agua.

O orgulho decorre, nessas condições, da certeza de que não subsistem litigios importantes porque não ha mais questões pendentes, reclamações á espera de exame, problemas que dependam de solução a ser dada *in-loco*, capazes de alterar de modo essencial o que existe.

Tudo o que havia a fazer, de modo geral já foi feito. E' brasileira, incontestavelmente, portanto, toda a vastissima area de 8 1/2 milhões de kilometros quadrados que começa acima da linha equatorial e desce ás vizinhanças do rio da Prata, vai do Atlantico á bacia do Paraguay.

O facto é tanto mais para envaidecer quando não se desconhece que por ocasião da Independencia, comquanto fosse proximamente á actual a configuração do territorio, estava elle indefinido, o que vale dizer, estava sem especificação, contornado por uma linha flexuosa, imaginaria, que poderia ser deslocada em qualquer sentido.

Euclydes da Cunha, *in* "A' Margem da Historia", disse que "estremava a desmedida fronteira um unico ponto astronomicamente determinado na foz do arroio do Chuy..."

Toda a gigantesca obra de limites, pois, foi construida na primeira centuria propriamente brasileira, desde os ajustes diplomaticos visando a delimitação, que não existia, dos direitos de cada qual, até o que disse com a applicação pratica desses direitos no terreno. Assim foi com a França, com a Hollanda, Grã-Bretanha, Venezuela, Colombia, Perú, Bolivia, Paraguay, Argentina e Uruguay. Argumentou-se tanto e quanto foi preciso; fez-se appello á arbitragem nos tres casos em os quaes falhou — ou ameaçou falhar — a apresentação de razões; recorreu-se á indemnisação e á permuta de territorios quando e onde isso se fez mistér para dirimir questões.

Não ha duvida, considerando-se que a area do Brasil representa quatro nonas partes do territorio da America Meridional, que foram grandes os homens do passado que *fizeram* a terra, perlongando-a audaciozissimamente em penetrações quasi inconcebiveis, uma das quaes chegou a divisar o Pacifico do alto da Cordilheira dos Andes. Grandes pela coragem, grandes pela força das vontades,

grandes pela tenacidade, pelo estoicismo homérico com que se enterreiraram nos extremos a que chegaram.

Não menores do que os desbravadores e conquistadores dos primeiros seculos foram os estadistas de Portugal, entre os quaes avulta, como paradigma, a figura de Alexandre de Gusmão — o primeiro diplomata brasileiro — a quem coube o privilegio da auctoria do Tratado de Madrid, de 1750, obra prima de visão politica e social.

Ao tempo em que vigorava, ainda, o meridiano divisorio concebido quando a America era simples hypothese (Tratado de Tordezillas, de 1494), o moço santista obteve, pelo uso de seus talentos, principalmente o do tacto, que Espanha reconhecesse, por fim, os direitos de Portugal sobre as terras que seus homens haviam devassado e occupado, delineando-lhe a configuração que conservaria até a actualidade.

Não houve possibilidade, entretanto, aos estadistas luzos e castelhanos, para conseguirem que fosse demarcada a grande linha raiana entre os dois immensos dominios americanos, nem para dar cumprimento ao Tratado de Madrid, nem em virtude do Tratado de Santo Ildefonso de 1777.

As guerras se succediam, uma ás outras, derogando tudo o que havia sido pactuado até então. Quando não eram as guerras entre os dois reis iberos e entre os respectivos subditos, eram as difficuldades de todo genero, ora criadas pelos selvicolas oppondo-se ás demarcações, ora resultando de desavenças entre os proprios demarcadores, algumas das quaes irrisorias, porque em torno a bysantinismos, querelas linguisticas, interpretações diversas ás letras das instrucções respectivas, trahindo, todas, a incompatibilidade mental entre dois povos inaglutinaveis, um pelo outro.

No Sul, falha a tentativa de Gomes Freire de Andrade e Marquez de Valdelirios, um emissario de Portugal, outro da Hespanha, para a fixação dos lindes. Desabusam-nos, aos altos commissarios e ás suas tropas reunidas, os indios das Missões Jesuiticas do Uruguay.

No Norte, na mesma época, tambem frustava a missão que o rei luzitano confiou a Mendonça Furtado e o rei castelhano attribuiu a José de Iturriaga.

Estava-se no ultimo quartel do seculo XVIII e procurava-se demarcar o que fôra combinado em 1750, em Madrid, entre o Visconde da Silva Telles e Don Joseph de Carvajal y Lancaster.

O mesmo, *mutatis-mutandis*, occorrera mais para diante, quando se pretendeu riscar as raias fronteiriças ajustadas em Santo Ildefonso. Dos 4 trechos em que foi dividida a tarefa, somente aquelle comprehendido entre o Chuy e o Iguassú foi explorado; os mais, do Iguarey ao Jaurú, deste ao Japurá, e do Japurá ao Negro, ficaram por fazer, a excepção da pequena distancia que vai do Javary ao Japurá.

A realidade núa e crúa é que o Brasil chegou á Independencia sem fronteiras certas. Occupava o que hoje occupa; exercia dominio politico do Oyapock ao Chuy, no sentido norte-sul, e do Oceano ao Uruguay, Paraguay, Guaporé e Javary, no sentido leste-oeste, sem que, todavia, possuísse integral certeza sobre as verdadeiras linhas de contacto com as terras dos Estados que se haviam formado nas antigas possessões de Espanha. Noutras palavras: era senhor de bens de que não possuia titulos legaes.

Desse conjuncto de circumstancias a magnitude sem igual da demarcação das fronteiras do Brasil, obra que, na opinião de quem melhor conhece a historia dessa obra,

“não encontra no Mundo outra que se lhe approxime em extensão, difficuldades e delicadeza”.

* * *

A gloria pela obra de construir a moldura que enquadra o nosso imenso territorio, para uzar a feliz expressão do Ministro Fonseca Hermes, é, pois, indiscutivelmente brasileira, só brasileira, não apenas no que foi com as negociações diplomaticas, em regra laboriosas, por vezes inçadas de perigos, para cuja solução não bastou a energia com que se alinharam argumentos e se ostentaram titulos, porque foi mistér pertinacia, tacto, dominio dos negociadores sobre si mesmos afim de não offender melindres, mas tambem no que se referiu ás demarcações, as derradeiras opportunidades que se apresentaram aos emissarios para o resguardo dos direitos respectivos.

Dahi o factó de haver sido tão difficil, por melindrosa, a acção dos contractantes quanto a dos demarcadores.

Os primeiros discutem, apresentam e ouvem razões; á vista das cartas e mappas geographicos e de documentos de variada ordem, sustentam pretensões; propõem e contra-põem; suggerem medidas de conciliação, e, finalmente, decidem theoreticamente. Obra de erudição a ser desenvolvida no recesso dos gabinetes, tendo ao alcance o titulo que seja preciso, a opinião dos technicos que permaneçam em volta, havendo ainda o recurso aleatorio dos adiamentos de qualquer duração.

A missão do demarcador tem todas as responsabilidades da do negociador diplomatico e não tem nenhuma das vantagens que assistem a este. Deve dar fórma, no terreno, em character definitivo, ao que foi combinado sobre o papel de mappas a mór das vezes pouco fieis. Não dispõe de documentação subsidiaria, nem de conselheiros technicos ou juridicos. Sua bibliotheca é exigua. Seus auxiliares são poucos. O tempo é factor com importan-

cia capital, decisiva. No ambiente physico hostile, em contacto directo com a natureza, ha que improvisar o conforto de que carece para observar, calcular, desenhar, escrever relatorios e officios e cartas, e, com isso tudo, conferenciar, discutir, argumentar com o parceiro do Estado limitrophe.

No Septentrião é o calor que abraza ou a chuva torrencial que tudo leva de roldão. Durante o dia ha o *piun* sanguisedento como que feito para impedir o trabalho; á noite é o *carapanã* não menos voraz como que encarregado de impedir o repouso. Mais do que o sol e a agua, do que os mosquitos e os selvagens e as feras, ha o *beriberi* inexoravel que annulla as capacidades, si não mata, e ha a loucura pelo horror á solidão.

No Sul, no inverno, é o *minuano* que cede lugar ao *pampeiro*. Qualquer dos dois cruciante para o homem que deve permanecer no campo: á noite para observar astronomicamente as posições na terra; durante o dia para fixar marcos, medir distancias, calcular alturas, examinar e anotar os accidentes naturaes do local, transportar-se.

No Oeste, os pantanaes paludosos. Quando não tragam o viandante porque precavido, enviam-lhe os miasmas da febre terrivel, quasi sempre fatal. Além do mais ha o deserto em volta, o silencio que opprime, a sensação dolorosa do abandono.

Sobre cada zona de fronteira, simplesmente explorada ou reconhecida, demarcada e caracterizada, houve um verdadeiro martyrologio. O massacre da expedição Soares Pinto-Paz Soldán, no Javary, está na memoria de toda a gente. A mortandade nas varias latitudes e longitudes, por toda a sorte de molestias, enfermidades e accidentes, nunca soffreu solução de continuidade.

Em cada um e em todos esses scenarios é que os demarcadores do Brasil tiveram — e ainda teem — que

agir, ora como cientistas, ora como diplomatas, quando não com ambas faculdades a um só tempo.

* * *

O demarcador de fronteiras desempenha papel complexo, singular, mixto de conhecimentos varios, resultado de sabedoria universal. Tem, por isso, de possuir o tino do batedor de sertões, a estrategia do soldado de officio, o instincto do pioneiro, cultura scientifica generalizada, capacidade para commandar e para dirigir, a habilitade do diplomata de carreira.

Elle não é, somente, o sertanista que intenta varar terras desconhecidas, numa ou noutra funcção; nem o explorador que tem em mira, apenas, conhecer ou reconhecer sitios invios, paragens perdidas, assignalando-lhes as posições, marcando-lhes as características essenciaes.

E' tudo isso a um só tempo e é mais ainda porque é o chefe de uma partida que deixou a civilização e para a qual é necessario prover a segurança, attender em cada um dos integrantes, disciplinar a vontade de todos, incutir coragem nos que se deixam abater, exaltar os brios dos que ameaçam deixar-se vencer pelo "meio", dominar as resistencias dos recalcitrantes ao trabalho.

E' mistér, para isso, portanto, possuir qualidades excepcionaes, pendoros extraordinarios, características difíceis de serem encontradas numa mesma creatura humana.

Nunca, entretanto, quer na Monarchia, quer na Republica, faltaram á Nação typos com taes talentos, com semelhantes qualidades, exornados por tão raros pendoros. Desde que, com a Independencia, e lógo que foi possivel, intentou-se gizar a franja das terras patrias, no sentido de balancear o acervo da herança luzitana, surgiram os homens para as funcções.

O primeiro nome da galeria illustrissima é o do Tenente-Coronel Frederico Carneiro de Campos, que já em 1843 estava cuidando das divisas com a Guyana Inglesa.

Segue-se, na ordem chronologica, o do Marechal Francisco José de Sousa Soares d'Andréa (Barão de Caçapava) a quem coube como encargo a *fronteira viva* com a Republica Oriental do Uruguay, em cuja função foi substituido pelo General Pedro de Alcantara Bellegarde (1852-1859).

Em 1858 o Capitão-Tenente José da Costa Azevedo, que viria a ser o Barão de Ladario, é despachado a explorar e reconhecer a região lindeira com a Guyana Franca, cujos trabalhos duram até 1860. No anno seguinte é nomeado para a demarcação da raia com a Republica do Perú, commissão que se prolonga até 1868, quando é mandado para o theatro das operações contra Solano Lopez.

Lógo depois de estabelecida a paz, em 1870, reiniciam-se, com vigôr os trabalhos de demarcação. Antonio Luiz von Hoonholtz, Capitão de Fragata, mais tarde Barão de Teffé, é designado para a fronteira com o Perú: Antonio Claudio Soído, Capitão de Mar e Guerra, inicia os trabalhos de demarcação dos lindes com a Bolivia (1871); ao futuro visconde de Maracajú — Rufino Enéas Gustavo Galvão — ao tempo Coronel de Engenharia, é confiada a delicada missão de riscar a linha de limites com o Paraguay (1872-1874), e, mais tarde, porque de fins de 1874 a 1878, procura concertar a fronteira boliviana com o Brasil; o Barão de Parima — então simplesmente Major Francisco Xavier Lopes Araujo — substitue, em 1876, interinamente, a Maracajú, na chefia da Commisção que demarcava a raia com a Bolivia, cabendo-lhe, em 1879, quando já Tenente-Coronel, a responsabilidade dos serviços na vizinhança com a Venezuela.

Foi a primeira phase da obra gigantesca ainda não historiada, talvez porque não definitivamente concluída. Nella, os demarcadores, foram e permaneceram largo tempo em todas as regiões extremas da patria, quer ao Norte, quer ao Oeste, quer ao Sul. Pode-se ter que toda a extensão da linha fronteira, com cerca de 17.000 kilometros, porque do cabo Orange ao arroio Chuy, passando por zonas completa e absolutamente despovoadas, inhospitas algumas, poucas offerecendo amenidade ambiente, foi batida passo a passo, ora a pé, ora em lombo de burro, ora em canôas de construcção precarissima, mas sempre tangidos, os demarcadores e seus acompanhantes, pelos elementos da natureza, sempre ameaçados de perto pela morte, sempre na imminencia de lhes faltarem as forças.

Os homens dessa primeira phase, entanto, não são conhecidos por taes trabalhos, não tiveram, até hoje, ao que me conste, quem lhes contasse os feitos, por vezes espantosos. Aquelles que, como Teffé, Ladario, Maracajú, Caçapava e Parima, ganharam notoriedade, foi como guerreiros ou como politicos, não como demarcadores, o que vale dizer, não como constructores da moldura que enquadra o Brasil.

* * *

A segunda phase da obra de demarcação teve inicio em 1886, quando Guilherme Schüch — Barão de Capanema — foi nomeado para estabelecer a fronteira com a Argentina. Nessa missão substitue-o, em 1892, o Tenente-Coronel Emilio Carlos Jourdan, que por sua vez cede o lugar ao General Dyonisio Evangelista de Castro Cerqueira (1900-1905).

Nos negocios territoriaes com a Bolivia succedem-se o Tenente-Coronel Gregorio Thaumaturgo de Azevedo

(1895-1898); Capitão-Tenente Augusto da Cunha Gomes, interinamente, em 1897; Dr. Luiz Cruis (1900-1902); Almirante José Candido Guillobel (1908-1915). O Capitão Felinto Alcino Braga Cavalcanti, hoje Marechal reformado, procede á exploração do Alto Aragua-ry, em 1895-1896, visando a fronteira da possessão da França.

Na região limitrophe com o Perú, o General Bellarmino de Mendonça, em 1905, reconhece o Alto Juruá, enquanto o Dr. Euclides da Cunha penetra o Alto Purús, no mesmo afan de reconhecimento. Os trabalhos propriamente de demarcação nessa fronteira seriam levados a effeito entre 1913 e 1927 pelo Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva.

Ao General, depois Marechal, Gabriel de Souza Pereira Botafogo, incumbiu regulamentar o condominio do Brasil e Uruguay sobre a lagôa Mirim e rio Jaguarão (1911-1913) e a caracterização da fronteira com o Uruguay (1920-1931).

Os lindes com a Venezuela foram continuados a demarcar pela Commissão chefiada pelo Tenente-Coronel Manoel Luiz de Mello Nunes, cujos trabalhos duraram de 1912 a 1914.

Pãra a demarcação dos limites entre o Brasil e a Colombia houve duas Commissões. A primeira dirigida pelo Coronel Renato Barbosa, que trabalhou de 1930 a 1933; a segunda chefiada pelo Coronel Themistocles de Souza Brasil, em actividade de 1933 a 1937.

Nos dias que correm ha a assignalar tres nomes: Leopoldo Nery da Fonseca Junior, que, como Tenente-Coronel, chefiou o Sector Sul (Paraguay, Argentina e Uruguay), de 1931 a 1938; Braz Dias de Aguiar, Capitão de Mar e Guerra, que chefia os trabalhos no Sector Norte (Guyanas e Venezuela); Themistocles Paes de

Sousa Brasil, Coronel, á frente do Sector Oeste (Colombia, Perú e Bolivia).

Está subentendido que nesta ligeira resenha só figuram os nomes dos chefes de commissões, para assinalar cada uma dellas. Os mais componentes de cada qual — sub-chefes, ajudantes, auxiliares tecnicos ou não, medicos, pharmaceuticos, commandantes de destacamentos e operarios — embora todos, em regra, segundo a letra dos relatorios, houvessem demonstrado equal espirito patriotico, equal devotamento, tão grande consciencia dos deveres quanto os respectivos chefes, não era possivel relaciona-los, um a um, ou grupo a grupo.

O idéal, aliás, para não offender á modestia que forra os demarcadores na sua acção silenciosa e efficaz, tão silenciosa quão efficaz, seria não nomear nenhum delles, talvez somente apontar um symbolo que servisse a todos. Qual, porém, o nome que consignificasse os dos mais? Dos sertanistas ha duas individualidades expressivas: Couto de Magalhães e Candido Rondon. Entre os demarcadores não é possivel referir um nome padrão, escolher um typo representativo, quer do passado, quer da actualidade. Equivalem-se, todos, no valôr positivo que demonstraram e ainda demonstram no esforço ingente para levarem a cabo a tarefa importante de caracterizar a orla do territorio em que vive a Nação.

Differiram, certamente, os métodos de trabalho seguidos por uns e outros chefes. Os recursos de que hajam lançado mão os demarcadores de antes da Grande Guerra não serão identicos aos empregados depois da radio-telegraphia; da mesma forma que não serão semelhantes as maneiras de viver no Norte, no Oeste e no Sul.

O espirito que animou a todos, porém, foi o mesmo espirito nacional, uno e indivizível, vigorante do Septen-

trião ao Meio-Dia. Dahi a similitude da obra portentosa e mal sabida fóra do Itamaraty.

Tradicionalistas, aproveitaram e aproveitam os ensinamentos e os exemplos dos que lhes vieram antes, procurando, ao mesmo tempo, formar a pleiade dos que hão de succede-los.

Mais do que tudo o mais, todavia, o que ha a louvar no demarcador brasileiro é o supremo desinteresse que lhe marca a personalidade, quer no tocante a vantagens materiaes, quer no que respeita aos premios de natureza ostentosa. O encargo lhe é sacerdocio. Recebe-o como honraria e desempenha-o com a convicção de illuminado pela consciencia do dever. Lembra, examinado de grosso modo, aquelle official do Exercito Francez que voluntariamente se alista para o serviço nas colonias, — o *merhariste* — das chronicas enthusiaslicas dos escriptores militares da Europa, o qual tudo dá á Patria, inclusive a vida, e nada quer para si ou para os seus.

A proposito do desinteresse e do desdem á Gloria, dos demarcadores do Brasil, ha paginas edificantes a serem escriptas. Nivelam-se, nesses sentimentos, militares de terra e de mar com os civis. Não ha, em verdade, como enxergar eminencias entre elles, tanto no devotamento ao serviço da Nação, como na sinceridade que põem no cumprimento do dever.

Dos *bandeirantes* e *adelantados* diz-se que desarrumaram inconscientemente a geographia do Continente Colombiano.

Aos demarcadores deve-se outorgar, por ser justiça, o titulo de arrumadores conscientes dessa mesma geographia.

Balanceando o que foi exposto até aqui, a largos traços, como num debuxo, chega-se á conclusão de que, em menos de um seculo (teve inicio em 1843) foi quasi concluida essa tarefa já qualificada como cyclopica.

Notas que tomei, não ha muito, ouvindo conferencia de antigo Chefe do Serviço de Limites do Ministerio do Exterior, levam-me a crêr que restam, apenas, algumas — poucas — centenas de kilometros de fronteira a deslindar: no Norte, com a Guyana Franceza e parte com a Venezuela; no Oeste, dois pequenos trechos em zona inhabitada entre o Brasil e a Bolivia.

Coisa, portanto, de somenos importancia.

O mais está solidamente fixado, estabelecido, concluido *ad perpetuam rei memoriam*.

Não é prematuro, portanto, que se evoque o esforço desmesurado dos demarcadores, arrematando a obra não menos notavel dos diplomatas, nos dois regimens politicos. Consignificaram-se, uns aos outros. Não se avantajaram, uns sobre os outros, porque se completaram. Emquanto os diplomatas, no archivo e na mappotheca organizados pela sabedoria e pela pertinacia de Duarte da Ponte Ribeiro, alongaram-se o mais possivel no resguardo do patrimonio territorial herdado de Portugal, os demarcadores, em penetrações pontilhadas de todos os riscos imaginaveis, vencendo a natureza exuberantissima, domando o meio hostile, sobrepondo-se ao proprio instincto de conservação, deram fórmula concreta aos direitos do Brasil, riscando no terreno, em face dos demarcadores estrangeiros, e de pleno accordo com eles, a raia da soberania patria.

O esplendido exito do emprehendimento cuja magnitude é ocioso ainda encarecer — não ha duvida possivel — resultou da conjugação dos esforços capazes dos diplomatas e dos demarcadores, todos subordinando as respe-

ctivas acções ao prinipio que sempre presidiu na politia exterior do paiz: não abdicar do que pertence á Nação, a nenhum preço, mas não attentar, em circumstancia alguma, contra os direitos dos outros povos confinantes. Foi essa a nórma seguida no Imperio e foi essa, tambem, a regra adoptada como directriz inflexivel pela Republica.

VIII

O FRONTEIRO MÓR DO IMPERIO Conselheiro Barão da Ponte Ribeiro

“Duarte da Ponte Ribeiro, o benemerito estudioso de nossas fronteiras, cujo nome é inseparavel da historia de nossa formação territorial...”

PANDIÁ CALOGERAS in A POLITICA EXTERIOR DO IMPERIO.

Na historia diplomatica do Brasil, durante o Imperio, principalmente no que se refere ás relações com os outros paizes do Continente, um nome impressiona pela constancia com que figura na maior parte das negociações de toda ordem. Ora apparece como Consul Geral, ora como Ministro Residente, como Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, e, por fim, na Secretaria de Estado, como assessor ou conselheiro para as questões de fronteiras, as que maior importancia tinham na epocha.

Esse nome é o de Duarte da Ponte Ribeiro, que se encontra, a cada passo, porque nas legendas de um sem numero de cartas geographicas; subscrevendo mais de duas centenas de Memorias; no fecho de um dos mais expressivos tratados de limites, aquelle com a Republica do Perú, de 1851; e no texto de innumeraveis documentos outros como subida significação internacional.

Das relações do B́rasil com as republicas do Prata, de 1829 a 1843, o periodo em que mais tensas se mantiveram essas relações, deixou longo depoimento, em forma de Memoria, que o zelo de Alcides Bezerra quando director do Archivo Nacional, deu publicidade em volume.

A propria Mappotheca do Itamaraty, talvez a mais opulenta no genero, na America do Sul, segundo a "Noticia sobre sua origem, desenvolvimento e estado actual", da auctoria de Cassius Berlinck, "representa o resultado de um inolvidavel trabalho de Duarte da Ponte Ribeiro, systematizado e accrescido por um conjuncto de medidas, colimando todas o mesmo fim".

De tal modo, de facto, o nome de Duarte da Ponte Ribeiro está ligado á construcção da moldura que enquadra o paiz, depois da Independencia, que nenhum outro se lhe avanta, quer na pluralidade dos esforços, quer quanto á expressão do que praticou, d'elle podendo-se dizer que representou no Imperio o papel que teve Alexandre de Gusmão no periodo colonial e Rio Branco na éra republicana do Brasil.

* * *

Não ha desproposito algum em alinhar o nome de Duarte da Ponte Ribeiro aos de Rio Branco e Alexandre de Gusmão.

Alexandre de Gusmão, "o avô dos diplomatas brasileiros", como o cognominou Araujo Jorge em "Ensaio de Historia e Critica", teve a prioridade na comprehensão do que resultara das avançadas bandeirantes e das penetrações jesuiticas, e com isso coube-lhe o privilegio de fazer entendida a realidade da situação territorial do Brasil pelos negociadores do Tratado de Madrid, de 1750, pelo qual a antiga colonia luzitana ganharia os contornos que hoje ostenta soberanamente. O problema, para isso,

se lhe apresentou em conjuncto: de um lado as possessões de Castella; de outro lado os dominios de Portugal. O todo divide-se em duas unicas partes. O jogo do diplomata, portanto, consistiu em ajustar uma á outra parte, permutando territorios de uma zona pelos de outra zona, em transferir o dominio sobre certa região com compensações de outro genero. O grande factor para o bom exito alcançado foi o de só haver pela frente uma outra soberania, com pensamento opposto mas homogeneo.

Depois que os povos do Continente se emanciparam da tutela dos reis iberos — e essa a epocha em a qual actuou Duarte da Ponte Ribeiro — o problema territorial do Brasil relativamente aos dominios dos demais Estados, era dez vezes mais complexo. Ao emvez de um colitigante havia dez confinantes. Antes eram Espanha e Portugal; agora era o Brasil e nos seus flancos a França, a Hollanda, a Inglaterra, Venezuela, Equador, Nova Granada (depois Colombia), Perú, Bolivia, Paraguay, Argentina e Uruguay.

Os estadistas, que no Brasil-Colonia, podiam ser syntheticos, no Brasil-Imperio tiveram de se fazer analyticos.

Os methodos a empregar num caso não serviam para outro. Os recursos uzados para um deslindamento não prestariam para o seguinte. Não se tratava mais, aliás, de estabelecer linhas theoricas, mas de pactualas visando a realidade que se criara com a radicação das populações nas diversas regiões limitrophes.

No que disse ao Barão do Rio Branco a situação era inteiramente diversa. A maior parte das questões sobre divisas havia sido dirimida no Imperio. O ambiente já não mais comportava suspeições contra o Brasil. Os preconceitos raciaes estavam amortecidos. O regimen republicano vigorava na organização de todos os Estados americanos. E, o que é mais importante, a Secretaria de

Estado das Relações Exteriores já estava apercebida da farta documentação accumulada por Duarte da Ponte Ribeiro em mais de meio seculo de trabalho intelligente e pertinaz. A chamada questão acreana era somente o que restava por deslindar quando o inclito homem publico, em 2 de Dezembro de 1902, assumiu a gerencia de sua pasta.

Não ha cotejo, de resto, a fazer entre os tres maiores fronteiros do Brasil. Cada qual delles surgiu no momento preciso e para a missão que se estabelecera por força da situação. Variaram as funcções que cada um teve a desempenhar, mas o espirito que norteou a todos foi o mesmo.

Alexandre de Gusmão e Rio Branco teem sido vastamente estudados sob todas as formas e segundo todas as regras, embora muito ainda haja a dizer sobre um e outro.

O, mesmo, porém, não occorreu com Duarte da Ponte Ribeiro, o varão magnifico que no Imperio, desde 1826 até 1878, esteve no serviço diplomatico do Brasil, principalmente tratando dos limites de sua soberania.

Sobre elle só ha esboços de retratos, depoimentos graciosos, pequena parcella de dados informativos. Ninguem, ao que saiba, retraçou-lhe o perfil moral á vista da enorme somma de trabalhos que deixou catalogados e que jazem na Mappotheca e no Archivo do Palacio Itamaraty, fazendo prova de uma existencia exemplar entre as que mais o foram, attestando um mérito pessoal insuperado por quantos se afanaram pelos interesses da Patria.

ESTUDANTE — CIRURGIÃO — FUNCIONARIO DE FAZENDA

Duarte da Ponte Ribeiro, a quem ninguem excedeu em amôr e em serviços ao Brasil, era portuguez de nascimento.

Foi um presente de Portugal á sua colonia americana, como Alexandre de Gusmão fôra uma dadiva do Brasil ao velho reino peninsular.

Filho de um cirurgião — Dr. José da Costa Quiroga da Ponte Ribeiro — foi destinado a seguir-lhe a carreira. Em 1807, quando contava 12 anos, pois nascera em 2 de Março de 1795, já estava preparado para effectuar matricula na Escola Medico-Cirurgica da Universidade de Coimbra. Os successos politicos na Europa, entretanto, frustraram-lhe o intento, encaminhando-o noutro rumo.

Foi o caso que um grande amigo e collega do pai — Dr. Joaquim da Rocha Mazarem — que se havia encarregado de paronymphar-lhe os estudos, foi obrigado a acompanhar a Familia Real na sua viagem precipitada para o Brasil, fugindo á approximação do exercito francez de Gironde, na qualidade de 1.^o Cirurgião do navio que transportaria D. João e seus principaes servidores.

Mazarem não teve difficuldades em fazer-se acompanhar do menino. A bordo da não "Principe Real", onde se aboletaram 1.600 pessoas em espaço que mal permittiria 300, arranjou-se lugar para o pequeno passageiro, que, ademais, poderia ser util ao 1.^o Cirurgião ajudando-o a tratar das pessoas da Côrte que emigravam ás pressas.

Em aqui chegando, no começo de 1808, o Principe Regente, como que para attender aos desejos do Dr. Rocha Mazarem, criou, entre outras instituições, a Escola Medico-Cirurgica.

Duarte da Ponte Ribeiro foi dos primeiros a matricular-se nos seus cursos e tão bem os seguiu que ao concluir o terceiro, em 1810, recebeu os encargos de examinar a cadeira de anatomia.

Occorrendo, por essa época, que o cirurgião de um vaso de guerra, o "São Boaventura", adoecesse gravemente, foi Ponte Ribeiro nomeado para substituí-lo nos encargos durante a viagem que devia fazer a Lisbôa.

O bom desempenho que deu á incumbencia, valeu-lhe, ao regressar no mesmo brigue, a ordem régia que lhe permittiu a matricula no quarto e ultimo anno do curso, e a faculdade de submeter-se a exames vagos das cadeiras que o compunham.

O facto é que, a 14 de Setembro de 1811, o jovem portuguez recebia sua carta de Cirurgião que lhe permittiu encetar clinica aqui mesmo na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e na então villa real da Praia Grande (Nichteroy).

Os sonhos do pai e do padrinho estavam realizados integralmente, embalde as vicissitudes que os acontecimentos politicos internacionaes haviam criado para as gentes luzitanas.

* * *

Nos primeiros annos, depois de formado, Duarte da Ponte Ribeiro fez vida de medico, ou, como era moda dizer-se ao tempo, de cirurgião.

Interrompia a clinica de quando em quando, porém, para engajar-se nalgum barco de longo curso que demandasse longes terras de outros Continentes, como a obedecer o desejo subconciente de conhecer outros povos, costumes diversos daquelles a que estava habituado.

Foi assim, como medico de bordo, que visitou portos da Asia, da Africa, da America e da Europa.

Só em 1819 é que se estabeleceu permanentemente em terra, na villa da Praia Grande, para exercer a medicina.

A sorte acompanhou-o nesse novo avatar como já o seguira nos anteriores.

Em pouco era o clinico mais conhecido e reputado na localidade fronteiraça á Côrte, não apenas pela proficiencia, como pelo devotamento aos enfermos e pelo desinteresse material. Os pobres de todas as origens, os soldados da guarnição e os *indios* das florestas vizinhas constituíam sua maior clientela.

Os rumores de sua fama não tardaram em chegar á Camara da villa, que o nomeou, por unanimidade de votos dos edis, seu Cirurgião-Mór.

Ponte Ribeiro, todavia, não parece que desejasse consumir a existencia na arte de curar. Já se sentiria satisfeito com o nome que havia grangeado e com os meios que tinha accumulado. Aquella missão por certo muito nobre de mitigar padecimentos não lhe offerencia nenhum campo para suas vastas aspirações. Não saberia, certamente, explicar o que experimentava, mas o facto é que não se sentia a gosto na profissão.

Essa, talvez a unica explicação para o facto de ter acceito a nomeação para o cargo de Thesoureiro do Sello que lhe foi dado por provisão de 1.º de Setembro de 1819.

Já no anno seguinte obtem novo emprego publico, o de Thesoureiro da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, pelo prazo de 3 annos, segundo os termos da Portaria de nomeação, datada de 11 de Março de 1820.

O medico, cedendo ao feitio proprio, fizera-se funcionario do Estado.

Satisfizera ao pai doutorando-se em medicina; agora satisfazia a si mesmo integrando-se na vida administrativa do Reino.

O anno da independencia do Brasil encontrou Duarte da Ponte Ribeiro no desempenho das funcções de Thesoureiro da Fazenda, cargo que fôra transformado em vitalicio pelo Alvará de 1.º de Fevereiro de 1821.

CONSUL GERAL NA ESPANHA

A independencia do Brasil, em 7 de Setembro de 1822, embora levada a effeito por Principe da Casa de Bragança e possivelmente com a annuencia do proprio Rei de Portugal, D. João VI, deixou os portuguezes que aqui viviam entre as pontas de um dilemma. Ou aceitavam a nova nacionalidade, rompendo o vinculo que os ligava á patria do nascimento, ou se veriam transformados em estrangeiros na terra de que haviam sido donos.

Não foram poucos, entretanto, os que buscaram uma terceira solução: reagir.

Duarte da Ponte Ribeiro não hesitou um instante no caminho a seguir fazendo-se brasileiro, como innumeros outros portuguezes, entre os quaes alguns com grande projecção. E terá feito com tanta expontaneidade e calor a escolha, que, por Decreto de 20 de Maio de 1825, (*) era nomeado Consul Geral do Imperio do Brasil na capital do reino de Espanha.

Deve ser referido, nesta altura, que o governo de S. M. Catholica, até a data, ainda não havia reconhecido a independencia do Brasil, não por certo em consideração aos direitos de Portugal, mas pensando nas proprias colonias americanas já emancipadas e não reconhecidas como Estados livres pelas potencias da Europa. Noutras palavras: não tinha querido abrir o precedente. O tradicional baluarte da velha organização politica com

(*) Na biographia de Duarte da Ponte Ribeiro, do Dr. Joaquim Manoel de Macedo, publicada na revista do Instituto Historico e Geographico (vol. de 1878), refere o dia 10 de Maio de 1826. A que figura acima foi encontrada na obra de Mario Vasconcelos: "Motivos de Historia Diplomatica do Brasil".

base no Direito Divino, isto é, no direito dos reis sobre os povos, procurava oppôr diques ao alastramento das idéas liberaes que haviam fructificado no Continente de Colombo.

A missão confiada a Duarte da Ponte Ribeiro, pelo visto, tinha excepcional importancia.

Não era apenas um Consul Geral a estabelecer-se em Madrid, pacificamente, como qualquer outro, iniciando desde logo relações com o governo.

Era um agente diplomatico despachado sob o rotulo de Consul Geral para negociar o reconhecimento da independencia do seu paiz pelo paiz em que ia servir.

Havia ainda, como que preparado para aggravar a situação entre o Imperio do Brasil e o Reino Espanhol, a questão da Cisplatina, occupada que ainda estava por forças militares brasileiras.

Como se tudo isso não bastasse, a gerencia dos negocios exteriores do Brasil não estaria organizada sufficientemente. Pelo menos é-se obrigado a inferir isso da circumstancia de que a Ponte Ribeiro não forneceram instrucções para o desempenho de tão ardua, porque melindrosa, missão, principalmente diplomatica.

E' elle, o inexperiente diplomata, que comprehende de relance a propria posição e que interpella, cathegoricamente, a Chancellaria, numa peça que lhe retrata a larga visão politica que possuia. Vejam-se os termos precisos da consulta :

1.º) Si em Lisbôa receber insinuações directas ou indirectas de não seguir para Espanha, deverei assim mesmo tentar penetrar em Madrid?

2.º) Si, uma vez em Madrid, me exigirem a retirada, como proceder?

3.º) Si não obtiver *exequatur*, mas me deixarem permanecer, deverei ficar em Madrid ou retirar-me?

4.º) Chegando a Madrid e obtendo *exequatur*, devo limitar-me á funcção consular?

5.º) Questionado sobre a indisposição reinante entre as duas corôas, poderei responder deixando entrevêr meios de, sinão acaba-la, diminui-la?

6.º) Sobre a Cisplatina, deverei dizer qualquer cousa de positivo que faça vêr que o Brasil deseja ter relações com Espanha, para lhe mostrar a bôa fé e os motivos por que entrara e se conserva naquella Provincia?

7.º) Interpellado, por pessoa competente, sobre si estou em circumstancias de encetar relações diplomaticas, como responder, e, si affirmativa a resposta, como leva-la a effeito?

8.º) Tendo os devidos poderes, de que objectos deverei tratar e de que ponto de vista?

A resposta que lhe deu o Ministro dos Estrangeiros, Visconde de Inhampube, não foi á altura das perguntas. Que consultasse a Itabayana, Ministro em Londres, sobre qualquer incidente que porventura ocorresse...

Itabayana superintendia todos os negocios do Brasil na Europa, mas, longe do ambiente na Côrte, não poderia estar a par do que se passava nella. E' assim que não saberia da verdadeira situação do representante consular de Espanha no Rio de Janeiro, depois da retirada do Marquez de Casa Flôres, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Rainha junto a D. João VI, cuja presença era apenas tolerada.

Não obstante tudo, porém, Duarte da Ponte Ribeiro se fez de viagem, rumo de Lisbôa, onde chegou a 7 de Novembro de 1826, obtendo, em seguida, o "visto" do Embaixador de Espanha para o seu passaporte.

No começo de Janeiro de 1827 instalava-se em Madrid e encetava negociações para a exhibição da Carta que o deveria acreditar como Consul Geral.

Se a consulta ao Ministro Inhampube, no Rio, antes da partida, serviu para demonstrar o "engenho fértil" que lhe reconheceu e accentuou Pandiá Calogeras, as negociações na capital espanhola, para se fazer acceito pelo Governo na qualidade de Consul Geral, acceitação que corresponderia ao reconhecimento do nascente Imperio americano, deram-lhe oportunidade para estadear seus talentos de habilidade, seus traços de altivez e seus melindres de patriota sem meios tons.

Procura approximar-se de Don Manoel Salmon, Ministro dos Negocios Estrangeiros, mas sem quebra da dignidade pessoal e do cargo. As tergiversações do Ministro, por intermedio dos funcionarios da Secretaria, procura não entende-las. Protelam a audiencia solicitada; transferem as horas aprazadas; interpellam-no sobre questões varias, impertinentes na occasião e no local; chegam a inquiri-lo como havia conseguido burlar a vigilancia da fronteira; fazem constar que é espião de Pedro I...

O brasileiro, porém, não perde a calma, não desespera, não deixa vislumbrar o agastamento de que estaria possuido. Responde o que é possivel e como é necessario. O mais, deixa passar.

Pelo espaço de oito mezes, nada menos, esforçou-se para que seus officios e mais papeis lograssem ser acceitos pelo Governo. Da Chancellaria iam para o Conselho de Ministros, do Conselho de Ministros eram remettidos á Rainha, e vice-versa.

E' que o governo de Isabel II tinha seguras informações do tratamento que, com inhabilidade pasmosa, era dispensado no Rio de Janeiro ao Consul espanhol, Don José Delavat y Rincón, cujo *exequatur* havia sido cassado, que lhe havia sido prohibido ostentar o escudo de armas do Consulado e só era admittido na cidade para acompanhar os pleitos e as reclamações dos subditos de S. M. Catholica...

Duarte da Ponte Ribeiro ignorava tudo isso e dahi a sua insistencia. Pisava um terreno falso e respirava um ar impregnado de hostilidade sem poder comprehender as causas occultas do máo exito imminente.

Desesperançado, afinal, de conseguir o que intentava, pediu e obteve os passaportes para deixar o reino, o que fez em 8 de Setembro de 1827.

E' mistér consignar que, durante todo o tempo de sua estada em Madrid, não lhe chegaram quaesquer instruções ou conselhos, fossem da Secretaria de Estado, fossem do Visconde de Itabayana. Agira por si mesmo, seguindo as proprias inspirações, baldo de recursos financeiros e sem apoio de qualquer entidade com prestigio politico ou social. Apesar de tudo conservou uma linha impeccavel de conducta. Sua pertinacia não chegou a irritar; sua discreção desmentiu as suspeitas de que fosse espião do Imperador; seu tacto só não conseguiu o que absolutamente não era possivel obter deante da attitude do governo brasileiro para com o Consul espanhol no Rio de Janeiro.

A melhor prova de que a culpa pelo máo exito da missão confiada a Ponte Ribeiro, junto ao governo de Espanha, em 1827, não lhe coube, mas á Secretaria de Estado, reside no facto de que só em 1835, o que vem a ser oito annos depois, é que as relações diplomaticas entre o Imperio de Brasil e o Reino de Espanha foram es-

tabelecidas, isso graças aos esforços do Ministro de Estado Aureliano de Souza Coutinho.

Nesse tempo, Duarte da Ponte Ribeiro. já exercia funções noutras bandas.

OBSERVADOR DIPLOMATICO EM PORTUGAL

O Dr. Joaquim Manoel de Macedo, em discurso proferido na sessão magna do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, realizada em 15 de Dezembro de 1878, traçou o melhor roteiro que existe sobre a vida de Duarte da Ponte Ribeiro.

Consta dessa peça que, deixando Madrid, em 8 de Setembro de 1827, o Consul Geral Ponte Ribeiro dirigiu-se a Lisboa, onde teve ordem de permanecer observando o governo de D. Miguel, relativamente á attitude que nutria sobre os direitos de Dona Maria II á corôa portugueza.

Sobre o encargo, que talvez lhe houvesse sido dado por Itabayana, logo que teve noticia do resultado de sua missão em Espanha, coisa alguma veiu a publico. O character confidencial que teve, aliás, não o permittiria.

Foi referido somente como attestado de que o diplomata, longe de haver desmerecido na confiança do Governo, impoz-se-lhe melhormente, uma vez que o caso dos direitos de D. Maria ao throno portuguez, na occasião, tinha particular interesse para o Brasil.

CONSUL GERAL E ENCARREGADO DE NEGOCIOS NO PERÚ

Para proseguir no esboço biographico do Conselheiro Barão de Ponte Ribeiro é mistér recordar sua nomea-

ção, por Decreto de 10 de Fevereiro de 1829, para Consul Geral e Encarregado de Negocios do Imperio do Brasil na Republica do Perú.

Apezar de não haver logrado bom exito no primeiro dos encargos que lhe foi commettido — intallar o consulado brasileiro em Madrid, o que importaria em fazer reconhecida a independencia por Espanha — o governo não teve duvida em aproveitar-lhe os talentos em paiz americano, cuja amizade parecia presar sobremodo para inicio da politica americanista já exaltada por Pedro I em manifesto ás nações do Continente.

Terá comprehendido, para isso, que o máo exito da tentativa, na Europa, menor culpa assistiu ao emissario do que á Chancellaria.

A' commissão ostensiva no Perú acompanhou outra, com caracter confidencial, no Chile, a ser desempenhada quando em transito para Lima, e que seria de "sondar o governo desse paiz sobre a enviatura de um representante ao Rio..."

Para a hypothese de encontrar ambiente sympathico áquelle fim, entregou-lhe o Marquez de Aracaty, com as instrucções, o Decreto de 20 de Fevereiro do mesmo anno de 1829, que o nomeou Consul Geral em Santiago e Encarregado de Negocios junto ao governo da Republica do Chile, ambos em caracter interino.

Fez-se rumo ao Pacifico, nessas condições, armado de duas nomeações, o que revela o alto conceito que já desfructava do governo imperial.

Não obstante ter partido do Rio logo em seguida ao recebimento das duas nomeações, ambas datadas de Fevereiro, só chegou a Lima em 27 de Agosto.

Em Santiago permaneceu por alguns mezes, fazendo o que lhe fôra ordenado; sondar o ambiente em relação ao Brasil.

No Perú, seu verdadeiro posto, inicia, em seguida á chegada, os entendimentos precisos para ser acceito na dupla qualidade de agente consular, o que importava em ficar sujeito ás leis do paiz, e de Encarregado de Negocios, que lhe assegurava as prerogativas da extraterritorialidade.

Tão perfeitamente se houve nesses entendimentos que conseguiu contornar as difficuldades criadas pelo impasse, entregando as credenciaes, que foram acceitas, de diplomata, e nomeando Vice-Consul a um negociante brasileiro que alli vivia e que foi reconhecido pelo governo de Lima.

Quando, por motivo de ordem interna, o governo regencial, em 4 de Abril de 1832, chamou Duarte da Ponte Ribeiro, dando por terminada sua missão no Perú, o diplomata havia estabelecido relações duradouras côm aquelle governo, as quaes facilitariam, no futuro, as negociações para o estabelecimento amistoso das respectivas fronteiras de dominio.

* * *

A actuação de Ponte Ribeiro no Perú, de 1829 a 1832, com o que terá feito no Chile, quando de passagem por aquelle paiz, marcaram-no como o diplomata preciso e precioso para exercer sua actividade na America espanhola, principalmente nos paizes que enquadram o Brasil.

E' necessario ter em vista, para melhor comprehensão da relevancia do que operou o diplomata, que o Continente vivia os annos mais graves de sua existencia politica, porque aquelles em que teve lugar a organização dos Estados depois da victoria militar sobre as tropas castelhanas e dos ensaios de união de uns a outros povos da mesma origem preconizada por Bolivar.

Não deve ser esquecido, tão pouco, que era geral e grande a desconfiança pelo unico paiz americano que se constituiria sob forma monarchica, com o rotulo de Imperio, e tendo por soberano o filho e successor de D. João VI, de Portugal, filho tambem da rainha D. Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII, de Espanha, o qual não se conformara com a independencia de suas colonias de além mar.

O Brasil sentia a hostilidade ambiente e procurava desfaze-la pela melhor forma possivel ao seu alcance. Para isso era preciso manter-se ao par da situação local em cada uma das antigas audiencias espanholas.

Havia mistér, pois, de homens excepçionaes para isso.

NO PRIMEIRO CONGRESSO DE NAÇÕES AMERICANAS

Ao tempo em que Duarte da Ponte Ribeiro, de regresso de Lima, chegava á Côrte, reunia-se na capital dos Estados Unidos Mexicanos o primeiro Congresso de nações americanas, afim de ser examinada a situação, no conjuncto, e os casos particulares que lhe fossem submettidos.

Nelle recahiu a escolha para observar as actividades da reunião e as directrizes que tomaria.

Para tal foi nomeado, por Decreto de 12 de Julho de 1833, Encarregado de Negocios junto ao Governo do Mexico. Era o cargo ostensivo que lhe haveria de permittir falar aos Delegados, explicar os novos rumos que tomara o paiz consequentemente á revolução de 7 de Abril de 1831 que tinha derribado Pedro I do seu throno e nacionalisado a independencia.

Chegado ao Mexico em 24 de Março de 1834, poucos dias depois apresentava as credenciaes ao Presidente Antonio Lopez de Sant'Anna

No anno seguinte, em 15 de Outubro, despedia-se do governo e rumava para o Rio de Janeiro, certamente satisfeito de ter desempenhado a parte essencial de sua missão, tendo criado um ambiente favoravel ao Brasil e recolhido o material necessario á Memoria que apresentou ao governo, verdadeira encyclopedia, onde, nos seus 17 capitulos, estudou tudo o que era relativo ao paiz, desde a pre-historia até á situação politica vigorante, economia e finanças, descripção topographica, informações sobre forças armadas, portos no Atlantico e no Pacifico, justiça, administração, estatísticas do commercio e da industria e etc.

NOS PAIZES DO OCEANO PACIFICO

Depois do que fez no Mexico foi-lhe ampliado o campo para o emprego de suas habilidades diplomaticas. Já em 6 de Julho de 1836 era nomeado Encarregado de Negocios em tres paizes do Pacifico (Chile, Bolivia e Perú), simultaneamente. Confiou-se-lhe, além disso, a delicada missão de estudar a situação do Prata (Montevidéo e Buenos-Aires) relativamente á attitude dos respectivos governos para com a revolução que campeava dominadora no Rio Grande do Sul e que assoberbava a Regencia. Não se podia comprehender na Côrte que os farrroupilhas estivessem levando de vencida as forças imperiaes sem que recebessem auxilios estrangeiros.

Da primeira parte da commissão, isto é, da encarregatura de negocios nas republicas andinas, o que houve de positivo foi a assignatura, em Lima, com o Ministro do Exterior da Republica do Perú, de dois tratados.

Um, de 8 de Julho de 1841, de paz, amizade, commercio, navegação, limites e extradicação; outro, datado do dia immediato (9 de Julho de 1841), regulando o modo de as condições do commercio na fronteira commum e nos rios, principalmente no Amazonas, Solimões ou Marañon que seria aberto á navegação internacional.

O governo brasileiro, porém, negou ratificação aos dois tratados, sendo de notar que os termos constantes de um e de outro figurariam em tratados posteriores, sem nada pôr e sem coisa alguma delles tirar.

Quanto á Bolivia, “nada pôde conseguir por antagonismo de interesses que não foi possível combinar”. O ambiente nos era desfavoravel.

“No seu governo, — segundo Antonio Pereira Pinto, tratadista com grande auctoridade, — “as tradições adversas ao Brasil passavam de geração em geração...”

No que disse com a segunda parte da incumbencia, aquella referente ao Prata, seria exhaustivo relembrar. A Memoria de sua lavra, publicada pelo Archivo Nacional, em 1936, e da qual já se fez menção, testemunha a actividade de Ponte Ribeiro, quer numa banda do estuario, quer noutra, no sentido de assenhorear-se do que havia e informar o governo do Rio de Janeiro.

Não parece despido de interesse, entretanto, que se resuma o contexto da 1.^a parte da peça com o fim de verificar-lhe a capacidade, ao diplomata itinerante.

Para elle a chamada Guerra dos Farrapos era movimento separatista, açulado pelos dois governos vizinhos no sentido de enfraquecerem o Imperio. Referiu a idéa de se confederarem o Rio Grande do Sul, o Estado Oriental do Uruguay, as provincias de Entre-Rios e Corrientes e acaso a Republica do Paraguay. Apontou como causa principal, occulta, de toda a agitação no Sul,

“a natural antipathia dos Hespanhóes com os Portuguezes” que no riô da Prata foi sempre mais pronunciada, em razão, sem duvida, de ter sido elle o theatro das mais porfiadas disputas sobre occupação, posse e limites do territorio de ambas Corôas. . .”

De qualquer fôrma, embóra errado nas conclusões, Ponte Ribeiro terá deixado claro ao Governo o seu conhecimento dos negocios politicos no extremo meridional do Continente. Não seria mais, dahi em diante, considerado apenas como especialista no que dizia com os povos do Pacifico, mas egualmente com os do Atlantico, onde as paixões eram mais intensas e os dissídios mais profundos.

CHEFIA DOS NEGOCIOS POLITICOS DA AMERICA NA SECRETARIA DE ESTADO

Ampliados os conhecimentos de Duarte da Ponte Ribeiro com a estada na Confederação Argentina e na Republica do Uruguay, impôz-se elle para cargo em o qual pudesse cogitar da formação territorial do Brasil, negociando a um mesmo tempo com todos os paizes limítrophes, as linhas de fronteiras que não existiam. Eram divisas imaginarias o que havia. (*)

Dahi a criação, na Secretaria de Estado dos Negocios Extranjeros, em 23 de Novembro de 1841, da Secção da America, de que foi feito Chefe na mesma data.

Era o Diplomata que ia ceder lugar ao Fronteiro.

(*) Foi em 1843 que teve inicio o serviço de exploração das raias,

MINISTRO RESIDENTE NA CONFEDERAÇÃO ARGENTINA

Por pouco tempo, entretanto, deixaram-no tranqüillo, no silencio do gabinete, estudando as questões porventura em curso, projectando a ação futura.

Lógo a 12 de Abril de 1842, por Decreto dessa data, recebeu a investidura de Ministro Residente em Buenos-Aires, o que vale dizer, na capital da Confederação Argentina, sobre a qual reinava soberanamente Don Juan Manuel Rosas.

O posto não seria um seio de Abrahão.

O Sul todo, de Santa Catharina para baixo, estava em armas. No Rio Grande do Sul havia a Republica Riograndense; era um Estado como qualquer outro, sinão reconhecido pelos Estados vizinhos, respeitado por partidos uruguayos e argentinos. O Uruguay estava dividido e sub-dividido; Montevidéo sob sitio. A Confederação Argentina embaixo do guante pesado do Dictador de Buenos-Aires, não cansava de protestar, principalmente por intermedio das provincias de Entre-Rios e Corrientes. O Paraguay era "o solitario tragico" referido por Don Ramon Cárcano. No estuario do rio da Prata rondavam as esquadras da Grã-Bretanha e da França, promptas a tirar partido da situação, ou melhor, das diversas situações locais.

A Buenos-Aires chegavam as vibrações de toda parte; de Buenos Aires irradiavam vibrações que subiam o rio Paraguay até alcançarem a Bolivia, atravessavam as aguas do rio Uruguay e se alongavam Brasil a dentro, subiam a Cordilheira dos Andes e desciam até as praias do Oceano Pacifico.

El Supremo, na sua chacara de Palermo, sonha e age no sentido de submeter a gente oriental, no afan de

estender sua dominação até ao Rio Grande do Sul e quiçá sobre o Paraguay, tudo isso para a possível reconstituição do antigo Vice-Reinado do Prata, de que seria o arbitro.

A animadversão pelo Brasil não seria apenas, como pensava Ponte Ribeiro, filha da incompatibilidade racial, mas pela incompreensão de que a antiga colonia luzitana houvesse preferido a monarchia á republica que toda a America livre havia adoptado.

Foi ahi, no meio da fogueira crepitante, que o Ministro Duarte da Ponte Ribeiro, já elevado á dignidade de Conselheiro de Estado, teve que exercer suas funcções, junto a Juan Manuel Rosas, o inimigo rancoroso do Imperio e do Brasil.

* * *

O negocio mais importante entre o Brasil e a Argentina, ao tempo, aquelle do Tratado Definitivo de Paz, de que cogitara a Convenção Preliminar de 1828, já havia sido objecto de entendimentos de Ponte Ribeiro, quando na Chefia da Secção dos Negocios da America, da Secretaria de Estado, com o general Thomaz Guido, Ministro argentino no Brasil.

O novo Ministro, portanto, não chegou a Buenos-Aires somente para o que se apresentasse na occasião, mas com uma finalidade marcada, de capital importancia.

Seguiam as conversações o curso normal, quando, em Junho de 1843, o governo imperial resolve despachar Cansanção de Sinimbu, politico com grande nomeada, como Ministro no Estado Oriental do Uruguay. As instruções que levou era para fazer jogo duplice — agradar a Oribe e não desagradar a Rivera —, visando com isso impedir que qualquer dos dois pudesse auxiliar aos revolucionarios sul-riograndenses. A intriga, todavia, seria mais

ampla, comprehendendo o mesmo jogo em relação a Rosas e seus oppositores.

Em 20 de Março daquelle anno o governo argentino havia notificado á Legação brasileira em Buenos-Aires que ia bloquear o porto de Montevidéo. Seria um *bloqueio parcial*. Ponte Ribeiro contesta a Nota de Barros Aranda, Ministro do Exterior, fazendo considerações sobre a especie do bloqueio projectado, por não conhecido, protestando ademais contra a desigualdade de tratamento que teriam os navios brasileiros, os unicos que iriam soffrer com elle...

Aranda responde-lhe sustentando o acerto da medida.

Entre os dois, o diplomata brasileiro e o Chanceller argentino, estabelece-se correspondencia cordial, comquanto energica, em torno á doutrina do bloqueio annuciado mas ainda não posto em execução.

Em Setembro volta á baila a questão do bloqueio parcial a Montevidéo. A Grã-Bretanha, por intermedio do Commandante Purvis, acceita-o mediante condições. Ponte Ribeiro, porém, não lhe segue o exemplo, concitando o governo argentino a declarar o *bloqueio internacional*, isto é, sem excepções para navios de qualquer procedencia...

O ponto de vista de Ponte Ribeiro coincide com o de Sinimbú. Aquelle, todavia, mantem-se no puro regimen da doutrina, emquanto este não hesita em dar ordem expressa ao Commandante da Divisão brasileira em Montevidéo para não acata-lo, ao bloqueio parcial.

Informado da attitude de Sinimbú, o governo de Buenos-Aires dirige nota insolente ao Ministro Ponte Ribeiro, datada de 22 de Setembro, "glozando os actos do representante brasileiro em Montevidéo; deprimindo com burlescos e insultantes epithetos os procedimentos officiaes laquelle Ministro, como *insensatos, estupidos e ignorantes*; fazendo arguições violentas contra o Brasil por

infracção do Direito Commum, e ataques dirigidos contra o direito particular da Confederação, pelo não reconhecimento *daquelle* bloqueio intimado; e ameaçando com a resolução que tomasse a Sala dos Representantes da Provincia de Buenos-Aires...

Ponte Ribeiro foi magnifico no transe gravissimo, embora houvesse comprehendido que a nota do governo argentino "não podia deixar de ser vista como annuncio de rompimento de hostilidades contra o Brasil, já deliberado pelo governo argentino, e só dependente da approvação da Sala dos Representantes da Provincia de Buenos-Aires..."

Contestou-a, todavia, com altiva hombridade em a qual ninguem, animado de sentimentos cordeaes, poderia vislumbrar descortezia e muito menos aggressão. Isso a 25 do mesmo mez de Setembro.

A troca de notas prolongou-se até o dia 30, quando a Chancellaria deu-lhe remate, sob a allegação de que a linguagem de Ponte Ribeiro era descomedida e desrespeitosa...

Vale lembrar, porém, que desde o dia 27, a "Gaceta Oficial", cujos editoriaes eram escriptos sob as vistas de Rosas, investia desabridamente o governo imperial, ameaçando-o de levar a guerra ao centro do Brasil, e derrocar a monarchia...

Ao diplomata brasileiro, depois da ultima nota recebida, só restava fazer o que fez: pedir os passaportes e retirar-se de Buenos-Aires.

O governo imperial, nesse comenos, tinha reconhecido o *bloqueio parcial*, desautorizando seus dois illustres e dignos representantes em Buenos-Aires e em Montevideo. Era aquella politica de tergiversação que tanto tem sido censurada nas relações do Imperio com os Estados do Prata.

**ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENI-
POTENCIARIO EM MISSÃO ESPECIAL
NO PACIFICO**

Terminada a grande batalha com o Dictador da Confederação Argentina, em que não levou a melhor, o Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro voltou ás suas funções de Chefe da 3.^a Secção da Secretaria de Estado dos Negocios Exteriores, nellas se conservando até 24 de Fevereiro de 1851, quando foi nomeado Ministro Plenipotenciario e Enviado Extraordinario em missão especial nos paizes da costa do Oceano Pacifico (Chile, Bolivia, Perú, Equador, Colombia) e na Venezuela, na costa do Oceano Atlantico.

Consistiu essa missão em informar os respectivos governos dos motivos que levaram o Brasil a declarar guerra a Juan Manuel Rosas, da Argentina, e a Manuel Oribe, do Uruguay, evitando dess'arte que, attendendo a intrigas que apontavam o governo brasileiro como procedendo com moveis inconfessaveis, pudessem unir-se contra o Imperio.

Rosas, por quem fôra immolado Ponte Ribeiro, decahira das graças dos estadistas de São Christovão, que agora o iriam derribar dô mando sobre seu povo.

Aquelle mesmo Rosas com quem o Imperio havia assignado accordo visando esmagar os farroupilhas do Rio Grande do Sul, iria ser apeado do poder discrecional pelas lanças dos *rebeldes* a quem ameaçara e depois cortejara.

E para que Juan Manuel Rosas não obtivesse alliança dos outros povos de origem castelhana, appellou-se para os talentos extraordinarios do diplomata Ponte Ribeiro e para o seu grande prestigio nas republicas vizinhas.

O facto é que Ponte Ribeiro, que não servia a estadistas ou a partidos, mas ao Brasil somente, de tal maneira se houve na missão especial delicadissima que nenhum protesto maior se fez ouvir pela guerra ao despota e a seu sequaz do Uruguay.

Aproveitando-se da oportunidade que se apresentou propicia, quando em Lima, em 23 de Outubro de 1851, assignou com o Plenipotenciario Bartolomé Herrera, o Tratado de Limites, que ainda vigora, entre o Imperio do Brasil e a Republica do Perú. Esse tratado foi o seu "canto de cysne" como diplomata propriamente dito.

A 3 de Janeiro de 1853, a pedido seu, foi posto em disponibilidade activa, continuando a trabalhar na redacção de "Memorias", no preparo de cartas geographicas, e, sobretudo, como conselheiro dos Ministros de Estado dos Negocios Exteriores. Isso importa em dizer que deu inicio a sua inegualavel carreira como Fronteiro.

FRONTEIRO-MÓR

A tendencia que se vai generalizando de explicar todos os phenomenos sociaes segundo factores economicos, tem na historia da formação dos povos da Peninsula Ibérica desmentido cathegorico. Em verdade, quando Portucale se destacou da Galliza, para, junto com o Condado de Coimbra, formarem o reino portuguez, isso em 1140, não parece que tenham obrado, um e outro, por interesse commercial ou industrial de qualquer especie, mas apenas sob o influxo da incompatibilidade racial que se tinha estabelecido entre os varios agglomerados humanos que viviam nas terras extremadas do occidente europeu. A independencia, nessas condições, de uns a outros povos. Mais forte e coheso do que qualquer outro dos que constituíam os reinos das Asturias, de Léon, Castilla, Aragon,

Navarra e Granada, poudes o luzitano, sob as ordens de Henrique de Borgonha, libertar-se da dominação politica de Castella.

Essa incompatibilidade racial, cujas origens ninguem poderia encontrar, explicam os acontecimentos no seculo XII na Peninsula e os que tiveram por palco as terras americanas a partir do seculo XVI, não apenas entre portuguezes e os demais povos chamados castelhanos, como entre esses mesmos povos, quer na Europa, quer na America.

Não ha nenhuma duvida que na Europa alguns desses povos ambicionaram — e ambicionam ainda — seguir o exemplo do povo luzitano, constituindo-se em nações autonomas.

Na America, os descendentes, logo que lhes foi possível, seguiram os impulsos naturaes de autonomia, formando os Estados que integram o Continente Colombiano, desde as divisas com os Estados Unidos da America do Norte até o extremo austral. Todos falam o castelhano; todos teem habitos e costumes identicos; todos praticam o christianismo; todos alimentam-se semelhantemente; mas todos, por egual, não admittiram a possibilidade de viver sob a mesma organização politica. Colligaram-se para lutar contra o inimigo commum, a Corôa que os mantinha em regimen colonial, desde porém que se tornaram livres, com a victoria militar, dividiram-se e sub-dividiram-se. As terras americanas do dominio de Espanha, constituintes de um todo politico, transformaram-se, como num golpe de magica, em duas dezenas de paizes. E' o Mexico, na America Septentrional. Guatemala, Honduras, São Salvador, Nicaragua e Panamá, na America Central. Cuba, Haiti, São Domingos e Porto Rico, nas Antilhas. Na America do Sul: Venezuela, Colombia, Equador, Perú, Bolivia, Paraguay, Uruguay, Argentina e Chile.

Nem sequer as antigas divisões em vice-reinados ou as sub-divisões em audiencias prevaleceram para o retalhamento levado a effeito em seguida á independencia.

Rompido o primeiro laço de sujeição a Madrid, metropole do Imperio, não houve como ter mão sobre os povos insurrectos. Bolivar, o maior dos Libertadores americanos, tenta, em vão, estabelecer uma divisão mais consentanea com as necessidades. Sucre tambem vê repudiados seus conselhos no mesmo sentido.

O que haveria de predominar, como predominou, foi o sentimento racial, de cada um dos povos transplantados de Castilla la Vieja, de Léon, de Castilla la Nueva, da Extremadura, da Galicia, Asturias, Santander, das provincias vascas, de Navarra e de Logroño.

A influencia que nesses agglomerados terá exercido o incola foi apenas no sentido de abreviar o movimento libertador e nunca da fragmentação depois da partida dos agentes do governo espanhol.

O negro em coisa alguma influiu, nem num e nem noutro sentido. Parecer-lhe-ia igual qualquer regimen ou qualquer divisão territorial.

Os preconceitos haviam sido conservados pelos brancos, só por elles, herdados dos avós europeus e desenvolvidos pelos paes já nascidos ao grande ar das terras novas.

Com a transplantação veio o germen separatista que na Europa viveu largos annos em hibernação.

* * *

Todas as difficuldades nas relações entre os povos peninsulares que se estabeleceram na America, não pode haver duvida, tiveram como ponto originario a incompatibilidade de raças, vinda com elles da Europa no subconsciente de cada qual.

Antes da independencia, quando só havia que enxergar Castelhanos e Luzitanos, as luctas foram entre os subditos das duas corôas.

A America, pelo visto, estava dividida em duas porções: a que pertencia ao rei espanhol e a que estava sob o dominio do rei portuguez.

Quando em Madrid, no anno de 1750, o Visconde Thomáz da Silva Telles e Don Joseph de Carvajal y Lancaster accordaram os limites das possessões territoriaes de João V e de Fernando VI, na America, assignando o respectivo Tratado, só tiveram em vista duas partes. Foi-lhes relativamente facil, portanto, attendendo ás conquistas até ahí realizadas, convencionar onde terminava um dominio e começava o outro.

O mesmo occorre, *mutatis-mutandis*, quando é assignado em Santo Ildefonso, em 1.º de Outubro de 1777, por D. Francisco Innocencio de Souza Coutinho e o Conde de Floridablanca, o Tratado Preliminar de Limites das terras americanas da rainha D. Maria I, de Portugal, e do rei D. Carlos III, de Espanha.

Não terá sido facil — longe disso — qualquer dos dois ajustes, principalmente o primeiro, pelo qual ficou implicitamente revogado o Tratado de Tordezillas e em consequencia do qual foi dada a configuração que o Brasil conservaria até á actualidade, mas não foram tão laboriosos quanto aquelles que depois da independencia dos povos sul-americanos tiveram os estadistas e os diplomatas de uma e outra origem que negociar entre si.

Para os brasileiros em particular aggravou-se extraordinariamente tudo o que disse respeito ás divisorias de soberanias, não apenas pela pluralidade das negociações, porque tantas quantos os Estados e as Colonias que demoram em torno ao paiz, como pelo aspecto melindroso

de certas questões suscitadas em razão da própria autonomia.

A simples relação dos Estados com que o Brasil teve de negociar limites e navegação nos rios de curso common fornece a idéa da magnitude do problema: França, Hollanda, Inglaterra, Venezuela, Colombia, Equador (Tratado condicional de Washington), Perú, Bolivia, Paraguay, Argentina e Uruguay.

Com excepção do Chile, pois houve que negociar as raias divisorias com todos os paizes da America Meridional e com os governos de tres potencias europeas que possuem terras no Continente.

Houve, outrosim, que criar um principio novo de Direito Internacional para regular os deslindes, uma vez que não mais poderia prevalecer, por obsoleto, o que presidira nas convenções entre Portugal e Espanha.

Deve ser lembrado, ainda, que ao tempo da independencia (começo do Seculo XIX), não havia nenhum tratado de limites vigente entre as duas corôas. O de Madrid, de 1750, fôra substituido pelo de El Pardo, de 12 de Fevereiro de 1761, o qual cedeu lugar ao de Pariz, de 10 de Fevereiro de 1763. O de Santo Ildefonso, de 1777, ficou sem valor quando pactuado o de Badajós em 6 de Junho de 1801, que pôz termo á guerra entre Portugal e Espanha, e no qual tratado não se cogitou das raias divisorias das duas soberanias.

E' na falta de um tratado qualquer, convenção, ajuste ou combinação com nome outro, mas que pudesse servir como base ás negociações entre o Imperio do Brasil e as republicas formadas na antiga colonia espanhola, que se erigiu o principio do "*uti-possidetis: ita-possideatis*" do Direito Romano para dirimir as pendencias que porven-

tura fossem suscitadas entre uns e outros Estados, de vez que, "rejeitado elle, o unico principio regulador seria a conveniencia e a força de cada nação". (*)

* * *

Conhecida a situação de facto, das terras sul-americanas, quando o Brasil, em 1822, proclamou a propria independencia, pode-se avaliar a extensão da responsabilidade que recahiu sobre os estadistas a quem coube a tarefa de delimitar o paiz, ao norte, ao oeste e ao sul, numa linha que hoje se sabe medir mais de 16.000 kilometros (16.423.549, 125 metros).

Nessa data, como accentuou Euclides da Cunha, só havia astronomicamente determinado um unico ponto; a barra do arroio do Chuy... O mais era desconhecido; estava imprecisado; figurava arbitrariamente em cartas mais ou menos phantasistas.

Era cyclopica, portanto, a obra a executar, quer pela extensão, quer pela importancia.

O Brasil já havia fornecido a Portugal, em 1750, um homem fadado a lhe resolver a questão territorial com a Espanha, em aberto desde que caducara o Tratado de Tordezillas, de 1494, com o deslocamento rumo ao oeste do meridiano convencionado: Alexandre de Gusmão. Delle o Tratado de Madrid que sancionou todas as conquistas portuguezas e brasileiras até á epocha, dando á colonia lusitana a extensão e a configuração que manteria pelos seculos afóra.

Não seria de admirar, nessas condições, que depois de 1822, surgisse outro homem capaz de tomar a si o preparo dos elementos necessarios ao desempenho da in-

(*) Memoria de José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, ao governo argentino, de 26 de Novembro de 1857.

cumbencia que de tão grande ha risco em adjectivar. Esse homem é Duarte da Ponte Ribeiro, aquelle a quem caberia como uma luva o titulo de FRONTEIRO-MÓR DO IMPERIO BRASILEIRO.

Pandiá Calogeras, com a immensa auctoridade que adquiriu no estudo de nosso preterito, não poupou qualificativos para exaltar-lhe a personalidade: *“Um dos maiores servidores do Brasil que têm passado pelo Ministerio de Estrangeiros...”* *“O grande diplomata que tem o nome inseparavel do preparo dos deslindes de nossas innumeradas questões de limites...”* *“Ninguem o excedeu em agudeza de percepção, engenho fertil em defender o direito patrio, habilidade em tratar os paizes lindeiros, adversarios occasionaes no debate sobre fronteiras...”* *“Até hoje, suas memorias, inéditas por secretas, sobre taes problemas, desafiam a respeitosa admiração dos posteror...”*

Elle entra para o serviço diplomatico, como já foi lembrado, pouco depois da independencia, despachado para Madrid como Consul Geral.

Depois é o encargo passageiro em Lisbôa, junto á corte de D. Miguel, para observar as intenções do tio em relação aos direitos da sobrinha á corôa lusitana.

E' em 1829, porém, ao ser nomeado Consul Geral e Encarregado de Negocios na Republica do Perú, que tem inicio propriamente a grande actuação que o sagraria como *“um dos maiores servidores do Brasil que têm passado pelo Ministerio dos Estrangeiros...”*

A America Meridional é que estava destinada a lhe servir de arena.

Assenhora-se, como ninguem, do ambiente que se criara depois da independencia dos povos confinantes, e, como ninguem, penetra o espirito reinante em cada qual dos novos Estados. As idiosyncrasias, os preconceitos, as aspirações, os pontos nevralgicos e as incompatibilidades

das jovens nacionalidades deixam de ter segredos para o diplomata brasileiro.

Para attingir a esse conhecimento vastissimo e complexo terá estudado e terá observado incessantemente por toda a quadra da existencia em que esteve ao serviço do Imperio, que quadra se pode balisar entre a data da primeira nomeação (10-V-1826) e a da morte (1-IX-1878), ou sejam mais de 52 anos.

O ról dos seus trabalhos escriptos, que, sob o titulo de "Relação das Memorias e mais Papeis Reservados", organizou elle proprio, em 23 de Maio de 1873, constitue mostra eloquente de uma actividade assombrosa. Não é uma bibliographia, porque é catalogo de uma bibliotheca. Parece, antes, o producto do labor de toda uma parceria que por meio seculo houvesse servido no Ministerio dos Negocios Estrangeiros, do que o fructo da intelligencia de um unico homem, mesmo que se reconheça nesse homem o privilegio de cerebração superior alliada á capacidade extraordinaria para o esforço physico.

Dado o character reservado que teem esses trabalhos, ninguem, fóra do Itamaraty, lhe conhece os textos. A julgar, todavia, pelos titulos com que figuram na relação divulgada em opusculo com 67 paginas, onde não ha uma linha de literatura e nem o menor espaço inaproveitado, são elementos da mais alta transcendencia internacional, porque dizendo com as relações do Brasil com todos os povos hispano-americanos, não apenas sobre terras em litigio, como sobre a politica interna de cada qual, pre-historia, historia, geographia, economia e finanças, navegação dos rios e lagôas, vias de comunicação e assumptos outros com interesse subido.

A primeira memoria relacionada, por exemplo, é referente ao estado, em 1832, das republicas do Pacifico; a ultima, datada de 1876, contem a resenha dos acontecimentos relativos ás divisas entre a Guyana Brasileira e a Guyana Franceza,

As demais, entre uma e outra, numa sequencia ininterrupta de datas, todas versando coisas ligadas á nossa formação territorial e á nossa vida de relação continental, constituíram, sem nenhuma duvida, a base solida sobre a qual foram sustentados os pleitos do Brasil no periodo mais grave de sua existencia soberana, aquelle que foi da Independencia ao Tratado de Limitês com a Republica do Paraguay, finda a guerra que nos moveu Solano Lopez.

Não são, porém, a quantidade e os titulos das Memorias da auctoria de Duarte da Ponte Ribeiro, que servem para a apreciação do seu valor inestimavel. Aquella que se conhece inteiramente, relativa "As Relações do Brasil com as Republicas do Prata, de 1829 a 1843", publicada pelo Archivo Nacional, em 1936, se presta ao julgamento das que são conservadas em sigilo. E' uma peça completa: minuciosa na descripção dos episodios, clara de linguagem e segura na lógica das deduições. Retenha-se, entretanto, que o periodo historiado — 1829 a 1843 — foi aquelle em que as crises no sul se succediam, umas ás outras, com character alarmante, já de ordem interna na Argentina, no Uruguay e no Brasil (Guerra dos Farrapos); já de ordem externa com a intromissão de Rosas nos negocios do Uruguay, do Paraguay, do Brasil; das gentes uruguayas interferindo nas provincias de Entre-Rios e Corrientes; dos revolucionarios sul-riograndenses alongando-se terras a dentro na Banda Oriental e atravessando o rio Uruguay em frente a Entre-Rios. E com tudo isso o bloqueio a Montevideo pela esquadra da Confederação Argentina, as questões com as bellonaves da França e da Grã-Bretanha nas aguas do estuario do rio da Prata, os avanços de Rosas sobre o Paraguay do Dr. Francia.

Coisa alguma, porém, tirou a serenidade ao diplomata que informava ao seu governo. Uma coisa — pen-

f

saria — era ser parte na lucta, como o foi na questão do bloqueio de Montevideo suscitada por Sinimbú; outra, era relatar essa lucta. O Ministro Residente em Buenos-Aires, entestando com o Ministro Aranda, até ao ponto de provocar o rompimento das suas proprias relações com a Secretaria de Estado da Confederação, não parece o sereno redactor da Memoria que relata esse entestamento celebre.

Não terá sido por simples impressão, aliás, que todos aquelles que teem penetrado os archivos do Itamaraty, em razão de seu cargo de Chanceller, como Rio Branco, ou como Euclides da Cunha, Pandiá Calogeras e Alfredo Varella, auctorisados pelo Governo, estacaram reverentes ante a obra construida por Duarte da Ponte Ribeiro, consignando todos a lastima de que essa obra não possa, ainda, ser estadeada aos olhos de toda gente.

* * *

Ao valôr do que contem as Memorias de Duarte da Ponte Ribeiro deve ser acrescentado o que accumulou elle nos dilatados annos de sua carreira diplomatica em materia cartographica.

E' de tal maneira imponente esse serviço prestado á Patria que se pode dizer, com Cassius Berlinck, que a Mappotheca do Itamaraty — sem duvida a mais rica do Continente — foi devida ao seu esforço.

Assim é que numa phrase unica se poderia synthetizar o seu mérito nesse particular: antes de Ponte Ribeiro a Secretaria de Estado das Relações Exteriores como se diz actualmente ou dos Negocios Estrangeiros como era no Imperio, não possuia Mappotheca; quando Ponte Ribeiro deixou de trabalhar, essa Mappotheca existia, si não com a opulencia de hoje, integrada das suas peças de maior valia.

O Archivo Militar foi o primeiro manancial a lhe fornecer elementos preciosos: “Cartas esphericas de todos os mares; mappas, planos topographicos, perfis de fortalezas de Portugal, remettidos do Reino em 1813...”

Consequente do exame a que submette, divide e cataloga esses elementos, num total de quasi mil peças (964):

- 1.º) Mappas do territorio brasileiro;
- 2.º) Mappas dos Estados e Colonias confinantes com o Brasil;
- 3.º) Mappas relativos a Portugal e aos seus dominios;
- 4.º) Cartas esphericas da navegação de varios mares.

Constituiram esses elementos a base da Mappotheca já entrevista no seu espirito criador.

Dahi em diante não esmorece no afan de lhe dar forma e depois de organizada de lhe dar maior amplitude. Onde se achasse, a passeio ou em virtude das funcções, — e esteve em todos, ou quasi todos os paizes latino-americanos, do Mexico á Argentina, e em muitos da Europa — pesquisava a existencia de mappas, interrogava sobre tudo que se relacionasse com elles, fazia-os copiar quando possivel, ou adquiria-os quando se lhe offercia oportunidade ou negociava permutas com o que possuia em duplicata; sempre, porém, visando o enriquecimento cartographico da Secção já alicerçada.

Foi assim que em Buenos-Aires teve occasião de encontrar mappas relativos ao Pará, os quaes se haviam extraviado, havia muito; que em Portugal, nos archivos, adquiriu cartas de alto valôr e inestimavel importancia; que no Perú e na Bolivia obteve peças inéditas importantes.

Isso, no entanto, foi uma parte. A outra parte foi devida a elle mesmo, ao seu talento objectivo de geographo. Talvez não desenhasse, mas fazia desenhar. Ali-

nhava os dados que outro ou outros davam forma geometrica no papel. A prova é que os assignava com os proprios desenhistas, avocando a responsabilidade do que fôra construido, sellando com os seus nome e titulo o trabalho material alheio.

As suas Memorias, em regra, acompanhava um ou mais mappas, uma ou mais cartas, esboço ou simples lineamento.

De toda a orla de fronteira do Brasil, do cabo Orange ao arroio do Chuy, longa de mais de 16.000 kilometros, correndo sobre cumiadas de serras, pelos *thalwegs* de rios, pelas margens de lagôas, por pantanos e terras enxutas, talvez não haja fracção de metro que não tenha sido objecto de estudo de Ponte Ribeiro, que por elle não tenha sido desenhada ou feito riscar, sobre cujos direitos não tenha meditado á vista dos documentos que reuniu e que se prestassem a cotejo entre si ou com elementos que porventura possuissem as soberanias confinantes.

Não haverá risco, por isso, em dizer-se que a obra gigantesca das demarcações assentou em grande parte, quiçá a maior, nos elementos que o inclito Fronteiro reuniu e construiu.

E que as questões de limites que teve o Brasil a sustentar, no Imperio e na Republica, foram dirimidas, sempre, apoiadas nas cartas e nos mappas e nos esboços e nos roteiros e nas descrições da mesma origem.

Ainda depois de morto, todavia, Ponte Ribeiro enriqueceu o Archivo e a Mappotheca do Ministerio do Exterior com fructos de seu trabalho intelligente e pertinaz, por intermedio de sua viuva. De facto, em 1884 (elle falleceu em 1878) deram entrada alli "106 *maços com livros, folhetos e manuscriptos; quatro canudos e uma caixa contendo mappas; e quatro livros onde se acha tudo classificado*". Acompanhou o acervo carta assignada pela Baroneza de Ponte Ribeiro, dirigida ao Ministro de Es-

tado, pedindo que acolhesse benevolmente a doação que fazia...

Não foi, por certo, o ultimo serviço que Duarte da Ponte Ribeiro prestou á sua patria de adopção, porque ainda continua a presta-los com os ensinamentos que estão contidos nos seus trabalhos, aos quaes ninguem pode deixar de recorrer, mas foi o mais expressivo por inesperado.

MEMORIALISTA E GEOGRAPHO

A maior e a melhor parte dos trabalhos de Duarte da Ponte Ribeiro foi feita depois da aposentadoria, em 1853. Com ella surge o memorialista e o geographo. Historia o processo de nossa formação e retrata a configuração do nosso territorio. E com isso organiza os elementos que constituiriam a magestosa Mappotheca do Ministerio das Relações Exteriores e accumula os documentos que formam a rica mêsse euristhica que é o seu Archivo.

Enquanto até aquella data só havia redigido 45 das celebres Memorias, cada qual importando em verdadeiro tratado sobre o assumpto que explorou, de 1853 a 1876 deu forma escripta a 140 outras Memorias. Isso sem contar as que, em 1884, foram doadas por sua viuva ao Governo.

A simples titulo de curiosidade vale que sejam alinhadas por assumpto essas notaveis obras do insigne homem publico:

38	sobre	o Amazonas e o Pará
6	"	o Pará e a Guyana Franceza
2	"	o Amazonas e a Guyana Ingleza
7	"	o Amazonas e a Venezuela
15	"	o Amazonas e Nova Granada
23	"	Matto Grosso e a Bolivia
27	"	Matto Grosso e o Paraguay

- 6 sobre o Rio Grande do Sul e o Uruguay
- 10 " o Brasil e a Confederação Argentina
- 10 descrevendo trechos da fronteira geral
- 8 sobre Matto Grosso
- 5 " o Rio Grande do Sul
- 5 " São Paulo e Paraná
- 12 " politica internacional
- 5 " as republicas do Pacifico
- 2 " o Primeiro Congresso de Nações Americanas
- 4 " diversos assumptos.

Depois vêm os mappas, desde a Carta Geral do Imperio do Brasil, de 1873, até os esboços hydrographicos e topographicos para assignalar pontos importantes da fronteira; dos elementos que obteve na Europa em 1837, em 1863 e em 1873, principalmente nos archivos portuguezes, até aquelles que foi adquirindo nas varias capitães e cidades americanas em que demorou, do Mexico a Buenos-Aires; em Lima onde por mais tempo permaneceu; em Chuquisaca, em Santiago, em Montevidéo; os que aqui mesmo descobriu nas repartições publicas e os que lhe vieram das provincias.

Em opusculo recentemente publicado pelo Ministerio das Relações Exteriores, Aluizio Napoleão arrolou muitos outros de origens varias.

Tão rico, de facto, é o acervo do Memorialista e do Geographo que, sobre qualquer duvida em ponto de Historia ou de Geographia que ocorra ao estadista ou ao diplomata ou ao estudioso da actualidade, sobre qualquer esclarecimento que necessitar o Demarcador ou o Explorador dos dias que correm, ha, por força, que consultar Ponte Ribeiro, que verificar em Ponte Ribeiro, que saber o que a respeito pensou Ponte Ribeiro.

E de tal forma assim é que elle parece viver ainda naquelles ambientes severos da Mappotheca e do Archivo do Palacio Itamaraty, sempre prompto para attender á curiosidade dos moços ou dos que deixam a realidade

nua e crúa da vida que passa para se embrenhar no preterito patrio, aquelle em o qual o Brasil se formou e se impôz ao conceito dos povos livres do Universo.

Não haverá excesso, portanto, em tê-lo como um dos Numes Tutelares da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, tão rica de tradições nobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o Dr. Duarte da Ponte Ribeiro entrou para o serviço diplomatico, em 1826, contava 31 annos de idade, já havia feito nome como cirurgião clinico e já tinha accumulado pequena fortuna.

Era um bello homem e gozava de excellente saude. As muitas viagens que empreheendeu aos outros Continentes, como medico, a bordo de navios a vela, baldos de conforto, lhe haviam enrijado os musculos e melhor lhe accentuado os traços.

Joaquim Manoel de Macedo, seu mais auctorizado biographo, consignou no necrologio que lhe fez para o Instituto Historico e Geographico, no qual foram companheiros, que “a vida laboriosa e a robustez de Ponte Ribeiro eram como um milagre de força organica”, citando o caso de ter elle resistido a 155 dias de viagem maritima tempestuosa, dos quaes 60 a meia ração de agua, ao mesmo tempo que o *escorbuto* matara 18 das 60 pessoas da equipagem do navio...

Numa outra viagem quasi foi victima da *carneiruda* (febre da Angola), conservando-se em estado pre-agonico durante 3 dias...

Em 1824, quando caçava, rebentou-se-lhe a espinharda que sopezava na mão esquerda, a qual, com o braço, foram esphacelados. Embora o *tetano* e a *gangrena* consequentes ao accidente, o organismo reagiu — reacção inverosimel — no parecer do escriptor que tambem era medico.

Em Valparaiso, quando já diplomata, quasi foi victimado pelo *cholera-morbus*.

O conhecimento desses sérios agravos á saude, concomitantemente com o saber-se que não obstante elles trabalhou com afinco até ás vespervas de morrer, no dia 1.º de Setembro de 1878, faz pensar na extraordinaria compleição dos homens da raça de onde proveio, o *portuguez antigo* de até o Seculo XV, aos quaes os oceanos não atemorizavam e nem os sóes faziam medo, aos quaes os perigos e aventuras seduziam, as longés terras por descobrir attrahiam com a desculpa dos marfins, dos tapetes, do ouro e das especiarias de todo genero.

Elle, como os mais luzos que aqui se deixaram ficar depois da Independencia e depois do Sete de Abril, fossem generaes como Laguna, Caçapava e Taquary, marinheiros como Barroso e Inhauma, diplomatas como Itabayana e Santo Amaro, estadistas como Abaeté, e que ajudaram a fazer o Brasil, tal como o temos, foram os derradeiros epigonos do genio peninsular.

* * *

Fazendo uma synthese da carreira diplomatica de Duarte da Ponte Ribeiro tem-se que elle percorreu a escala toda das posições então existentes: Consul Geral, Ministro Residente, Ministro Plenipotenciario e Enviado Extraordinario. Foi Official da Secretaria de Estado e Chefe de uma secção criada especialmente para elle, a dos Negocios Politicos da America.

Como premios extraordinarios recebeu em 1829 a mercê de Cavalleiro professo da Ordem de Christo e em 1843 a de Commendador da mesma ordem; em 1848 foi nomeado Conselheiro de Estado; em 1853 recebeu a grande dignidade da Ordem da Rosa e o fôro de Fidalgo da Casa Imperial.

O titulo de Barão foi datado de 3 de Março de 1873.

Da Confederação Perú-Boliviana teve o gráo de Commendador da Legião de Honra.

Não ficaria completo este esboço, entretanto, si não fosse lembrado que teve a ventura de se ver seguido na carreira que illustrou, por um dos filhos — João Duarte da Ponte Ribeiro — o qual chegou a Conselheiro de Estado e a Ministro Plenipotenciario e Enviado Extraordinario.

Esse filho radicou-se na Republica do Perú, onde ainda lhe vivem descendentes, casando-se com senhora da melhor sociedade de Lima.

* * *

A Duarte da Ponte Ribeiro nada faltou na vida de homem publico invulgar, toda ella votada ao serviço do Brasil no periodo mais dramatico de sua existencia, porque o da sua formação territorial.

Em verdade, nem mesmo a ingratidão da Patria lhe faltou, quando já octogenario, enfermo, mas sempre em actividade de produção.

Foi em Abril de 1878. Até o dia 15, em Petropolis, havia trabalhado respondendo a consultas do Governo, quando lhe chegou ás mãos um Aviso do Ministro dos Negocios Extranjeros communicando-lhe que mandara cessar o abono da gratificação annual de 2:400\$000 e convidando-o a recolher as parcellas dessa importancia que houvesse recebido até á data... Justificou-se a medida com o facto de no Orçamento não figurar essa dotação...

Dentro de alguns dias o Thesouro Nacional recebia de Ponte Ribeiro a restituição ordenada.

O golpe, como é para imaginar-se, feriu fundamentalmente ao servidor imperterrito, não de certo pela cessação do recebimento e pela restituição do que já havia recebido,

mas pelo gesto em si, pela deselegancia que encerrava, pela ingratiidão que reçumava.

Relatando o facto occorre lembrar as palavras com que José Maria da Silva Paranhos Junior, futuro Barão do Rio Branco, começou o seu notavel estudo biographico do Barão do Serro Largo, o grande general José de Abreu:

“Um dos talentos mais brilhantes que adornaram as letras e o jornalismo de nossa terra, o Dr. Justiniano José da Rocha, escrevendo a vida do illustre Marquez de Baependy, enunciou um conceito que não pode ser contestado em sua generalidade, quando accusou de ingrato o povo brasileiro...”

Vale consignar, todavia, que o auctor dessas palavras não chegou a soffrer essa ingratiidão.

O seu grande emulo — o Conselheiro Barão de Ponte . Ribeiro — porém, morreu victimado por ella, na sua forma mais cruel, aquella de negar-se pagamento ao serviço relevante já prestado.

IX

O MASSACRE DA EXPEDIÇÃO SOARES PINTO - PAZ SOLDÁN

*Publicado no "Jornal do Commercio"
em 1.º de Setembro de 1940.*

E' com a Independencia, e lógo em seguida á organização politica dos Estados sul-americanos, que se cogita em estabelecer as divisas territoriaes de uns com outros paizes. Antes, era o dominio sobre regiões imprecisadas. A soberania de Portugal ia até onde começava a de Espanha. De inicio vigorara o meridiano de Tordezillas que dividia a America Meridional em duas porções dispaes: a maior, quatro quintos do total, pertencia ao rei hespanhol; a menor, o quinto restante, propriedade da corôa lusitana. Depois vem o Tratado de Madrid, de 1750, substituído em 1777 pelo ajuste de Santo Ildefonso. *Peruvia* diminui e *Brasilia* crescera. Falharam, porém, as tentativas de demarcação dos lindes convencionados.

Em 1822, segundo Euclides da Cunha, somente havia um ponto astronomicamente determinado: a fóz do arroio do Chuy. O resto, — mais de 16.000 kilometros — era total e absolutamente desconhecido.

Anciavam, entretanto, os novos Estados, por se delimitarem.

O Brasil não fugiu á regra. Em 1843 já estava Carneiro de Campos cuidando da fronteira com a Guyana

Ingleza. Soares d'Andréa e Bellegarde, de 1852 a 1859, assentam marcos na linha divisoria com o Uruguay. Costa Azevedo, em 1858, é commissionado para explorar e reconhecer a zona onde seria riscada a linha de separação com a Guyana Franceza.

Era o inicio da obra portentosa que, embora todas as vicissitudes internas e luctas externas, não mais seria interrompida.

A' actividade dos diplomatas concertando tratados de limites correspondeu a energia dos demarcadores balisando esses limites no terreno.

* * *

Agora, quando não ha mais questões de limites, e que o trabalho das demarcações está praticamente concluido, não será prematuro relembrar, como mostra do sacrificio dos demarcadores, a mais cruel das provações a que foi submettida uma das Commissões Mixtas encarregadas desses trabalhos, aquella da chefia do Capitão-Tenente José da Costa Azevedo, futuro Almirante e Barão do Ladario, pelo Brasil, e do Capitan de Navio Don Francisco Carrasco, pelo Perú.

Tratava-se de riscar, no terreno, a fronteira do Imperio do Brasil com a Republica do Perú, afim de dar execução ao Tratado de 23 de Outubro de 1851.

A Comissão brasileira era integrada pelo proprio chefe, Capitão-Tenente José da Costa Azevedo; pelo Capitão-Tenente João Soares Pinto, secretario; tendo como auxiliares os 1.os Tenentes da Armada Geraldo Candido Martins e Augusto José de Sousa Soares d'Andréa e 1.º Tenente de Engenheiros, do Exercito, José Antonio Rodrigues.

A Comissão peruana, além do chefe já mencionado, Capitan de Navio Don Francisco Carrasco, conta-

va com o geographo Don Manoel Rouaud y Paz Soldán, servindo de secretario interino, e com Don Roberto Suarez, auxiliar technico.

O artigo VII, do Tratado, estabelecera que a divisa entre os dois paizes era a povoação de Tabatinga, no rio Solimões, e della, para o norte, uma linha recta a encontrar o rio Japurá, na fóz do Apaporis; e de Tabatinga para o sul o curso do Javary, desde sua confluencia no Solimões até a nascente principal.

Vem a proposito referir, nesta altura, que o Javary era, nessa epocha (1866), completamente desconhecido. Não tinha sido penetrado sinão em pequenissima extensão pelos demarcadores portuguezes e hespanhoes que haviam permanecido largo tempo em Tabatinga. O que havia sobre ele eram phantasias, hypotheses, lendas mais ou menos interessantes. Dizia-se, por exemplo, que numa das suas margens estavam as ruinas da Manôa do El-Dorado, o refugio escolhido pelos reis Incas depois dos sacrificios de Atahualpa e de Huascar...

A exploração do Javary, portanto, da sua fóz no Solimões até onde brotasse, era um imperativo.

Por motivos que não veem ao caso, agora, os chefes brasileiro e peruano — Costa Azevedo e Francisco Carasco — não puderam, elles proprios, levar a effeito a exploração do rio mysterioso, permanecendo em Tabatinga ou viajando para o norte. Aos respectivos secretarios — Soares Pinto e Paz Soldán — confiaram a audaciosa empreza.

* * *

Soares Pinto e Paz Soldán estavam perfeitamente á altura do encargo.

Soares Pinto, Capitão-Tenente, posto que hoje corresponde ao de Capitão de Corveta, já havia servido, de

1853 a 1858, na Comissão de Limites com o Uruguay, chefiada na ocasião pelo Marechal Soares d'Andréa, e já prestara serviços á Commissão da chefia de Costa Azevedo, de 1861 a 1864, voltando a fazer parte da mesma em 1865. Tomara parte nas operações da Esquadra contra Oribe e Rosas, no Prata, em 1851 e 1852.

Paz Soldán, filho de um cavalheiro francez, Don Angel Rouad, e de Dona Josefa Paz Soldán, de tradicional familia peruana, nasceu em Lima, em 1839.

Informam seus biographos que desde muito cedo revelou accentuado pendor para o estudo das sciencias phisicas e mathematicas, havendo aperfeiçoado os conhecimentos em Pariz, na Escola Polytechnica, onde se distinguuiu entre os condiscipulos. Regressando ao Perú, já graduado, realizou e publicou estudos notaveis sobre as variações do clima de Lima, e, num observatorio astronomico montado na residencia familiar, em San Isidro, procedeu á grande serie de observações interessantes, tendo oportunidade para rectificar as conclusões de Humbold sobre a latitude da capital de seu paiz.

Na familia Paz Soldán, de resto, já havia dois exemplos de notoriedade scientifica, ambos seus tios maternos: Don José Gregorio Paz Soldán, jurisconsulto com vasto renome, e Don Mateo Paz Soldán, não menos celebre que o irmão, mathematico cujos ensinamentos até hoje são seguidos nos cursos universitarios do Perú.

Quer o brasileiro e quer o peruano, pois, eram bem dignos da confiança das respectivas patrias. Ademais da capacidade scientifica e da auctoridade moral, possuiam, ambos, o vigôr necessario ao apprehendimento audaz: Soares Pinto contava 40 annos; Paz Soldán pouco mais de 27.

* * *

Accordada entre os chefes Costa Azevedo e Francisco Carrasco a exploração do Javary pelos respectivos secretarios, preparou-se em Tabatinga a expedição.

Além de Soares Pinto e Paz Soldán, integravam a mesma o 1.º Tenente da Armada Geraldo Candido Martins, o 1.º Tenente do Exercito José Antonio Rodrigues, certo numero de marinheiros para a guarnição das canôas e escolta militar e alguns indios mansos destinados á caça e á pesca para o abastecimento da partida.

Depois de alguns dias de viagem, aguas acima, foi combinado que o Tenente Geraldo Martins ficasse no local em que estavam, com parte da escolta, procedendo a observações e tomando conta do deposito de viveres. Era um ponto de apoio, a meio caminho, que se estabelecia.

Os chefes da expedição, e mais o Tenente José Antonio Rodrigues, com 11 homens, continuaram a derrota, em tres igarités, proseguindo nos estudos. A' noite encostavam a qualquer praia para cozinhar alimentos, repoisar e fazer observações astronomicas.

A' medida que a expedição se distanciava do ponto de partida, augmentavam as difficuldades de todo genero. Atravessadas no rio, de margem a margem, iam encontrando pontes de madeira, amarradas por cipós fortissimos, com corrimões em toda a extensão. Como impedissem, essas pontes, a passagem das embarcações, era necessario corta-las, a machado, destruindo as obras dos selvagens.

No dia 5 de Outubro de 1866, Soares Pinto, de combinação com Paz Soldán, resolve fazer voltar uma das tres canôas de que dispunha, afim de mandar noticias ao Tenente Candido Martins e de lhe pedir que remetesse viveres.

A viagem, no dia immediato, continuou em apenas 2 canôas.

Tornou-se mais leve a expedição, mas cresceu o risco dos expedicionarios.

Quando a minguada partida atingiu o que se chama o Alto Javary ou Jaquirana, as pontes começaram a se succeder impressionantemente, obrigando a constante trabalho para destrui-las.

Augmentavam, outrosim, segundo as letras dos relatorios subscriptos por Paz Soldán e pelo Tenente Rodrigues, os indicios da approximação dos selvagens, quer pelas pégadas que deixavam na areia das praias, quer pelos sons dos tambores que se faziam ouvir amiudadamente. . .

No dia 9 de Outubro um accidente comprometteu a sorte da expedição: a canôa que transportava o caixote com as espoletas, virou, jogando toda carga ao rio. Com algum esforço foi conseguido salvar o caixote não antes, porém, que as espoletas ficassem completamente molhadas.

Não obstante tudo, entretanto, a expedição continuou em busca das nascentes do rio, as quaes, pensavam os dois chefes, não estariam longe.

Paz Soldán calculou que o accidente occorreu na altura de 6.^o 50' de latitude sul.

“Na manhã de 10 de Outubro — consignou o chefe peruano em seu relatorio — cerca de 8 1/2 da manhã, passando as duas canôas, uma em que ia o Snr. Soares Pinto e outra em que iam o Snr. Rodrigues e eu proprio, foi atacada a primeira dellas por uns indios escondidos na matta, enviando tres frexaços que desgraçadamente feriram a um dos indios caçadores que levava comsigo o Snr. Soares Pinto. Em consequencia do inesperado ataque desembarcamos numa praia proxima, já para curar o ferido e já para deliberarmos”.

Nesse entendimento foi resolvido o regresso immediato ao ponto onde ficara o Tenente Martins, e isso por

estarem baldos de viveres e sem meios de defesa, uma vez que as espoletas haviam negado fogo na tentativa de afugentar os atacantes.

Aos selvagens, entretanto, não escapou a fraqueza da expedição, quer pela impossibilidade de responder ao ataque, quer pela resolução de não proseguir. O ataque desfechado fôra uma especie de experiencia. Aproveitaram-se, então, para vingar a destruição das pontes.

Vale referir, tambem, que emquanto conferenciavam Paz Soldán e Soares Pinto, um novo accidente aggravou ainda mais a situação dos expedicionarios. Uma das duas canôas, justamente a maior, submergiu, levando para o fundo das aguas o que restava de viveres (um paneiro com farinha), os instrumentos scientificos, cadernetas, armas e roupas.

O regresso, nessas condições, foi iniciado numa só embarcação. Nella se aboletaram todos os integrantes da expedição, menos dois que não cabendo no seu interior foram levados a reboque.

Seriam 9 1/2 — informou o Tenente Rodrigues — quando se deu o novo ataque. Algumas centenas de Mayorunas nós, pintados de diferentes cores, acompanhados das respectivas mulheres que tambem combatiam, todos de aspecto feroz, puzeram-se a frexar-nos com frexas envenenadas, dando ao ataque um character atterrador com os gritos que soltavam, apontando para as pontes destruidas como a dar-nos a razão do que soffriamos...

Lógo no inicio do ataque o Snr. Soares Pinto foi victima da ferocidade dos indios, recebendo tres frexas, uma das quaes o attingiu no estomago, penetrando profundamente.

“Fizemos o possivel para defender-nos, attestou desolado Paz Soldán, mas nossas armas negavam fogo. Um ou outro tiro que sahia com bastante intervallo não era suficiente para afugentar os selvagens, pois só ao

fim se conseguiu matar um delles, quando já havia cinco dos nossos feridos...”

O Tenente Rodrigues, mais minucioso, informou que os marinheiros e indios mansos se atiraram no meio dos selvagens procurando abate-los a coronhadas.

Num determinado instante houve o *entrevero* entre atacantes e atacados.

Paz Soldán recebeu quatro frexaços. Um delles, o primeiro, resvalou pelo pescoço, abrindo ferida superficial; o segundo feriu-o na mão esquerda, tambem sem gravidade; os dois outros penetraram fundo na perna direita.

Quando foi possível encetar a retirada — verdadeira fuga — Soares Pinto já agonizava, morrendo alguns instantes depois, sendo enterrado na manhã seguinte numa praia da margem direita do rio.

E, por cinco dias, nada menos, prolongou-se a agonia dos expedicionarios. Durante o dia o sol abrasador lhes abre chagas nos corpos nus, á noite, em regra, chuvas pesadissimas aggravam-lhes os padecimentos cruciantes. Os mosquitos, quer de dia, quer de noite, torturaram sem cessar aquelles espectros de homens. Ao demais de tudo, não teem o que comer e não lhes é dado acostar para caçar ou pescar ou colher fructos uma vez que os Mayorunas acompanham com afinco a marcha da “montaria” numa vigilancia sem piedade.

Ao encontrarem a partida que ficara sob as ordens do Tenente Martins, já no Baixo Javary, não constituíam uma expedição scientifica, mas um bando de miseraveis fugitivos. Todos, sem excepção de um só, doentes: a maior parte delles ainda com as feridas abertas, sangrando, em ameaça de gangrena. O veneno das frexas, algumas das quaes preparadas de forma a não poderem ser arrancadas das carnes, porque com um dente de travez, ia

fazendo o seu effeito lethal. Dois homens, apenas, podiam remar...

João Soares Pinto, o moço official da Marinha de Guerra, já reputado hydrographo e astronomico, talvez o mais feliz de todos, lá ficara para sempre, numa praia qualquer, impossivel de precisar, ou — quem sabe? — devorado pelos cannibaes.

Paz Soldán, embora a mocidade já consagrado mathematico, teve de ser transportado sem demora para Belém (veja-se a distancia que ha entre Tabatinga e a capital do Pará), onde, para salvar-lhe a vida, tiveram de amputar-lhe a perna ferida. Elle proprio, de resto, em documento publico, attestou seu reconhecimento ao desvelo dos cinco facultativos brasileiros que o trataram.

Esse o resultado da Expedição Soares Pinto-Paz Soldán, despachada a explorar e reconhecer o rio Javary, no anno de 1866, quando o Brasil e o Perú procuravam estabelecer as raias das respectivas soberanias.

* * *

Sobre Don Manoel Rouaud y Paz Soldán, todavia, ainda ha o que informar.

Não obstante mutilado o moço scientista peruano não renunciou ao trabalho.

Haveria dentro delle qualquer força que o impellia ás selvas selvagens da Amazonia fabulosa.

Em 1870 foi nomeado chefe da Commissão peruana que deveria proseguir na demarcação da fronteira com o Brasil.

Em 1872, no dia 25 de Agosto, juntamente com o Capitão de Fragata Antonio Luiz von Hoonholtz, futuro Barão de Teffé, chefe da Commissão brasileira, implantou o marco definitivo no extremo norte da linha divi-

soria entre os dois paizes, na margem direita do Japurá, em frente á bocca do Apaporis. Depois percorreu, sempre com von Hoonholtz, o mesmo Japurá, até o salto de Cupaty.

Na região inhospita adquiriu terrivel enfermidade, talvez o *beri-beri* galopante.

Transportado ás pressas para a villa de Teffé, na embocadura do rio com o mesmo nome, ahi morreu no dia 27 de Setembro de 1872.

Contava, nessa data, 33 anos, e já era uma personalidade com relevo internacional.

X

ALMIRANTE BARÃO DE LADARIO Official de Honra!

O Almirante Barão de Ladario, tal como o pintam, era alto de corpo, forte de musculos, enxuto de carnes.

Segundo referem os que o conheceram, era auctoritario sem ser rispido; disciplinador que não admittia excusas para qualquer negligencia no cumprimento de deveres; amigo devotado dos amigos e impenitente com os desaffectedos. Fala-se num duelo que teve para desagrar Tavares Bastos — seu intimo no momento ausente, na Europa.

A julgar pelos depoimentos dominava nelle o coração. O cerebro, comquanto robusto e cultivado, deixava-se vencer facilmente pelos sentimentos. Dahi, sua maneira de agir algo voluntariosa. Donde, igualmente, sua bravura nunca desmentida.

Optimo soldado porque crente e máo politico porque lógico.

Qualquer coisa de D'Artagnan; nada de Fouché!

Curioso! Embora o interesse de sua figura, embora a actuação que teve na vida do paiz durante largo periodo, embora as multiplas questões em que se viu envolvi-

do, quer de caracter politico e quer de feição scientifica, o Almirante José da Costa Azevedo, Barão de Ladario, ainda não teve quem lhe fizesse a biographia.

Seu nome, entretanto, está ligado profundamente á chronica das demarcações das fronteiras do Brasil; vive nas paginas da historia da guerra com o Paraguay; apparece em destaque nos documentos das construcções navaes, na epocha em a qual se remodelou a esquadra de combate, abandonando os typos obsoletos das fragatas e das corvetas pelos dos encouraçados e torpedeiros; está registrado nos annaes da politica exterior, nos primordios da Republica, quando foi intentado estabelecer relações commerciaes com o Extremo Oriente; esteve preso á existencia do partido liberal no ultimo quartel do Imperio e se impõe á attenção de quem procura conhecer as actividades do Senado Federal no começo do Seculo.

Delle se conhece, apenas, o episodio em que foi parte, na manhã de 15 de Novembro de 1889, reagindo, á bala, contra a ordem de prisão que lhe intimou o Tenente Adolpho Peña, na esquina da rua Visconde da Gávea com o Campo de Sant'Anna, quando, ido do Arsenal de Marinha, procurava entrar no Quartel General do Exercito, onde se mantinham Ouro Preto e seus outros collegas do Gabinete no afan de conjurar a revolta encabeçada por Deodoro da Fonseca.

O mais, sobre sua vida publica, é ignorado ou foi esquecido.

Condemnação propositada ao silencio ou simples falta de oportunidade para um exame sereno?

Opto pela segunda hypothese por ter como absurda a primeira. Nenhum sentimento doutrinario, no Brasil, foi tão intolerante que houvesse condemnado sem remissão aos oppositores. Além do que, se tivesse havido um conluio, expresso ou tacito, visando apagar o nome de Ladario da Historia Patria pelo facto de haver repelli-

do a ordem de prisão dada pelo emissario do Marechal Deodoro, seria inconsequente esse conluio.

A reacção foi do Almirante ao Tenente; do Ministro de Estado ao official revoltoso; do membro proeminente de um governo que procurava manter-se, ao agente da força armada, que investia esse mesmo governo; da auctoridade constituída, no uzo do seu dever de manter a ordem estabelecida, aos que intentavam subverter o que era institucional.

Não foi lucta entre monarchista e republicano ou entre nobre e plebeu ou entre o aristocrata atacado e o democrata em ataque.

Nada disso.

Ladario não seria republicano mas estava longe de ser reaccionario, uma vez que sempre fizera alarde de seu liberalismo; o titulo nobliarchico, como os de todos, ou quasi todos, que enchem o ARCHIVO DA NOBREZA BRASILEIRA, constituira somente uma especie de condecoração, premio extraordinario a serviços relevantes, na paz ou na guerra; seus fóros de fidalguia assentavam no facto de ter nascido de boa gente, gente honrada, e de se haver distinguido sempre nas missões que lhe foram confiadas pelo Governo.

Chefe militar que se caracterizou pelo rigoroso principio da disciplina, viu na attitude do Tenente Peña manifestação insolita de insubordinação, desrespeito á sua posição de official general, attentado á dignidade do Governo, que incarnava.

Os tiros que desfechou visando o commandante da escolta do Marechal Deodoro da Fonseca, nessas condições, foram simples manifestação de auctoridade militar.

Nenhum general ou official superior, compenetrado de seus deveres e prerogativas, em transe semelhante, agiria por forma diversa.

Dado, porém, que o Barão de Ladario tivesse procurado, como monarchista, abater o official republicano que lhe embargava o passo, ainda assim era para ser tido com respeito e até com admiração. Teria sido, com o inclito Visconde de Ouro Preto, as unicas vontades fortes a se opporem ao regimen prenunciado na occasião, quebrando aquella desconcertantissima, confrangedora, unanimidade, tanto mais desconcertante e triste, porque integrada pelos paladinos republicanos de ha muito, pelos da vespera e pelos servidores do throno imperial.

De qualquer modo, portanto, a reacção de José da Costa Azevedo não poderia, nunca, servir de pretexto a uma condemnação iniqua ao esquecimento de seu nome de homem incommum, quer como marinheiro, quer como cientista, político ou diplomata.

* * *

Em Ladario, o que ha que assignalar como traço fundamental, é a força do querer elevada á potencia raramente attingida, e com isso a energia para executar o que appetecesse ou lhe fosse determinado pelas circumstancias.

Não ha receio de exaggerar, dizendo que José da Costa Azevedo foi parte de uma especie de homens que parece ameaçada de extinção ou está hibernada.

Como official de marinha impôz-se, sempre, pelo desassombro nas attitudes.

Em 1844, viajando na fragata americana "Congress", rumo aos Estados Unidos, em cuja Esquadra ia praticar, occorreu que na festa pela passagem da linha equatorial, toda a officialidade, inclusive o commandante, enfermou gravemente, tão gravemente que ninguem poud permanecer na direcção do barco. José da Costa Azevedo, embalde apenas 2.^o Tenente e a condição de official

estrangeiro, assumiu o commando da "Congress" até o restabelecimento da officialidade. O facto, embora susceptível de perversas interpretações, foi honestamente consignado no "livro de quarto", pelo proprio commadante americano, com seus louvores ao jovem official brasileiro...

Outro episodio que o retrata como marinheiro e como patriota realizou-se mais tarde, num porto inglez. Era, então, Capitão de Fragata. Chegando ao alludido porto, como é de regra, salvou á terra com os disparos da ordenança. Em vão, porém, esperou a retribuição das salvas e a visita immediata do commandante naval do porto, como tambem manda a pragmatica. Dias passados, ao receber aviso da visita do negligente commandante, resolveu fazer-se ao mar *in-continenti*, rumo do Havre, mesmo sem pratico e mesmo sem fazer as despedidas que se faziam mistér, isso como protesto á descortezia que recebera. Vale assignalar que no momento reinava fortissimo temporal, tornando perigosa a travessia do canal da Mancha, a qual levou a termo sem accidentes.

Quando, em 1875, se tratou da viagem de Pedro II aos Estados Unidos, foi mandado que Costa Azevedo, já Capitão de Mar e Guerra, na fragata "Nichtheroy", de seu commando, precedesse a viagem do Imperador. O pratico do porto de New-York, despachado a conduzir o navio até o porto, desorientou-se em certa altura, em resultado de ciclone que batera o navio durante algumas horas. Costa Azevedo, percebendo a desorientação do pratico, avocou a navegação, não sem antes registrar o facto no livro de bordo. É tão bem se houve que a fragata foi acostada sem o menor incidente. O pratico, entusiasmado pelo feito, foi aos jornaes da cidade relata-lo. Em razão das noticias, no dia immediato, foi prestada estrondosa manifestação ao commandante brasileiro, a qual ma-

nifestação, sem duvida, concorreu para a boa acolhida que teve Pedro II na America do Norte.

Nos episodios não ha que enxergar apenas o nauta experimentado e capaz, porém principalmente o chefe na plenitude do seu temperamento auctoritario, impositivo, masculino, que não trepida ante os riscos, que não abdica em face das circumstancias contrarias.

Em todos e em qualquer dos factos referidos elle se apresenta perfeitamente digno do elogio significativo que fizeram ao concluir o apprendizado por quasi três anos na Marinha Americana: OFFICIAL DE HONRA!

Pela vida a fóra, aliás, quer como Demarcador, quer como politico e estadista, quer como homem, nunca deixou de merecer o titulo de nobreza moral contido nesse julgamento.

* * *

Em 1865, ao ter inicio a guerra contra Solano Lopez, Ladario chefiava a Commissão de Limites do Imperio com o Perú. O emprego, si não era commodo, era brilhante; si não promettia glorias, assegurava respeito, veneração, reconhecimento publico. Não quiz, entanto, considerar as vantagens, tentando deixar o encargo afim de ir para o theatro das operações. Lá estavam seus collegas, seus companheiros, seus amigos, arriscando a vida em cada hora que passava. O Governo Imperial, porém, não lhe attende aos desejos: “aprecia a patriotica intenção com que Vossa Senhoria lhe faz aquelle pedido, e está certo de que no Paraguay prestaria valiosos serviços, mas não pode dispensa-lo da Commissão que actualmente desempenha com tanta vantagem para o Paiz...”

Somente em 1868 é que conseguiu, afinal, ir servir na Esquadra em Operações, na Corveta encouraçada “Silvado”, cujo commando assumiu em 29 de Agosto. Já no

dia 7 de Setembro iniciava com seu navio os ataques a Angostura, que repete varias vezes, sendo elogiado “pela coragem e sangue frio que mostrou em tão bella emergencia de tal modo ouzado...” Quando, em 19 de Dezembro, conseguiu fazer calar os canhões desse ponto, o que permittiu o reabastecimento e remuniamento do Exercito que já começava a soffrer faltas, foi novamente louvado em Ordem do Dia do Commando em Chefe.

Antes disso combatera em Tebiquary e depois disso em Santo Antonio, no Chaco, facilitando a passagem das tropas de terra.

Era Chefe do Estado Maior do Commando da Esquadra, em 1869, quando, por grave enfermidade, teve de se retirar para a Côrte.

Nos 9 mezes que combatera tivera opportunidades bastantes para tambem se fazer assignalar como guerreiro.

* * *

Como marinheiro, todavia, ainda ha o que referir sobre Costa Azevedo, digno de ser salvo do esquecimento.

Em 1880, Trajano de Carvalho, engenheiro naval, projecta um typo de navio de combate completamente fóra das normas conhecidas na epocha. O governo encarrega o Chefe de Divisão José da Costa Azevedo de emittir parecer sobre os planos, orçamentos e o que mais fosse necessario para ser feita a encommenda do “Aquadaban” e do “Riachuelo”. O resultado dos estudos foi a amizade que ligou dahi em diante o engenheiro naval ao Almirante.

Assignados os contractos para a construcção, na Inglaterra, dos dois encouraçados, Costa Azevedo e Trajano de Carvalho foram nomeados para fiscalizar os trabalhos.

Sobre o que representava, como arrojo, o projecto brasileiro, basta lembrar o discurso do Lord Sanjuda por ocasião do lançamento ao mar do primeiro navio (precursor dos modernos *dreadnoughts*), assignando a circumstancias de que o lançamento se fizera sem estar no seguro o navio, isso porque as companhias de seguro se haviam recusado a correr um tal risco...

O que é mais importante, porém, é que finalizada a construcção dos dois encouraçados, a firma proprietaria dos estaleiros de onde sahiram, fez saber discretamente a Costa Azevedo e a Trajano de Carvalho que lhes tinha reservado certa porcentagem sobre o custo dos barcos, a titulo de gratificação pela preferencia...

Os dois brasileiros recusaram *in-limine* as vantagens respectivas, e convidaram a firma munificente a creditar as importancias no preço da encomenda.

Factos analogos teem-se repetido no Brasil, mas, nem por isso, deixam de ser expressivos, principalmente quando servem para accentuar traços de character em homens de lucta como foi Ladario.

* * *

O exposto até aqui serve de mostra á alta capacidade technica de José da Costa Azevedo, como official de nautica, como chefe militar e como patriota vigilante não só da dignidade da Nação como de seus interesses.

O grande nome que deixou, todavia, foi como Demarcador de fronteiras.

Si, como militar propriamente dito, não se pode emparelhar a Tamandaré, Barroso, Inhaúma e Passagem, talvez por lhe haverem recusado oportunidade para mostrar o que valia como homem d'armas, como Demarcador sua actuação só pode ser aferida pelas do smaiores entre os maiores: Caçapava e Parima, Bellegarde e Maracajú.

Teffé, Dionysio e Guillobel, para só referir os mais antigos, aquelles da primeira phase dos trabalhos de construir a *moldura do Brasil*, feliz expressão do Ministro Fonseca Hermes.

Nas demarcações, de facto, as suas luctas e as suas victorias; as suas grandes magoas, entre as quaes ha que destacar a morte tragica do collega de posto, auxiliar na Commissão de Limites com o Perú, cunhado e amigo carissimo, que foi João Soares Pinto, e as suas alegrias, taes como a de ter visto acceitas muitas de suas opiniões em relação aos lindes com a possessão de França e com a Republica do Pacifico.

Inicia o tirocinio quando 1.º Tenente, em 1852, sob as ordens do Marechal Francisco José de Sousa Soares d'Andréa, futuro Barão de Caçapava, coadjuvando os trabalhos que se faziam, então, na fronteira do Brasil com o Estado Oriental do Uruguay.

Quem sabe o que era Soares d'Andréa, como chefe — exigente a mais não ser, rigoroso até quanto possivel, preocupado, com a exactidão de tudo quanto fazia ou mandava fazer — poderá comprehender o valôr inestimavel de um apprendizado sob suas vistas, e, mais ainda, a significação das palavras que escreveu ao Ministro das Relações Exteriores, em 1858, em resposta ao pedido de indicação de um official para proceder á exploração e ao reconhecimento da região limitrophe com a Guyana Franca: "*Obedeci a ordem: ahi vae o official que ha de bem cumprir a commissão, mas amputaram-me o meu braço direito...*"

O braço direito do grande Demarcador era o Capitão-Tenente José da Costa Azevedo, que a 11 de Abril do mesmo anno de 1858 seguiu para a Amazonia a tratar dos limites com a colonia franceza na America Meridional.

Na região inhospita permanece desde o começo de 1858 até o começo de 1861, quando se apresentou ao Quartel General da Marinha, na Çôrte, antes de ter concluído a comissão... conforme se lê na sua fé de officio.

Porque não terá concluído a Commissão?

Do Segundo Livro Mestre do Corpo de Officiaes da Armada, da qual foi extractada a certidão dos assentamentos do Almirante Barão de Ladario, não ha resposta á pergunta.

É sabido, entretanto, que os serviços não tiveram conclusão, finda a exploração, porque o Commissario francez, Lieutenant de Vaisseau Carpentier, não se apresentou para os trabalhos, não se tendo dignado o Governo da França em lhe dar substituto.

Costa Azevedo, no desejo de dirimir, *in-loco*, as duvidas existentes entre as duas soberanias, chegou a transportar-se a Cayenna, com o fim de indagar alli, do commandante da esquadra de resguardo, sobre a vinda, ou não, do Commissario Carpentier. Como o aconselhassem a esperar, voltou a Belém e se pôz a fazer as explorações discriminadas no Relatorio que em 27 de Outubro de 1859 apresentou á Secretaria de Estado.

O acervo de suas actividades no periodo é simplesmente para edificar: explora o Oyapock e o Maçá; a costa do Pará, no Atlantico, desde a bahia do Oyapock até o estuario do Maracá (4º 21' a 2º 10' do paralelo septentrional); os rios Cassiporé ou Cachipour, Conani, Calsoene ou Carsewene, Maiacaré, Sangradouro do Amapá e Amapá Grande ou d'Or. Ainda encontrou tempo para rectificar as coordenadas de Belém e de Cayenna estabelecidas anteriormente pelo geographo francez Peyron.

Por esses trabalhos, entre 11 de Abril de 1858 a 15 de Abril de 1861, o elogio do Ministro dos Estrangeiros communicado em Aviso ao Ministro da Marinha assignalando que "nessa commissão prestou muitos bons ser-

viços, correspondendo a satisfação do Governo Imperial a confiança nelle depositada. . .”

Lógo a seguir, porque a 10 de Agosto do mesmo anno de 1861, foi nomeado, por Decretò, Commissario do Brasil para demarcar a fronteira com a Republica' do Perú.

Ia ter inicio a grande phase constructiva de sua existencia. Não era mais o auxiliar de outro Demarcador e nem o simples Explorador da região fronteira com a pequena Guyana. Era o Commissario do Imperio para o estabelecimento definitivo das divisas com outro grande Estado, em cumprimento ao Tratado de 1851.

Vem a proposito recordar, encarecendo a importancia da nomeação do jovem Capitão-Tenente, que a fronteira com o Perú encerrava pontos nevralgicos de capital valôr para a delimitação da soberania brasileira.

Nessa epocha, em verdade, já havia sido suscitado o litigio sobre a maior area territorial jámais havida entre Estados — 720.000 kilometros quadrados, segundo Euclýdes da Cunha — parte pertencente ao Brasil e parte integrando a Bolivia. O Perú pretendia agglutinar tudo isso.

Releva notar, egualmente, que das instruções constava a exploração do rio Javary, em cujas nascentes terminaria a divisa do Brasil com a Bolivia.

E havia, ainda, o phantasma do Apaporis.

Tudo, de resto, estava inçado de perigos temerosos. A independencia dos povos sul-americanos criara uma atmospherã de desconfianças no Continente.

Vale informar, de passagem, á guisa de simples digressão pelo passado, que a cartographia existente nos archivos de uma e outra banda, resultado das penetrações apressadas dos demarcadores espanhóes e portuguezes, era precaria, tão precaria que não ha risco em qualifica-la de phantasista, producto antes da imaginação do

que da observação, fructo mais dos lapis dos desenhistas do que dos algarismos dos astrónomos, muitas vezes simples pilotos. ,

Nessas condições e com taes elementos é que Costa Azevedo foi despachado a dar realidade, no terreno, á divisa com o Perú.

Seria bysantinismo, si não fosse impertinencia, re- viver na actualidade, quando não subsistem questões territoriaes entre o Brasil e os paizes confinantes, o que houve de difficuldades por vencer, a *via-crucis* que tive- ram de percorrer os Demarcadores, as luctas crueis sus- tentadas até o definitivo ajuste das raias extremenhas.

Assignalo, todavia, que a parte peor das luctas era entre a Chancellaria e os Commissarios. Aquella, pra- gmaticamente fiel ás letras de convenios combinados á vista de cartas imprecisas, falsas muitas dellas, investia os Demarcadores quando estes procuravam adduzir razões, propunham alterações, communicavam decisões que ha- viam tomado no sentido de dar fórmula concreta ao tra- balho.

A correspondencia trocada entre Costa Azevedo e a Secretaria de Estado constitue prova muito significativa dessas luctas.

O Demarcador, porém, revela uma energia exemplar. Segue as instrucções até onde era possível; supre as fal- tas que verifica; propõe as medidas consentaneas e re- pelle as censuras descabidas.

Como se tudo isso não bastasse, Costa Azevedo teve de fazer frente á má vontade do Demarcador peruano, Capitan de Navio Don Francsico Carrasco, homem velho e achacado, sempre ameaçando abandonar os trabalhos, sempre prompto a criar casos, a considerar melindres, a discutir por tudo e a proposito de qualquer coisa.

Não obstante os factores adversos, de toda ordem, Costa Azevedo se mantem na commissão por 5 annos e

5 mezes, sommado o tempo da primeira phase (1861 a 1864) com o da segunda (1865 a 1868).

Nas duas vezes viu-se compellido a abandonar os encargos sem mesmo esperar o deferimento de seus pedidos de exoneração, e isso como resultado, em ambas vezes, de desintelligencias com os Ministros d'Estado.

* * *

O balanço do que operou Costa Azevedo no extremo norte do paiz é difficil de qualificar. O simples ról dos mappas geographicos e das cartas hydrographicas de sua auctoria ou construidos sob sua direcção, ou, ainda, reproduzidos por sua ordem de velhos mappas preciosos de varias origens, é enorme. Não ha sómente que admirar a quantidade como a fidelidade dos valores expressos nesses documentos. Não ha risco em affirmar, aliás, que tudo o que existe como cartographia da vastissima região septentrional conhecida como Guyana Brasileira (antiga Guyana Portugueza) é obra de Costa Azevedo, desde meados de 1858 até meados de 1868.

Não descançou, porém, de tão ardua prova. Chegado ao Rio de Janeiro em 17 de Julho de 1868, quando abandonou pela ultima vez a Commissão de Limites com o Perú, já a 15 de Agosto do mesmo anno partia para as aguas do rio Paraguay, onde, desde 1864 a Esquadra estava em actividade.

Encerrara a carreira de Demarcador e começava a de Guerreiro.

* * *

Ladario, além de marinheiro e de fronteiro, foi politico. Não talvez politico militante, mas politico á margem das outras actividades. Nada, de resto, haveria que

extranhar nisso, si não fôra onde, quando, e com quem se mediu no primeiro prélio eleitoral.

Natural do Rio de Janeiro foi se immiscuir nas luctas partidarias no Rio Grande do Sul.

Na época de sua incursão inicial no campo politico (1856) era um simples 1.º Tenente servindo como auxiliar na Commissão de Limites com o Uruguay.

Seu concorrente na eleição para deputado geral, e pelo qual foi derrotado, era o Barão de Mauá, natural da Provincia, homem de grandes iniciativas e bastos recursos, que, ao demais, contava com o apoio decisivo e decidido do General Barão de Porto Alegre, chefe de partido com enorme prestigio.

No facto de se haver ligado, pelo casamento, a tradicional familia gaúcha, quiçá a explicação para a prematura tentativa politica.

Para a pregação de sua candidatura fundou e dirigiu, na cidade do Rio Grande, um jornal — "*O POVO*" — tido como liberal avançado.

De qualquer fôrma — o que é de espantar — a victoria de Mauá não foi grande. Ladario perdeu, mas perdeu por pequena differença de suffragios.

Á tentativa mallograda no extremo sul, em 1856, succede a tentativa com bom exito no extremo norte, em 1879. Nesse anno, de facto, foi eleito deputado á Assembléa Geral pelo Amazonas. Já era, porém, Chefe de Divisão, o que é o mesmo que dizer: já era Contra-Almirante.

Só durante dois anos (1879 e 1880) seu nome figura nos annaes da Assembléa, partindo em seguida para a Europa commisionado para fiscalizar a construcção do "Riachuelo" e do "Aquidaban".

Depois é o Ministerio da Marinha que occupa no Gabinete de 7 de Junho de 1889, o 36.º do Segundo Imperio, ás portas da Republica, quando não mais havia

como represar a caudal revolucionaria. Ouro Preto, o desasombrado chefe monarchista, não alimenta illusões, mas não foge ao imperativo cathegorico de lutar para galvanizar a situação que periclitava, sinão definitivamente, ao menos emquanto visesse Pedro II.

Para a pasta da Guerra escolhe Maracajú; para a da Marinha designa Ladario.

Eram os esteios — pensava — para a obra que tomara estoicamente sobre os hombros.

Quanto a Ladario — é sabido — não se enganou. O seu sangue — o unico que tingiu a victoria, — sahio-lhe das veias; a sua mão foi a unica que soube e pode empunhar uma arma.

Derribado o Gabinete Ouro Preto, e instituida a Republica, Costa Azevedo foi reformado como medida de segurança do novo regimen. Medida natural, lógica. Vulto de semelhante envergadura moral seria um perigo emquanto não se consolidasse a situação politica...

*

* * *

Nos primeiros tempos da Republica não ha nenhum signal das actividades do Barão de Ladario.

Mais para diante, porém, exsurge nelle o antigo liberal adiantado da campanha eleitoral no Rio Grande do Sul, em 1856, pelas columnas d'*O Povo*. Entre um liberal e um republicano, de resto, não ha differença. A diversidade é apenas no rotulo. Isso, e mais a inacção forçada a que foi condemnado por uma aposentadoria temporã, a elle homem habituado a lutar por todas as formas e meios, ainda exhuberando energia, tê-lo-á induzido a emprestar sua collaboração ao governo de Floriano Peixoto.

Não explicaria por outra fórma, certamente, a acceitação do cargo de Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario quando o governo, querendo estabelecer relações commerciaes com o Imperio da China, precisou de alguém que fosse a Pekin nessa missão especial.

Depois é a cadeira de Senador pelo Amazonas. Da tribuna da Camara Alta fala á Nação, já em defesa dos interesses do Estado que conhece como ninguém, já examinando as questões attinentes á Marinha de Guerra, já tratando de sua larga e fecunda actuação na vida publica do Brasil nos dois regimens.

Até que, em 24 de Outubro de 1904, deixou de existir, não vencido pelo Destino, não cansado de porfiar, não como um velho de 79 annos, que tantos contava nessa data, mas como um homem com a consciencia de ter sabido dizer a que veio ao Mundo.

Matou-o, de resto, o excesso de vida que ainda desfructava.

Havia honrado sobremodo a espada que cingira por mais de meio seculo, o titulo de nobreza que uzou por duas decadas, a farda que nunca deixou de ostentar, a classe a que pertenceu e que amava com entranhado amôr, os regimens politicos a que serviu, e a Patria que lhe foi berço e lhe foi religião. É que nunca deixou de ser, pela existencia em fóra. o *Official de Honra* do primeiro elogio.

DADOS BIOGRAPHICOS DO BARÃO DE LADARIO

O Almirante José da Costa Azevedo, Barão de Ladario, nasceu no Rio de Janeiro em 20 de Novembro de 1825 e morreu na mesma cidade em 24 de Outubro de 1904.

Foram seus paes o Brigadeiro do Corpo de Engenheiros, José da Costa Azevedo, e Dona Maria Amalia de Azevedo, ambos naturaes do Rio de Janeiro. Pelo lado paterno teve

um tio professo na Ordem de São Francisco, Frei José da Costa Azevedo.

Casou com Dona Balbina da Costa Pinto, natural do Rio Grande do Sul.

Sua carreira militar é assignalada pelas seguintes datas: ASPIRANTE A GUARDA-MARINHA em 23 de Fevereiro de 1839; GUARDA-MARINHA em 11 de Dezembro de 1841; SEGUNDO-TENENTE em 21 de Dezembro de 1843; PRIMEIRO-TENENTE em 14 de Março de 1849; CAPITÃO-TENENTE em 2 de Dezembro de 1856; CAPITÃO DE FRAGATA em 21 de Janeiro de 1867; CAPITÃO DE MAR E GUERRA em 2 de Dezembro de 1869; CHEFE DE DIVISÃO em 30 de Dezembro de 1877; CHEFE DE ESQUADRA em 1.º de Dezembro de 1882; reformado no posto de Vice-Almirante em 15 de Novembro de 1889.

Quando 1.º Tenente serviu por 3 annos na Armada dos Estados Unidos da America do Norte.

Commandou os seguintes navios: "Correio Brasileiro", "Urania", "Tereza", "Desterro", "Pirajá", "Ibicuhy", "Pará", "Silvado" e "Nichteroy".

Foi commandante do Corpo de Imperiaes Marinheiros; exerceu o cargo de Intendente da Marinha; desempenhou as funções de membro effectivo do Conselho Naval; fiscalizou, na Europa, a construcção dos encouraçados "Riachuelo" e "Aquidaban"; tomou parte nas operações de guerra contra o Paraguay, primeiramente no commando da Corveta encouraçada "Silvado" e depois como Chefe do Estado Maior do Commando em Chefe das Forças Navaes do Paraguay e Matto-Grosso; e collaborou na remodelação do ensino na Escola de Marinha.

* * *

Serviu na Commissão de Limites do Brasil com o Uruguay; procedeu á exploração e ao reconhecimento da região fronteira com a Guyana Franceza; e chefiou, por duas vezes, a Commissão de Limites com a Republica do Perú.

* * *

Deputado e Senador pelo Amazonas, Ministro de Estado da Marinha no ultimo Gabinete do Segundo Imperio, Enviado

Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em missão especial na China.

* * *

Commendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição da Villa Viçosa de Portugal; Corôa de Ferro, da Austria; Medalha da Campanha do Paraguay com passadeira de ouro; Ordens da Rosa e de São Bento de Aviz.

* * *

Socio honorario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

* * *

O titulo de Barão lhe foi outorgado por Decreto de 12 de Agosto de 1885, "em attenção aos relevantes serviços militares que tem prestado".

BIBLIOGRAPHIA DO BARÃO DE LADARIO

Do catalogo de obras da BIBLIOTECA NACIONAL constam, da auctoria de José da Costa Azevedo (Barão de Ladario), as seguintes obras:

- "A Questão das Missões" — (Estudo á luz dos documentos historicos, criticando a missão Bocayuva sobre limites com a Confederação ARGENTINA) — 1891 (*);
- "Defesa ás arguições contra o chefe da Commissão de Limites com o Perú, de 1866";
- "Contrariedade á defesa do Barão de Teffé";
- "Discursos na Camara, em 1879 e 1880", sobre fixação da força naval e sobre fronteiras";
- "Fortificação".

À mesma instituição foi recolhido o archivo particular Barão de Ladario.

* * *

(*) Os argumentos alinhados por Costa Azevedo, nesse trahalho — não ha duvida — pesaram para a não homologação pelo Congresso Nacional do ajuste levado a effeito entre Quintino Bocayuva e a Chancellaria Argentina, referente ás chamadas Missões do Uruguay, terras que integram os Estados de Santa Catharina e Paraná, pretendidas pela Argentina. Essa questão foi mais tarde resolvida victoriosamente pelo Barão do Rio Branco.

RELAÇÃO DOS ELEMENTOS CARTOGRAPHICOS DA
AUCTORIA DO BARÃO DE LADARIO, OU DEVIDOS
AO EMERITO DEMARCADOR, EXISTENTES NA
MAPPOTHECA DO MINISTERIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES

- I — Carta hydrographica do rio Japurá (construida dos trabalhos que espontaneamente e sem despezas do Estado fizeram os officiaes da Armada brasileira Capitão de Mar e Guerra José da Costa Azevedo e Capitão Tenente João Soares Pinto) 1864-1868.
- II — Carta do rio Javary levantada e construida sob a direcção do Commissario José da Costa Azevedo, pelos Capitão Tenente João Soares Pinto e 1.º Tenente (da Armada) Geraldo Candido Martins.
- III — Carta do rio Içá levantada em 1868 sob a direcção do Commissario José da Costa Azevedo, pelos membros da Comissão de Limites do Brasil com o Perú Joaquim Xavier de Oliveira Pimentel, Joaquim Leovegildo de Souza Coelho, desenhada sob a direcção do Commissario Epiphanio Candido de Souza Pitanga pelo Snr. Joaquim Leovegildo de Souza Coelho.
- IV — Planta hydrographica do rio Içá, no curso pertencente ao Brasil, levantada sob a direcção do Capitão de Fragata José da Costa Azevedo, pelos Snrs. Joaquim Xavier de Oliveira Pimentel e Joaquim Leovegildo de Souza Coelho (membros da Comissão de Limites) para fixar a fronteira do Imperio do Brasil e do Perú. 1868.
- V — Carta hydrographica do rio Javary levantada por ordem do Capitão Tenente José da Costa Azevedo, Commissario de Limites do Brasil, para servir á Comissão Mixta do Imperio e da Republica do Perú, no deslindar a fronteira nesta parte, segundo o Tratado de 23 de Outubro de 1851. 1866.
- VI — Plano traçado para servir á Comissão Mixta na fixação dos dois pontos do rio Içá, intercepção da linha geodesica de Santo Antonio e da foz do Apaporis, com as margens do mesmo Içá.
- VII — Carta hydrographica de huma parte do rio Japurá fixando a direcção da linha geodesica determinada da vertente do igarapé Santo Antonio de Tabatinga á

foz do rio Apaporis, e a ponta da margem direita do igarapé onde termina a fronteira peruana, levantada pela Comissão de Limites do Imperio, do Commissario José da Costa Azevedo. 1868.

- VIII — Carta hydrographica de huma parte do rio Içá ou Potumayo, levantada de bordo do "Ibicuhy" pelo Capitão Tenente José da Costa Azevedo em 1866 (entre a ilha Javary e as ilhas Costa Azevedo e D. Balbina).
- IX — Rio Japurá (reduzido á escala de 1/1.000.000). Costa Azevedo.
- X — Mapa del rio Javary frontera entre el Perú y el Brasil levantado segun observaciones astronomicas por la Comision Mixta de Limites en 1866.
- XI — Carta hydrographica do canal Avaty Paraná levantada sob a direcção do Capitão de Fragata José da Costa Azevedo, chefe da Comissão de Limites, pelos Capitães Joaquim Xavier de Oliveira Pimentel e Joaquim Leovegildo de Souza Coelho. 1868.
- XII — Trabalhos hydrographicos ao norte do Brasil, dirigidos pelo Capitão de Fragata José da Costa Azevedo (Primeiros traços geraes da carta particular do rio Amazonas no curso brasileiro, levantada pelo Capitão Tenente João Soares Pinto nos annos de 1862 a 1864).
- XIII — Carta construida para esclarecer o Officio de 22 de Agosto de 1860, dirigido ao Ministro dos Negocios Estrangeiros pelo Capitão Tenente d'Armada José da Costa Azevedo (comprehende toda a região septentrional do Brasil fronteira com as Guyanas Franceza e Ingleza e a costa do Pará, de Marajó para o Norte).
- XIV — Carta hydrographica. Annexa á 4.^a Secção da parte 6.^a do Relatorio apresentado em 1860 pelo Capitão José da Costa Azevedo em desempenho da commissão que lhe fôra confiada em 1858 pelo Governo Imperial. Levantada, construida e desenhada por José da Costa Azevedo.
- Observação:* Atlas *in-plano*, com 5 folhas de 0,955 x 0,560. Descreve a região comprehendida entre a margem septentrional do Amazonas e a Guyana Franceza.

- XV — Mappa geographico do rio das Amazonas e do rio Negro, mandado copiar por José da Costa Azevedo.
- XVI — Comissão Exploradora das localidades que interessão aos limites do Brasil com a Guyana Franceza. N.º 1: Carta hydrographica e descriptiva da parte comprehendida entre o rio Conani e o rio Oyapock. Annexa á 2.^a parte dos trabalhos apresentados ao Governo Imperial no anno de 1860 pelo Capitão Tenente José da Costa Azevedo.
- XVII — Carta hydrographica, em 7 folhas. Na primeira occorre: "Pará, 19 de Janeiro de 1859"; e na ultima consigna: "Pará, 13 de Junho de 1860". Levantada por José da Costa Azevedo ou sob sua direcção. Comprehede uma parte da Guyana Brasileira contestada pelo Governo Francez, do rio Oyapock até ao rio Araguay.
- XVIII — Extrahido da "Carte Reduite des Côtes de la Guyane comprise entre les Bouches de la Rivière des Amazonas e celles du Maroni d'après des plans levés par les Ingenieurs Français et Portugais. Publiée par ordre du roi sous le ministre Viscomte Dubonchagé, 1817". Collecção José da Costa Azevedo.
- XIX — Extrahida da "Carte de la Guyane Française conquise par les Portugais le 12 Janvier 1809. Dressée à Cayene par Simon Mentelle, Capitaine de Infanterie, Garde du Dépôt des Cartes et Plans de la Colonie de Caienne, Juin 1778". Autographada por José da Costa Azevedo.
- XX — Carte de la Guyane Anglaise par le Colonel Schomburgk, 1840.
Observação: E' o numero 11 da serie de mappas mandados copiar por José da Costa Azevedo, de uma copia em poder do Major Marcos Pereira Salles. Authenticada com a assignatura de José da Costa Azevedo.
- XXI — Carta das Guyanas Ingleza, Franceza, e Brasileira, copiada de varias cartas da mesma escala, para servir de esclarecimentos á parte 2.^a dos escriptos sobre a exploração da Guyana, por José da Costa Azevedo. 1860.
- XXII — Carte géographo-géologique de la Guyane Française et du pays contesté. Corrigée d'après les travaux hydrographiques de M. Carpentier, Lieutenant de

Vaisseau. Cayenne, le 15 Mars 1877.

Observação: Pertence á serie de mappas mandados reproduzir por José da Costa Azevedo.

- XXIII — Mappa que contem a entrada para o rio Amazonas, com a posição da costa boreal da ilha Grande de Joannes, por Pedro Alexandrino, 1789.
Observação: Da serie de reproduções de Costa Azevedo.
- XXIV — Carte, particuliere de la Côte de la Guyane comprise entre l'Île de Maracá et Cayenne. Levée et dressée en 1844 par Tardy de Montravel et Desmoukin. 1846.
Observação: N.º 7 da serie mandada reproduzir por José da Costa Azevedo.
- XXV — Carta da costa da Guyana Portugueza e Franceza desde o forte de Macapá até Cayenna, formada por ordem do Governador Capitão General do Pará, em 1808.
Observação: Da serie Costa Azevedo.
- XXVI — Serie de 7 cartas (incompleta) de reproduções feitas pela Comissão de Limites sob a chefia do Capitão Tenente José da Costa Azevedo, referente á Guyana Franceza.
- XXVII — Anotações attribuidas a Costa Azevedo em carta do rio Japurá, desde a sua confluencia no Amazonas até receber o rio Apaporis (13 folhas, cada uma com 0,410 x 0,870).
Observação: Essas anotações são em regra de critica ao auctor ou auctores da carta, visando apontar erros essenciaes.

* * *

NOTA — Todas as cartas do Brasil, principalmente na parte relativa ao Amapá, que tem sido construidas depois de 1858-1868, periodo em que o Barão de Ladario esteve na Amazonia, foram calcadas nos elementos accumulados pelo grande Demarcador sobre toda a região ao N. do curso do rio Amazonas, inclusive sobre a costa do Atlantico, desde Macapá até o cabo Orange.

JAVARY — O RIO MARTYRIZANTE

*Publicado no "Jornal do Commercio"
em 30 de Junho de 1940.*

O São Francisco, o Amazonas, o Uruguay, o Paraguay, o Guaporé e o Javary são os rios assinalados em posição excepcional na historia da formação brasileira.

O São Francisco como pedra angular que é da unidade patria, porque é o traço de união entre os extremos geographicos do paiz. Vicente Licinio, em "*A Margem da Historia do Brasil*", estudou o papel decisivo que elle desempenhou, assegurando convencidamente que "sem aquella estrada natural interior teria sido impossivel manter a unidade patria, unidade contra a qual se insurgiam sempre gravames causticantes, em face dos quaes teria sido impossivel o desejo dos politicos e estadistas se não tivesse existido aquele laço cosmico de ligação fundamental vinculando, desde a colonia, o Sul ao Norte do paiz".

O Amazonas foi o caminho seguido na mais funda penetração luzitana rumo ao Oeste, levada a effeito como que para estabelecer ligação entre o Atlantico e o Pacifico.

Os mais como marcos extremenhos da expansão do Brasil, uma vez que foi no Uruguay, ao sul, no Paraguay

e no Guaporé ao centro e no Javary ao norte, que esbararam as marchas portuguezas de occupação das terras da America Meridional.

O Uruguay, em verdade, serviu de palco, por seculo e meio, ao entestamento dos homens das duas raças ibericas, portuguezes e castelhanos primeiro, depois brasiliros e platinos, procurando, todos, resolver a equação dominadora.

Desde a fundação da Colonia do Sacramento, em 1680, até a Convenção Preliminar de Paz, assignada em 27 de Agosto de 1828, entre a Argentina e o Brasil, pela qual ficou estabelecida a independencia do Estado Oriental do Uruguay, outra coisa não se fez proximo ao rio, além de combater a ferro e fogo.

Tudo o que se ha escripto sobre essas campanhas, e que se ha de escrever ainda, é e será, em ultima analyse, a historia do rio Uruguay.

Elle, de resto, já teve a honra de poema immortal.

As lutas cruentissimas que testemunhou, por empolgantes, por cheias de heroismo, suggerem epinicios; lembram epopéas, convidam á glorificação da galhardia guerreira.

Foi mercê dessas lutas que se gerou uma aristocracia *sui-generis* na America do Sul, a aristocracia da bravura.

O cyclo desse campear é o cyclo heroico que viveram as duas raças formadas nesta porção do Continente de Colombo.

Nas barrancas do Paraguay e do Guaporé é que os bandeirantes, no seculo XVIII, estacaram suas investidas, vendo nas margens oppostas os castelhanos. Coimbra e Albuquerque no primeiro, e Principe da Beira no segundo, foram as balisas elevadas como memoria dos tempos em que se procurava resguardar as minas de Cuyabá e impedir o accesso ao vale amazonico á gente

da outra banda, e com isso guardam as lembranças daquelles magnificos homens do passado com expressão em D. Luiz de Cáceres.

Do Javary, comquanto de significação igual a dos mais rios de fronteira, não se pôde dizer coisa semelhante. Não foi cantado como o Uruguay e nem assignalado nas pedras das fortalezas como o Guaporé e o Paraguay. Suas margens testemunharam heroismos excelsos, suas aguas foram sulcadas galhardamente por bravos a mais não serem, seus descobridores e seus exploradores tambem nunca tiveram medo á morte ou tanto apego á vida que se negassem ao cumprimento do dever patriotico que os impelia sempre para a frente e cada vez mais para dentro da floresta que cobre as terras ribeirinhas. Mas a luta que travaram, por ser contra a propria natureza e contra os selvícolas, foi luta sem theatralidade, sem brilho, maninha daquella *quid* que aureola os campeadores com scintillações estellares. Não fez heróes; fez martyres. Não fez vencedores; fez victimas. Não distribuiu glorias; matou ou anniquilou.

As chronicas não registram o nome do pioneiro luzitano ou castelhano que lhe descobriu a bocca no Solimões. Fosse elle quem fosse, entretanto, é para ter com segurança que por lá mesmo haja deixado os ossos. ou, na hypothese que tenha conseguido regressar á periphéria o tenha feito em estado pre-agonico, ferido de morte, marcado o fim proximo da existencia.

O Amazonas e o São Francisco, nessas condições, estudados como têm sido, não precisam de quem os lembre. Já deixaram, ambos, de ser rios sem historia.

O mesmo com o Uruguay. Todas aquelles que se têm afanado na reconstrucção do passado patrio, sejam poetas, sejam historiadores, sociologos ou economistas, têm collaborado na sua historia, feito sua chronica, evo-

cando-o de uma ou outra forma, neste ou naquelle ponto de vista doutrinario ou politico.

Idem em relação aos rios Paraguay e Guaporé.

O Javary, não. O Javary, ao que saiba, não teve o menestrel que o cantasse, nem mesmo o logographo que relacionasse o largo e intenso drama que foi da descoberta de sua fóz no Solimões, até que nos dias que correm, afinal, teve quem, com relativa segurança, lhe determinasse a verdadeira nascente, e com isso explicando muita coisa que era ignorada ainda, desvanecendo duvidas que permaneciam.

É necessario, porém, que seja feito esse trabalho, ao menos em parte. O martyrologio do Javary não pode e não deve ser esquecido; antes, deve e precisa que seja ao menos debuxado, recordando dessarte os nomes dos que ali ficaram para sempre e os dos que voltaram á existencia em sociedade mas attingidos nas suas capacidades.

* * *

Quando se sabe que foi no Javary, no norte, que se esbarraram, uma na outra, as avançadas portuguezas e castelhanas, no segundo seculo da existencia do Brasil, comprehende-se a importancia desse rio na Historia Sul-Americana.

Sahidos do Atlantico, os portuguezes foram subindo o Amazonas em marcha conquistadora sem levarem em conta a linha divisoria do convenio em vigôr, o Tratado de Tordezillas, de 1494.

Os castelhanos do Perú, na mesma época e com o mesmo fim, desceram a Cordilheira dos Andes e se vieram embrenhar rumo feito ao Leste. As terras que perlongavam, aliás, lhes pertenciam, ou melhor, eram da soberania do rei da Espanha.

Um dia, afinal, atingiram ao mesmo ponto, estabelecendo-se uns em face dos outros.

Southey, na sua "*Historia do Brasil*" (vol. V) informa que esse primeiro encontro teve lugar em Exaltação da Cruz, no Mamoré, em 1742, quando Manoel Felix de Lima, ido de Matto Grosso á frente de um grupo de aventureiros, chegou á reduçção dirigida pelo jesuita Frei Leonardo de Baldivia, nessa localidade.

Não importa, todavia, o sitio exacto em o qual se tenha dado o primeiro encontro entre as duas correntes humanas, se no Mamoré, se no Javary, bastando conhecer que já no Tratado de Madrid, de 1750, (Art. VIII), este rio figura como raia de limites entre as possessões luzitanas e hespanholas na America do Sul, e que Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Maranhão e do Pará, commissionedo como plenipotenciario para a demarcação da fronteira, por parte do rei de Portugal, em 2 de Outubro de 1754 partiu de Belém com numerosa comitiva afim de encontrar no rio Negro os commissarios do rei de Espanha, para encetarem, juntos, a fixação dos lindes.

O Javary, pelo dito, haveria de ser explorado na occasião. Não o foi, porém.

O plenipotenciario portuguez, em Barcellos, esperou em vão, até 1756, a chegada dos demarcadores de Castella, regressando então a Belém.

Só em 1759 é que D. José Iturriaga apresentou-se na região, vindo pelo Norte, com grandioso sequito, para iniciar o trabalho.

A substituição intempestiva de Mendonça Furtado pelo então governador de Matto Grosso, Antonio Rolim de Moura, futuro Vice-Rei do Brasil e futuro Conde de Azambujas, frustrou a missão, uma vez que Iturriaga não pôde ou não quiz espera-lo.

Mais tarde vem o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, em cuja clausula XI é repetido o que se continha no artigo VIII do Tratado de Madrid, isto é, que o Javary constituia divisa entre as terras das duas corôas, desde as nascentes até a embocadura no Maranhão ou Amazonas...

Os novos demarcadores, entretanto, não lhe sulcaram as aguas senão em distancia pequenissima, insignificante. Estabelecidos em frente á sua fóz no Solimões ahi permaneceram discutindo a posse de Tabatinga e a verdadeira denominação que teriam os varadouros do Japurá, se "furos" ou "boccas"... Capistrano de Abreu informa que "nestes dares e tomares consumiu D. Francisco de Requena (Commissario Hespanhol) um decennio", mas concluiu que Chermont (Commissario Portuguez) não se avantajava ao collega de Castella.

E' que o Javary estava fadado a permanecer virgem até que os brasileiros — não mais os luzos — intentassem devassa-lo em toda a extensão dos seus 1.428 kilometros.

* * *

E' com a independencia dos povos americanos á suzerania dos reis europeus que se projecta, afinal, a demarcação das fronteiras de uns com outros Estados. O Brasil, limitrophe com quasi todos os paizes que se formaram nas antigas possessões hespanholas, teve de fazer frente, varias vezes, a questões simultaneas, já ao Norte, já ao Sul, já no Centro.

O que, nesse cyclo, teve logar no extremo Sul e no Centro, não se cogita agora, mas apenas ao que toca á exploração do Javary, limite com a Republica do Perú, desde o manadoiro principal até o desague no Solimões (Tratado de 1851), e, com isso, o entroncamento, nesse mesmo manadoiro principal, da linha geodesica que fosse

tirada da confluencia do Beni com o Mamoré, no ponto onde se forma o Madeira, linha essa que seria a divisa do Brasil com a Bolivia (Tratado de 1867).

Essa circumstancia de servir de limite a tres soberanias deu importancia excepcional ao curso da agua em estudo. Impunha-se, de consequente, exploral-o inteiramente, do começo ao fim, isto é, das nascentes á foz, tendo em vista principal o conhecimento exacto de sua origem.

Em José da Costa Azevedo, futuro Barão do Ladario e Almirante, ao tempo apenas Capitão-Tenente, recalhiu, em 1861, a nomeação para o cargo de Commissario das demarcações dos limites do Imperio com o Perú. Ia lhe caber, portanto, a primazia de conhecer o rio tido como mysterioso, lendario, em cujas margens haveria sido a Manôa do El-Dorado, refugio escolhido pelo ultimo rei Inca depois dos assassinatos de Atahualpa e de Huascar...

Costa Azevedo, porém, não pôde aproveitar a oportunidade, não avançando mais que os antigos demarcadores em relação ao Javary, uma vez que não lhe ultrapassou a foz. E isso porque as instrucções que recebeu prescreviam que antes desse trabalho procedesse a estudos no Apaporis e no Japurá.

Com a nova nomeação recebida em 1865 (Decreto de 27 de Junho) lhe foi recommendado que seguisse as instrucções que tinham vigorado no periodo anterior (1861-1864), isto é, que a exploração do Javary só fosse levada a effeito depois da fixação da linha de Tabatinga ao Apaporis...

Verifica-se, entretanto, na correspondencia dessa época entre Costa Azevedo e a Secretaria de Estado dos Negocios Extranjeiros, uma certa insistencia do demarcador para que fossem alteradas as instrucções vigentes afim de que, afinal, lhe fosse permitido fazer ou mandar fazer exploração do rio malfadado e mal afamado, antes mesmo da conclusão dos outros trabalhos.

O facto é que em 2 de Agosto de 1866 o Commissario brasileiro remettia ao Ministro do Exterior copia das instrucções que baixara para a exploração da primeira parte do curso desse rio, da foz até a latitude de 5° 10' sul.

Essa exploração seria feita pelo Capitão-Tenente João Soares Pinto, Secretario da Commissão brasileira, e pelo Senhor Manoel Rouaud y Paz Soldán, Secretario da Commissão peruana.

Os chefes brasileiro e peruano — Costa Azevedo e Francisco Carrasco — permaneceriam em Tabatinga.

* * *

A data do inicio da penetração do Javary por Paz Soldán e Soares Pinto marcou tambem o inicio do martyrologio a que o rio condemnou os que lhe foram devassar os segredos e até aos que delle se occuparam. Martyrios physicos e martyrios moraes. Morte, mutilação ou enfermidade grave e chronica para os demarcadores; mortificações, aggravos e desditas de todo genero para os que se envolveram nas questões suscitadas nas suas explorações e re-explorações.

E por tal forma isso é certo que se pode dizer, sem receio de errar, que Costa Azevedo desde a primeira viagem em busca das nascentes do Javary, começou a receber as primeiras investidas contra sua competencia profissional e sua capacidade de chefe, isso do proprio Ministro dos Estrangeiros, accusações que continuaria a receber pela vida afóra, mesmo depois de haver galgado o ultimo posto da carreira, de ter sido agraciado com o titulo de nobreza e de ter tomado assento no Senado.

O mesmo aconteceria mais para diante com Antonio Luiz von Hoonholtz, futuro Almirante e Barão de Teffé, e com o Capitão-Tenente Augusto da Cunha Gomes.

O sabio Luiz Cruls não teve posta em duvida, por ninguém, sua alta capacidade scientifica e nem seus talentos de administrador, mas padeceu males physicos até morrer, adquiridos no Javary.

Isso para só referir os chefes brasileiros das varias commissões encarregadas, desde 1866 até 1901, de penetrarem o rio até suas nascentes.

Dionysio de Cerqueira, general, diplomata e geographo, tambem haveria de amargar, como amargou, a interferencia que teve no caso em razão de suas funcções de Ministro do Exterior.

Identico o que se passaria com Thaumaturgo de Azevedo, tambem militar e tambem geographo, por haver suscitado a questão das divisas com a Bolivia, denunciando a exploração de 1874 praticada pela Commissão Mixta Brasileo-Peruana, chefiada respectivamente, pelo Barão de Teffé, então Capitão de Fragata, e por Guillermo Blake, official peruano da mesma graduação.

A todos, sem excepção, coube uma porção de magoa consequente á accusação que receberam e fizeram, muitas das quaes fugindo ás regras da politica e até do respeito humano.

Nenhum delles pôde jactar-se de victoria incontestavel sobre o rio ou sobre os contendores, quando se tratou de porfia erudita.

Vale, portanto, nesta altura, que se lembre a dóse de martyrio infligido a cada qual.

O primeiro é Costa Azevedo. A lucta com elle começou quando suggeriu a conveniencia de ser abreviada a exploração do Javary. O Ministro dos Negocios Estrangeiros refere, em sua correspondencia com o demarcador, o paralelo de 10^o em que estaria a nascente principal do rio; elle proprio, porém, havia combinado com o chefe peruano que se acceitasse como estando esse madoiro a 9^o 30'.

De qualquer forma segue a fazer as verificações precisas o grupo chefiado por Soares Pinto e Paz Soldán, que iriam dizer, afinal, com quem a razão, se com o Ministro, se com os demarcadores. Logo no começo da viagem, entretanto, porque no paralelo de 6º, os exploradores são atacados e vencidos pelos Mayorunas (10 de Outubro de 1866). Soares Pinto attingido no ventre por 3 flechas ervadas, morre no mesmo dia; Paz Soldán, o notavel geographo peruano, ferido na coxa, teria que amputar a perna em Bélem; os mais integrantes da pequena parcella, todos feridos, teem que viajar numa só canôa por dias a fio, ora sob o sól ardente que lhes abre chagas nos corpos nús, ora sob a acção inclemente das chuvas equatoriaes, pesadissimas, e sempre castigados pelos mosquitos, de dia os piuns, de noite, os carapanans. Além do mais não dispõem de qualquer alimento e não podem parar para caçar ou pescar ou colher fructos, de vez que os indios ferozes acompanham pelas margens a derrota da "montaria". Ao quinto dia dessa fuga desabalada, dolorosa de imaginar, só dois homens tinham forças para remar, informou o 1.º Tenente de engenheiros José Antonio Rodrigues, em officio que dirigiu ao 1.º Tenente da Armada Geraldo Candido Martins.

Costa Azevedo foi accusado pelo massacre, responsabilizado pela morte do collega que tambem era cunhado e amigo, pelos ferimentos em Paz Soldán e nos outros. Quarenta annos passados ainda tinha que se defender dessas accusações.

Depois de Costa Azevedo é von Hoonholtz. Sua viagem aguas acima foi uma odysseá; o regresso, não obstante a ajuda da correnteza foi uma *via crucis*. Subiu combatendo, com os selvagens e desceu nas mesmas condições. Esta passagem de suas memorias, infelizmente ainda inéditas, por bastante expressiva dispensa commentarios: "De 82 pessoas que penetraram as aguas do Ja-

vary, em 17 de Janeiro de 1874, só 55 alcançaram regressar ao Solimões. . .” Entre os sacrificados houve a computar o seu proprio irmão — Agrimensor Carlos von Hoonholtz — e o seu ajudante — Capitão João Ribeiro da Silva. — Os sobreviventes, sem excepção de um só, inclusive Teffé, ao chegarem a Tabatinga não puderam desembarcar por seu pé; tiveram de ser carregados para o Forte, nos braços dos soldados da guarnição!

Isso, emtanto, poder-se-á dizer que foi a parte menor da luta que teve de sustentar o bravo da Batalha do Riachuelo. A parte maior veio em seguida, quando lhe accusaram de ter “pintado” o mappa do rio e de não ter descoberto a nascente principal do Javary. Aquelles 7° 1’ 17” de latitude sul pareceram absurdos a toda gente que estava familiarizada com a idéa de que esse curso d’agua começava na altura de 10° 20’, ou seja, no paralelo do Madeira. Dahi a denuncia de Thaumaturgo de Azevedo invocando as opiniões de Paz Soldán, de Juan Manoel Pando, de Costa Azevedo, e dos proprios moradores do Javary uns falando em 7° 30’, outros em 8°, 8° 30’ 9° e 9° 30’ . . .

Depois de Teffé, em 1874, coube a vez a Cunha Gomes, em 1897. Eram passados 23 annos. As condições do rio já não eram as mesmas de 1874 e bem diversas seriam das de 1866. Ademais, o chefe brasileiro já foi melhor apercebido e já dispondo das duras experiencias dos predecessores.

De qualquer forma, entretanto foi rudemente hostilizado pelos selvagens, quer na subida, quer na descida do rio, tendo consignado em seu relatorio ao Ministro do Exterior só haver perdido um homem, mas que todo o pessoal voltou enfraquecido, não só em consequencia das febres palustres e outras molestias inherentes ao meio, como tambem pela natureza do trabalho. . .

O resultado de seu esforço, todavia, não correspondeu á expectativa dos accusadores de Teffé, os quaes permanceceram na convicção de que o Javary brotava muito mais ao sul, uma vez que o Commandante Cunha Gomes localisara a nascente principal na latitude de $7^{\circ} 11' 48'' 10$, quando aquelle havia estado a $7^{\circ} 1' 17''$. A differença foi uma decepção: 10 minutos e pouco. Quasi nada a influir na inclinação da linha geodesica a começar no Madeira ($10^{\circ} 20'$) e a terminar pouco abaixo do paralelo de 7° .

Não obstante a insignificancia da differença verificada acirraram-se as paixões. Teffé, cheio de bravura, sustenta a certeza do que fizera. Cunho Gomes sahe a publico confirmando o resultado do seu trabalho. Ladario intervem na contenda em que tambem tomam parte Thaumaturgo de Azevedo, Dionysio de Cerqueira, Serzedello Corrêa, Paulo de Frontin, Pereira Reis, Paula Freitas e outros luminares, ao tempo, em sciencias physicas e mathematicas. No club de Engenharia, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, no Instituto Polytechnico, no parlamento, em toda a parte, em summa, discutiu-se azedamente o caso daquelles míngoados 10 minutos.

Não estava em jogo apenas a fronteira com o Perú, mas, principalmente, a linha divisoria com a Bolivia. A differença entre os $10^{\circ} 20'$ e os 7° e pouco (fossem $1'$ e $17''$ segundo Teffé ou $11' 48''$ segundo Cunha Gomes) representava ella o Territorio do Acre. Dahi a celeuma, a grita, os protestos, as ameaças, as injurias que se trocaram na occasião. Ninguem se conformava que as terras do rio da borracha — o Acre — que tinham sido descobertas, desbravadas e industrializadas por brasileiros, só por brasileiros, passassem para soberania estrangeira.

O governo do Brasil, á vista da atmospherica que se criara no Rio de Janeiro e da reacção armada que começava no proprio Acre, accorda com o governo de La Paz uma

terceira exploração do rio malsinado. Ninguém queria o que lhe não pertencesse; ninguém pretendia aproveitar-se de possível engano.

Fez-se apelo, então, á grande notabilidade que era Luiz Cruels, ao tempo Director do Observatorio Astronomico do Morro do Castello.

Como auxiliares dão-lhe o Capitão de Fragata Carlos Accioly Lobato e o Capitão Augusto Tasso Fragoso.

A elles, juntamente com a Commissão boliviana chefiada por Adolfo Ballivan, incumbiria dizer a ultima palavra, dirimindo as duvidas existentes: ou os $7^{\circ} 1' 17''$ de Teffé ou os $7^{\circ} 11' 48''$, 10 de Cunha Gomes.

Estava-se em 1901. Haviam decorrido 35 annos da tentativa mallograda de Soares Pinto-Paz Soldán, 27 da penetração audaciosissima de Teffé-Blake, e 3 apenas sobre a de Cunha Gomes-Lopo Netto.

As condições do rio teriam melhorado sensivelmente em relação aos habitantes de suas margens, agora gente civilizada do Perú e do Brasil, que haviam afugentado os Mayorunas, mas coisa alguma se havia alterado referente ao clima que permanecia, como permanece, inhospito.

Tasso Fragoso enferma antes de ser iniciada a penetração do Javary, recolhendo-se ao Estado do Maranhão. Era a primeira victima.

Accioly Lobato, o outro assistente da Commissão, adoce e morre em meio á viagem de subida. Era mais um martyr a acrescentar á lista já notavel que iria augmentar sempre.

Luiz Cruels, não obstante tudo, segue em frente, magnifico de coragem, supprindo esforçadamente a falta dos dois ajudantes que a fatalidade lhe arrebatara. E' chefe e é chefiado. Procede ás observações astronomicas, mede o volume das aguas, anota as temperaturas, calcula as dis-

tancias, desenha, dirige o pessoal subalterno, entende-se directamente com o chefe boliviano.

Leva a bom termo o trabalho confiado á sua esplendida capacidade scientifica, mas... adquire o mal que lhe amarguraria o resto dos dias da existencia. Volta á civilização, ao convívio da familia, ao circulo de suas actividades, mas ostenta a marca do Javary impenitente.

O resultado de seu sacrificio, porém, foi decisivo. Nem os $7^{\circ} 1' 17''$ do inclito Barão de Teffé e nem os $7^{\circ} 11' 48''$, 10 do bravo Commandante Cunha Gomes. A nascente principal era — e é — a $7^{\circ} 6' 55''$ de latitude sul e $73^{\circ} 47' 30''$, 60 de longitude oeste de Greenwich, posição confirmada faz pouco, porque em 1926, pelo illustre Contra-Almirante Ferreira da Silva.

Coisa alguma de parecido, portanto, com os $10^{\circ} 20'$ do celebre mappa da linha verde que serviu ao Tratado de Ayacucho, de 1867, nem com as hypotheses de Paz Soldán, Pando, Ladario, Thaumaturgo e outros.

A formula para dar solução ao problema politico internacional que se criara no Acre, nessas condições, não poderia mais ser procurada nas nascentes do Javary; haveria de ser encontrada alhures.

* * *

Para se chegar a essa conclusão trabalhou-se afanosamente durante varias décadas, e, mais do que, tudo uma pleiade de homens notaveis pelo saber e pelo patriotismo foi sacrificada á gula insaciavel do Javary; uns, tragados pela morte lá ficaram para sempre, enterrados em qualquer praia difícil de localisar; outros, voltaram ao Solimões, mas diminuidos nas capacidades e com os dias contados; outros, ainda, regressaram ás actividades proprias para serem mortificados durante o resto da existen-

cia em querellas sem fim sobre o resultado das respectivas aventuras.

No primeiro grupo alinham-se o Capitão-Tenente João Soares Pinto, o Capitão João Ribeiro da Silva, o Agrimensor Carlos von Hoonholtz, o Capitão de Fragata Carlos Accioly Lobato e os marinheiros e soldados e trabalhadores de quem as chronicas não registraram os nomes.

Luiz Cruls, o notavel astronomo, e Cunha Gomes, o reputado hydrographo, constituem o segundo grupo, que a serem certas informações que me chegam, deve ser accrescido de varios outros nomes.

O Barão de Teffé e o Barão do Ladario fazem parte do ultimo grupo. Os dois, em verdade, até morrerem, tiveram de porfiar na defesa de suas actuações no rio assignalado. É celebre, de resto, a polemica que Antonio Luiz von Hoonholtz, durante 14 annos, nada menos, sustentou com José da Costa Azevedo, sempre a proposito dos respectivos trabalhos de demarcação da fronteira do Brasil com os paizes ao norte e noroeste do Continente.

Nenhum desses homens extraordinarios, entretanto, foi heroe, porque todos foram victimas do Javary, o rio martyrizante.

É justo, pois, que se lhes guarde com reconhecimento civico as memorias. Não só os Heroes são dignos de veneração; os Martyres tambem o são.

XII

O ALMIRANTE BARÃO DE TEFFÉ E AS NASCENTES DO RIO JAVARY

VALORES ASTRONOMICOS OBTIDOS POR CADA
UMA DAS COMMISSÕES QUE ESTEVE NA REGIÃO
DAS NASCENTES DO RIO JAVARY, AFFLUENTE DO
SOLIMÕES

1 8 7 4

Teffé-Blake: Latitude sul 7° 1' 17",5; Longitude W. G.
74° 8' 27".

1 8 9 7

Cunha Gomes-Lopo Netto: Latitude sul 7° 11' 48",10;
Longitude W. G. 73° 47' 44",5.

1 9 0 1

Cruls-Ballivian: Latitude sul 7° 6' 55"; Longitude W. G.
73° 47' 30",6.

1 9 2 6

Ferreira da Silva: Latitude sul 7° 6' 58",51; Longitude W. G.
73° 47' 30",6.

NOTAS: A Comissão Soares Pinto-Paz Soldán, de 1866, não ultrapassou a latitude de 6° 50', segundo calculou o proprio geographo peruano. Nessa altura é que occorreu o ataque dos *indios* que fez voltar a dita Comissão á Tabatinga.

A Comissão de astrónomos portuguezes que penetrou o rio nos fins do Seculo XVIII só attingiu á latitude sul de 5° 30', segundo se vê do Mappa da Linha Verde, organizado pelo Conselheiro Barão da Ponte Ribeiro, em 1860.

Raramente uma questão qualquer terá provocado tantas paixões quanto aquella que se criou em torno á descoberta da nascente principal do rio Javary, affluente do Solimões pela margem direita, no qual desagua em frente á povoação de Tabatinga, no Estado do Amazonas, na posição astronomica de 4° 21' 09" de latitude meridional e 70° 12' 56" de longitude oeste de Greenwich.

Ainda na actualidade, a menor referencia lembrando a primeira penetração total no Javary, levada a effeito em 1874 pela Comissão Mixta Brasileira Peruana, chefiada pelo Capitão de Fragata Antonio Luiz von Honholtz, pelo Brasil, e pelo official de igual patente Guillermo Blake, pelo Perú, encarregada de demarcar a fronteira entre os dois paizes, suscita reacção forte, como aconteceu não ha muito a proposito de certa passagem de ensaio historico sobre a chamada questão acreana.

Não deixa de ter oportunidade, portanto, que seja lembrada mais uma vez a passagem debatida e examinadas as razões que a dictaram:

“Deve ser dito desde já — lembrando o que sabem todos — que ninguem (em 1867, quando foi pactuado o Tratado de Ayacucho) sabia a altura em que ficavam as nascentes do Javary. Era o rio mysterioso, totalmente desconhecido porque nunca percorrido, jamais explorado. Sobre elle só havia lendas, phantasias, hypotheses. Tratou-se, nessas condições, em bases aereas, deixando margem para a grave questão — a mais grave de todas na opinião doutissima de Oliveira Lima — que só viria a ser dirimida pelo Tratado de Petropolis, de 1903”.

“O factio real — como tambem é sabidissimo de toda a gente — é que foi o inclito Barão de Teffé, em 1874, no dia 14 de Março, na

companhia de Guillermo Blake, constituintes da Comissão Mixta Brasileo-Peruana, quem conseguiu atingir á nascente (não a principal) do Javary, cuja posição estabeleceu astronomicamente: $7^{\circ} 1' 17''$,5 de latitude sul e $74^{\circ} 8' 27''$,07 de longitude oeste de Greenwich, isso numa penetração ouzadissima, verdadeira odyssea, que, para honra de sua memoria e orgulho de nossa raça, deve ser conhecida em todos os minimos detalhes: “De 82 pessoas que penetraram as agoas do Javary em 17 de Janeiro, só 55 alcançaram regressar ao Solimões”. Os restantes, inclusive o irmão do chefe brasileiro e o subchefe da Comissão (Agrimensor Carlos von Hoonholtz e Capitão João Ribeiro da Silva) ou succumbiram á febre, ou á fome, ou ás frechas ervadas dos Mayorunas... Em 1866, aliás, uma outra Comissão Mixta Brasileo-Peruana havia sido massacrada pelos selvicolas antes de ter chegado ao fim da viagem á região a explorar. Soares Pinto, o chefe brasileiro, foi morto; Paz Soldán, o chefe peruano, attingido por 4 frechas, perdeu uma perna e só a custo de sobrehumanos esforços conseguiu salvar-se com alguns poucos soldados da escolta. Os mais serviram de pasto á ferocidade dos incolas.”

E como remate este periodo commenticio:

“O Tratado de Ayacucho, á vista do que ficou dito, foi um erro. Imaginando o Javary nascendo na altura de $10^{\circ} 20'$ apresentara-se junto ao paralelo de 7° !”

* * *

Devo dizer, preliminarmente, que ao escrever o ensaio — O ESPIRITO MILITAR NA QUESTÃO ACREANA — conhecia tudo o que occorreu referentemente á exploração do rio Javary, desde as tentativas sem bom exito dos espanhóes e portuguezes, no seculo XVIII, até a que foi feita nos nossos dias, porque em 1926, pelo Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva.

Não ignorava, portanto, o que fizeram o Almirante Barão de Ladario desde 1864, Soares Pinto e Paz Soldán em 1866, Teffé e Blake em 1874, Cunha Gomes e Lopo Netto em 1897, e Luiz Cruls e Ballivian em 1901. Acompanhei-lhes todos os passos, desde os aprestos de viagem té as observações astronomicas nas varias estações do percurso e nas do ponto ou pontos terminaes das explorações, isto é, nas nascentes do rio historico.

Dahi, desse estudo demorado e paciente, é que pude escrever o que se contem, a respeito, no meu ensaio: “Foi o inclito Barão de Teffé, em 1874, no dia 14 de Março, em companhia de Guillermo Blake, constituintes da Comissão Mixta Brasileo-Peruana, quem conseguiu attingnr á nascente (*não a principal*) do Javary...

Tive em vista, para isso, o depoimento de um homem cujo nome é uma reliquia da Patria; a solidariedade do chefe peruano, que, como Antonio Luiz von Hooholtoz, era tambem Capitão de Fragata, e dos mais officiaes da Marinha de Guerra do Perú que assignaram a acta da fixação do marco no ponto mais meridional do rio: Capitão de Corveta Froilan Morales. Tenente Frederico Rincón e Alferes de Fragata Manoel Cosme de la Haza.

Ninguem, sem grave injustiça, poderá negar, ou siquer pôr em duvida, o que affirmaram esses homens, imaginando-os em conluio para illaquear a bôa fé e talvez prejudicar os paizes de que eram mandatarios, como chegou a ser avançado no calôr de discussões e polemicas

travados quando Thaumaturgo de Azevedo, em 1896, denunciou a exploração de 1874.

Foi dito e escripto na occasião, entretanto, que Teffé nunca sahiu de Manáos, ou, na melhor hypothese, que o bravo do Paraguay não passou de Tabatinga, onde terá *pintado* o celebre mappa que lhe abriu as portas do Instituto de Sciencias de Pariz e escripto as paginas lapidares de suas Memorias, em as quaes descreveu, dia a dia, o que foi a viagem, agoas acima — verdadeiro martyrologio — encetada no dia 17 de Janeiro e só terminada com a fixação do marco na altura de 6° 59' 29",5 de latitude sul, no dia 14 de Março, depois do caminhamento desse ponto maximo para a navegação, até 8 milhas adiante, seguindo pela margem do leito em que corriam as agoas, *em busca da nascente, ora atolando-nos, ora grim-pando por cima de troncos velhos e raizes, para acompanhar as sinuosidades caprichosas deste mesquinho igarapé; fatigante exercicio para as pernas entorpecidas em dois mezes de canôa!*

Mais por vante escreveu o heroe da Batalha do Riachuelo: *"No fim de oito milhas de marcha em verdadeiros zig-zags, o igarapé perdeu-se em um alagado. Tudo brejo: em frente, á direita, á esquerda, mas brejo coberto de arvoredo, o que se chama um igapó. Demos alguns passos por cima de páos podres, mas não se distinguia margens, nem fio de corrente; só terreno alagado. Posso dizer que nesse lugar a fonte principal do famoso Javary brotava debaixo de nossos pés. Nunca pensei que esse rio legendario, de tão famosa reputação, tivesse tão baixa origem!"*

"Eram 4 horas da tarde — escreveu ainda o bravo marinheiro — e regressavamos forçando o passo e cortando as curvas afim de alcançar as chalanas antes da noite fechada, quando subitamente vimos cruzar uma flexa

por diante e logo outra, que feriu o hombro do remador Agostinho e ficou presa na manga...

Toda a viagem, longa de dois mezes só para subir, fôra feita sob ataques dos *indios*. Verdadeiros combates foram travados na proporção de 20 para 1. O rio, aliás, era completamente despovoado de gente civilizada e ninguém havia ultrapassado impunemente a fôz do rio Galvez: 5° 10' 17",5 de latitude sul.

Teffé, nessa epocha, aliás, já era um nome nacional como cientista e nem por outro motivo terá recebido os encargos da commissão. Desde 1857, com effeito, isto é, *17 annos antes da expedição ao Javary*, era lente de hydrographia da Escola de Marinha, tendo como tal viajado na corveta "Bahiana" com a primeira turma de guardas-marinha sahida dessa Escola. Era o auctor da primeira obra em lingoa portugueza sobre Hydrographia, a qual lhe valeu, por unanimidade de votos da congregação da dita Escola, o premio que o governo lhe attribuiu; havia feito o levantamento da costa da ilha de Santa Catharina que foi incluido no Atlas da Costa do Brasil do famoso hydrographo francez Almirante Mouchez, honra por certo excepcional.

* * *

Afastada, por absurda, a hypothese de Teffé não ter ido á região das nascentes do Javary, resta a da differença de coordenadas, unica ensancha para as accusações que soffreu e ainda soffre o nome do commandante da ARAGUARY em 11 de Julho de 1865.

Teffé e Blake, impossibilitados de estabelecerem observatorio astronomico junto á nâscente que attingiram em caminhamento procedido a 14 de Março de 1867, adicionaram o valôr das milhas percorridas ao da ultima posição, junto ás chalanas, onde foi implantado o marco

(6° 59' 29",5 sul), estabelecendo que o manadoiro estava á altura de 7° 1' 17",5 sul.

Cunha Gomes e Lopo Netto, 23 annos depois, em condições outras porque muito mais favoráveis, quer no que dizia aos recursos, quer no que se referia ao ambiente do rio já bastante povoado, verificaram que a fonte principal do Javary estava a 7° 11' 48",10 sul.

Cruls e Ballivian, porém, em 1901, isto é, 27 annos passados sobre a exploração Teffé-Blake, com ainda melhores recursos do que Cunha Gomes e Lopo Bastos Netto, encontraram a posição astronomica de 7° 6' 55",30 sul.

A Comissão chefiada pelo Almirante Ferreira da Silva, em 1926, o que vale dizer, nos dias que correm, dispondo já de radiotelegraphia e de lanchas-motores, com outro e bem diverso ambiente physico e moral, chegou á conclusão de que a posição verdadeira da nascente principal do Javary está a 7° 6' 58",51 de latitude sul.

Tem-se, nestas condições, que, a rigôr, os resultados foram diversos entre todas as commissões, um pouco mais ou um pouco menos, mas que divergiram entre si.

Acceitando como base as observações de Ferreira da Silva, por mais recentes e quando já podendo utilizar as experiencias anteriores, além de possuir muito melhor aparelhamento, verifica-se a differença de 4",28 com Luiz Cruls; 4' 52",80 com Cunha Gomes; 5' 38" com Teffé.

Desprezada, por insignificante, a differença entre Cruls e Ferreira da Silva: 4",28 — restam as differenças entre Cruls e Cunha Gomes (4' 52",80) que Ferreira da Silva disse ser enorme e inaceitavel, e a entre Cruls e Teffé (5' 38"), maior de 46" do que a precedente.

Como um simples parenthesis deve ser consignado tambem que no seo relatório ao Ministro do Exterior o Commandante Augusto da Cunha Gomes referiu a differença, embora pouca, entre suas observações e as da

Commissão Mixta de 1864-1866 (Soares Pinto e Paz Soldán), principalmente em relação á latitude...

Como se vê, o caso fica reduzido a diferenças, pequenas diferenças nas observações astronomicas das respectivas posições na terra, quer de Cunha Gomes, quer de Teffé.

A de Teffé, no terreno, tomando como base para os calculos a medida do arco sobre o *equador*, em grãos, os indices constantes da tabella do Observatorio de Pariz, teremos 10.453 metros; e a de Cunha Gomes, 9.032 metros, desprezadas as fracções inferiores a segundo.

Teffé, dessa fórma, teria ficado aquem da nascente principal e Cunha Gomes tê-la-ia ultrapassado, isso nas distancias referidas.

Taes diferenças, entretanto, não auctorizam a que se lance duvida sobre a capacidade scientifica dos dois officiaes de marinha e muito menos sobre a probidade de ambos ou de qualquer dos dois, não obstante as opiniões dos geographos eminentes que foram Dionysio de Cerqueira e Pereira Reis que achavam não ser admissivel em observador vulgar erro maior de meio minuto (Discurso de Dionysio de Cerqueira, na Camara dos Deputados, na sessão de 19 de Setembro de 1900).

Quando se sabe a importancia capital que tem a medida do tempo para a determinação de uma posição na terra e não se desconhece quão delicados são os instrumentos dessa medida, os chronometros, cujo transporte é difficilimo, mesmo em condições normaes, não ha sinão que attribuir a taes instrumentos as diferenças entre Teffé e Cunha Gomes de um lado e Cruls e Ferreira da Silva de outro lado.

Luiz Cruls, em seu relatorio, referindo-se ás diferenças entre as observações de Cunha Gomes e as suas, di-las serem "tanto mais estranháveis quando as latitudes se referem aos mesmos pontos da terra." O antigo Di-

rector do Observatorio do Morro do Castello declarou, de resto, não procurar explicar a origem das diferenças, limitando-se a assignalar “que as observações feitas por nós e pela Commissão Boliviana foram-no de modo absolutamente independente, umas das outras, e em numero consideravel, com instrumentos de typo diverso, e no entanto, apresentam a maior concordancia entre si. Além disso — é ainda o grande astronomo quem fala — a Commissão de 1897 (Cunha Gomes) demorou-se na nascente apenas 48 horas (Deheze dá dois dias incompletos), emquanto que a Commissão Mixta de 1901 (Cruls-Ballivian) ahi esteve treze dias.”

Ferreira da Silva, tambem em peça official (relatorio ao Ministro do Exterior) attribue a diferença nas observações da Commissão de 1897 “a constancia de algum erro do sextante empregado pelo Capitão-Tenente Cunha Gomes, visto ser sensivelmente a mesma nos tres pontos em que ambas as Commissões observaram”, concluindo que o verdadeiro valôr da latitude da nascente principal do rio Jaquirana (alto rio Javary) fosse o obtido pela Commissão Cruls-Ballivian. . . .”

Não esqueceu, ao demais, de referir que os trabalhos de sua Commissão, na tomada das longitudes, “foi feita sempre pelo emprego do telegrapho sem fio, methodo que, pela immensa superioridade sobre os processos empregados pelas Commissões de 1897 e 1901, dispensa qualquer confronto do valôr que obtivemos. . . .”

Não pode restar duvida, portanto, que Cunha Gomes e von Hoonholtz foram induzidos a erro tecnico por deficiencia de seus instrumentos, principalmente pelos chronometros, cuja regulagem, no maximo, em condições normaes, só pode merecer fé durante 3 mezes.

A proposito é necessario lembrar que o chefe da Commissão de 1897 (Commandante Cunha Gomes) como que prevendo a hypothese de erro a que tivesse sido levado

por differença horaria, explicou *ex-abundantia*, em seu relatório, o que é chronometria, a formula basica para o conhecimento do tempo, descendo a minucias no tocante á marcha dos chronometros e as causas que lhes alteram a marcha. E bem razão teve em faze-lo uma vez que pelas columnas do "Jornal do Commercio", o Barão de Teffé accusou-o de haver, na foz do rio Galvez, rectificando a marcha dos chronometros que levava, perguntando quem lhe forneceu a longitude para semelhante operação.

Isso faz certo que tanto um como o outro tinham na devida importancia — nem poderiam deixar de te-lo — o conhecimento exacto do tempo, mas, egualmente, que ambos foram enganados pelos instrumentos de precisão que para taes operações levaram, devido por certo a circumstancias exteriores de choques inevitaveis no transporte longo e accidentado, ás differenças de temperatura ambiente, ao magnetismo e á electricidade, á humidade, á oxidação de peças essenciaes e aos defeitos de fabricação.

O que houve, pois, foi erro tecnico, erro nas observações astronomicas, o erro temivel, de Gauss ou erro consequente á refração athmosphérica, não dos observadores, portanto, mas consequentes de falhas nos instrumentos, chronometros e sextantes ou theodolitos, e da intranquillidade dos operadores, não sendo possivel inferir desses erros — um para mais e outro para menos — que Teffé não houvesse chegado á nascente do famoso curso d'agoa e que Cunha Gomes a tivesse ultrapassado.

* * *

No tocante ás divergencias entre as descripções de Teffé com as dos outros exploradores, sobre o meio physico em que se forma o Jaquirana ou Javary, não são de molde a impressionar maiormente.

Teffé, impossibilitado de permanecer onde nasce o rio, porque sempre perseguido pelos selvagens, teve que regressar antes da noite ao local onde deixara as chalanas que estavam preparadas com téla de arame grosso para defeza contra as frechas. Dahi, dessa circumstancia, mal ter annotado o que viu em torno ao igapó, referindo apenas o arvoredado que o circumdava.

O mesmo, entretanto, não occorre com Cunha Gomes. Os *indios* seguem-lhe a marcha ameaçadoramente mas elle dispõe de melhores e mais efficazes recursos defensivos, podendo dess'arte acampar por 48 horas no local e assim observar e annotar o scenario.

Cruls por 13 dias, nada menos, vive junto ás nascentes. Explora-as em todos os sentidos. Suas observações e as de Ballivian — delegado boliviano — são levadas a effeito sem pressa. Dispõem, os dois chefes, de auxiliares, technicos e leigos, para pequenas explorações nas redondezas. Não ha mais a ameaça dos selvicolas e o estado sanitario do pessoal é relativamente bom; não ha falta de viveres e nem se precisa agir de afogadilho uma vez que as duas margens do rio já estão povoadas por gente civilizada.

No que se refere a Ferreira da Silva, então, já tudo é muito mais facil, conforme elle proprio declara. O local, pode-se dizer sem medo de erro, está civilizado. O trajecto entre Remate dos Males e a foz do Galvez, para só citar um trecho do percurso feito, foi coberto por sua Commissão em 5 dias e 11 horas, quando Cruls gastou 7 dias para faze-lo e Teffé 12 dias (Relatorio ao Ministro do Exterior).

A exploração do Capitão de Fragata Barão de Teffé, por essas razões todas, não poderia ter a certeza das que foram feitas depois, muito depois: Cunha Gomes 23 annos; Cruls 27 annos; Ferreira da Silva 52 annos. Terá sido levado a engano nos calculos astronomicos, certo por

deficiencia do aparelhamento e outros factores, mas, Cunha Gomes tambem se enganou, e, si se tratar de apurar differenças até em minucias, ter-se-á de assignalar aquella que Ferreira da Silva encontrou nos resultados do grande astronomo que foi Luiz Cruls, isso sem falar nas que Cunha Gomes constatou entre seus calculos e os de Soares Pinto, uma vez que taes *poucas differenças* foram nas observações em pontos distantes da região das nascentes.

Dessas varias circumstancias, todas ellas importantes, o facto de terem Cunha Gomes, Luiz Cruls e Ferreira da Silva podido descrever a paysagem no local das nascentes e com isso retratar a topographia da região.

Além desses factores, entretanto, ha outro e não menos digno de nota para explicar a diversidade do ambiente physico nas nascentes do Jaquirana ou Javary, tal como foi visto por Teffé e pelos outros exploradores: os deslocamentos que se processam nos cursos d'agoa, notadamente na região amazonica. Referem-nos todos aquelles que a conhecem. Euclides da Cunha em *A Margem da Historia* e Augusto Octaviano Pinto em *Hydrographia do Amazonas e seus Affluentes* abundam em informações curiosas a esse respeito; Azevedo Costa que passou a existencia laboriosa em demarcação de fronteiras, no norte, explicou-me o phenomeno; Dionysio de Cerqueira, no celebre discurso da Camara dos Deputados, quando deixou o cargo de Ministro do Exterior, descreveu-o igualmente, elle que passou muitos annos da vida explorando sertões.

Quem nô-lo dirá, portanto, que não occorreu um deslocamento da nascente vista por Teffé, no igapó que descreveu em 1874, para o logar onde a encontraram as Commissões de 1897, de 1901 e de 1926?

Quem poderá affirmar, com segurança, que do igapó que Teffé teve sob os pés a agoa não seguisse por via subterranea até aflorar um pouco mais ao sul?

A hypothese nada tem de arbitraria. Ferreira da Silva, no seu relatório, escreveu á pagina 200: "Estudando o ramo formador occidental (do Javary) verificou-se que até á estação 9 do levantamento, em uma extensão de 266,5 metros, havia agoa, que desapareceu em baixo de uma grande pedra. Em seguida, caminhou-se em terreno baixo e coberto de folhas sêccas, na extensão de 150 metros, encontrando-se, então, uma rocha de 6 metros de altura, da qual gottejava agoa, que lógo se infiltrou na areia."

E, na mesma pagina, refere o seguinte: "O formador occidental recebe, pela sua margem direita, um afluente pequeno, que não figura nos mappas das duas commissões anteriores. Eis como se explica a omissão commettida: o leito desse afluente, sêcco desde a sua origem, que fica muito proxima da crista da serra, assim se conserva (isto é: sêcco) na extensão de 127 metros, apparecendo então a agoa, por infiltração, no proprio leito.

Não pôde, egualmente, servir de argumento contrario a Teffé o facto de Cunha Gomes não ter encontrado, em 1897, na latitude sul $6^{\circ} 59' 29'',5$ a grande cruz-marco alli plantada em 1874, feita de páo mulato pelo carpinteiro Mirales e na qual foram assignaladas as coordenadas do ponto geodesico. E isso porque tambem Ferreira da Silva, em 1926, não encontrou signaes da derrubada feita por ordem de Cruls, em 1901, no sitio denominado "Observatorio Brasileiro", a qual, como consignou o notavel astronomo no seu relatório, *fôra tão grande que seria facil reconhecer o logar decorridas algumas dezenas de annos*, e só pôde marca-la na caderneta de levantamento por haver sido mostrado o logar pelo excellente guia Moysés Lopez, que alli estivera com Cruls em 1901..." Passados eram 25 annos e nenhum vestigio foi encontrado da referida derrubada, naquelle logar, onde existem arvores tão grandes como as demais da densa floresta, que com

assombrosa rapidez se forma nas terras amazonicas, de exuberante e proverbial fertilidade, pela sua propria natureza em formação.”

* * *

Quando, mais tarde, for escripta a Historia do rio Javary, ha de se vêr que a celeuma levantada em torno á exploração Teffé-Blake, em 1874, teve por escopo, sómente, furtar a população brasileira do territorio do Acre ao dominio boliviano, fazendo nosso o tracto de terras que vai do marco do rio Beni até ás nascentes do rio Javary que o celebre mappa da linha verde, do Conselheiro Ponte Ribeiro, dava na altura de $10^{\circ} 20'$. Dahi a denuncia de Thaumaturgo de Azevedo citando as opiniões de Paz Soldán, de Juan Manoel Pando, do Barão do Lardario e até dos moradores do rio Javary. Falou-se, então, que essas nascentes estariam entre 8° e $9^{\circ}30'$; suggeriu-se a hypothese de estar no Galvez e não no Jaquirana a origem principal do Javary.

Pretender-se-ia, porventura, mesmo ao preço da reputação scientifica do Barão de Teffé, fazer baixar para o sul o manadoiro das agoas do rio que é limite com o Perú e era base para o limite com a Bolivia?

Apezar de tudo, porém, a realidade é que o Javary nasce junto ao paralelo de 7° de latitude sul, sinão apenas $1' 17''$,5 abaixo d'elle como estebeleceu Teffé, $6' 55''$ como verificou Cruls e confirmou Ferreira da Silva. Aqueles $11' 48''$,10 de Cunha Gomes-Lopo Netto estavam errados, erradissimos, não podendo, de resto, ser acceitos por ter sido a exploração feita somente por brasileiros.

Todas essas cifras, aliás, representam distancias insignificantes, mesquinhas, em relação á grandeza territorial do Brasil. Em outra qualquer circumstancia teriam

sido abandonadas em proveito dos paizes limitrophes com a magnanimidade que é traço de nossa formação.

A inclinação da linha de limites com a Bolívia, a seguir ella qualquer das tres demarcações ($7^{\circ} 1' 17'',5$ de Teffé-Blake; $7^{\circ} 11' 48'',10$ de Cunha Gomes-Lopo Netto; $7^{\circ} 6' 55''$ de Cruls-Ballivian) de pouco alteraria a situação do Acre.

Todo o afan patriotico de baixar as nascentes do Javary até ao parallelo de $10^{\circ} 20'$ onde as collocou o lapis do Major Isaltino de Mendonça Carvalho, no Mappa da Linha Verde, que serviu de base ao Tratado de La Paz de Ayacucho de 1867, resultou em vão ante a realidade núa e crúa das explorações Teffé, Cunha Gomes e Cruls, para só referir os chefes brasileiros.

O que haveria de ser feito, no caso, para a consecução do fim almejado pelo sentimento nacional, attendendo ao imperio da situação creada com o estabelecimento de população brasileira no territorio boliviano, era o que fez Placido de Castro á frente dos Acreanos em armas, fazendo prova da impossibilidade da Bolívia exercer dominio politico sobre o territorio e assim dando ensanचा para o que fez o Barão do Rio Branco, mais tarde, por via diplomatica e mediante indemnização e permuta. de territorios, para isso invocando o principio salutar e humano do *uti-possidetis* — *ita-possideatis* do Direito Romano.

Era isso que estava certo.

* * *

No que se refere particularmente á exploração levada a effeito pelo então Capitão de Fragata Antonio Luiz von Hoonholtz, na região onde começam a correr as agoas do rio Javary, ha a considerar duas resultantes decisivas dessa exploração accidentada, isso não obstante só ter sido á nascente na altura de $7^{\circ} 1' 17'',5$ de latitude meridional.

Sobre a primeira, relativa aos limites com o Perú, assim se externou Euclýdes da Cunha, em 1907, no melhor dos seus livros — Perú *versus* Bolivia — em o qual estudou á saciedade o deslinde entre as duas republicas da Cordilheira Andina: “Pois bem — o commissario brasileiro que, de harmonia com o peruano, implantou o “marco definitivo” dos nossos deslindamentos com o Perú, em 1874, nas cabeceiras do Javary, foi o venerando Barão de Teffé; e elle, que com o maior brilho repellira as constantes propostas de seo collega, M. Rouaud y Paz Soldán, para adoptar-se a celebre linha média, do Madeira ao Javary, mesmo escandalosamente deslocada para 9º 30’ de latitude sul, conforme, reiteradamente, aquelle lhe offerecera em documentos officiaes inequivocos e limpidos — o Barão de Teffé, a quem se pode cortejar desafogadamente, porque na sua quasi existencia historica é apenas uma reliquia sagrada do nosso passado, sem a mais breve influencia nos negocios publicos — ao implantar o marco definitivo do Javary manteve, integral, o parecer victorioso que impuzera ao commissario peruano, consistindo nestes dois pontos essenciaes:

1.º) Que o Perú nenhum direito possuia á margem direita do Madeira;

2.º) Que a Republica do Perú no Tratado solemne celebrado com o Imperio do Brasil, estabelecera como limite *todo o curso* do rio Javary; por isto considerou nullo o art. 9 do Tratado de Santo Ildefonso, que fixava o extremo sul da fronteira do Javary no ponto cortado pela linha Leste-Oeste, tirada a meia distancia do Madeira, que é o mesmo paralelo dos 7º 40’ dos commissarios de 1781.”

Nestas palavras — é ainda Euclýdes da Cunha, geographo, historiador, sociologo e geologo quem fala — ul-

timaram-se para sempre os nossos negocios territoriaes com o Perú...

A segunda resultante decisiva a nosso favor foi no tocante á fronteira com a Bolivia, o que pode e deve ser verificado em qualquer carta geographica. De facto, a recta que para dar cumprimento ao artigo 2.^o do Tratado de 27 de Março de 1867 foi traçada da margem esquerda do rio Madeira, na latitude $10^{\circ} 20'$ a encontrar o rio Javary na nascente que localizou o Barão de Teffé ($7^{\circ} 1' 17''$,5 de latitude sul e $74^{\circ} 8' 27''$ de longitude oeste de Greenwich) attendeu melhormente aos nossos interesses territoriaes do que a recta que fosse traçada do mesmo ponto de partida até á posição geographica estabelecida pelo Dr. Luiz Cruls ($7^{\circ} 6' 55''$ de latitude sul e $73^{\circ} 47' 30''$,6 de longitude oeste de Greenwich).

A circumstancia predominante para isso foi o dos numeros indicativos da longitude, mais para o oeste algumas dezenas de kilometros ($38^{\text{kms.}}967$), porque $20' 57''$ de differença da longitude encontrada por Cruls. A linha geodesica a buscar aquella posição, embora a latitude fosse mais ao norte, seguiria forçosamente mais pelo sul em todo o seu longo percurso de $1.026^{\text{kms.}}210$, segundo calculo de Thaumaturgo de Azevedo, consoante a formula classica.

O caso, pelo que foi exposto, não pode e nem deve ser examinado somente dentro do rigôr scientifico, mas, principalmente, na feição historica, porque dessa o reflexo na politica internacional.

* * *

Isso, parece, responde á saciedade e definitivamente á declaração feita innumeras vezes e agora repetida de que o inclito Almirante Barão de Teffé não attiugiu ás nascentes do rio Javary.

XIII

PLACIDO DE CASTRO — O PAE DO ACRE

*Publicado no "Jornal do Commercio"
em 28 de Fevereiro de 1939.*

Nenhum personagem da Historia do Brasil integrou melhormente do que Placido de Castro a figura classica do heróe. Em o Libertador do Acre, em verdade, se consubstanciaram todas as qualidades que Nietzsche imaginou para o super-homem, aquelle em que coexistissem, disciplinadas, todas as forças dispareas a serem empregadas num unico fim.

De facto elle não foi sómente o arauto de um grande e nobre sonho que conseguiu tornar realidade; nem apenas a propheta de um resultado a que attingiu; nem o capitão que se fez obedecer e seguir. Elle foi, com tudo isso e ao mesmo tempo, o elemento humano opportuno e providencial, a creatura que se alongou para além das raias do momento que passava e se elevou muito acima do nivel normal que então vigorava.

Houve uma coincidencia notabilissima, impressionante, entre as aptidões que viviam no homem e a necessidade social dessas faculdades em determinado ponto e em hora justa. Dahi o bello exito do commettimento, a gloria excelsa do feito, o resultado positivo da aventura transcendente.

É curioso acompanhar, nos documentos da época, a marcha que o heroe empreendeu ao theatro de sua actuação, e, ao mesmo tempo, os tramites por que passou a questão acreana até o momento em que se fez mistér uma intervenção decisiva.

Riograndense do sul, filho e neto de campeadores nas luctas de fronteira, coisa alguma faria presuppôr a necessidade de uma transplantação tal a que fez Placido de Castro, das terras do extremo meridional para as terras do extremo septentrião. Envolvido a contra-gosto na Revolução Federalista de 1893-1895, quando só desejava concluir o curso da Escola Militar de Porto Alegre, assignalou-se na contenda pela bravura nas arremetidas, pela lealdade com que se conduziu, mas não desempenhou papel algum singular que o obrigasse a romper com o "meio" quando assignada a paz de Pelotas pelos generaes Jôca Tavares e Galvão de Queiroz, este como representante do Governo Federal e aquelle como o chefe militar da insurreição. Fôra no drama cruento, como milhares de outros, apenas um integrante de certa unidade de combate, fracção pequena de um grande todo, parte minima e obscura ao lado de eminencias brilhantes. Ademais, quando começou a guerra contava 20 annos e uma só divisa nos punhos marcava-lhe o inicio da carreira. Não obstante, emigrou. Veio para o Rio de Janeiro tentar a existencia. De inicio é empregado subalterno do Collegio Militar e nas horas de lazer frequenta, como ouvinte, as aulas da Escola Polytechnica. A seguir transfere-se para Santos indô trabalhar na Companhia das Docas. Nenhuma das duas collocações, todavia, era de molde a lhe agradar ao feitio, a satisfazer-lhe as aspirações. A primeira lhe forneceu ensancha para adquirir os conhecimentos theoricos que iria empregar mais tarde, como agrimensor e cartographo, demarcando propriedades territoriaes

no Amazonas, no Acre e na Bolívia. A segunda ter-lhe-á proporcionado os recursos para a viagem até Manáos.

Nesse tempo (começo de 1899), a capital do Amazonas era um fervidoiro de entusiasmos civicos, de anseios patrióticos pela libertação do Acre.

Placido de Castro une-se, de chegada, ao conterraneo Engenheiro Orlando Corrêa Lopes, e, por seu intermedio se faz amigo caro do tambem Engenheiro Joaquim Lins Caldas. Ambos são paladinos fogosos da causa acreana. Á margem das respectivas actividades profissionais só pensam e só falam no que se estava processando no territorio em litigio.

O moço gaúcho recém chegado, entretanto, não se deixou empolgar pela pregação dos outros. Calmo e reflectido preferiu elle proprio estudar a situação para comprehende-la, senti-la, vê-la em sua realidade. Não sendo, como não era, um assomado, um daquelles typos impetuosos que se deixam facilmente contagiar pelas alheias vibrações, permaneceu indifferente ao clima que o cercava. Ao depois, tinha bem nitida a responsabilidade da fama que tinha adquirido no sul, como guerreiro, chefe de pequenas partidas de homens d'armas.

Tratou, nessas condições, de obter a provisão de agrimensor e de se fazer rumo ao territorio em convulsão, para trabalhar.

* * *

A questão acreana, nesse tempo, era o ponto nevralgico da politica continental. Tudo havia sido tentado, em pura perda, para resolve-la, quer no regimen especulativo, theorico, das discussões diplomaticas, quer no campo pratico dos protestos violentos, á mão armada, contra o dominio boliviano sobre terras que tinham sido descobertas, povoadas e enriquecidas por brasileiros. Era da Bolívia o Acre. Pertencia-lhe por direito reconhecido decisiva-

mente pelo governo do Rio de Janeiro que não quiz atentar para a situação de facto no territorio cortado pelas aguas do rio Acre, para o problema humano do deslinde. Não importava á chancellaria brasileira que alguns milhares de creaturas de nossa raça, falando nossa propria lingua, estivessem debaixo da soberania de um governo estrangeiro, integrados num povo diverso, de outra raça tradicionalmente opposta á nossa.

Ao governo de La Paz só interessava a parte economica da questão, as rendas dos impostos sobre a borracha que estavam sendo arrecadadas por suas auctoridades de "Puerto Alonso", de "Volta da Empreza" e de "Xapury". Era logico que qualquer outra feição não lhe poderia interessar, principalmente a que se referisse á nacionalidade dos productores de gomma elastica que se tinham fixado abaixo da linha Cunha Gomes.

Os eruditos do lado de cá, sensiveis aos clamores da imprensa e do povo, esmeravam-se para fazer prova que as nascentes do rio Javary não haviam sido descobertas ainda e dahi o erro na interpretação da clausula do Tratado de Ayacucho, de 1867, que estabeleceu "a fronteira por uma parallela, tirada da margem esquerda do rio Madeira na latitude de 10°20' até encontrar o rio Javary", ou, "se o Javary tiver as suas nascentes ao norte daquella linha léste-oéste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude, e por uma recta, a buscar a origem principal do dito Javary", cuja interpretação não estaria sendo feita de módo correcto. Nugas! A questão não podia e não devia ser examinada por esse prisma. As nascentes do Javary tinham sido descobertas pelo inclito Barão de Teffé, em 1874, numa viagem dramatica, e o tratado de limites com a Bolivia, sabia-se, fôra obtido em circumstancias gravissimas de nossa existencia, no momento mais melindroso da Guerra do Paraguay. Além disso, nesse tempo, *o Acre era terra em sêr, ignorada e inutil.* E como o

Acre as terras do Alto Purús, do Alto Juruá, do Tarauacá, do Abunã, do Thauamano, do Corichon-Vial, do Madre de Dios, Beni e Mamoré.

Data dessa época, aliás, o começo da imigração dos cearenses para as florestas marginaes ao *rio da borracha*. E o affluxo não mais estacou. Cada anno augmentava a população de nordestinos e mercê de seu trabalho a riqueza da região. Em 1890 começa a figurar nas pautas do commercio exterior a gomme elastica oriunda do Acre, Juruá e Purús.

A Bolivia, então, lembrou-se que o territorio lhe pertencia e tratou de usufruir-lhe os beneficios, passando a administrar as terras que em seus mappas figuravam como "no descubiertas", sobre o rio que seu Plenipotenciario D. Francisco Vellarde, em 1886, na Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, em conferencia publica com a presença de Pedro II, declarara não haver sido ainda descoberto, mas que o seria em breve...

Em 1895 teem inicio as primeiras manifestações do dominio boliviano. No principio são conversações diplomaticas para a demarcação definitiva da fronteira, seguindo-se a tomada de posse solemne do territorio pelo Ministro José Paravicini, acreditado no Rio de Janeiro, que funda "Puerto Alonso" a 3 de Janeiro de 1899 e installa a primeira alfandega. Com tudo isso, aliás, sempre esteve de accordo o governo brasileiro. Olyntho de Magalhães, Ministro do Exterior, em officio reservado ao Governador do Amazonas, declarou em 26 de Junho desse mesmo anno de 1899 que "mais tarde ou mais cedo o governo boliviano havia de tomar posse do seu territorio... Agora o toma e está no seu direito..."

E' que o governo do Estado, vendo ameaçadas suas rendas pela alfandega boliviana de "Puerto Alonso", havia suggerido ao governo federal uma outra solução.

Os acreanos, porém, não se atêm a reclamações platônicas. Hostilizam as auctoridades estrangeiras, affrontam-nas, depõem-nas, expulsam-nas. A primeira dessas manifestações fortes foi chefiada pelo cearense José Carvalho, a 30 de Abril de 1899. Em pouco estava jugulada e os patriotas que seguiram o *cabecilha* reduzidos á impotencia.

Em Julho do mesmo anno tem lugar outra rebellião. Chefia-a um mercenario hespanhol — Luiz Galvez Rodriguez de Aurias — a soldo do Estado do Amazonas. Seu resultado não é diverso da anterior. Uma esquadrilha da marinha de guerra do Brasil ao mando do Commandante Ramos da Fonseca, levando como tropa de desembarque um batalhão da policia amazonense, depõe Luiz Galvez da Presidencia da Republica que havia proclamado em “Empreza”. O maior argumento para a conformação do chefe revolucionario foi levado em mão pelo representante do Governador Ramalho Junior, o Engenheiro Lopo Netto — que tambem viajou com a esquadrilha: 690 contos de réis em dinheiro de contado, que lhe foram entregues antes que os canhões entrassem em acção.

* * *

O fim insolito da revolta chefiada por Luiz Galvez, em meados de 1900, exasperou ainda mais as paixões patrioticas. Aquelles que a tinham pregado pela penna e pela palavra em Manãos, julgaram-se no dever de continuar, elles proprios, a lucta armada, no proprio territorio sob dominação boliviana. E' a intellectualidade que vivia e trabalhava na Amazonia em revolta civica. Jornalistas, poetas, escriptores de todo genero, engenheiros, advogados, medicos, funcionarios publicos, abandonam interesses, occupações, empregos, familias e se alistam na “Expedição

Floriano Peixoto". Cada qual sopesou uma arma de ocasião ou cingiu uma velha espada de outros tempos, simples symbolos de uma bravura estuante.

José Maria dos Santos, o grande escriptor politico da actualidade, juntamente com Ephigenio de Salles, um valôr ainda a prumo, aproveitam a oportunidade e no porto de Manãos, numa aventura romanesca, aprisionam uma lancha armada em guerra, alli surta, de propriedade da Bolivia, prendendo a respectiva guarnição.

Em Dezembro tudo está aprestado para a temeraria aventura. O "Solimões" recebe a seu bordo 60 expedicionarios, toma a reboque a "Alonso", a lancha boliviana apresada por Ephigenio de Salles e José Maria dos Santos, e segue Amazonas acima em busca de "Caquetá", ultima localidade brasileira antes da fronteira com a Bolivia.

Commanda a *Expedição dos Poetas* um gaúcho impavido — Engenheiro Orlando Corrêa Lopes — figura romantica de paladino. Tem todas as qualidades positivas menos a de conductor de homens; bravo a mais não ser, não sabe commandar; intelligentissimo, culto, erudito mesmo, não é capaz de imprimir organização ao pequeno grupo que o acompanha. Seria um optimo animador, um efficaz agitador de massas humanas, nunca porém um homem para chefiar qualquer ação militar, em que a ordem vale mais do que a valentia, a disciplina é moeda de melhor contraste.

A bordo segue tambem Rodrigo de Carvalho, fluminense, o mais devotado e tenaz propagandista da libertação do Acre. Não possui, entretanto, nenhuma característica de chefe, nem a combatividade, nem o espirito de dominação, nem a coragem pessoal. A vaidade oblitera-lhe o senso das cousas e dos homens. A idade propecta empresta-lhe uma consideração que é contraproducente no transe, porque lhe permite oppôr-se aos desejos de Orlando Corrêa Lopes.

Um annulla o outro. São, pois, duas negações.

Toda a gente, no "Solimões", sente a gravidade do momento e pensa na imperiosa necessidade de um chefe, fosse quem fosse, fosse qual fosse, mas que se soubesse impôr, se fizesse ouvir, capaz de mandar e ser obedecido.

E' nessa ocasião que surge, pela vez primeira, o nome de Placido de Castro, como do homem indicado para a audaciosa empreza. Onde estaria elle? Como explicar seu alheimento á arremetida em marcha, elle que tantas provas já havia dado do proprio valôr na Campanha Federalista?

Dahi por diante, em cada porto, em cada estação de lenha, tomam-se informações, fazem-se perguntas, procedem-se a buscas.

Afinal, quasi ao fim da viagem, em Labréa, uma noticia alviçareira: Placido de Castro estava alli perto, algumas voltas acima da bocca do rio Pauhiny... Um barco preparado rapidamente conduz alguns expedicionarios, inclusive Orlando Corrêa Lopes, Trajano Chacon e José Maria dos Santos, que vão buscar o homem desejado, chefe imprescindivel, elemento que seria um penhôr de bom exito, a propria victoria. E toparam com elle, quasi moribundo, numa barraca á beira do rio, "esquecido e paralytico, esperando que algum navio apparecesse, emquanto o fatal *beri-beri* ia-lhe consumindo a vida..." Tornara-se ineluctavel a situação.

Dias depois a *Expedição dos Poetas* e alguns elementos do Agrimensor André Arco-Verde que se lhe juntaram em Caquetá, perfazendo uma columna de 132 homens que marchou sob a direcção de Orlando Corrêa Lopes, investe contra as trincheiras de "Puerto Alonso" defendidas por tropas do exercito da Bolivia e depois de um tirotear descompassado e inefficiente retira sem ser perseguida, regressa á linha de fronteira sem haver conseguido o que almejava tão ardentemente. Ephigenio de

Salles, á frente de um pelotão, garante a retirada em ordem, com os dois mortos da columna e os feridos. O pequeno canhão que levava fôra enterrado alli mesmo, sem a culatra, ao lado da metralhadora *Maxim*, tambem tornada inutil pela retirada de peça essencial.

No dia immediato, já em territorio brasileiro, a Expedição é duramente castigada, desbaratada mesmo, pelos *cabras* do Coronel Manoel Felicio, seringueiro acreano, que precisava das armas dos expedicionarios para bater os bolivianos...

Emquanto isso, Placido de Castro descia o rio até Manáos e de lá rumava para a serra do Baturité, no Ceará, para retemperar as forças, curar-se e voltar ao futuro scenario do seu alcandorado heroismo.

* * *

O periodo mais duro da dominação boliviana sobre as terras ribeirinhas ao Acre, ao Purús e ao Juruá, começou com o fracasso da Expedição Floriano Peixoto. A politica humana de D. Andréa Muñoz foi substituida pela intolerancia mais ferrenha. Os methods de repressão ás manifestações de hostilidade dos acreanos ganharam requintes de crueldade. Os fuzilamentos não tinham em mira, apenas, a eliminção do elemento perigoso, servindo igualmente para espalharem o terror por entre a população brasileira. Os cadaveres dos justicados eram jogados ás aguas dos rios com os braços abertos e para tal amarrados, de forma a irem rodando macabramente como uma advertencia aos companheiros, a todos aquelles que pensassem em se rebelar contra o jugo estrangeiro.

Verdade é, todavia, que os acreanos usavam processos semelhantes, sinão identicos.

A *lucta* era de morte, de exterminio, sem trégua e sem piedade.

Os agentes do governo andino, no uso incontestavel de seus direitos, procuravam, por todos os meios e fórmãs, estabelecer as proprias auctoridades, exercer dominio, administrar, cobrar impostos, arregimentar as populações que viviam sob suas ordens, em terras bolivianas.

Essas populações, inteiramente brasileiras, não aceitavam razões, não admittiam entendimentos, repelliam seducções, mimos, agrados. A simples presença daquelles soldados falando castelhano, dos editaes em castelhano, do dinheiro boliviano, irritava. Dahi a serie ininterrupta das hostilidades de todo genero, desde o assassinato de tocaia até a affronta viril, cara a cara, desde a recusa peremptoria á obediencia até a recusa pela inercia ao cumprimento de determinações legais.

Deante do impasse ocorreu á Bolivia um meio radical para esmagar de vez todos os impulsos patrioticos dos acreanos: o arrendamento do Acre. O *Bolivian Syndicate*, organizado nos Estados Unidos sob a direcção de um filho do Presidente Theodor Roosevelt, haveria de conseguir o que ao governo de La Paz fôra impossivel.

Quando a noticia chegou ao Acre o Agrimensor Placido de Castro, com a saude refeita, estava demarcando o seringal "Victoria", do Coronel José Galdino, sito em pleno territorio boliviano (Territorio das Colonias). Compreendeu, de prompto, o perigo que a transação representava para o Brasil e para America do Sul, e resolveu-se a agir.

Essa resolução foi a scentelha luminosa do heroismo que vivia nelle, latente, á espera da oportunidade, do momento preciso, capital, inadiavel, para a manifestação impositiva.

Era no mez de Junho de 1902. E dahi, dessa data em diante, não ha mais que enxergar sinão o "iluminado da acção", o homem que tem qualquer coisa de phantastico, de incrivel, de inhumano, Elle está em toda parte ao

mesmo tempo: na fronteira com o Brasil, em Caquetá, confabulando com Gentil Norberto, Rodrigo de Carvalho e Joaquim Victor; na fronteira do Acre com a Bolívia, no Igarapé da Bahia e em Xapury, tomando providencias com José Galdino, e entre os dois extremos, de seringal em seringal, de barracão em barracão, pregando a guerra, animando os tímidos, excitando os valentes, accordando medidas, providenciando sobre tudo, procurando empolgar as vontades de todos, insuflando patriotismo, communicando o enthusiasmo que, afinal, o tomara por inteiro, alma e coração, espirito e corpo.

Quando o aclamam commandante em chefe do exercito a ser organizado, elle já era, de facto e por direito, o chefe que tinha faltado até então, o *condottiére*, o heroe, não de um exercito em projecto, mas de todo um povo que era realidade. Disponha de tudo e de todos. Dos bens e das vidas.

Ninguem, no transe, poderia tentar, siquer, disputar-lhe o bastão do mando incontrastavel, porque elle, em verdade, se tornara a propria alma do Acre.

Estava Placido de Castro sublimado no ministerio que o Destino lhe tinha reservado, e do qual, até o fim, foi um dignissimo depositario. Tudo o que fôra antes — aprendiz de relojoeiro aos 9 annos; empregado de balcão; soldado-cadete; estudante militar, official revolucionario; inspector de alumnos no Collegio Militar; auxiliar subalterno de escriptorio e agrimensor provisionado — constituiria escola onde aprendera a vida, se fizera homem, se exercitara para a empreza espantosa que tomou sobre os hombros.

Quando o auctor d'“A POLITICA GERAL DO BRASIL”, em chronica de 1908, lhe refere *o espirito de organização; as extraordinarias qualidades tacticas que tanto maravilham os chefes bolivianos; a intrepidez; a intelligencia; o extraordinario valôr; a abnegação; a von-*

tade destemida e a bravura triumphante, prestou, sem ter em vista, por certo, com as homenagens ao heroe o seu tributo de admiração á escola pratica em que elle caldeara sua vontade de preexcelso, disciplinara sua intelligencia de homem superior, aprimorara suas aptidões incommuns.

Do berço — descendente que foi de bandeirantes e de campeadores sulinos — terá recebido aquellas qualidades mestras que o assignalaram sempre como um typo racial superior.

No exemplo dos maiores da raça de que foi gerado encontrou ensinamentos bastantes para saber como se conduzir em linha recta, sempre em frente, a prumo, fronte alta, desejo claro, com franqueza e lealdade.

Isso não seria sufficiente, entretanto, si lhe houvesse faltado o tirocinio rispido que adquiriu no desempenho das profissões que exerceu ou ensaiou apenas.

Na conjugação dos attributos intrinsecos com a educação que recebeu da vida, porém, a base da perfectibilidade que não ha como ser, por mais tempo ainda, occulta, porque não apregoada com o calôr que merece.

* * *

Desde o instante em que Placido de Castro, em Junho de 1902, tomou a si o encargo de resolver a questão acreana pelas armas, até que em Abril de 1903, o Brasil e a Bolivia assignaram o *modus-vivendi* para a solução pacifica do deslinde, todo o Territorio do Acre e a maior parte do Territorio das Colonias, ambos da Bolivia, estiveram á mercê do moço sul-riograndense.

A guerra que elle fez á Bolivia, em verdade, não teve por palco somente as margens do *rio da borracha*, da linha Cunha Gomes ao Abuña e Rapirrã, mas toda a zona entre o Beni e Madre de Dios até o paralelo de 9°30' de latitude sul. Combateu duas vezes em "Volta da Em-

preza”, em “Puerto Alonso”, em “Telheiro” e em “Bom Destino”, no Acre litigioso, mas bateu-se igualmente em “Puerto Rico”, em “Costa Rica”, em “Carmen” e em “Santa Cruz”, localidades indiscutivelmente bolivianas distantes de centenas de kilometros da fronteira do Acre. Seu exercito, o pequeno exercito que improvisou, instruiu, disciplinou e collocou em estado de efficiencia militar igual ou superior ao exercito boliviano, se deslocava á vontade, segundo as necessidades da guerra em todas as direcções e sentidos, nunca tendo procurado apoio em territorio brasileiro.

Quando lhê communicaram a assignatura do *modus vivendi*, estava em “Gironda”, no coração da Bolivia, e a columna com que o General Juan Manuel Pando, Presidente da Republica, havia descido os Andes, como um condor enfurecido, estava sitiada fazia cinco dias, um pouco adiante, em “Puerto Rico”, pela vanguarda das tropas acreanas que lhe foram ao encontro.

Não ha, porém, que insistir apenas na acção militar do campeador gaúcho, a qual, por ser a mais brilhante, faz correr o risco de fixa-lo somente como guerreiro, quando elle foi com equal superioridade administrador e estadista.

Durante o tempo em que duraram as operações bellicas, de facto, a sua vontade se fez sentir tambem na vida civil da vasta região, quer para a manutenção da ordem legal, quer para não interromper os serviços da industria extractiva, a unica fonte de renda do novo Estado. E isso por tal fórmula foi conseguido, que no curso da guerra não houve solução de continuidade na administração dos negocios acreanos, e, quando no começo de 1903, em seguida á tomada de “Puerto Alonso” depois de 9 dias de durissimo assedio e tenaz resistencia, havia bastante borracha para exportar em troca dos viveres e mais artigos necessarios ás populações e ao exercito.

O *Estado Independente do Acre* foi, sem nenhum favor, enquanto teve existencia, um paiz modelar e o povo acreano uma nação a fazer inveja.

E dahi haver sido Placido de Castro, na circumstancia excepcional, a verdadeira incarnação do Homem-Capaz, do heroe que Thomas Carlyle estudou na sua derradeira conferencia da serie sobre os individuos — expressões da Humanidade.



Nenhum homem fadado á immortalidade gloriosa, é regra, deve ser estudado logo depois de seu desaparecimento objectivo. Não será comprehendido. Aquelles que o conheceram difficilmente se capacitarão de sua pre-excellencia; seus comparsas não o reconhecerão envolto na tunica do heroismo, cingida de louros a cabeça, já na postura de estatua.

O santo, o genio e o heroe só logram consagração depois, muito depois de se terem ido deste mundo, quando não subsiste lembrança delles como creaturas humanas, como proximos de nós, homens que tenhamos visto ou ouvido com os nossos olhos e ouvidos mortaes. E' mistér, para que se os entenda, a distancia no tempo, a larga perspectiva das centurias.

Placido de Castro, apezar de sómente morto ha tres decadas, é uma excepção a essa regra. Elle viveu aureolado pela admiração dos contemporaneos, adorado pelas massas, e se mantem palpitante no entusiasmo dos que lhe conhecem os feitos legendarios, lhe sabem a obra que construiu, que o dissecaram como homem e o avaliaram como elemento social, agente que foi do instincto racial, no alastramento do Brasil para o Oeste.

O papel que elle representou como paradigma da nacionalidade outorgou-lhe direito a um tratamento á parte,

distincto, de excepção. Tendo consubstanciado em si a força irreprimivel da expansão nacional, em dado momento historico, não pode ter consideração egual ou semelhante a que se dispensa, em regra, aos grandes homens em determinada actividade, em especulação restricta, guerreiros victoriosos em combate ou combates, estadistas de reformas felizes, politicos de medidas opportunas, inventores ou sabios, poetas ou romancistas.

Nelle não ha a vêr o campeador de 27 annos, guerreiro por instincto, cujas qualidades maravilharam o inimigo; nem o organizador espantoso de um exercito que tão eloquentes provas forneceu de sua efficacia combativa; nem o creador de um Estado novo na America do Sul; nem o nobre contendor que primou em fazer a guerra á moda dantanho, sem humilhar os vencidos, vencedores da vespera como o Coronel Rozendo Rojas, intrataveis como D. Lino Roméro, concedendo a ambos e aos seus lugares-tenentes o uso da espada depois de rendidos, um em "Volta da Empresa", empós 11 dias de combate, outro em "Puerto Alonso", depois de 9 dias e 9 noites de lucta encarniçada, infernal, tremenda; nem o patriota que soube se collocar em um sêgundo plano digno quando o Barão do Rio Branco, tendo assumido a pasta das Relações Exteriores, avocou a questão acreana, para resolve-la por via diplomatica e mediante ajuste e indemnisação, quando já estava ella resolvida pela melhor e mais decisiva fórma; nem o administrador admiravel que elle foi do Departamento do Alto Acre, depois do territorio haver passado para a soberania do Brasil; e menos ainda como martyr que o fizeram, assassinando-o pelas costas, de emboscada, para faze-lo calar os protestos vehementes contra a escravidão dos acreanos pelos agentes do governo do Rio de Janeiro. Seria vê-lo em minucias, o perfil apenas debuxado, as características somente esboçadas.

Elle ha que ser visto no exercicio amplo de todas as qualidades que lhe exornaram a personalidade inconfundivel, singular, magnifica, de intelligencia e de bravura, todas a serviço do anhelado que é de todos por um Brasil maior.

O Acre, tal como foi integrado no mappa do Brasil, é obra sua, de seu heroismo, de sua força de querer.

Do alto da tribuna do Senado da Republica, quando de sua morte, em 1908, Coêlho Lisbôa qualificou-o de Aventureiro Sublime, só comparavel a Cid, o campeador fascinante de Espanha.

Germano Haaslocher, na mesma occasião, disse que foi um dos maiores patriotas que tem tido o Brasil.

O titulo que melhor lhe cabe, entretanto, é aquelle que lhe deram os seringueiros do rio da borracha e que elle sempre ouvia com um sorriso de intima e intraduzivel satisfação: Pae do Acre!

XIV

A “DESCOBERTA” DO BARÃO DE RIO BRANCO

*Publicado no “Jornal do Commercio”
em 29 de Dezembro de 1940.*

O Barão de Rio Branco foi, sem nenhum favor, um dos homens que mais e melhor trabalharam pela grandeza do Brasil, mas foi, também, aquelle que mais honrarias recebeu em vida e a cuja memoria nunca foram regeateadas homenagens de todo genero.

E’, talvez, o único vulto de nossa Historia que não padece discussão e nem se admittem resalvas no julgamento de sua obra.

Se não é difficil enumerar os monumentos que lhe elevaram na praça publica, é impossivel relacionar as manifestações de outro genero que lhe foram tributadas quando ainda vivo e que continuam a ser prestadas ao seu nome e á sua memoria em todos os rincões da Patria.

Não teve ainda, entretanto, 30 anos depois da morte, quem lhe estudasse a obra, a grande obra de geographo, de historiador, de diplomata e de estadista.

Á parte o notavel trabalho de psychologia de Liberto Bittencourt e o ensaio de João Lyra Filho, em o qual ficou gizada a actividade de Barão de Rio Branco, o que ha sobre elle é simples biographia, ou melhor, relação de dados biographicos, ou anedoctario singelo sem maior interesse isoladamente.

Nada que faça conhecer o homem em todas as quadras da existencia, como estudante e como professor, politico e jornalista, historiador e geographo, funcionario consular, diplomata nas questões de Palmas, do Amapá e do Acre, e finalmente como estadista na direcção da politica exterior da Republica durante 8 annos.

Não basta que se alinhem as datas marcantes de sua carreira de homem publico e nem que apenas sejam arrolados os cargos que exerceu.

O que se faz preciso é que se o apresente como elemento da sociedade de seu tempo, actuando sobre essa mesma sociedade no sentido que julgou melhor ou como as circumstancias aconselharam, tendo em vista principalmente que o segundo Rio Branco não foi creatura normal, que agisse repetindo gestos classicos, enunciando conceitos que a outros já houvessem occorrido.

Tudo nelle, de facto, foi inesperado e extraordinario, foi grande e foi expressivo.

A primeira phase de sua vida publica, da formatura em Direito á nomeação para Washington, foi a da preparação; a segunda, desde o trabalho junto ao Presidente Cleveland até á morte, foi a da execução.

Em qualquer das duas ha material bastante para estudo monumental, digno dos exemplos que legou á Nação, da obra que construiu, do acervo que deixou.

E' mistér, portanto, que para tal estudo surja escriptor á altura do thema agigantado.

* * *

Um dos problemas que espera o historiador que ha-de ter Rio Branco é o de seu aparecimento na primeira questão em que foi advogado do Brasil, aquella com a Argentina, sobre o Territorio de Palmas, erroneamente chamado de Missões, quando a mesma foi submettida ao ar-

bitramento do Presidente dos Estados Unidos da America do Norte.

Nos dados biographicos de José Maria da Silva Paranhos Junior, em verdade, nada consta a respeito. Encontra-se nelles somente que em 1876 foi nomeado Consul Geral em Liverpool, e que em 1893, quando ainda ocupando esse cargo, foi designado, em commissão, para exercer a Superintendencia do Serviço de Emigração para o Brasil na Europa, em cujo exercicio estava ao ser nomeado Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Missão Especial junto ao Arbitro que o Brasil e a Argentina tinham escolhido para solucionar a questão territorial existente entre ámbos.

Isso quer dizer, noutras palavras, que a 5 de Abril de 1893, data em a qual foi assignado o decreto de sua nomeação para 1.º Plenipotenciario e Chefe da Missão Especial, era apenas Consul Geral. O outro cargo era simples commissão.

Para quem não desconheça os preconceitos que sempre separaram as carreiras-consular e diplomatica — só ha pouco fundidas — a transição feita pelo Barão de Rio Branco, saltando de Consul Geral para Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Missão Especial, apresenta-se brusca demais, desconcertante mesmo, até inexplicavel.

Ausente do paiz ha muito, quasi ninguem fóra do Instituto Historico o conhecia.

Ainda em 9 de Fevereiro de 1895, o que vale dizer, depois do laudo do Presidente Cleveland, Joaquim Nabuco, pelas columnas do "Jornal do Commercio", accentuava o desconhecimento de Rio Branco no Brasil: "O Barão de Rio Branco, pode-se dizer, era até hontem muito mais conhecido no nosso paiz pelo reflexo do nome paterno do que pelo que elle mesmo já tinha feito. O laudo do Presidente Cleveland é que o veio collocar na primeira

fila dos nossos homens publicos. Essa obscuridade relativa, em que elle se collocára, explica-se pela natureza do homem, e esta merece ser reconhecida. Desde muito moço, o que lhe interessava era a historia de nosso paiz, as nossas cousas militares, o seu prestigio exterior, as glorias da nossa bandeira”.

Explicado o seu desconhecimento no Brasil e os seus pendores para a literatura historica, uma pergunta se impõe: sua nomeação não teria sido premio a qualquer obra sua, com merito invulgar, sobre o objecto da questão em lide no momento?

Resposta que tambem se impõe como unica: Não!

Rio Branco até á epocha estudara mais do que escrevera, e o que escrevera não tinha maior significação para o caso: traducção e annotação á obra allemã de L. Schneider “A Guerra da Triplice Alliança contra o Governo da Republica do Paraguay”; “Le Brésil à L’Exposition Internationale de St. Petersbourgh”; collaboração anonyma á obra de B. Mossé: “D. Pedro II, Empereur du Brésil”; o mais são artigos para a “Grande Encyclopedie”, de E. Levasseur, assignados com as iniciaes R. B. e o “Resumé de l’histoire du Brésil depuis la découverte jusqu’au 13 Mai 1888”.

Uma outra hypothese que occorre, sabendo-se que fôra deputado á Camara, de 1869 a 1875, é que ligações politicas hajam influído para sua escolha em 1893 para defender os direitos brasileiros na grave questão diplomatica em equação.

Essa hypothese, porém, é absurda. O regimen em que exerceu mandato eleitoral estava extincto desde 15 de Novembro de 1889 e o ambiente permanecia esmaltado de prevenções contra os monarchistas. O titulo de barão que nunca deixara de ostentar, como era sabido, seria, nessas condições, elemento negativo na occasião.

Dentro da lógica dos factos, pois, não existe uma explicação plausível para a ascensão de Rio Branco do posto de Consul Geral numa cidade ingleza como Liverpool para o de Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Missão Especial na Capital dos Estados Unidos.

* * *

Vale lembrar, nesta altura, que a questão territorial com a Argentina havia percorrido todos os trami-tes normaes, desde o Tratado do Paraná, firmado pelo então Deputado José Maria da Silva Paranhos (pae), em 14 de Dezembro de 1857, que não teve ratificação, até o que em Buenos Aires, a 25 de Janeiro de 1890, assignou Quintino Bocayuva, dividindo entre os dois paizes o territorio em litigio, e que foi regeitado pela Camara dos Deputados do Brasil pela significativa votação de 142 votos contra apenas 5.

Voltara-se, portanto, ao regimen do arbitramento combinado pelo Tratado de 7 de Setembro de 1889.

No Barão Aguiar de Andrade, diplomata de carreira desde a Monarchia, recahiu a nomeação de chefe da Missão Especial incumbida da defesa dos direitos brasileiros junto a Glover Cleveland, e que fôra 2.º Commissario nas negociações levadas a termo por Quintino Bocayuva em 1890.

No General Dionysio de Cerqueira que como deputado havia redigido o parecer á Camara do qual resultara a regeição do Tratado Quintino-Zeballos, e que como demarcador estudara o territorio em litigio, coube a nomeação de 2.º Commissario.

Ambos decretos de nomeação foram datados de 30 de Abril de 1892.

Em começo do anno seguinte os dois commissarios entregaram as respectivas credenciaes e puzeram-se a trabalhar.

A 28 de Março, porém, occorreu o falecimento em New-York do Barão Aguiar de Andrade, assumindo interinamente a chefia da Missão o General Dionysio de Cerqueira, que se esperava fosse effectivado no cargo.

A realidade, emtanto, é que não parece que o Governo da Republica, em mãos de Floriano Peixoto, haja pensado nisso ou hesitado entre outros nomes que se tenham apresentado á successão do velho diplomata Aguiar de Andrade, uma vez que tendo occorrido seu falecimento a 28 de Março, logo a 5 de Abril era publicado o decreto de nomeação de José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, Consul Geral em Liverpool.

Sabendo-se o desconhecimento, no Brasil, da figura do novo advogado para os interesses nacionaes em Washington, ademais tudo méro *agente commercial* como eram tratados os consules pelos diplomatas, pode-se imaginar a surpresa que terá causado essa nomeação, e não apenas a surpresa porque tambem a opposição.

O menos que se disse, na occasião, é que Floriano Peixoto deixara-se levar pela amizade que votaria ao antigo collega na Escola Militar e companheiro dilecto no surto jacobinista que agitara as ruas do Rio de Janeiro em meados do seculo.

A verdade, porém, é que a escolha que fez o Presidente da Republica não obedeceu a nenhum sentimento pessoal, mas somente o de confiar a causa em lide a quem estivesse na altura das circumstancias, sem attender a prejuizos de qualquer ordem, surdo ás intrigas e ás sollicitações que lhe chegaram.

E' aqui que occorre perguntar como Floriano Peixoto chegou ao conhecimento do mérito do Barão de Rio Branco, ausente do Brasil havia 17 annos, no desempe-

nho de cargo modesto, sem ligações partidarias no paiz, que não se manifestara publicamente por occasião de ser implantado o novo regimen que se procurava galvanizar?

* * *

A resposta a tal pergunta — que por tantos ha de ter sido formulada — se encontra em trabalho subscripto pelo Dr. Graciano A. de Azambuja, publicado no numero de 1896 do “Anuario da Provincia do Rio Grande do Sul”, cujo conhecimento devo á sollicita bondade de Souza Docca.

Nesse trabalho, naturalmente escripto em 1895, em vida pois de Floriano Peixoto, cujo falecimento occorreu a 29 de Junho, circumstancia que deve ser tida na maior conta, e quando fazia pouco da victoria brasileira na questão de Palmas, uma vez que o laudo de Cleveland foi datado de 5 de Fevereiro daquelle mesmo anno, outra circumstancia importante a ter em vista, Graciano Azambuja reclamava contra a ingratição a Rio Branco que se prenunciava, lembrando com tristeza que o “Jornal do Comercio”, em Fevereiro, logo depois de conhecida a decisão arbitral, havia concitado o reconhecimento da Nação para o insigne diplomata, *“mas o anno vai se aproximando do seu fim, a sessão do Congresso está prestes a encerrar-se, e nada disse nem fez ali a Nação pelos seus representantes immediatos”*.

Rio Branco, aliás, já havia voltado ás suas antigas funções de Consul em Liverpool, em as quaes se conservaria até 22 de Novembro de 1898, quando foi nomeado para defender os interesses do Brasil na questão com a França, sobre a região de Amapá.

Para justificar o que reclamava para Rio Branco — a gratidão da Patria — que, diga-se de passagem, só se manifestou depois da segunda grande victoria, aquella do Amapá, obtida junto ao Presidente da Confederação

Suissa, cujo laudo foi conhecido a 1.º de Dezembro de 1900, o escriptor sul-riograndense traçou o perfil do amigo, historiou as relações entre ambos, iniciada no curso academico em São Paulo e mantida numa correspondencia epistolar jamais interrompida durante 28 annos, e pela qual pôde acompanhar sua evolução intellectual, saber-lhe as preoccupações, conhecer-lhe os trabalhos, aferir-lhe, em summa, o valôr.

Depois disso é que referiu como e onde teve oportunidade para manifestar ao Presidente da Republica a extranheza pelo facto de não ter sido o Barão de Rio Branco o homem escolhido para a Questão de Palmas, ao emvez do Barão Aguiar de Andrade, “que nunca se assignálara por estudos especiaes sobre o assumpto”.

Melhor, porém, de que quaesquer commentarios, são as suas proprias palavras:

“Em fevereiro de 1893, estando eu um dia com o Sr. Marechal Floriano Peixoto, na Escola de Bellas Artes, no Rio de Janeiro, a proposito de algumas imagens dos templos das antigas missões jesuitas no Rio Grande do Sul, — que haviam sido mandadas para a Exposição de Chicago, e que S. Ex. vira no antigo edificio do Museu Nacional (onde se fez a exposição preparatoria) — aconteceu conversarmos um pouco sobre a questão de Missões, a discussão que a respeito della houve na imprensa do Rio, e sobre o Sr. Barão Aguiar de Andrade. Tive desejos de perguntar ao Sr. Marechal: Porque não foi aproveitado o Barão de Rio Branco para chefe da Missão Especial? Mas como não tinha intimidade com Sua Excellencia, com quem falava pela segunda ou terceira vez, entendi que a minha interpeção seria inconveniente e limitei-me a dizer-lhe: Admiro como não foi aproveitado neste negocio o Barão do Rio Branco que a meu vêr é o brasileiro mais competente para discutir e tratar

o assumpto, em vista dos estudos especiaes a que tem consagrado todo o seu tempo e actividade”.

Não pode haver duvida, portanto, que foram essas palavras de conceito aos meritos de Rio Branco, ouvidas de Graciano de Azambuja em Fevereiro de 1893, que surgiram ao espirito de Floriano Peixoto, no mez seguinte, quando lhe levaram a noticia da morte de Aguiar de Andrade.

Dahi, igualmente, a explicação para a presteza com que foi dado substituto ao diplomata extincto.

Floriano Peixoto, com a rara capacidade que nunca ninguem lhe negou, para conhecer os homens, terá comprehendido nas palavras de Graciano de Azambuja, cuja caracteristica fundamental era a severidade, que ellas se ajustavam perfeitissimamente á figura familiar do antigo collega na Escola Militar, em 1861. Não lhe saberia o pendor para os estudos historicos e geographicos, só revelado quando cursou a Faculdade de Direito (de 1865 o estudo biographico do Barão de Serro Largo), mas não foi difficil comprehende-lo de travez o julgamento e as informações do advogado gaúcho.

A Graciano de Azambuja, nessas condições, é que o Brasil ficou devendo a descoberta de um dos seus maiores homens publicos em todos os tempos e regimens: o Barão de Rio Branco.

XV

A OCCUPAÇÃO DA ILHA DA TRINDADE PELA INGLATERRA

Rodrigo Octavio, em sua mais interessante obra — MINHAS MEMORIAS DOS OUTROS — no capitulo destinado á lembrança de Carlos de Carvalho, referiu o caso da ilha da Trindade, occupada em Janeiro de 1895 pela Inglaterra, e restituida á soberania do Brasil em Agosto do anno seguinte, isso graças em grande parte á actividade, á previsão e á energia do ministro do exterior do governo Prudente de Moraes.

O escriptor, com a auctoridade de quem conhece bem a historia brasileira, acha que foi esse “talvez o mais brilhante triumpho de nossa diplomacia”.

A leitura da correspondencia trocada na occasião, e que se encontra no volume XXVIII das Publicações do Archivo Nacional, entre Carlos de Carvalho e Lord Salisbury, faz certo o juizo de Rodrigo Octavio. O estadista brasileiro, de facto, foi inexcedivel na acção que desenvolveu junto ao governo da Grã-Bretanha, na defesa do patrimonio territorial do Paiz e na dignidade da Nação, um e outra offendidos duramente com a occupação, *manu-militari*, da ilha da Trindade, sem uma razão justa qualquer, sem um pretexto que a justificasse, sem uma causa que ao menos a explicasse.

Tudo faria crêr, entretanto, que a sorte da ilha da Trindade e da ilha de Martim Vaz, que lhe fica vizinha, iria ser idêntica á das ilhas Malvinas, occupadas pela mesma Inglaterra na manhã de 3 de Janeiro de 1833 e até hoje conservadas nos mappas de suas possessões sob o nome de ilhas Falkland.

Ao Brasil, nesse caso, restaria o unico recurso que ficou á Argentina: protestar. Protestar em todas as oppportunidades, por todos os meios, mas apenas protestar.

Aggravou a situação das ilhas brasileiras, aliás, a circumstancia de estarem deshabitadas no momento da occupação, em Janeiro de 1895, ao passo que as ilhas argentinas, em Janeiro de 1833, ao chegar ao Puerto Deseado, na principal dellas, a corveta ingleza *Clio*, do *Commodoro* Onslow, havia alli um governo civil com jurisdicção sobre todo o archipelago e estava ancorado nas suas aguas a corveta argentina *Sarandi*.

Com a mesma tranquillidade que se deixou ficar — e permanece — nas ilhas Malvinas, a Inglaterra se poderia ter conservado nas ilhas da Trindade e de Martim Vaz. Daquellas fez a sua principal estação naval no Atlantico sul, dominado o estreito de Magalhães, a porta do Oceano Pacifico. Destas teria feito uma outra base destinada á vigilancia da costa da America Meridional e do sul da Africa. Seria uma guarita armada em frente á capital do Brasil e á Colonia do Cabo. Ponto estrategico idéal. Melhor do que qualquer outro.

Assim, entretanto, não o correu, isso, não ha duvida, deve o Brasil, em bôa parte áquellas qualidades que Rodrigo Octavio apontou como traços dominantes da personalidade de Carlos de Carvalho: actividade, previsão, energia.

Ele soube da insolita occupação, como toda gente, por uma noticia inserta no *Financial News*, de Londres, a 4 de Junho de 1895, e transcrita no *Rio News*, jonal

que então era editado no Rio de Janeiro, de 16 do mesmo mez.

Já no dia 19 telegraphava a Souza Corrêa, ministro brasileiro em Londres, pedindo explicações; officiava ao seu collega da Marinha suggerindo a ida de navio de guerra á ilha para verificar o que houvesse de real; aos ministros da Justiça, Fazenda e Guerra solicitava elementos que o habilitassem a demonstrar á Legação Ingleza a soberania brasileira sobre a Trindade; dirige-se directamente ao director do Archivo Publico pedindo-lhe os documentos existentes na repartição sobre os direitos do Brasil á ilha occupada; telegraphou á legação brasileira em Lisbôa ordenando a remessa do que lá houvesse sobre o assumpto; e pôz-se em communição com o Presidente do Estado do Espirito Santo, a cuja jurisdicção pertencia a ilha, para poder demonstrar que a mesma não era territorio abandonado... Na mesma data avista-se com o Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade a Rainha Victoria, Constantino Phipps, interpellando-o sobre a noticia vehiculada pela imprensa, ouvindo a resposta de que a mesma *não lhe parecia destituida de fundamento...*

* * *

A ilha da Trindade, egualmente como a de Fernando de Noronha, é um prolongamento do territorio nacional. Descoberta em 1501 por navegante portuguez — João da Nova, — então ao serviço da Corôa, foi desde logo incorporada ás suas possessões americanas e como tal sempre foi considerada, figurando assim em todos os tratados ou que nome tiveram os ajustes internacionaes do tempo.

Referem velhas chronicas que em 1539, Dom João III, de Portugal, doou-a, e á de Martim Vaz, que lhe fica proxima, a Belchior Camacho, sob a condição de cul-

tivar-lhes as terras e dê povoa-las com elementos seus. Dentro de pouco, entretanto, voltaram ambas ao dominio da Corôa por se haver convencido o donatario de sua imprestabilidade para qualquer genero de exploração mercantil e industrial.

E' no começo do Seculo XVIII, porque em 1700, que a Grã-Bretanha, pela primeira vez, investe e ocupa a ilha de Trindade, dando inicio á série de tentativas para della se apossar definitivamente.

O facto, porém, é que Portugal, ao tempo, era ainda bastante forte para se sujeitar passivamente ao esbulho e que a Grã-Bretanha ainda não era sufficientemente poderosa para tornar effectiva a usurpação.

Bastou, nessas condições, que Portugal reclamasse, para que sua futura alliada mandasse pressurosa arrancar os padrões plantados na ilha pelo *captain* Edmond Halley.

Em 1781, entretanto, as coisas haviam mudado de figura. Portugal já era menos forte e a Inglaterra mais potente. Occorre, então, nova occupação da Trindade, que dá lugar a novo protesto portuguez, attendido, porém, sem solicitude.

Para evitar a repetição da tentativa insolita o governo da metropole manda guarnecer a ilha por 400 homens que nella se conservam até 1785.

Desta data em diante só houve que assignalar visitas com character scientifico, geralmente de europeus, embora se saiba, hoje, que periodicamente os navios inglezes encarregados de patrulharem os mares do sul, a ela aportavam de quando em vez.

Dessa circumstancia, naturalmente, a resposta que ao Chanceller Carlos de Carvalho deu o Plenipotenciario Constantino Phipps, em 1895, de que a occupação annunciada pelo *Financial News* não lhe parecia destituida de fundamento...

Compellido a explicar-se sobre a occupação da ilha da Trindade, o governo inglez, pelo seu Ministro do Exterior, Lord Salisbury, respondeu que a mesma assentara em duas razões: a primeira, que estava deshabitada; a segunda, que não pertencia a potencia alguma

Carlos de Carvalho admittiu a primeira condição e repelliu a segunda, argumentando que uma ilha pode pertencer a uma nação e não ser habitada, sem que isso autorise a que um outro elemento se venha della apossar.

Adduziu, ainda, o chefe do *Foreign Office*, que a independencia do Brasil foi reconhecida em 1825 por um tratado e que este não mencionou a ilha como parte do territorio que devia ser separado de Portugal.

A isso retrucou vantajosamente o Chanceller que o facto, longe de provar que a ilha houvesse sido excluida do dominio brasileiro, fez prova, pelo contrario, que a mesma ficou nelle incluida.

A correspondencia sobre o assumpto é edificante. Enquanto o governo inglez tergiversa, tangencia a questão, foge ao debate franco, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil se avanteja á medida que os dias passam e lhe chegam os documentos a exhibir no debate. E' assim que em Londres afanam-se os diplomatas em demonstrar o *res nullius* que seria a ilha, enquanto os do Rio de Janeiro ganham eloquencia no alinhar dos elementos de prova do *jus possidenti* do Brasil sobre a Trindade e sobre Martim Vaz.

A melhor prova disso reside no facto de que, a certa altura do debate, o governo inglez entendeu propôr que a questão fosse submettida a arbitramento, o que foi prompta e energicamente repellido pelo governo brasileiro. Sujeitar-se a arbitramento era admittir duvida onde não havia; era reconhecer direitos a serem cotejados com

os proprios; era, afinal, ceder uma bôa parte da convicção que mantinha de ser o unico dono e senhor da coisa que se pretendia usurpar.

E' nessa ocasião que o governo portuguez offerece-se como mediano na questão. A Grã-Bretanha era-lhe a alliada e o Brasil era-lhe o descendente. Ninguem, portanto, teria maior auctoridade para intervir no caso. Ambos os litigantes, aliás, apressaram-se em acceitar os bons officios de Portugal, cujo representante no Rio de Janeiro, o Conselheiro Camelo Lampreia alongou-se a mais não ser possivel para a solução honrosa do conflicto.

Não ha a menor duvida, de resto, que o testemunho do governo de Lisbôa, prestado ao governo de Londres, na nota de 20 de Julho de 1896, influiu poderosamente para o reconhecimento dos direitos do Brasil sobre a ilha da Trindade. Nesse documento, opportuno e claro, lembrou a chancellaria portugueza que a ilha fôra descoberta por portuguezes e que em 1782 o governo inglez havia reconhecido a soberania de Portugal sobre ella; e mais, que por ocasião da independencia do Brasil a ilha passara á soberania do mesmo.

O facto é que a 3 de Agosto desse mesmo anno de 1896, o encarregado dos negocios da Grã-Bretanha em Lisbôa communicava ao Ministro dos Negocios Estrangeiros de Portugal, Luiz Soveral, em nota official, "que o Governo de Sua Magestade se acha inclinado a adherir á opinião que lhe foi manifestada, e por deferencia a essa opinião, desistir das suas pretensões á posse da dita ilha".

No dia 5 essa noticia era communicada ao governo brasileiro pelo Conselheiro Camelo Lampreia, então encarregado dos negocios de Portugal no Rio de Janeiro.

Somente a 21, porém, é que o representante da Inglaterra no Brasil, Arthur S. Reiks, participou que haviam sido expedidas ordens ao commandante do *Bara-*

couta para ir á Trindade retirar os signaes da occupação daquella ilha...

* * *

Não ha duvida alguma que o Marquez de Salisbury accitou satisfeito a mediação de Portugal no conflicto por sentir que lhe faltavam razões com as quaes pudesse justificar ao Mundo a occupação da ilha da Trindade.

Mas não ha duvida, igualmente, que tudo havia envidado, até então, para encontrar essas razões, ora argumentando, ora sophismando, sophismando mais do que argumentando.

Por curioso vale que se conheça um dos argumentos — argumento ou sophisma — do Marquez de Salisbury, contido no despacho que a 16 de Novembro de 1895 endereçou ao representante inglez no Rio de Janeiro, para que delle desse conhecimento ao governo do Brasil:

“Onde por condições naturaes a commodidade e os interesses de vastas populações dependem de se dar a um lugar da superficie da terra o uso para o qual tem especial e singular aptidão, é levar muito longe o direito de soberania o dizer que *os donos* desse lugar da terra terão o direito de declarar que não se lhe dará aquelle uso em nenhumaes condições e de retirar-lo do serviço da humanidade...”

E como complemento dessa premissa alarmante informar que a occupação da ilha da Trindade o foi, segundo o dito Marquez de Salisbury, para “facilitar a communicacão telegraphica do Mundo”, uma vez que se projectava no Brasil “tomar compulsoriamente conta dos cabos lançados ao longo da costa brasileira pela compa-

nhia “Western and Telegraph”. Á vista do que pretendia uma outra companhia ingleza, a “Telegraph Construction”, fazer das ilhas do Cabo Verde por Ascensão a Montevidéo uma linha alternativa que poria o resto da America do Sul em contacto com a Europa sem passar pelo Brasil. Para isso era necessario que servisse de amarração a deshabitada ilha da Trindade...”

Tem-se, dess’arte, que o Brasil, a acreditar no Marquez de Salisbury, pretendia exercer *controle* sobre os telegrammas dos demais Estados da America do Sul para a Europa e vice-versa!

Quando se sabe, hoje, que nunca foi cogitado pelo governo brasileiro de apropriar-se, compulsoriamente ou não, dos cabos submarinos da Western Telegraph — ainda em serviço na actualidade — não é possivel deixar de sorrir ante a intriga que se pretendeu fazer entre o Brasil, a Argentina e o Uruguay, os Estados da America a que se referiu o Marquez de Salisbury.

* * *

A eloquente nota-protesto que Carlos de Carvalho, a 7 de Janeiro de 1896, endereçou á Legação Britannica no Rio de Janeiro, refutando os argumentos do Marquez de Salisbury para justificar a occupação da Trindade, qualificou essa occupação de clandestina. De facto, a occupação foi feita em Janeiro de 1895 e só foi sabida em Julho, e isso graças á indiscreção do *Financial News*, de Londres, e do *Rio News*, do Rio de Janeiro.

Verdade é que a 3 de Fevereiro o cruzador “Baracouta”, que tinha feito a occupação, havia chegado a Montevidéo, exhibindo ás auctoridades sanitarias uma carta de saúde expedida pelo Capitão dos Portos da Ilha da Trindade — A. M. Page — que por signal era o proprio medico da bellonave ingleza. O facto, porém, é que

não se soube da carta de saúde fóra das repartições do governo uruguayo, onde não terá despertado maior attenção. A clandestinidade, portanto, continuou e continuaria se não fóra a noticia do jornal londrino.

Vem a proposito referir que os diarios da imprensa de Montevidéo, quando foi conhecido o caso da carta de saúde, em fins de Julho, noticiaram como se effectuou a occupação da ilha, descrevendo o cerimonial que teve lugar, em seguida ao qual o commandante do *Baracouta* — Francys y Foley — nomeou as auctoridades de sua Graciosa Magestade a terem exercicio na nova conquista, consumando assim a empreza de que veiu encarregado: augmentar as possessões britannicas!

* * *

A titulo de simples curiosidade vale que se saiba o que é e o que significa a ilha da Trindade.

No “Atlas do Brasil”, do Barão Hòmem de Mello, edição de 1909, ella figura como tendo 6,8 kilometros quadrados de superficie, sem nenhuma população.

Bruno Lobo, que a visitou quando director do Museu Nacional, em conferencia pronunciada em 18 de Julho de 1918 — segundo o resumo publicado pela “Revista Maritima Brasileira” — attribue-lhe 6.000 metros de extensão sobre 2.000 de largura; avalia em 600 metros a altitude de sua unica montanha; disse-a de origem vulcanica, uma vez que na sua superficie se encontra com frequencia blocos de lava. Informou ainda o mesmo professor, quanto á flora, “ser ella pobre, apenas se encontrando alguns arbustos de quatro metros de altura, fenos arborescentes, uma leguminosa, uma convulvulacea”. A fauna, qualificou-a de interessante, notando a presença em grande numero de animaes inferiores.

Finalisou sua exposição declarando que a importancia da ilha da Trindade não é como terreno de cultura, para o que não se presta, nem como fonte de riqueza mineral, mas como excellente base marítima, deposito de combustivel e estação de submarinos.

Não terá sido por outra razão, aliás, que ella sempre foi appetecida pela Grã-Bretanha, desde a primeira occupação, em 1700, até á ultima, em 1895.

Quasi á meia distancia entre a America do Sul e o sul da Africa, é uma atalaya preciosissima para quem a possuir e puder aproveita-la.

XVI

NOTAS SUBSIDIARIAS

EXTENSÃO DA FRONTEIRA

A linha divisoria do Brasil com os Estados e Colonias que lhe estão em volta, no Norte, Oéste e Sul, estende-se por 16.423.549,125 kilometros, na seguinte ordem de valores:

	Kms.
1 — Uruguai	1.003.071,610
2 — Argentina	1.262.910,000
3 — Paraguai	1.339.057,000
4 — Bolívia *	3.125.951,395
5 — Perú	2.995.272,000
6 — Colômbia	1.644.180,000
7 — Venezuela	2.199.267,120
8 — Guiana Britânica	1.605.800,000
9 — Guiana Neerlandesa (Suriname)	593.040,000
10 — Guiana Francesa **	655.000,000

(*) Ha uns pequenos trechos, em zonas inhabitadas, por demarcar.

(**) Completamente indemarcada.

TRATADOS DE LIMITES

Os actos diplomaticos em que foram reguladas as divisas do Brasil com os territorios confinantes, na ordem chronologica, são os seguintes:

GUYANA FRANCEZA — Tratado de Utrecht, de 11 de Abril de 1713, assignado pelos plenipotenciarios de Portugal, Conde de Tarouca e Dom Luiz da Cunha, e pela França, Marquez de Huxelles e Nicolau Mesnager, sendo reis de um e outro paiz, respectivamente, D. João V e Luiz XIV.

Informa Hildebrando Accioly, em “Actos Internacionaes vigentes no Brasil”, que apenas o artigo VIII desse Tratado se pode considerar vigente...

Por esse artigo o rei de França renunciou em favôr do rei de Portugal, de todo e qualquer direito de pretenção ás terras chamadas do Cabo Norte, situadas entre os rios Amazonas e Japoc.

O Presidente da Confederação Suissa, escolhido para arbitro na questão suscitada sobre a interpretação desse artigo do Tratado de Utrecht, por laudo de 1.º de Dezembro de 1900, decidiu: 1.º) Que o rio Japoc ou Vicente Pinzon não era o Araguay, como pretendia a França, mas o Oyapoc, que se lança no Oceano Atlantico a oeste do cabo Orange, e que a fronteira segue por esse rio; 2.º) Que o limite interior segue da nascente principal do Oyapoc até a fronteira da Guyana Hollandeza, pela cumiada da serra Tumuc-Humac.

Até hoje não foi possível demarcar essa parte da fronteira do Brasil.

REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY — Tratado de 12 de Outubro de 1851, assignado no Rio de Janeiro, por Henorio Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquez do Paraná, e Antonio Paulino Limpo de Abreu, futuro Visconde de Abaeté, pelo Brasil; pelo Uruguay assignou-o D. Andrés Lamas.

Esse Tratado recebeu varias modificações e interpretações por outros tratados e convenções: 1.º) Tratado de 15 de Maio de 1852; 2.º) Protocollo de 22 de

Abril de 1853; 3.º) Tratado de 30 de Outubro de 1909; 4.º) Convenção de 7 de Maio de 1913; 5.º) Convenção de 27 de Dezembro de 1916.

Esta parte da fronteira está inteiramente demarcada e caracterizada tanto quanto necessario, attendendo a circumstancia de não haver accidentes naturaes em grande extensão da zona limitrophe entre os dois paizes.

REPUBLICA DO PERÚ — Tratado de 23 de Outubro de 1851, assignado em Lima pelo Ministro Duarte da Ponte Ribeiro e pelo Chanceller Bartolomé Herrera. Foi modificado, em parte, pelo Accordo de 11 de Fevereiro de 1874 e pelo Tratado de 8 de Setembro de 1909.

Está inteiramente demarcada esta parte da fronteira.

REPUBLICA DA VENEZUELA — Tratado de 5 de Maio de 1859, assignado pelo Ministro brasileiro Felipe José Pereira Leal e pelo Chanceller venezuelano Luiz Santojo, em Carácas.

Protocollos de 9 de Dezembro de 1905 e de 24 de Julho de 1928 e Accordo de 7 de Novembro de 1931, referentes todos esses actos á demarcação que foi completada.

REPUBLICA DA BOLIVIA — Tratado de 27 de Março de 1867, assignado em La Paz de Ayacucho pelo Plenipotenciario Felipe Lopes Netto e pelo Chanceller Donato Muñoz.

Esse Tratado foi grandemente modificado pelo de 17 de Novembro de 1903, subscripto pelo Barão de Rio Branco e Assis Brasil, pelo Brasil, e Fernando Guachalla e Claudio Pinilla, pela Bolivia. E' o chamado Tratado de Petropolis que pôz termo á questão pela posse do Territorio do Acre.

Accordo de 10 de Fevereiro de 1911 sobre a demarcação da fronteira.

Tratado de 25 de Dezembro de 1928, também sobre a demarcação, que só faltam para ultimá-la alguns pequenos trechos em zona inhabitada.

REPUBLICA DO PARAGUAY — Tratado de 9 de Janeiro de 1872, assignado em Assumpção pelo Barão de Cotegipe e Luiz Loizaga.

Tratado complementar de 21 de Maio de 1927 e Protocollo de 9 de Maio de 1930.

A fronteira está demarcada, faltando caracterisá-la em pontos que se faz preciso isso.

REPUBLICA DA ARGENTINA — Tratado de 6 de Outubro de 1898, assignado no Rio de Janeiro pelo Chanceller Dionysio de Cerqueira, do Brasil, e Plenipotenciario Epifanio Portela, da Argentina.

Sobre a demarcação foram assignados Artigos Declaratorios em 4 de Outubro de 1910.

Está finda a demarcação.

GUYANA HOLLANDEZA — Tratado de 5 de Maio de 1906, assignado no Rio de Janeiro pelo Chanceller Barão de Rio Branco e pelo Plenipotenciario F. Palm.

Accordo de 22 de Setembro de 1931.

Demarcada a fronteira.

REPUBLICA DA COLOMBIA — Tratado de 24 de Abril de 1907, assignado em Bogotá pelo Plenipotenciario Enéas Martins e pelo Chanceller Alfredo Vasquez Cobo.

Tratado de 15 de Novembro de 1928.

Accordo de 7 de Março de 1930.

Está terminada a demarcação.

GUYANA INGLEZA — Tratado de Arbitragem assignado em Londres, a 6 de Novembro de 1901, pelo qual foi attribuida ao rei da Italia a faculdade para dirimir a questão de limites entre o Brasil e a Grã-Bretanha. Joaquim Nabuco firmou-o pelo Brasil; Landsdowe pela Inglaterra.

Convenção de 22 de Abril de 1926.

Tratado de 22 de Abril de 1926.

Protocollo de 18 de Março de 1930.

Accordo de 27 de Outubro de 1932.

Accordo de 2 de Outubro de 1933.

Está feita a demarcação.

NOTA SOBRE A REPUBLICA DO EQUADOR — Antes de ter sido solucionado o litigio territorial entre o Equador e o Perú, o Brasil assignou um Tratado Condicional de Limites com aquelle paiz, no Rio de Janeiro, a 6 de Maio de 1904, tomando parte no mesmo o Chanceler Barão de Rio Branco e o Ministro C. R. Tobar. Com a solução que teve o litigio, favoravel ao Perú, esse Tratado deixou, automaticamente, de existir, uma vez que o Equador deixou de confinar com o Brasil.

PONTOS EXTREMOS DO TERRITORIO BRASILEIRO

O ponto Norte extremo do territorio do Brasil está na serra Caburai, na divisa com a Guyana Inglesa, cuja posição astronomica é 5.º 16' 19",60 de latitude norte.

O ponto Sul extremo é na foz do arroio Chuy, na fronteira com a Republica Oriental do Uruguay: 33.º 45' 10" de latitude meridional.

No Oéste o ponto extremo é na serra de Contamana (divisor das aguas dos rios Ucayali e Juruá): 73.º 59' 32", 45 de longitude Oeste de Greenwich.

No Lés-te é Ponta de Pedras, no Estado de Pernambuco, cuja posição está a 34° 48' 06" de longitude Oeste de Greenwich.

* * *

Entre os pontos extremos do Norte e do Sul ha 4.319,200 kilometros.

A extensão Lés-te-Oés-te é de 4.327,600 kilometros.

AREAS EM LITIGIO

Territorio disputado pela Republica Argentina ao Brasil (Districto de Palmas, nos Estados de Paraná e Santa Catharina)	25.000 kms ²
Territorio pretendido pela Grã-Bretanha	33.200 "
Desse total a sentença arbitral attribuiu á Grã-Bretanha : 19.630 kms ² e ao Brasil : 13.570 kms ²	
Territorio pretendido pela França	260.000 "
A sentença arbitral attribuiu ao Brasil: 255.000, e á França: 5.000 kms ²	
Territorio que a Bolivia cedeu ao Brasil	190.900 "
" " o Brasil cedeu á Bolivia	3.019 "
Territorio pretendido pelo Perú	442.000 "
" incorporado ao Brasil	403.000 "
" " ao Perú	39.000 "

BIBLIOGRAPHIA E INFORMAÇÕES

Questões do Amapá e do Pirára:

Memoria ao Presidente Hauser, da Confederação Suissa	Barão de Rio Branco
Memoria ao Rei da Italia	Joaquim Nabuco
A Politica Exterior do Imperio	Pandiá Calogeras
Da Regencia á Queda de Rozas ...	Pandiá Calogeras
A Politica de Portugal no Valle Amazonico	Arthur Cezar Ferreira Reis
L'Arbitrage Anglo-brésilien de 1904	A. de Lapradelle et N. Politis
Le Conflit de Limites entre le Brésil et la Grande-Bretagne	Paul Fauchille
Actos Internacionaes vigentes no Brasil	Hildebrando Accioly
Limites e Fronteiras	Fernando Gabaglia
Limites	Oliveira Lima.
As Nossas Fronteiras	João Ribeiro
Fronteiras do Brasil no Regime Colonial	José Carlos de Macedo Soares
Limites do Brasil	Lima Figueiredo

Questão de Palmas:

Memoria ao Presidente Cleveland, dos Estados Unidos	Barão de Rio Branco
Limites Meridionaes	Affonso Varzea
Limites entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica Argentina
As Fronteiras do Sul	Fernando Nobre
Fronteiras do Sector Sul	Nery da Fonseca

A Fronteira do Sul	Rezende Silva
Limites entre o Brasil e o Uruguay	Souza Docca
A Convenção Preliminar de Paz de 1828	Souza Docca

Questão do Acre:

Campaña del Acre (Memorias Históricas de un Jubilado)	General Pastor Baldívieso
La Campaña del Acre (1900-1901) .	Dr. Emilio Fernández (Tenente Coronel do Exercito Boliviano)
La Revolución del Acre (1902-1903)	Dr. José Manuel Apon-te (Audictor de Guerra do Exercito Boliviano)
Resumen de las Campañas del Acre	Coronel Benjamin Azcuí (do Exercito Boliviano)
La Cuestion del Acre	José A. Deheza
Relatorio do Ministro das Relações Exteriores (1902-1903)	Barão de Rio Branco
O Acre (Limites com a Bolivia) ...	Thaumaturgo de Azevedo
O Rio Acre	Serzedello Corrêa
Perú <i>versus</i> Bolivia	Euclides da Cunha
À Margem da Historia	Euclides da Cunha
O Estado do Acre e o Estado do Amazonas	Orlando Corrêa Lopes
O Acre e o Amazonas	Orlando Corrêa Lopes
Os Assassinos do Coronel Placido de Castro e o "Correio da Noite" ...	Orlando Corrêa Lopes
As Nossas Fronteiras	João Ribeiro
Histora do Brasil	João Ribeiro
Limites	Oliveira Lima
Limites e Fronteiras	Fernando Gabaglia
O Amazonas e o Acre	Jacques Ourique
A Questão do Acre	Arthur Cesar Ferreira
Memorias (Capitulo sobre a exploração das nascentes do Javary)	Reis
	Barão de Teffé

Carta Geographica das Nascentes do Rio Javary	Barão de Teffé
Folklore Acreano	Francisco Peres de Lima
Navegação do Rio Acre	Placido de Castro
Bosquejo Historico do Acre	Placido de Castro
Apontamentos sobre a Revolução Acreana	Placido de Castro
Relatorio do Prefeito Interino do Departamento do Alto Acre (1906-1907)	Placido de Castro
Carta Geographica do Territorio do Acre	Placido de Castro
Correspondencia com varias personalidades	Placido de Castro
Geographia	Aroldo de Azevedo
Carta Geographica do Territorio do Acre e Territorios Circumjacentes	João Alberto Massô
Atlas do Brasil	Barão Homem de Mello e Dr. Francisco Homem de Mello
As Heveas ou Seringueiras	J. Barbosa Rodrigues
O Barão de Rio Branco	Liberato Bittencourt
Almanaque Brasileiro Garnier
O Direito do Amazonas	Ruy Barbosa
Compendio de Historia do Brasil ..	P. Raphael M. Galanti S. J.
Tratado entre o Brasil e a Bolivia, de 17 de Novembro de 1903
A Revolução do Acre (artigo)	José Maria dos Santos
A Politica Geral do Brasil	José Maria dos Santos
Estudos Contemporaneos (Ensaios). Autonomia Acreana	J. C. Gomes Ribeiro
Ephemerides da Revolução Acreana	Augusto Meira
Genealogia de Placido de Castro ...	Celso M. Schröder
O Acre e os seus Heroes	Celso M. Schröder
Euclides da Cunha e seus Amigos .	Napoleão Ribeiro
	Francisco Venancio Filho
Relatorio do Governo do Territorio do Acre (1928-1929)	Dr. Hugo Carneiro
El Territorio del Acre	Carlos de Vasconcellos
Relatorio do Prefeito do Departamento do Alto Acre	Dr. Daniel Carneiro
Placido de Castro (Conferencia) ...	General Gabino Besouro

A Política Exterior do Imperio	Pandiá Calogeras
Da Regencia á Quêda de Rozas	Pandiá Calogeras
A Presidencia Campos Salles	Alcindo Guanabara
Limites com o Perú
A Illusão Americana	Eduardo Prado

Questões de Chiquitos e de Otuquis:

Memoria	Duarte da Ponte Ri- beiro
Memoria	Dr. José Carlos Pereira Pinto
Historia da Bolivia	José Maria Camacho
A Política Exterior do Imperio	Pandiá Calogeras
Diccionario de Matto Grosso
Cérebro e Coração de Bolivar	Sylvio Julio
Sucre	Sylvio Julio

O Mappa da Linha Verde:

Relação das Memorias e Mappas ..	Duarte da Ponte Ri- beiro
O Direito do Amazonas	Ruy Barbosa

Os Demarcadores da Fronteira do Brasil:

Informações verbaes	Ministro Fonseca Her- mes
Informações verbaes	Dr. Murillo Basto

O Fronteiro-mór do Imperio:

Relações Diplomaticas do Brasil, de 1808 a 1912	Raul Adalberto de Campos
As Relações do Brasil com as Repu- blicas do Rio da Prata, de 1829 a 1843	Duarte da Ponte Ri- beiro

Guerra del Paraguay	Ramón J. Cárcano
A Mappotheca do Itamaraty	Cassius Berlinck
Relação das Memorias e mais Papeis Reservados que se acham no Archivo do Ministerio dos Negocios Extrangeiros	Conselheiro Barão da Ponte Ribeiro
A Politica Exterior do Imperio (dois volumes)	Pandiá Calogeras
Da Regencia á Quêda de Rosas	Pandiá Calogeras
Limites entre o Brasil e o Uruguay	Souza Docca
A Convenção Preliminar de Paz de 1828	Souza Docca
Apontamentos sobre as primeiras relações diplomaticas entre a Republica do Perú e o Imperio do Brasil (Tomo 99, Vol. 153, 1.º de 1926, da revista do Instituto Historico .	Manoel Cicero Peregrino da Silva
Cérebro e Coração de Bolívar	Silvio Julio
Ensaio de Historia e Critica	A. G. de Araujo Jorge
Motivos de Historia Diplomatica do Brasil	Mario Vasconcellos
Os Arquivos Particulares do Itamaraty	Aluizio Napoleão
Notas informativas	Murillo Basto
Duas Grandes Intrigas	Alfredo Varella

O Massacre da Expedição Soares Pinto-Paz Soldán:

Officio do 1.º Tenente do Exercito José Antonio Rodrigues ao 1.º Tenente da Armada Geraldo Candido Martins, de 10. Outubro. 1866, cujo conhecimento foi devido á obsequiosidade do Ministro Fonseca Hermes.

"Parrafo del informe de Rouaud y Paz Soldán sobre su viaje al Yavari en que relata como fue atacado por los selvajes", devido á gentileza do Embaixador da Republica do Perú, D. Jorge Prado.

Carta particular ao auctor do sobrinho-neto do Almirante Barão de Ladario, Engenheiro Paulo da Costa Azevedo.

Carta ao auctor do Dr. Antonino Ferrari, casado com a Exma. Senhora D. Isabel Pinto de Campos Ferrari, sobrinha do Commandante Soares Pinto.

Almirante Barão de Ladario:

Fé de Officio obtida graças á bondade do Commandante Didio Costa, Chefe da 4.^a Secção do Estado Maior da Armada.

Notas fornecidas pelo Dr. Murillo Basto, Encarregado da Mappotheca do Ministerio das Relações Exteriores.

Informações do Engenheiro Dr. Paulo da Costa Azevedo, sobrinho-neto do Barão de Ladario.

O Almirante Barão de Teffé e as nascentes do rio Javary:

Officio n.º 6, de 12 de Janeiro de 1872, dirigido ao Capitão de Fragata Antonio Luiz von Hoonholtz	Manoel Rouaud y Paz Soldán Barão de Teffé
Mappa das nascentes do rio Javary .	
Memorias (Capitulo referente á viagem de exploração do famoso rio Javary, affluente meridional do Alto Amazonas)	Barão de Teffé
Limites entre o Brasil e a Bolivia ..	Thaumaturgo de Azevedo
Re-exploração do rio Javary	Augusto da Cunha Gomes Luiz Cruis
Limites entre o Brasil e a Bolivia ..	
Relatorio da Commissão de Limites do Brasil com o Perú	Ferreira da Silva Serzedello Correia
O Rio Acre
O Acre (O Direito da Bolivia)
O territorio brasileiro do Acre e o Tratado de Limites entre o Brasil e o Perú (O arbitramento Perú-Bolivia em Buenos-Aires)
Perú <i>versus</i> Bolivia	Euclýdes da Cunha
Á Margem da Historia	Euclýdes da Cunha
La Cuestion del Acre	José A. Deheza

A Fronteira Brasileiro-Boliviana	Lopes Gonçalves
A Política Exterior do Imperio	Pandiá Calogeras
Hydrographia do Amazonas e seus Affluentes	Augusto Octaviano Pinto

Placido de Castro — O Pae do Acre:

A mesma documentação que serviu ao estudo sobre a Questão Acreana.

A “Descoberta” do Barão de Rio Branco:

O Barão de Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos Filho), estudo assignado pelo Dr. Graciano A. de Azambuja, inserto no n.º de 1896, do “Anuario da Provincia do Rio Grande do Sul”.

O Barão	João Lyra Filho
O Barão de Rio Branco	Liberato Bittencourt.

A Ocupação da Ilha da Trindade pela Inglaterra:

Publicações do Archivo Nacional (Volume XXVIII)
Minhas Memorias dos Outros	Rodrigo Octavio
A Ocupação da Ilha da Trindade ..	Secretaria do Exterior

Notas subsidiarias:

Informações fornecidas gentilmente pelo Ministro Fonseca Hermes e pelo Dr. Murillo Basto.

INDICE ONOMASTICO

A

A. de Lapradelle 285
 A. M. Page 276
 Abaeté (Visconde de) 19, 177, 280
 Aberdeen (Lord) 42, 44
 Adam de la Beuve 33
 Adolfo Ballivian 224, 227, 230, 233, 235, 237, 241
 Adolfo Peña (Tenente) 191
 Affonso Varzea 285
 Aguiar de Andrade (Ministro, Barão) 62, 63, 64, 65, 67, 264, 265, 267
 Alcides Bezerra 138
 Alcindo Guanabara 105, 289
 Alexandre VI 12
 Alexandre de Oliveira Lima 73
 Alexandre de Gusmão 12, 17, 126, 139, 141, 142, 167
 Alencar (Barão de) 61
 Alfredo Varela 171, 290
 Alfredo Vasquez Cobo 282
 Aluizio Napoleão 290
 André Arcoverde (Agrimensor) 251
 Andrés Lamas 280
 Andrés Muñoz 252
 Angel Rouaud 183
 Antonio Barreto (Sargento) 51, 52, 58, 70
 Antonio João (Tenente) 20
 Antonio Pereira Pinto 155
 Antonio Lopez de Sant'Ana 154
 Antonio Rolim de Moura (Conde de Azambuja) 216
 Antonio da Veiga Andrade (Capitão) 51
 Antonio Ferrari 291
 Aracaty (Marquez de) 151
 Aranda (Barros) 159, 171
 Araujo Jorge (A. G.) 139, 290
 Araujo Lima 287
 Araujo Ribeiro (Visconde do Rio Grande) 19, 29, 30, 41, 43, 44, 46
 Araoldo de Azevedo 288
 Artigas 56
 Arthur S. Reiks 274
 Arthur Cezar Ferreira Reis 115, 285, 286
 Assis Brasil 43, 104, 281
 Assis Marinho 105
 Assis Memoria 20
 Atahualpa (rei inca) 182, 218

Augusto José de Souza Soares d'Andréa (1.º Tenente) 181
 Augusto Meira 288
 Augusto Octaviano Pinto, 238, 292
 Augusto Tasso Fragoso (General) 224
 Aureliano Coutinho 41, 150
 Avelino de Medeiros Chaves 287
 Ayres do Casal 26
 Azevedo Costa (General) 238

B

B. Mossé 66, 263
 Baependy (Marquez de) 179
 Balbina da Costa Pinto 206
 Barreto 26
 Barros Leal (Capitão) 20, 39, 42, 47
 Barroso (Almirante) 177, 197
 Bartolomé Herrera 162, 281
 Bartolomé Mitre 91
 Belarmino de Mendonça (General) 114
 Belegarde (General Pedro de Alcantara) 19, 131, 181, 197
 Belchior Camacho 271
 Benjamin Azcui (Coronel boliviano) 286
 Bento Gonçalves da Silva (General) 20, 56
 Bento Manuel Ribeiro (General) 20
 Bernabé Lopez 57, 59
 Bernardo Lopes da Cunha (Sargento-mór) 89
 Bernardo de Mendonça 105
 Bernardo de Souza Franco 33
 Bolivar (Simon) 92, 93, 101, 152, 164
 Botafogo (Marechal Gabriel de Souza Pereira) 19, 133
 Braz Dias de Aguiar (Capitão de Mar e Guerra) 133
 Broglie (Duque de) 28
 Bruno Lobo 277

C

C. R. Tobar 283
 Camelo Lampreia (Conselheiro, Ministro) 274
 Candido Mendes de Almeida 106
 Candido Rondon (General) 134
 Cansanção de Sinimbu 115, 158, 159, 171
 Capistrano de Abreu *50, 217
 Carlos III (rei da Espanha) 165

- Carlos Accioly Lobato (Capitão de Fragata) 224, 226
 Carlos de Carvalho 75, 104, 269, 270, 272, 273, 276
 Carlos Medinaceli (Coronel) 91
 Carlos Sanchez Bustamente 86
 Carlos Satchell 76
 Carlos de Vasconcelos 287, 288
 Carlos von Hoonholtz (Agrimensor) 222, 226, 229
 Carlota Joaquina 153
 Carneiro de Campos (Tenente-Coronel Frederico) 19, 45, 131, 180
 Carneiro Leão (Marquez do Paraná) 19, 280
 Carpentier (Capitaine de Vaisseau) 33, 199, 210
 Carvalho e Mello 90
 Casa Flores (Marquez de) 147
 Cassius Berlinck 139, 171, 290
 Celso M. Schröder 288
 Chagas Santos (General) 53
 Charles Waterton 37
 Chermom 217
 Chervain 31
 Claudio Pinilla 281
 Cleveland (Glover) 14, 18, 37, 52, 65, 67, 69, 70, 261, 262, 264, 266
 Côelho Lisboa 259
 Constantino Phipps 271, 272
 Costa Azevedo (Almirante, Barão do Ladario) 19, 33, 61, 105, 108, 110, 111, 113, 131, 132, 181, 182, 184, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 230, 240, 291
 Cotegipe (Barão de) 19, 62, 282
 Couto de Magalhães (General) 134
 Craveiro Costa 287
 Cunha Gomes (Capitão-Tenente Augusto da) 76, 77, 79, 83, 105, 133, 219, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 247, 255, 291
- D**
- Daniel Carneiro 288
 D'Avezac 26
 David Canabarro (General) 20, 56
 Deodoro da Fonseca (Marechal) 191, 192
 Desmoukin 211
 Diana (Conselheiro) 69
 Didio Costa (Comandante) 291
 Diogo de Souza (General) 66
 Dionysio de Cerqueira (General, Mi-
- nistro) 19, 61, 62, 70, 77, 104, 105, 132, 198, 220, 223, 234, 238, 264, 265, 282
 Donato Muñoz 81
 Dubonchagé (Visconde) 210
- E**
- E. Levasseur 66, 68, 263
 Edmond Halley (Captain) 272
 Eduardo Lisboa 104
 Eduardo Prado 289
 Edward Bingham 20
 Emilio Carlos Jourdan (Tenente-Coronel) 19, 132
 Emilio Fernandez (Tenente-Coronel) 286
 Enéas Galvão (Rufino Enéas Galvão — General Visconde de Maracajú) 19, 131, 132, 197, 204
 Enéas Martins 282
 Ephigenio de Sales 20, 80, 250, 251
 Epiphanio Candido de Souza Pitanga 208
 Epiphanio Portela 70, 282
 Estanislau Zebalos 61, 62, 67, 264
 Estigarribia (General paraguayo) 103
 Euclides da Cunha 11, 85, 125, 133, 167, 171, 180, 200, 238, 242, 286, 291
- F**
- F. Palm 282
 Farias Gama 287
 Fauchille (Paul) 19, 285
 Felinto Braga (Marechal) 33, 133
 Felix Aramayo 81
 Fernando (rei da Espanha) 12
 Fernando VI (rei da Espanha) 50, 165
 Fernando VII (rei da Espanha) 91, 153
 Fernando Gabaglia 285, 286
 Fernando Guachalla 281
 Fernando Nobre 55, 285
 Ferreira de Castro 287
 Ferreira da Silva (Almirante Antonio Alves) 133, 225, 227, 230, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 291
 Figueirôa Alcorta 86
 Firmo Dutra 287
 Floriano Peixoto (Marechal) 63, 64, 65, 67, 204, 250, 265, 266, 267, 268
 Floridablanca (Conde de) 165
 Fonseca Hermes (Ministro) 14, 102, 128, 198, 289, 290, 292
 Francia 56, 170
 Francis Bertis 46

Francisco de Arguedas 51
 Francisco Carrasco (Capitão de Fragata peruano) 108, 181, 182, 184, 201, 219
 Francisco Homem de Mello 288
 Francisco Innocencio de Souza Coutinho 165
 Francisco Milhau y Moraval (Alferez) 51, 52, 58, 70
 Francisco Octaviano 19
 Francisco Ortiz 59
 Francisco Pedro de Abreu (General, Barão do Jacuhy) 20
 Francisco de Requena 217
 Francisco Velarde 106, 248
 Francisco Venancio Filho 288
 Francys y Foley 277
 Frederico Diez de Medina 75
 Frederico Rincón (Tenente) 230
 Freitas Nobre 287
 Froilan Morales (Capitão de Corbeta) 230

G

Gabino Besouro (General) 288
 Galvão de Queiroz (General) 245
 Gastão Pereira da Silva 287
 Gauss 236
 Genesio de Castro 287
 Gentil Norberto 20, 43, 79, 80, 105, 254
 Geraldo Candido Martins (1.º Tenente) 181, 184, 185, 187, 208, 221, 290
 Geraldo Rocha 287
 Germano Haaslocher 259
 Goëring (Hermann) 8
 Gomes Freire de Andrade 51, 127
 Graciano A. de Azambuja 63, 65, 66, 67, 68, 69, 266, 268, 292
 Guido (Tomás, General e Ministro argentino) 97, 158
 Guilhobel (Almirante José Candido) 19, 133, 198
 Guillermo Blake (Capitão de Fragata peruano) 76, 113, 220, 224, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 240, 241
 Guilherme Brasch 98
 Guilherme Schücht (Barão de Capanema) 19, 132
 Guizot 30
 Gullifer 37

H

Hamilton Hamilton, 42, 97
 Hancock 37
 Harrison 62
 Hauser 17, 18, 32, 34, 37, 285

Henrique Moreno 61
 Henry Light 39
 Herman Velarde 86
 Hildebrando Accioly 280, 285
 Hitler (Adolf) 8
 Homem de Melo (Barão) 277, 288
 Huascar (rei inca) 182, 218
 Hugo Carneiro 288
 Huijer 19
 Huxelles (Marquez de) 280

I

Inhampube (Visconde de) 147, 148
 Inhauma (Almirante, Visconde de) 177, 197
 Isabel II (rainha da Espanha) 12, 149
 Isabel Campos de Pinto Ferrari 291
 Isaltino José Mendonça de Carvalho (Major) 116, 117, 121, 241
 Itabayana (Visconde de) 147, 149, 150, 177

J

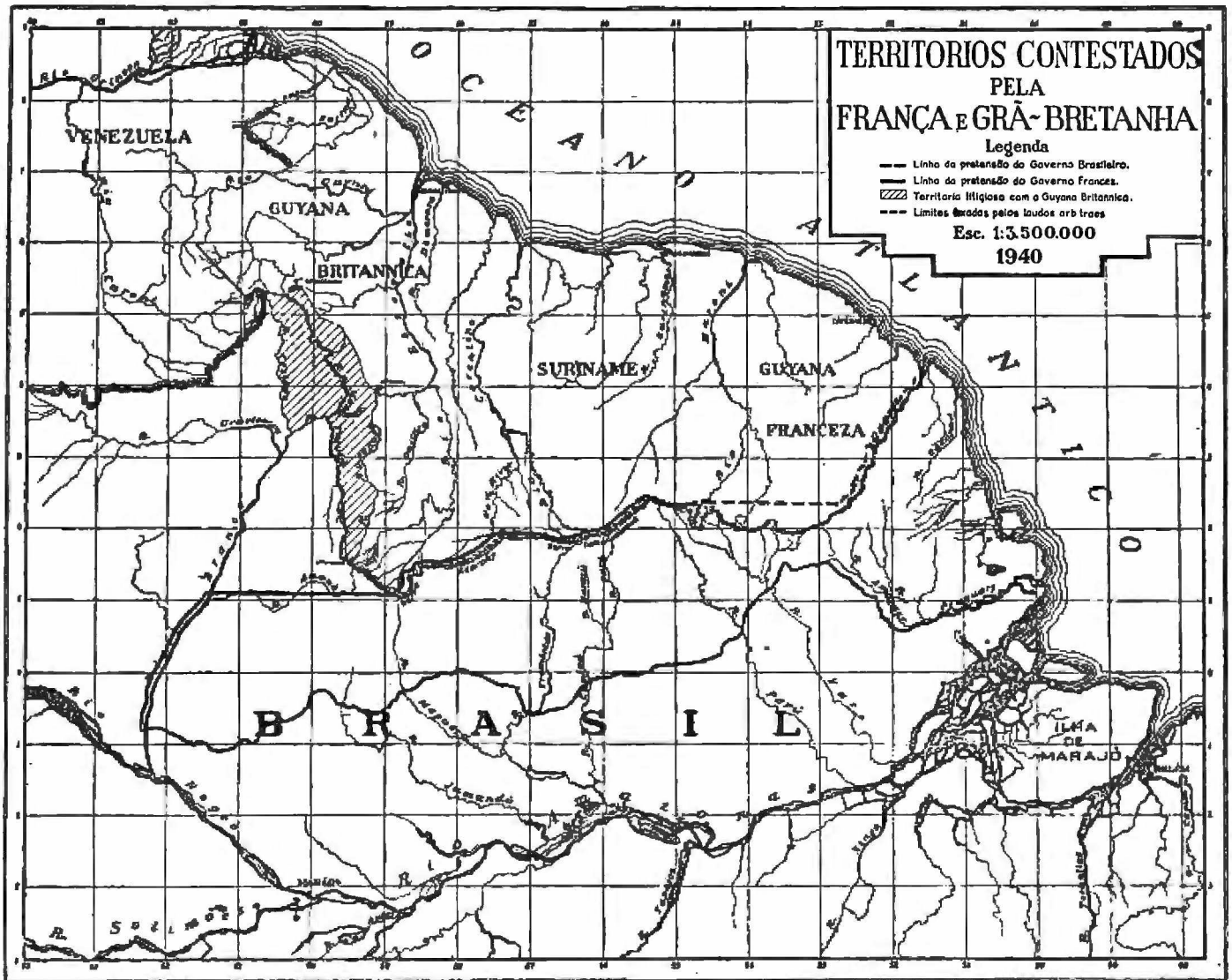
J. Barbosa Rodrigues 288
 J. C. Gomes Ribeiro 288
 Jacques Ourique (General) 286
 James Jeo (Comodoro) 27
 Joachim Gundin 53
 João Alberto Massô 288
 João Antonio da Silveira (General) 20
 João da Cunha Corrêa 72, 105
 João Duarte da Ponte Ribeiro 178
 João Lucio d'Azevedo 105
 João Lyra Filho 260, 292
 João da Nova 271
 João Ribeiro 285, 286
 João Ribeiro da Silva (Capitão) 222, 226, 229
 João Rodrigues Cameté 72, 105
 João II (rei de Portugal) 12
 João III (rei de Portugal) 271
 João V (rei de Portugal) 24, 50, 265, 280
 João VI (rei do Brasil) 27, 142, 145, 147, 153
 Joaquim Caetano da Silva 19, 43
 Joaquim Leovegildo de Souza Coelho (Capitão) 208, 209
 Joaquim Lins Caldas 246
 Joaquim Manuel de Macedo 145, 150, 176
 Joaquim Nabuco 18, 19, 35, 36, 37, 39, 46, 62, 262, 283, 285
 Joaquim da Rocha Mazarem 142
 Joaquim Victor da Silva 20, 105, 254
 Joaquim Xavier*de Oliveira Pimentel (Capitão) 208, 209

- Joca Tavares — vêr Silva Tavares (General Barão de Itaqui)
- John Günther 8
- Jonathas da Costa Rego Monteiro (Coronel) 49
- Jorge Prado 290
- José A. Deheza 235, 286, 291
- José de Abreu (General, Barão do Serro Largo) 20, 179, 268
- José Antonio Rodrigues (1.º Tenente) 181, 184, 185, 186, 187, 221, 290
- José Borges do Canto 20, 54
- José Carlos de Macedo Soares 285
- José Carlos Pereira Pinto 94, 98, 287, 289
- José Carvalho 20, 78, 105, 249
- José da Costa Azevedo (Brigadeiro) 205
- José da Costa Azevedo (Frei) 206
- José da Costa Quiroga da Ponte Ribeiro 142
- José Lelavat y Rincón 149
- José Fernandes Pinto de Alpoym (Coronel) 51
- José Francisco da Cruz (Capitão) 89
- José Galdino 253
- José Gregorio Paz Soldan 183
- José Iturrriaga 127, 216
- José Luiz de Souza (Tenente-Coronel) 39
- José Manuel Aponte 286
- José Maria Camacho 289
- José Maria dos Santos 20, 80, 250, 251, 288
- José Maria Velasco (Capitan) 89
- José Paes de Azevedo (Capitão) 89
- José Paravicini 78, 248
- José de Saldanha 53
- José dos Santos Innocentes (Frei) 20
- Joseph de Carvajal y Lancaster 127, 165
- Josefa Paz Soldan 183
- Josiah Quincy 67
- Juan Norberto Marron (Alferez de Navio) 51
- Justiniano José da Rocha 179
- L**
- L. Schneider 66, 263
- Laguna (General, Barão da) 55, 177
- Landsdowne (Marquez) 46, 283
- La Serna (Vice-Rei espanhol) 89, 91, 103
- Lauro Müller 105
- Lauro Sodré 105
- Leonardo de Baldivia (Frei) 216
- Leopoldo de Alencar 59
- Leopoldo Nery da Fonseca Junior (Coronel) 51, 133, 285
- Leprieur 26, 33
- Liberato Bittencourt 260, 288, 292
- Lima Figueiredo (Coronel) 285
- Limpo de Abreu — vêr Abaeté (Visconde de)
- Lino Romero 258
- Lopes de Araujo (Barão de Parima) 19, 131, 132
- Lopes Gama 45
- Lopes Gonçalves 104, 287, 292
- Lopes Neto (Felippe) 73, 109, 114, 115, 119, 281
- Lopo Neto 224, 227, 230, 233, 240, 241, 249
- Louis Bertrand 8
- Luiz XIV 24, 280
- Luiz XVIII 27
- Luiz Aurias ou Luiz Galvez Rodriguez de Aurias, 78, 249
- Luiz de Cáceres 214
- Luiz da Cunha 280
- Luiz Cruls 79, 105, 133, 220, 224, 226, 227, 230, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 291
- Luiz Loizaga 282
- Luiz Moutinho de Lima Alvares da Silva 28, 29
- Luiz Philippe 31
- Luiz Soveral 274
- Luiz Vernet 98
- Lunier (Capitaine) 21, 31
- M**
- Malcher 28
- Manuel Antonio Galvão 89
- Manuel Bento de Lima (Capitão) 89
- Manuel Cicero Peregrino da Silva 290
- Manuel Cosme de la Haza (Alferez de Fragata) 230
- Manuel da Costa Pinto (Tenente-General) 33
- Manuel Felício 252
- Manuel Felix de Lima 216
- Manuel Luiz de Melo Nunes (Tenente-Coronel) 133
- Manuel Luiz Oliden 95, 96, 97, 98, 103
- Manuel Marques d'Elvas Portugal (General) 27
- Manuel Marques de Souza 1.º (Tenente-General) 20
- Manuel Marques de Souza 2.º (Brigadeiro) 20
- Manuel Pacheco de Christo (Alferez) 51
- Manuel dos Santos Pedroso 20, 54

- Manuel Urbano da Encarnação 72, 105
 Manuel Velloso Rabello de Vasconcellos 89
 Manuel Salmon 148
 Marcos Pereira Salles (Major) 210
 Maria I 165
 Maria II 150
 Maria Amalia de Azevedo 205
 Mariano Armaza (General boliviano) 73, 106
 Mariano Muñoz 73, 107, 109
 Mario Vasconcellos 290
 Marques Lisboa (José) 19, 41, 42, 43, 44
 Martim Vaz 271
 Mateo Paz Soldan 183
 Mauá (Visconde de) 203
 Mauricio Bach 95, 97
 Mendonça Furtado (Francisco Xavier de) 127, 216
 Miguel (Dom) 150, 168
 Miguel Calmon 45
 Mirales 239
 Montezuma 41
 Mouchez (Amiral) 232
 Moyses Lopez 239
 Mucio Teixeira 287
 Murilo Basto 289, 290, 291, 292
 Mustaphá Kemal Ataturk 8
- N**
- Napoleão Ribeiro 288
 Nicolau Mesnager 280
- O**
- Olafieta (General) 91, 92
 Oliveira Lima 32, 113, 228, 285, 286
 Olyntho de Magalhães 80, 104, 248
 Onslow (Comodoro) 270
 Oribe (Manuel) 158, 161, 183
 Orlando Corrêa Lopes 20, 43, 80, 105, 246, 250, 251, 286
 Osorio (Manuel Luiz, Marquez do Herval) 20
 Ouro Preto (Visconde de) 191, 193, 204
 Oyárvide 53
- P**
- Paez 101
 Palmerston 19, 40
 Pandiá Calogeras 25, 29, 33, 36, 37, 90, 138, 148, 168, 171, 285, 289, 290, 292
 Pando (General Juan Manuel) 15, 76, 77, 83, 86, 112, 113, 222, 225, 240, 256
 Passagem (Almirante, Barão da) 197
 Pastor Baldivieso (General) 286
- Paula Freitas 105, 223
 Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguay) 30, 45
 Paulo da Costa Azevedo 290, 291
 Paulo de Frontin 105, 223
 Paz Soldan (Manuel Rouaud y) 108, 109, 113, 129, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 219, 221, 222, 224, 225, 227, 229, 230, 234, 240, 242, 290, 291
 Pedro I 88, 148, 151
 Pedro II 60, 66, 106, 194, 195, 204, 248, 263
 Pedro Alexandrino 211
 Pedro Joaquim Ayres (Capitão) 20, 38, 39, 47
 Pereira Leal (Felippe) 281
 Pereira Reis 223, 234
 Pery Delamare (Comandante) 80
 Peyron 199
 Pilsudski 8
 Pinheiro Guimarães (Professor) 68
 Placido de Castro 18, 20, 43, 81, 82, 83, 84, 105, 123, 241, 244, 245, 246, 251, 252, 253, 254, 255, 257, 288, 292
 Politis (N.) 19, 285
 Ponte Ribeiro (Duarte — Conselheiro, Barão da) 17, 45, 73, 94, 98, 106, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 168, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 227, 240, 281, 287, 289, 290
 Ponte Ribeiro (Baroneza da) 173
 Porto Alegre (Tenente-General Conde de) 20, 203
 Prudente de Moraes 104, 269
 Purvis (Comodoro) 159
- Q**
- Quintino Bocayuva 60, 62, 63, 207, 264
 Quiroga (Facundo) 56
- R**
- Ramalho Junior 78, 249
 Ramón Carcano 157, 290
 Ramos da Fonseca (Capitão de Mar e Guerra) 79, 249
 Raphael M. Galanti S. J. (Padre) 288
 Raphael Pinto Bandeira (Brigadeiro) 19
 Raul Adalberto de Campos 289
 Rego Monteiro *(João da Costa) 73, 107, 115, 119, 121

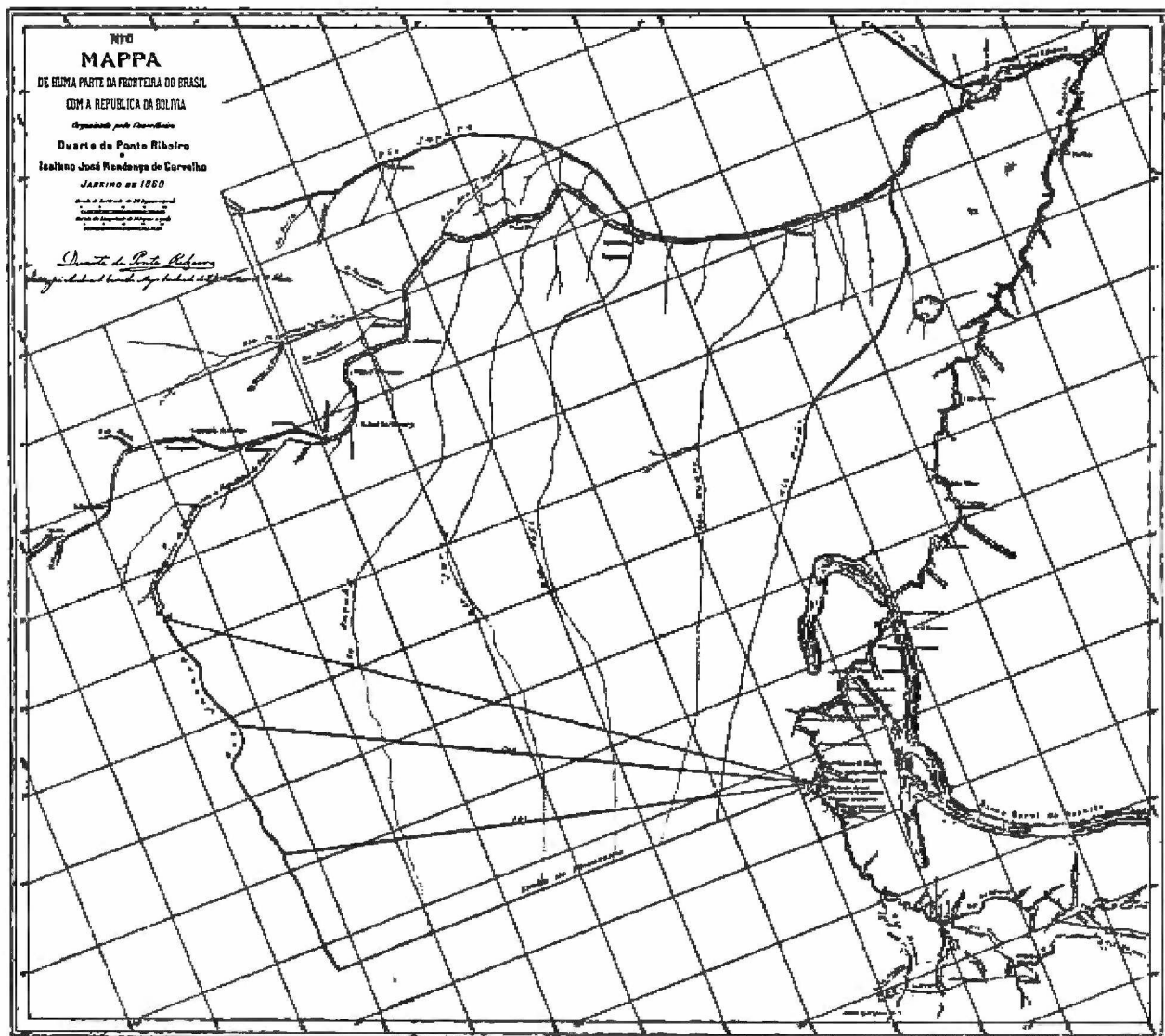
- Renato Barbosa (Coronel) 133
 Resende Silva 286
 Rio Branco (Barão do) 18, 19, 32, 36, 37, 43, 49, 53, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 82, 87, 104, 114, 115, 116, 121, 122, 123, 139, 140, 141, 171, 179, 207, 241, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 281, 282, 283, 285, 286, 292
 Rivadavia 92
 Rivera 56, 158
 Robert Schombourgh 20, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 47, 210
 Roberto Suarez 182
 Rodrigo de Carvalho 20, 105, 250, 254
 Rodrigo Diaz de Bivar (Cid el Campeador) 8
 Rodrigo Octavio 269, 270, 292
 Rodrigues Alves 104
 Roque de Senna Pereira (Almirante) 33
 Rosas (Juan Manuel) 18, 56, 157, 158, 161, 170, 183
 Rouen (Barão de) 30
 Roxendo Rojas (Coronel) 258
 Ruy Barbosa 104, 114, 121, 288, 289
- S**
- Samuda (Lord) 197
 Salisbury 46, 269, 273, 275, 276
 Santacruz (General) 95, 101
 Santander 101
 Santiago Derqui 57, 59
 Schuschnigg 8
 Sebastian Ramos 88, 92
 Serro Largo (General Barão de) ver José de Abreu
 Serzedelo Corrêa 65, 105, 114, 223, 286, 291
 Silva Paranhos (Visconde de Rio Branco) 18, 57, 59, 62, 167, 264
 Silva Tavares (General Barão de Itaquy) 20, 245
 Silva Tavares (General Visconde do Serro Alegre) 20
 Silva Telles (Visconde de) 127, 165
 Silverio Nery 80
 Simon 37
 Simon Mentele (Capitaine) 210
 Simplicio Gonçalves 74
 Smith 37
 Soares d'Andréa (General Francisco José de Souza Soares d'Andréa — Barão de Caçapava) 19, 28, 29, 39, 131, 132, 177, 181, 183, 197, 198
 Soares Pinto (Capitão-Tenente João) 108, 109, 129, 150, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 198, 208, 209, 219, 221, 224, 226, 227, 229, 230, 234, 291.
 Soldo (Capitão de Mar e Guerra Antonio Claudio) 19, 131
 Solano Lopez 131, 170, 195
 Sólon Polo 86
 Southey 216
 Souza Corrêa 19, 46, 271
 Souza Docca (General) 63, 286, 290
 Sstalin (Joseph) 8
 Sucre (Antonio José de) 90, 91, 92, 96, 99, 103
 Sylvio Julio 289, 290
- T**
- Tamandaré (Almirante Marquez de) 197
 Taquary (General Barão de) 177
 Tardy de Montravel 211
 Tarouca (Conde de) 280
 Tavares Bastos 190
 Thaumaturgo de Azevedo (Marechal Gregorio) 76, 77, 78, 79, 105, 112, 113, 132, 220, 222, 223, 225, 231, 240, 243, 286, 291
 Themistocles Paes de Souza Brasil (Coronel) 133
 Theodore Roosevelt 81, 253
 Thiers 28
 Trajano de Carvalho 196, 197
 Trajano Chacon 251
- U**
- Urquiza 59
- V**
- Valdelirios (Marquez de) 127
 van Sirtema 37
 Varela 53
 Veiga Cabral 21, 31
 Vicente Licinio Cardoso 212, 287
 Victoria (rainha da Inglaterra) 44, 271
 Vinagre 28
 Vinicio da Veiga 287
 Vitorio Emanuel III 18, 36, 46
 von Hoonholtz (Antonio Luiz — Almirante Barão de Teffé) 19, 76, 77, 79, 105, 111, 113, 131, 132, 188, 189, 198, 207, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 247, 286, 288, 291.
- W**
- Warden 26
 Whitelock 55
- Y**
- Youd (Pastor) 38, 39, 40, 47

★ *Este livro foi composto e impresso nas oficinas da Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais" Ltda., à rua Conde de Sarzedas, 38, em São Paulo, para a Livraria Editora Nacional, em outubro de 1943.*



Mapa de Amapá e Pirárá

Adaptado e impresso, com base
em um mapa de 1939



Mapa da linha Verde